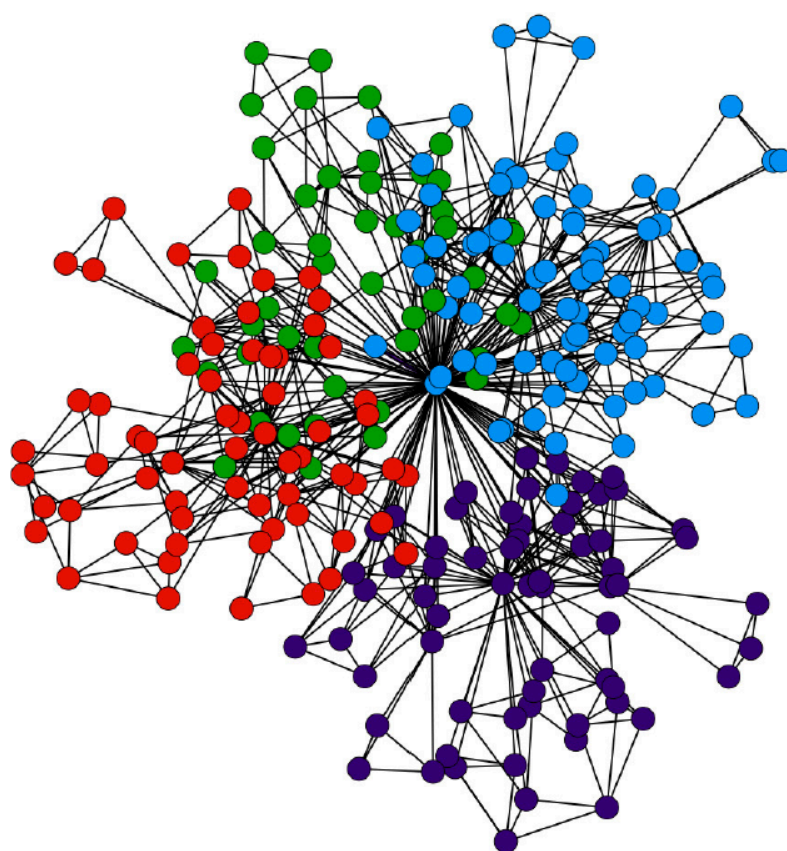


# COMPLEXIDADE BRASILEIRA

ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA



© Instituto de Economia da Unicamp – 2018

UNICAMP

Reitor

*Marcelo Knobel*

Vice-Reitor

*Teresa Atvars*

INSTITUTO DE ECONOMIA

Diretor

*Paulo Sérgio Francalanza*

Diretor Associado

*André Martins Biancarelli*

COSTA, Fernando Nogueira da  
Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar.  
Campinas, SP: Unicamp - IE, 2018.  
233p.

ISBN 978-85-86215-98-8

1 Economia Brasileira. 2. Economia da Complexidade.  
3. Sociologia Econômica. I. Título.

330  
C837c



UNICAMP

## Sumário

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1 - INSTITUIÇÕES E VALORES DAS CASTAS NO BRASIL</b> .....	<b>8</b>
INTRODUÇÃO .....	8
EMERGÊNCIA DAS CASTAS BRASILEIRAS.....	9
INSTITUIÇÕES DA CASTA DOS GUERREIROS MILITARES .....	11
INSTITUIÇÕES DA CASTA DOS SÁBIOS .....	17
<i>Instituições da Casta dos Sábios-Sacerdotes</i> .....	17
<i>Instituições da Casta dos Sábios-Pastores</i> .....	22
<i>Instituições da Casta dos Sábios-Universitários e/ou Tecnocratas</i> .....	29
INSTITUIÇÕES DA CASTA DOS MERCADORES .....	37
INSTITUIÇÕES DA CASTA DOS TRABALHADORES.....	44
CONCLUSÃO.....	53
<b>CAPÍTULO 2 - BRASIL COMO SISTEMA COMPLEXO: INTERAÇÕES DE CASTAS</b> .....	<b>55</b>
INTRODUÇÃO .....	55
INTERPRETAÇÕES DO BRASIL COLONIAL: FORMAÇÃO DAS CASTAS .....	59
INTERPRETAÇÕES DO BRASIL IMPERIAL: DISPUTA DE PODER POR CLÁS, DINASTIAS E CASTAS .....	63
INTERPRETAÇÕES DO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA: RESTAURAÇÃO DA CASTA DOS OLIGARCAS GOVERNANTES .....	71
INTERPRETAÇÕES DO BRASIL URBANO-INDUSTRIAL: CASTA DOS GUERREIROS E CASTA DOS MERCADORES CONTRA A CASTA DE OLIGARCAS GOVERNANTES .....	80
EVOLUÇÃO DE ALIANÇAS, GOLPES E CONTRAGOLPES ENTRE CASTAS BRASILEIRAS .....	84
<i>Ideologia: Coesão ou Coerção dos Párias</i> .....	85
<i>Conciliação entre Castas e Párias</i> .....	86
<i>Autoritarismo da Casta dos Guerreiros</i> .....	90
<i>Elitismo das Castas dos Oligarcas Governantes e dos Sábios-Tecnocratas</i> .....	93
<i>Populismo e Casta dos Trabalhadores</i> .....	95
<i>Culto à Personalidade e Desvianismo</i> .....	99
<i>Corrupção da Casta dos Governantes pela Corruptora Casta dos Mercadores</i> .....	100
CONCLUSÃO .....	104
<b>CAPÍTULO 3 - COMPONENTES COMPORTAMENTAIS, SOCIOLÓGICOS E POLÍTICOS DA COMPLEXIDADE BRASILEIRA</b> .....	<b>108</b>
INTRODUÇÃO .....	108
CASTAS, DINASTIAS OU CLÁS PARA INTERPRETAR O BRASIL .....	110
BANCADAS TEMÁTICAS .....	117
ONDA CONSERVADORA .....	129
CONCLUSÃO .....	135
<b>CAPÍTULO 4 - EVOLUÇÃO: ABORDAGEM CÍCLICA E REGULAÇÃO</b> .....	<b>137</b>
INTRODUÇÃO .....	137
TEORIA DA EVOLUÇÃO EM ECONOMIA: CICLO ECONÔMICO .....	140
DIMENSÕES DA ECONOMIA POLÍTICA DA COMPLEXIDADE .....	143
CICLO DE PREÇOS DE IMÓVEIS .....	147
CONCLUSÃO .....	155
<b>CAPÍTULO 5 - ENCADEAMENTO: CADEIAS PRODUTIVAS E COMÉRCIO EXTERIOR</b> .....	<b>159</b>
INTRODUÇÃO .....	159
CADEIA PRODUTIVA E REDE DE RELACIONAMENTOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO .....	160
ECONOMIA DO PETRÓLEO BRASILEIRA .....	164
PADRÕES DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	175
SERVIÇOS DE AGREGAÇÃO DE VALOR E DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTOS X SERVIÇOS DE CUSTOS E DEMANDA FINAL.....	179
ÍNDICE DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA DADO PELA PAUTA DE EXPORTAÇÃO.....	184

CONCLUSÃO .....	190
<b>CAPÍTULO 6 - CAPITALISMO: SISTEMA FINANCEIRO COMPLEXO .....</b>	<b>194</b>
INTRODUÇÃO .....	194
“FINANCEIRIZAÇÃO” INTRÍNSECA AO CAPITALISMO .....	196
SISTEMA FINANCEIRO COMPLEXO PARA APLICAR, EMPRESTAR E PAGAR .....	205
CIRCUITO MONETÁRIO-FINANCEIRO EM SISTEMA COMPLEXO .....	211
NICHOS DE MERCADO DE BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS .....	219
CONCLUSÃO .....	226
<b>CONCLUSÃO: MÉTODO DE ANÁLISE DA COMPLEXIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>230</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>237</b>

## Prefácio

A Física estuda supostas leis regentes de fenômenos naturais possíveis de serem examinados por observação e experimentação, procurando enquadrá-los em esquemas lógicos. A *Econofísica* é campo de estudo em busca de relacionar ou explicar fenômenos econômicos com auxílio de técnicas da Física. Geralmente essas técnicas envolvem dinâmica não linear, processos estocásticos e incertezas.

Dentro da Teoria das Probabilidades, um *processo estocástico* é uma família de variáveis aleatórias representativa da evolução de um sistema de valores com o tempo. É a contraparte probabilística de um processo determinístico. Ao invés de um processo com um único modo de evoluir, em um processo estocástico há indeterminação: mesmo conhecendo a condição inicial, existem várias, por vezes infinitas, direções nas quais o processo pode evoluir se afastando dela.

A Teoria do Caos trata de sistemas complexos e dinâmicos com um fenômeno fundamental de instabilidade, chamado de *sensibilidade às condições iniciais*. Modulando uma propriedade suplementar de recorrência, na prática, ela os torna *não previsíveis* em longo prazo.

Quando e a codificação e a decodificação do sistema natural são feitas pelo uso da Matemática, é comum dizer: o que está sendo feito é Física.

Para entender o que um físico faz, facilita compará-lo com um economista. Na economia ortodoxa, a “regra” é o *reducionismo atomístico*, no qual a realidade deve ser explicada em termos de um agente representativo racional. Os economistas ortodoxos partem do princípio de o comportamento agregado de um sistema ser idêntico à soma dos efeitos de cada uma das causas individuais.

Por sua vez, o físico utiliza, como “princípio”, o *reducionismo interativo*, ou seja, não tenta descrever um agente do sistema de forma atomizada e sim busca descrever a interação de um agente com o outro. Para um físico, as interações entre agentes resultam em uma descrição estatística do comportamento agregado do sistema.

Economistas taxados como heterodoxos fazem Econofísica quando incorporam a ideia de o desempenho resultante da economia ser emergente das interações entre seus diversos componentes. Nesse método interdisciplinar, levam em conta as psicologias dos agentes econômicos, as instituições, as adequações, as inovações ou rupturas, etc.

Na abordagem da Economia como um Sistema Complexo, as psicologias individuais dos *traders* (participantes do mercado) não são desconsideradas ao se observar apenas às propriedades estatísticas. Economia da Complexidade incorpora os estudos da Economia Comportamental a respeito dos vieses heurísticos dos agentes econômicos. Estes alteram seus comportamentos quando interagem com os outros agentes. Eles não são detentores da mesma “racionalidade” como é pressuposto pelo neoclassicismo.

O que seria a Economia sem as hipóteses? Contabilidade. Em vez de registrar os fatos ocorridos em determinado período, como fazem os contabilistas, os economistas levantam a possibilidade de algum fenômeno sistêmico acontecer independentemente de intenção individual. Seu conjunto de proposições é apresentado de forma antecipada, provisoriamente, como explicação de possíveis fatos com chances de ocorrer. A dedução racional deve ser posteriormente verificada (ou falseada) pela experiência real. A abordagem econômica parte de uma vasta explicação científica, metódica e organizada, mas ainda não provada. A hipótese é levantada para se sujeitar a teste na realidade: aprovada ou reprovada.

Nem sempre um movimento (inercial ou acelerado) tem uma causa primária observável permanentemente. Observadores em movimento relativo uns aos outros vivenciam o espaço e o tempo de forma diferente. A relatividade especial se refere a não observância de simultaneidade absoluta. Esta é uma ideia de Einstein inspiradora para a análise da economia como um Sistema Complexo emergente de interações de seus componentes.

Um modelo de causalidade social sujeito à dependência de trajetória (*path dependent*) rejeita o postulando tradicional de as mesmas forças operativas gerarem sempre os mesmos resultados em todos os lugares. O efeito de tais forças será mediado por características contextuais e/ou institucionais de dada situação herdada do passado. A história importa, embora se depare com o acaso. Esse conceito de dependência da trajetória é uma ferramenta analítica para se entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais.

Na mistura brasileira, o *liberal* é conservador em costumes e ultraliberal na economia, e o *desenvolvimentista*, liberal em costumes e repressor das finanças. O Estado regulador e reformista busca o *meio-termo entre o neoliberalismo e o intervencionismo*. Limita a exploração daqueles detentores de menor poder de mercado, seja na venda da força do trabalho, seja em estrutura de mercado menos competitiva, mas sem travar o mecanismo de mercado. Ele orienta e incentiva o empresariado privado nacional e estrangeiro, em associação com capitais de origem estatal e

trabalhista, em uma estratégia nacional de planejamento indicativo do desenvolvimento socioeconômico.

Esta exposição da complexidade brasileira apresentará a rede de relacionamentos familiares, profissionais, institucionais, produtivos e monetário-financeiros de seus principais componentes. Destacará os nódulos-chaves para transformar a complexidade em simplicidade compreensível pelo cérebro humano. Em geral, abomina complexidade e adora reducionismo. Este é o procedimento capaz de decompor (ou reduzir) todo fenômeno complexo a seus termos mais simples e considerá-los mais fundamentais para analisar o próprio fenômeno em lugar de uma descrição completa.

*Econofísica* é o método de análise da complexidade brasileira adotado aqui sob uma abordagem multidisciplinar. Envolve, na realidade, Economia, Sociologia, Política, Psicologia Comportamental e até mesmo as contribuições da Antropologia sobre “o brasileiro”. Existe tal sujeito? Mas quem é, hein? Quem somos nós, se somos alguém, quantos somos iguais ou distintos? Como interagimos uns com outros? Via instituições? No sistema de pagamentos? Responder a tais questões é o desafio intelectual enfrentado neste livro. Superado, o leitor deduzirá a simplicidade da complexidade brasileira.

## Capítulo 1 - Instituições e Valores das Castas no Brasil

### Introdução

Desde quando a Secretaria de Receita Federal passou a divulgar os dados detalhados das DIRPF (Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física), agrupo as ocupações em castas com rendimentos totais per capita e riquezas per capita mais similares. Ficou visível uma hierarquia social.

A hierarquia da renda e da riqueza per capita, no ano calendário de 2016, era nítida e repetia as encontradas nos anos anteriores. Em ordem decrescente em relação à casta dos comerciantes, financistas e dirigentes do setor privado (R\$ 21.148,10 de rendimentos totais mensais e R\$ 640 mil de patrimônio líquido: base comparativa de 100% em ambos), estavam a casta dos sábios-tecnocratas (102% em renda e 85% em riqueza), a casta dos sábios universitários (respectivamente, 55% e 53%), a casta dos sábios-sacerdotes pregadores, inclusive professores (41% e 47%), a casta dos guerreiros, exceto atletas, desportistas e afins, (41% e 14%), equivalente ao percentual da casta dos trabalhadores organizados quanto à riqueza (26% e 14%).

Para estimar a riqueza financeira, uso dados da ANBIMA. Agrupam segmentos de clientes: varejo tradicional, varejo de alta renda e *private banking*. Por exemplo, em setembro de 2018, excluindo depósitos de poupança, a riqueza per capita dos 7,5 milhões de clientes do varejo tradicional era R\$ 46.103, dos 4 milhões de clientes do varejo de alta renda, R\$ 181.320, e dos 123.370 clientes *private banking*, R\$ 8,467 milhões. Nessa estratificação, a divisão das classes entre baixa, média e alta estão mais próximas da classificação em classes de propriedade ou riqueza à *la Marx*.

Através dessas fontes é possível medir as gritantes disparidades sociais no Brasil em termos de concentração de riqueza - e não apenas de renda. Ciência exige medição.

No entanto, leio a história do Brasil e verifico o anacronismo de autores ao apontar as classes capitalista e trabalhadora até antes da extinção da escravidão, quando a população ainda era predominantemente rural. Talvez este tenha sido um esforço artificial de forçar a realidade brasileira caber na interpretação marxista. Faz mais sentido resgatar a estratificação social por naturezas ocupacionais, distinguindo as castas e os párias excluídos de plenos direitos da cidadania.

Jessé Souza designa os párias como *ralé*. Este sociólogo se apresenta mais como weberiano e não como marxista. Critica a concepção economicista



de classe apenas por faixa de renda ou consumo. Para ele, classe é também uma construção cultural hereditária. Concordo com ele.

O desafio em pensar nesse tipo de estratificação social está em renovar o nosso pensamento de esquerda. O que nos une é a busca de maior igualitarismo social à la Norberto Bobbio.

Já está na hora de a esquerda ir além de - no sentido hegeliano de superar (mantendo o muito ainda válido) - Marx. Cidadão de um século sem classe média universitária, ele não era vidente para visualizar o futuro. Falta na obra dele também uma Teoria do Estado democrático como uma prioridade social.

Necessitamos nos perguntar: o que é o socialismo, para a esquerda, depois das experiências totalitárias do Socialismo Realmente Existente?

Para mim, a resposta deve seguir o método dialético: conquistas sociais incrementais, através da democracia, de maiores direitos e deveres da cidadania levarão à uma mudança de qualidade no modo de vida. Não vejo o socialismo apenas como um novo modo de produção com propriedade “coletiva” dos meios de produção. Muito menos como fruto de uma revolução ou golpe de Estado de uma vanguarda em alguma oportunidade política.

Com luta de classes, ditadura do proletariado, partido único, nomenclatura, culto de personalidade, etc., alcançaremos nossa utopia, isto é, a crítica da realidade capitalista? Não creio.

Dentro desse revisionismo, neste e no próximo capítulo, apresentarei os comportamentos históricos das castas de natureza ocupacional no Brasil. De início, apresentarei suas instituições e lógicas de ações. Depois, a partir das interações entre esses componentes de um sistema complexo, deduzirei a emergência de um resultado não possível de ser observado no nível de cada casta, mas sim através da complexa rede de relacionamentos entre elas.

## Emergência das Castas Brasileiras

Nas primeiras sociedades coloniais agrícolas, o povoado e o grupo de parentesco ampliado — o familismo — eram o mais importante princípio organizador. A ação coletiva da política se fazia pelo *clã* ou a *dinastia*. A sociedade colonial no Brasil desenvolveu-se, patriarcal e aristocraticamente, à sombra das grandes plantações de cana-de-açúcar, não em grupos de nômades a esmo em atividade de extrativismo.

Em uma visão neoliberal, esta colonização não é obra do Estado português, mas sim da iniciativa particular. O empreendedor teria promovido a mistura de raças e a agricultura latifundiária. As castas, ligadas às ocupações, ali estavam, em estágio embrionário, não tendo se libertado do poder do parentesco. A liderança dessa colonização é atribuída apenas à casta dos aristocratas-latifundiários ao se esquecer do papel-chave da casta dos comerciantes-trafficantes, apoiados pela casta dos guerreiros e da casta dos sábios-sacerdotes na submissão dos párias cativos, sejam os nativos, sejam os africanos “imigrantes compulsórios”.

Uma lição dessa releitura da história do Brasil é a hegemonia de uma casta se tornar vulnerável quando não se alia com as demais. Estas contra-atacam via golpe de Estado. Se os Sábios-Tecnocratas impõem a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas, se os Trabalhadores e Artesãos adotam o corporativismo e excluem “os de fora” na sua busca de espírito comunitário, se os Guerreiros atizam guerras intermináveis contra “inimigos externos e externos”, e se o Mercador busca dominar sem restrição, infligindo a sociedade com instabilidade econômica e elevação das desigualdades, os outros reagem em um pacto defensivo.

Para superar o atraso econômico do País, o Estado emergiu como ator fundamental. Porém, esteve sob o domínio de quais castas de natureza ocupacional nos diversos ciclos históricos?

Necessitamos rever nossa história sob a ordem das castas. Grosso modo, sugiro uma periodização em termos das alianças entre elas:

- 1500-1822: domínio da aristocracia governante do Império português em aliança com guerreiros e sábios-sacerdotes;
- 1822-1888: golpe militar-monárquico na Assembleia Constituinte de 1923 e domínio da aristocracia governante do Império brasileiro em aliança com guerreiros-militares e comerciantes de escravos;
- 1889-1929: golpe militar-republicano (“Proclamação da República”) e domínio dos oligarcas governantes regionais e dos comerciantes primário-exportadores e importadores de bens industriais;
- 1930-1963: golpe militar (“Revolução de 30”) e domínio dos guerreiros-militares nacionalistas em aliança com sábios-tecnocratas nacional-desenvolvimentistas e comerciantes-industriais;
- 1964-1984: golpe militar (“Revolução de 64”) e domínio dos guerreiros-militares autoritários e desenvolvimentistas de direita em aliança com sábios-tecnocratas liberais e comerciantes-industriais conservadores;

- 1985-1987: eleição indireta de oligarcas regionais (Tancredo e Sarney) e, como fruto da emergência da casta dos sábios-universitários, breve domínio de sábios-tecnocratas desenvolvimentistas de esquerda;
- 1988-2002: domínio de sábios-tecnocratas neoliberais em aliança com comerciantes-financistas, inicialmente eleito um representante da casta dos oligarcas governantes regionais (Collor), depois do *impeachment*/golpe, transitoriamente presidido por outro oligarca (Itamar), e depois eleito um membro da casta dos sábios-universitários (FHC);
- 2003-2014: aliança de trabalhadores organizados com sábios-tecnocratas social-desenvolvimentistas e comerciantes-industriais;
- 2015-2018: golpe de comerciantes-exportadores e financistas com apoio de sábios-sacerdotes, jornalistas e juristas contra a aliança de trabalhadores organizados com sábios-tecnocratas liberais, até a eleição de um representante da casta dos militares.

Depois de pesquisar as principais instituições dessas castas brasileiras - Forças Armadas, Igreja, Universidade, Associações Patronais e Sindicatos -, busco uma conclusão a respeito dos arquétipos comportamentais das castas brasileiras, expressos em valores como competitividade, empreendedorismo, livre-mercado, especialização, paternalismo, fama, glória, coragem, honra, ceticismo quanto ao livre mercado, igualitarismo, etc.

### Instituições da Casta dos Guerreiros Militares

Priestland (2014) argumenta: podemos compreender melhor nossa história recente se nos apoiarmos no papel das castas e de seus valores. Na maioria das sociedades pré-modernas, a aristocracia guerreira era a casta dominante. Esperava-se de os governantes combinarem duas funções intimamente ligadas: o guerreiro heroico, em busca da fama, e o “pai do povo”.

Muitas vezes o espírito guerreiro foi separado do paternalista: imitavam os padrões de fraternidade dentro do grupo, mas não tinham nada de familiar em suas relações com os “forasteiros, casacas, civis, etc.”. Hoje, os militares ainda atuam da mesma maneira corporativista em defesa dos próprios interesses.

A história do Exército brasileiro começa oficialmente com o surgimento do Estado brasileiro, ou seja, com a independência do Brasil. Entretanto, mobilizações de brasileiros para guerra existem desde a colonização do Brasil,

sendo as primeiras dignas de nota as efetuadas contra as tentativas de colonização francesa no Brasil nas décadas de 1550 e de 1610.

De maneira seminal, a história do Exército brasileiro se iniciou, em 1548, quando D. João III resolveu criar um governo-geral com sede na Bahia. As primeiras intervenções de vulto ocorridas foram a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, no século do descobrimento, e do Maranhão, em 1615. Quando avançou a interiorização através do amplo movimento de expansão territorial, no século XVII e início do século XVIII, as Entradas e Bandeiras forçaram a organização da defesa do território recém conquistado. As forças expedicionárias de caráter eminentemente militar iniciaram a utilização da população local, particularmente de São Paulo, pelos capitães-mor, em busca de riquezas ou da escravização dos índios.

A reação contra a invasão dos holandeses, no século XVII, pela primeira vez mobilizou grandes efetivos no país. Particularmente, começou a haver um sentimento de defesa nacional, independentemente da influência da coroa. A primeira Batalha de Guararapes, em 19 de abril de 1648, marca o início da organização do exército como força genuinamente brasileira formada por brancos locais, índios e negros ou mulatos. Esta data é comemorada como o aniversário do Exército Brasileiro.

O Exército Nacional - ou Imperial, como costumeiramente era chamado - durante o Reinado de dom Pedro I (1822-31) era dividido em dois ramos: o de 1ª Linha era o Exército de fato; e o de 2ª Linha era formado pelas antigas milícias e ordenanças herdadas dos tempos coloniais.

Com a recusa das tropas portuguesas nas províncias da Bahia, Maranhão, Pará e Cisplatina em aderirem à independência, o Imperador Dom Pedro I reorganizou as tropas a sua disposição para o conflito iminente. A maior parte dos militares sediados no país, inclusive os naturais de Portugal, permaneceram leais ao Imperador. Ele pode dispor de tropas, equipamento e bases para as operações de guerra.

A chamada Guerra da Independência do Brasil estendeu-se de 1822 a 1825. Esse processo findou-se, em 29 de agosto de 1825, quando enfim Portugal reconheceu a independência de sua ex-colônia. Acabou por ser uma guerra civil luso-brasileira, porque portugueses e brasileiros combateram em ambos os lados.

As lutas mais encarniçadas ocorreram nas regiões onde, por razões estratégicas, se registrava maior concentração de tropas do Exército Português. Foram nas então Províncias Cisplatina, da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Grão-Pará. O governo brasileiro providenciou a compra de armas e navios, o recrutamento de tropas nacionais e a contratação de

estrangeiros mercenários, bem como medidas repressivas como o confisco de bens e a expulsão de quem não aceitasse a emancipação política do Brasil. No plano econômico, proibiu-se o comércio, e, no diplomático, autorizou-se a guerra de corsários contra navios de Portugal.

Com o fim da Guerra da Cisplatina (1825-1828), quando o Exército brasileiro não foi capaz de desferir um golpe avassalador sobre as forças argentinas e os rebeldes com suas táticas de guerrilha, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata assinaram, em 27 de agosto de 1828, um Tratado de Paz. Ambos os países acordaram a antiga província brasileira estar definitivamente independente. Se necessário fosse, combateriam para assim permanecer. A Cisplatina passou a chamar-se oficialmente República Oriental do Uruguai após da promulgação da sua Constituição em 1830.

Em 18 de agosto de 1831, foi criada a Guarda Nacional com o intuito de auxiliar o reduzido Exército na defesa nacional. A nova força militar substituiria as antigas milícias e ordenanças a serem extintas. Ela era formada, teoricamente, por todos os brasileiros com uma renda anual superior ao mesmo valor para ser eleitor. Embora fosse uma força reserva do Exército Imperial, na prática, era dependente das vontades de seus comandantes regionais, grandes latifundiários e proprietários de escravos, os chamados Coronéis.

O resultado da desmobilização do Exército e da opção por uma Força Armada sem preparo militar algum logo se fizeram sentir. Constituiu-se em um dos vários motivos do governo central, no Rio de Janeiro, ser incapaz de sufocar de pronto as diversas rebeliões, muitas de caráter republicano e antiescravista, ocorridas pelo país durante o Período Regencial. Sob essa designação ficou conhecido o decênio de 1831 a 1840 na História do Brasil, compreendido entre a abdicação de D. Pedro I e quando seu filho D. Pedro II teve a maioria proclamada. Destas rebeliões se destacam a Cabanada (Pernambuco, 1832-1835), Cabanagem (Belém, 1835-1840), a Balaiada (Maranhão, 1838-1841), o Levante dos Malês (Salvador, 1835), a Sabinada (Salvador, 1837-1838) e a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1835-1845).

Os revoltosos mostravam descontentamento com o poder central e as tensões sociais latentes na Nação recém-independente. Neste período se firmaram a unidade territorial do país e a estruturação das Forças Armadas, além de serem discutidos o grau de autonomia das províncias e a centralização do poder.

O Exército Imperial tinha, em 1851, mais de 37.000 homens. Ele participou da Guerra do Prata, onde derrotou a Confederação Argentina com a

colaboração de tropas uruguaias e de rebeldes argentinos. Mas a deflagração da Guerra do Uruguai, seguida pela Guerra do Paraguai, revelou o completo abandono sofrido pelo Exército Imperial desde 1852. A partir de então, os 18 mil homens do Exército no país inimigo, em 1865, passaram a ser 67.365 em 1866, 71.039 em 1867 e 82.271 em 1869. Caxias reorganizou as tropas. Receberam uniformes, bagagem e equipamentos tão bons quanto os do Exército Prussiano. O governo imperial destinava cerca de 27% do orçamento para o Exército e Armada no ano fiscal de 1873-74, após a Guerra do Paraguai.

A Guarda Nacional teve o seu papel restringido em 1873 ao ser impossibilitada de atuar como força policial e, a partir de então, tornou-se efetivamente uma força reserva do Exército. Sua dissolução definitiva, contudo, viria a ocorrer somente em 1918, durante a Primeira República (e a I Guerra Mundial), destituindo os “coronéis” municipalistas.

Antes, os cadetes passaram a aprender o Positivismo na Escola Militar. Sentindo-se autossuficientes e “donos da verdade”, ignoravam por completo a disciplina militar frente a civis. Tanto a geração sucessora dos militares monarquistas, como a mais nova formada por oficiais de baixa patente, ambas defendiam a implantação de uma ditadura republicana militar. De maneira oportunista, os ativistas republicanos incentivaram o comportamento indisciplinado de uma parcela dos militares do Exército, durante os anos de 1887 e 1888, alegando falta de consideração por parte do governo às Forças Armadas. No entanto, em 1888, cerca de 19% do orçamento era destinado as Forças Armadas.

Em 15 de novembro de 1889, a Monarquia foi derrubada por tropas do Exército lideradas pelo marechal Deodoro da Fonseca, sem ter convicção republicana. Ele se tornou o comandante da primeira ditadura brasileira. De início, cerca de 20% do efetivo do Exército Imperial apoiou o golpe de Estado. Nos dias seguintes, diversos batalhões do Exército espalhados pelas províncias do país participaram de confrontos armados com o intuito de impedir o golpe. Militares monarquistas participaram da Revolução Federalista, ocorrida em 1893, com o intuito de restaurar o Império. Os não falecidos nas batalhas, foram presos, deportados ou fuzilados.

Ancorado na Filosofia Positivista, durante os anos 1889-1894, com o marechal Floriano sucedendo Deodoro como ditador, ocorreu o primeiro período na história brasileira no qual o exército dirigiu o país, tentando impor suas diretrizes políticas e projetos de desenvolvimento nacional ao restante da sociedade. A instabilidade gerada pelo entrelaçamento da crise sucessória, agravada por uma grave crise econômica, abortou esta primeira tentativa de reger o país sem oposição. A Revolta da Armada foi um movimento de rebelião promovido por unidades da Marinha do Brasil contra o governo do Marechal

Floriano Peixoto, supostamente apoiada pela oposição monarquista à recente instalação da República.

Com a ida dos civis ao Poder Executivo, restaurou-se o poder das castas oligárquicas fundiárias no Poder Legislativo. Controlou-o via Política do Café com Leite. Esta foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal, durante a República Velha, para os presidentes da República serem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Ora o presidente seria paulista, ora mineiro.

O tenentismo foi o nome dado ao movimento político-militar constituído por uma série de rebeliões malsucedidas de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro, entre 1922 e 1927, descontentes com a situação política do Brasil. Propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacavam:

1. o fim do voto aberto (“voto de cabresto”),
2. a instituição do voto secreto, e
3. a reforma na educação pública.

Conseguiu manter viva a revolta contra o poder das oligarquias, representado na Política do Café com Leite. Preparou o caminho para a Revolução de 1930. Esta alterou, definitivamente, a estrutura de poder no país.

O Poder passou, inicialmente, da casta da oligarquia fundiária governante para a casta dos guerreiros. Posteriormente, com o surgimento da casta dos sábios universitários e a consolidação da casta dos trabalhadores organizados ou sindicalizados, cujas alianças ameaçavam sempre ganhar as disputas eleitorais, aquelas castas - a dos guerreiros militares e a dos oligarcas governantes -, apoiadas pela casta dos comerciantes industriais e financistas, reagiram com periódicos golpes de Estado.

Em 1945, o tenentismo antigetulista conseguiu depor Getúlio Vargas e lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, um nome ligado ao movimento tenentista, em oposição ao candidato vitorioso, o marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de Getúlio Vargas. Ele, antes do final da II Guerra Mundial, havia demonstrado interesse pela aproximação do Brasil com as potências fascistas, nazistas e militaristas do Eixo.

Em 1950, voltou a se candidatar o brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN. Foi derrotado por Getúlio Vargas, apoiado pela aliança PTB-PSP - e

cristianizando o PSD. Em 1955, o tenentismo disputou novamente a eleição, com o nome do general Juarez Távora, um dos expoentes do tenentismo.

“Ocupada a cidade pelo Exército, sob as ordens de Lott. Destituição do Sr. Carlos Luz e entrega da presidência ao Sr. Nereu Ramos”. Esta era a manchete da edição extra do jornal GLOBO no dia 11 de novembro de 1955, quando o ministro da Guerra, general Henrique Duffles Teixeira Lott, iniciou *um golpe para evitar o golpe* – para historiadores, o “golpe preventivo”. Este garantiria a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, na presidência e vice-presidência, respectivamente, vitoriosos na eleição de 3 de outubro de 1955.

Na eleição presidencial brasileira de 1960, o marechal Lott, já na reserva, foi postulado candidato à Presidência da República pela coligação governista PTB-PSD. Esta elegera JK em 1955 e dera sustentação ao governo deste. Ele recebeu apoio de Juscelino. A campanha de Teixeira Lott foi uma das primeiras a contar com um planejamento profissional, com técnicas de marketing político importadas dos Estados Unidos. Foi a luta da “espada” (Lott) contra a “vassoura” (Jânio Quadros). O populismo de direita se aproveitou do discurso moralista anticorrupção e derrotou a casta dos guerreiros.

Em 1964, quase todos os comandantes militares do golpe militar eram ex-tenentes de 1930, como Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel, Eduardo Gomes, Castelo Branco, Médici, Juraci Magalhães e Juarez Távora. O tenentismo viveu até seus membros se retirarem da vida pública, ou seja, a partir de meados da década dos anos 1970, culminando com o general Ernesto Geisel como presidente. Ele iniciou a distensão do regime ditatorial para não perder o comando hierárquico sobre a “linha dura” do Exército. Com o golpe militar de 31 de março de 1964, o exército regeu os destinos do País de forma ditatorial por vinte anos.

A onda de greves operárias na região do Grande ABC, liderada por Lula, somada à segunda crise do petróleo, coincidiram com a promulgação da Lei da Anistia em 1979. Esta lei proporcionou o retorno dos exilados, atendendo a anseios da população. Com o início da década de 1980, o descontentamento popular, agravado pelos efeitos do regime de alta inflação e da crise da dívida externa, só aumentaram a pressão pela adoção da democracia no Brasil. A *Campanha pelas Eleições Diretas Já* chegou ao ápice entre 1983-84. Assim, a casta dos guerreiros militares se viu forçada a retornar à caserna.

Com a promulgação da nova Constituição, em 1988, o Exército e as demais Forças Armadas se afastaram do núcleo político brasileiro. Voltaram-se para suas missões constitucionais. Até a retomada do poder por um ex-capitão



reformado pelo Exército por meio de uma campanha eleitoral antipetista, pregação conservadora em termos de costumes, e promessa de repressão violenta na área de segurança pública.

### Instituições da Casta dos Sábios

Os sábios – instruídos e manipuladores de ideias –, segundo Priestland (2014), também tinham duas funções inicialmente: eram clérigos (figuras religiosas) ou funcionários públicos (escrivães).

O papel do sábio-sacerdote como defensor ideológico ou reformador da ordem prevalecente foi adotado por toda uma gama de tipos modernos, desde redatores de discursos, jornalistas e acadêmicos até “homens santos” dos tempos modernos, com sua cultura de inspiração. Mas é a outra forma de sábio – o escrivão ou o perito “sábio-tecnocrata” com formação universitária – a mais dominante hoje. Em grande parte do mundo, a sua cultura, tanto de profissionalismo especializado como de burocracia, vem eclipsando, cada vez mais, as formas aristocráticas de governo.

### Instituições da Casta dos Sábios-Sacerdotes

Uma das instituições herdadas de sociedades agrárias, duradouras por 4.000 anos, é a fé no sobrenatural. A Igreja Católica exerce ainda grande influência nos aspectos político, social e cultural dos brasileiros. Segundo pesquisa de 2014, 81% da população brasileira foi criada no catolicismo, porém apenas 61% da população permanecia católica naquele ano. Um dos desafios enfrentados pela Igreja Católica no Brasil é a perda de fiéis para igrejas protestantes e, em menor medida, para a irreligião, isto é, a falta de crença ou o ateísmo.

O catolicismo apostólico romano é ativo no país desde o século XVI, quando foi trazido por missionários acompanhantes dos exploradores e colonizadores portugueses território recém-conquistado, para apaziguar as consciências enquanto o genocídio dos nativos se iniciava. O cristianismo chegou ao Brasil desde o primeiro momento de interação portuguesa com os habitantes indígenas. Os missionários espalharam germes de animais domesticados. Estes conviviam há milênios com os europeus, criando mecanismo biológico de autodefesa nestes. Porém, contra esses germes os nativos não tinham como se proteger. As doenças contaminavam essa população nativa, reunida sob catequese, provocando mortandade em massa. Durante o período de colonização, ordens e congregações religiosas assumiram os serviços nas paróquias e dioceses e a educação nos colégios, ou seja, a

evangelização dos indígenas escravizados, *avant la lettre*, em típicos campos de concentração.

Até meados do século XVIII, o Estado controlou a atividade eclesiástica na colônia por meio do padroado: direito de protetor, adquirido por quem funda ou dota uma igreja, ou o direito de conferir benefícios eclesiásticos. Arcava com o sustento da Igreja e impedia a entrada no Brasil de outros cultos, em troca de reconhecimento e obediência. O Estado nomeava e remunerava párocos e bispos e concedia licença para construir igrejas. Confirmava as condenações dos tribunais da Inquisição e escolhia as formas de punição. Controlava o comportamento do clero pela Mesa da Consciência e Ordens, órgão auxiliar do Conselho Ultramarino. O Estado português era religioso - e não secular.

Não impediu, porém, o agravamento dos conflitos entre colonos (casta dos comerciantes) e padres (casta dos sábios sacerdotes), em torno da escravização dos índios. Eles desembocam no fechamento da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal em 1759.

Este ministro todo-poderoso do rei D. José I, desde julho de 1750, tinha recebido a missão de reconstruir Lisboa, destruída por um terremoto em 1755. Além disso, acabou por reformar o próprio Império português. Subjugou a casta dos nobres aristocratas e reduziu, drasticamente, o poder da Igreja. Foi o responsável pela expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias. Também reorganizou o ensino, até então controlado pela Igreja.

O “déspota esclarecido” estava longe de ser liberal. A censura continuou a manter rigoroso controle sobre a publicação de livros e periódicos. Antes de Pombal, esse papel encontrava-se nas mãos da Igreja e da Inquisição. Com a morte do rei, em 1777, sua filha e sucessora, D. Maria I, uma beata com formação jesuíta, traria de volta ao poder a parte mais conservadora e atrasada da nobreza. Pombal, então, caiu no ostracismo. Portugal voltou a ser um país pequeno, rural e atrasado.

Laurentino Gomes, no livro “1808”, conta: “de todas as nações da Europa, Portugal continuaria sendo, no começo do século XIX, a mais católica, a mais conservadora e a mais avessa às ideias libertárias produtoras de revoluções e transformações em outros países” (2007: 56). Por três séculos, a Igreja havia mantido submissos o povo, seus nobres e reis. Por escrúpulos religiosos, a Ciência e a Medicina eram atrasadas ou praticamente desconhecidas. A vida social pautava-se pelas missas, procissões e outras cerimônias religiosas. O comportamento, seja individual, seja coletivo, era determinado e vigiado pela Igreja Católica. Portugal foi o último país europeu a abolir os autos da Inquisição. Pessoas com ousadia para criticar ou se opor à

doutrina da Igreja eram julgadas e condenadas à morte na fogueira. Até 1761, ainda havia execuções públicas desse tipo em Lisboa.

O Estado português não era laico, ou seja, alheio ao clero ou a qualquer outra ordem religiosa. Pelo contrário, não sendo leigo, ele não se opunha ao controle do clero sobre a sociedade. Só quando o positivismo se disseminou na casta dos guerreiros militares brasileiros, na segunda metade do século XIX, surgiram indivíduos defensores de um Estado laico, isto é, não submisso ao clero, assumindo uma posição contra sua influência na vida intelectual, moral e nas instituições em geral.

Em 7 de janeiro de 1890, logo após a proclamação da República no Brasil, foi decretada a separação entre Igreja e Estado. A República acabou com o padroado, reconheceu o caráter laico do Estado e garantiu a liberdade religiosa. Em regime de pluralismo religioso e sem a tutela do Estado, as associações e paróquias passaram a editar jornais e revistas para combater ideias anarquistas, comunistas ou protestantes. Mais de um século depois, inclusive os protestantes, usam canais de TV religiosos, concedidos para o mesmo combate.

A Questão Religiosa foi um conflito ocorrido no Brasil sob reinado de D. Pedro II, na década de 1870. Tendo se iniciado como um enfrentamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria, acabou se tornando uma grave questão de Estado. Suas causas podem ser traçadas desde muito tempo antes, fundadas em divergências irreconciliáveis entre:

1. *o ultramontanismo*: sistema centralizador da Igreja católica ou doutrina dos ultramontanos, defensores da autoridade absoluta e a infalibilidade do papa em matéria de fé e disciplina, assim como no terreno temporal;
2. *o liberalismo*: conjunto de princípios em defesa da liberdade individual, no campo da política, da economia, da religião, da moral, limitando a interferência do poder do Estado; e
3. *o regime do padroado*: direito de protetor, adquirido por quem fundava ou adotava uma igreja, ou o direito de conferir benefícios eclesiásticos.

Dentro do tradicional pacto de conciliação entre elites (e eventuais contra elites) à la brasileira, pouco tempo depois, os bispos defensores do catolicismo ultramontano foram anistiados. Mas isso não aplacou o acirrado debate público desencadeado a respeito da união entre Igreja e Estado. Ao contrário, o problema permaneceu em discussão, agregando outros elementos ideológicos e sociais e facções cada vez mais extremadas, enfraquecendo a autoridade e o prestígio da Monarquia.

A Questão Religiosa, expressão de uma complexa e dinâmica realidade social e cultural, ressurgiu com força durante a Era Vargas (1930-45 e 1950-54). A Igreja readquiriu grande influência política e reconquistou, constitucionalmente, vários de seus antigos privilégios. Segundo alguns autores, seus efeitos repercutiram também ao longo de toda a segunda metade do século XX.

A partir da década de 30, o projeto nacionalista e desenvolvimentista de Getúlio Vargas influenciava a Igreja no sentido de valorização da identidade cultural brasileira. Assim, a Igreja expandiu sua base social para além das elites, abrindo-se para as camadas médias e populares urbanas.

A Constituição de 1934 previa uma colaboração entre Igreja e Estado. Seriam atendidas as reivindicações católicas como a seguinte mistura:

1. o ensino religioso facultativo na escola pública e
2. a presença do nome de Deus na Constituição.

Em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela coordena a ação da Igreja no país. No final dos anos 50, a Igreja se preocupava com questões sociais geradas pelo modelo de capitalismo no país, como a fome e o desemprego. Em 1960, a Juventude Universitária Católica (JUC), influenciada pela Revolução Cubana, declarou sua opção pelo socialismo. Pressões de setores conservadores da Igreja levaram os militantes da JUC a criar um movimento de esquerda: a Ação Popular (AP). Na época, a Igreja estava dividida quanto às propostas de reformas de base do presidente João Goulart.

Com o Regime Militar de 1964 cresceram os conflitos entre Igreja e Estado. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), houve uma ruptura total diante da violenta repressão: prisões, torturas e assassinatos de estudantes, operários e padres e perseguições aos bispos. Na época, a Igreja atuava em setores populares através das Comunidades Eclesiais de Base. Inspiradas na Teologia da Libertação, elas vinculavam o compromisso cristão e a luta por justiça social. Os abusos contra a ordem jurídica e os direitos humanos levaram a Igreja a se engajar fortemente na luta pela redemocratização ao lado de instituições da sociedade civil.

Ao longo dos anos 80 e 90, com a redemocratização da sociedade brasileira e com alguns de seus ensinamentos fortemente criticados pela Santa Sé, a Teologia da Libertação perdeu influência. Nesse período, cresceu o vigor da Renovação Carismática Católica, surgida nos EUA. Em oposição à politização da Teologia da Libertação e como reflexo religioso do

individualismo da Era Neoliberal, o movimento buscava uma renovação do catolicismo pela ênfase em uma experiência mais individualista com Deus.

No transcorrer do século XX foi percebida uma diminuição no interesse em formas tradicionais de religiosidade. Um reflexo disso é a grande massa de “católicos não-praticantes” hoje presente no país. O catolicismo perdeu adeptos sobretudo entre os jovens brasileiros: segundo o Instituto Data Popular, somente 44% dos brasileiros de 16 a 24 anos definiam-se como católicos. Esse fenômeno é denominado de “descatolização”.

A Igreja Católica teve uma onipresença perversa para a liberdade de expressão. Imprensa, delegacias de polícia, juízes, intelectuais e uma série de outras categorias, além do clero, criavam dificuldades para os outros credos. Estes foram discriminados e perseguidos. No Brasil, muitas pessoas diziam-se católicas como resposta a uma “pressão social”, fato explicativo do imenso número de católicos assumidamente “não praticantes” no país. Apenas na segunda metade do século XX a liberdade religiosa no Brasil, progressivamente, foi se tornando realidade.

A liberdade de escolha ajuda a explicar a perda de fiéis da Igreja Católica para a irreligiosidade, bem como muitas pessoas procurarem abrigo em outras igrejas, particularmente nas evangélicas. Outra consequência do pluralismo seria a presente amplificação de conflitos, controvérsias e debates públicos envolvendo questões como feminismo, orientação sexual, aborto e direitos das minorias.

Uma hipótese explicativa se refere ao fato de temas como sociedade, política e cultura - em vez da religião e da espiritualidade - ocuparem muito espaço nas igrejas. Seria um dos motivos de seu declínio. Para discutir esses temas mundanos, as pessoas já teriam outros fóruns, como a universidade, a mídia e mesmo partidos políticos. Ao aderir sem questionamentos às agendas liberais ou identitárias, as igrejas ficariam invisíveis.

Alienação geraria irrelevância, mas acomodação ou adequação também. A vitalidade da igreja teria a ver com sua autenticidade. Mas se depararia com o anacronismo: erro de cronologia consistente em atribuir a uma época ideias e sentimentos de outra época. A atitude religiosa não estaria de acordo com a época moderna.

A atração até de sacerdotes de outras tradições pelos protestantes é porque muitos se apaixonam e planejam se casar, o que é impossível na Igreja Católica. Ela estabelece o celibato obrigatório. Outros pretendem manter-se celibatários, mas reconhecem uma família não significar só casais heterossexuais. São questões de costumes, mas são politizadas ao serem

levadas ao Congresso Nacional para se transformarem em leis impostas aos outros cujos costumes são distintos.

Nas últimas décadas, a política também entrou na agenda, mas sob um vetor marcadamente pentecostal e neopentecostal. Na atual legislatura, 87 parlamentares participavam da bancada evangélica no Congresso, formada por 85 deputados federais e 2 senadores, de acordo com o Grupo de Pesquisa, Mídia, Religião e Cultura da Universidade Metodista de São Paulo. Considerada uma das frentes mais influentes no Parlamento, a bancada evangélica costuma se alinhar em torno do classificado por seus membros como valores familiares, entre os quais, a restrição às uniões gays e ao aborto.

Os políticos evangélicos enfrentam esses temas referentes a costumes sociais como reação conservadora frente às mudanças de opinião entre a população e mesmo em algumas outras igrejas. Na maioria das igrejas não passa a ideia de homo afetividade. Depende dos estatutos, das lideranças e assembleias de cada igreja. Não há consenso.

#### Instituições da Casta dos Sabidos-Pastores

Está a Igreja com Partido? Compartilhar significa fazer parte de alguma comunidade, por exemplo, religiosa. Significa também participar, dividir, compartilhar um sentimento com alguém. Ou um banquete. Os primeiros cristãos procuraram oportunidades para melhorar a vida das pessoas desvalidas no submundo romano: gladiadores, estrangeiros, escravos. Todos estavam desamparados por serviços sociais do Estado, porque não eram considerados cidadãos do Império Romano.

Os colégios ou as confrarias cristãs ofereciam a sepultura e o banquete. Os cristãos se cotizavam para garantir uma sepultura, erguer um santuário doméstico aos protetores da casa, providenciar banquetes para todos. Com os convivas sentados em bancos, eram simples e fraternos, sendo realizados no dia do Senhor. Compartilhar era separar a refeição em partes entre indivíduos “deixados de valer”. O segredo da propagação do cristianismo no decorrer do século II se relaciona com essa luta pela cidadania.

Esse ato de repartir do cristianismo primitivo o levou à popularidade, até alcançar o imperador. Através do Edito de Milão (ano de 313), o imperador Constantino I acabou com a perseguição romana aos cristãos. Ele se converteu ao cristianismo, porém não transformou a religião em oficial do Império. Aproveitou-se do crescimento dela, em quase todas as regiões do império, para aumentar sua força política.

Em 1453, turcos infiéis conquistaram Constantinopla, bastião milenar do cristianismo. A “cidade de Constantino”, atual Istambul, foi a capital do Império Romano (330-395), do Império Bizantino (ou Império Romano do Oriente) (395-1204 e 1261-1453), do Império Latino (1204-1261) e, após a tomada pelos turcos, do Império Otomano (1453-1922).

No fim da Idade Média, época de peste e fome dizimando a população europeia, houve o “Grande Cisma”, entre 1378 e 1417, quando o papado foi dividido, chegando a haver três papas em 1409. A oferta se dividiu, mas a demanda se elevava com a busca por parte da população leiga, empestada e faminta por uma relação mais direta com o sobrenatural. Surgia a devoção de caráter individualista com base na meditação sobre a vida de penitência e sacrifício de Cristo para alcançar a promessa de paraíso futuro. O exercício individual da fé foi uma ideia-chave para os futuros reformadores da Igreja.

Os esforços dos “devotos” era para expurgar das manifestações culturais todos os resquícios de paganismo ou sobrevivências pré-cristãs. Os ritos católicos lhes substituíam como espécie de magia. O ponto de ruptura foi quando um frei alemão, Martinho Lutero (1483-1546) se deparou, lendo a bíblia, com a doutrina da justificação pela fé. Há cerca de ½ milênio, divulgou suas 95 Teses contestatórias inclusive da prática de perdoar os pecados mediante pagamento em dinheiro.

Foi a base para uma teologia reformada, onde expunha a doutrina do sacerdócio universal. Segundo essa tese, os homens não necessitavam de intermediários do clero para entrar em contato com Deus. Bastava se alfabetizar para ler a bíblia traduzida do latim para o alemão. Conquistou a simpatia das castas dos nobres, dos sábios filósofos e dos sábios-criativos (artistas e artesãos) até o ponto de seis príncipes e catorze cidades alemãs protestarem quando, em 1529, tentaram bani-lo dos domínios do Sacro Império Romano. Foi a origem da designação “protestante”. Sempre pregou a centralidade da bíblia, lida diretamente, sem intérpretes intermediários, por livre-iniciativa.

No Brasil, houve tentativas de disseminação do protestantismo desde o período colonial (1500-1822). Os franceses invasores do Rio de Janeiro no século XVI, em busca de refúgio religioso (e do pau-brasil), eram huguenotes. Em 1630, os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, interessados no comércio do açúcar, conquistaram parte da atual região Nordeste, onde permaneceram até 1654. Nesse período, organizaram a Igreja Cristã Reformada.

A grande maioria dos “cristãos-novos” – um em cada três portugueses imigrantes para a colônia era judeu com conversão forçada – se misturou

depois de uma ou duas gerações com outras etnias. Formaram comunidades ou grupos de pessoas caracterizadas por uma homogeneidade sociocultural com língua, religião e modo de agir próprios. De maneira pejorativa, o indivíduo de origem árabe, vendedor ambulante de artigos de armarinho, era chamado de “carcamano”.

A presença oficialmente aceita do protestantismo só ocorreria na primeira metade do século XIX, após a chegada da corte portuguesa, por causa da aliança geopolítica com a Inglaterra contra Napoleão. Como nação protestante, a Inglaterra garantiu para os seus súditos privilégios de caráter religioso sem precedentes contra o monopólio da Igreja Católica. Estabeleceram a Igreja Anglicana no país. Foram construídos templos e cemitérios, porque as necrópoles - partes das cidades antigas destinadas ao sepultamento dos mortos - estavam sob a guarda da Igreja Católica. Paradoxalmente, face ao seu primórdio, esta não permitia o enterro de protestantes nos seus sítios.

Para resolver o problema conflituoso da mão-de-obra escrava, imigrantes alemães protestantes, especialmente luteranos vindos da Alemanha, se instalaram principalmente no Sul do país, embora também houvesse colônias em estados do Sudeste, exceto no estado de São Paulo. Fundaram comunidades evangélicas independentes e escolas paroquiais de língua germânica para seus filhos.

Outro fator contribuinte para a vinda de missionários estrangeiros foi o avivamento religioso ocorrido na Europa no final do século XVIII. Ele se difundiu pelos Estados Unidos durante a Guerra da Independência pelo discurso de ódio. Foi pregada a satanização da Inglaterra para os colonos norte-americanos separarem-se definitivamente da memória afetiva da metrópole. Em decorrência do fervor evangélico, depois, missões foram organizadas com o objetivo de salvar os demais pecadores do inferno.

Os puritanos, calvinistas radicais e imigrantes pioneiros para os Estados Unidos, surgiram em oposição ao “papismo” da Igreja da Inglaterra. Tinham uma espiritualidade intensa e tumultuosa. Eram bons capitalistas e bons cientistas. Às vezes, porém, passados os efeitos da graça, após a conversão, mergulhavam em depressão crônica e alguns até cometeram suicídio, certos de a perda da alegria extática significar sua predestinação ao Inferno.

Os Pais Fundadores da República Norte-americana compunham uma elite aristocrática de ideias iluministas atípicas. A vasta maioria dos americanos era calvinista e não podia acatar o etos racionalista. Muitos consideravam o deísmo - doutrina para qual a razão é a única via capaz de



assegurar da existência de Deus, rejeitando, para tal fim, o ensinamento ou a prática de qualquer religião organizada - uma ideologia satânica.

Os protestantes viam sua religião dotada de uma ética capaz de incentivar o espírito do capitalismo. A concepção de Destino Manifesto tornou-se pensamento corrente nos Estados Unidos como justificativa dos norte-americanos serem predestinados por Deus para conquistar o mundo levando a democracia, o protestantismo e os valores extremamente moralistas de sua civilização. É a versão expansionista do “sonho americano” de mobilidade social por conta própria ou livre-iniciativa.

No Brasil, com o advento da República através da casta dos militares positivistas houve a separação da Igreja do Estado. Este se tornou constitucionalmente laico. Caíram os obstáculos jurídicos para a atuação dos evangélicos, propiciando a liberdade de expressão e a tolerância religiosa para a propagação do protestantismo no país.

Nas décadas de 1950 e 1960, após a II Guerra Mundial, o pentecostalismo ganhou vigor com a chegada de igrejas norte-americanas. No mesmo período, a livre-iniciativa levou a novos empreendimentos com a criação de igrejas nacionais. Deram novas ênfases evangelizadoras em sintonia com a urbanização. Investiram em grandes concentrações público e no uso inicial do rádio, depois da TV, para anunciar a mensagem do evangelho da cura divina para todos os males através da Teologia da Prosperidade contra o diabo na área financeira. Com a diversificação do pentecostalismo no país, a exploração de nichos do mercado religioso propiciou uma alternativa ao catolicismo para as camadas populares de baixa renda.

A partir da segunda metade dos anos 70, novas igrejas pentecostais tiveram um crescimento acelerado ao explorar a lógica do mercado religioso e uma racionalidade pragmática de tipo empresarial. Passaram a pregar a valorização da felicidade aqui-e-agora a partir da prosperidade financeira, sinal da graça divina.

Para conceder graças aos “tementes de deus”, nada melhor: dar ou transmitir graça a um amplo e fiel público eleitor. O investimento na mídia, além da criação de uma indústria da música gospel - etimologicamente, derivada do inglês *god-spell*, com alusão ao ato divino de anunciar algo ou ao “feitiço de deus” -, propiciou a eleição da “bancada da bíblia”, dita evangélica, no Poder Legislativo. Acima dos partidos, tem grande poder de barganha junto ao Poder Executivo em coalizões partidárias-presidencialistas.

Agora, com a aliança entre a casta dos militares e a casta dos sabidos-pastores, eleito o primeiro presidente evangélico de uma República brasileira laica, tanto o catolicismo como a religiosidade brasileira afro-espírita sentem

temor de serem demonizadas e encaradas pelos pastores como inimigas preferenciais na disputa do mercado religioso. Cruz credo! Livre-nos do obscurantismo da Igreja com Partido e da Escola sem Partido!

Na apresentação de Armstrong (2001), ela chama a atenção para um dos fatos mais alarmantes do fim do século XX foi o surgimento de uma devoção militante, popularmente conhecida como “fundamentalismo”, dentro das grandes tradições religiosas. Os terroristas constituem uma pequena minoria, porém até os fundamentalistas mais pacatos e ordeiros são desconcertantes, pois parecem avessos a muitos dos valores mais positivos da sociedade moderna. Democracia, pluralismo, tolerância religiosa, paz internacional, liberdade de expressão, separação entre Igreja e Estado laico - nada disso lhe interessa.

Os fundamentalistas cristãos rejeitam as descobertas da Biologia e da Física sobre as origens da vida. Afirmam o Livro do Gênesis ser cientificamente exato em todos os detalhes. Os fundamentalistas judeus observam sua Lei revelada com uma rigidez maior ainda em relação ao passado. As mulheres muçulmanas, repudiando as liberdades das mulheres ocidentais, cobrem-se da cabeça aos pés com seu xador. Os fundamentalistas islâmicos e judeus têm uma visão exclusivamente religiosa do conflito árabe-israelense. Porém, ele começou como uma disputa secularista.

Mas o fundamentalismo não se limita aos grandes monoteísmos. Ocorre também entre budistas, hinduístas e até confucionistas. Os fundamentalistas dessas religiões rejeitam muitas das conquistas da cultura liberal, lutam e matam em nome da religião e se empenham em inserir o sagrado no campo da política e da causa nacional.

Essa revivescência religiosa tem surpreendido muitos observadores. Em meados do século XX acreditava-se o secularismo ser uma tendência irreversível. Esperava-se nunca mais a fé desempenhar um papel importante nos acontecimentos mundiais. Acreditava-se, tornando-se mais racionais, os animais humanos já não terem necessidade da religião ou a restringirem ao âmbito pessoal e privado.

Contudo, no final da década de 1970, os fundamentalistas começaram a rebelar-se contra essa hegemonia do secularismo e a esforçar-se para tirar a religião de sua posição secundária e recolocá-la no centro do palco. Ao menos nisso tiveram extraordinário sucesso. A religião voltou a ser uma espécie de “camisa-de-força” ideológica, em certos países, onde nenhum governo a pode ignorar impunemente. Por exemplo, em 2018, no Brasil, foi eleito o primeiro presidente da República assumidamente evangélico.

Antes, havia a influência do pensamento positivista na casta dos guerreiros-militares brasileiros, inclusive influenciando a Proclamação da República, o Estado laico e a insígnia (“*Ordem e Progresso*”) na bandeira nacional. Agora, o ex-capitão reformado adota o lema: “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”, demonstrando intolerância religiosa com agnósticos e ateus ao desejar suas submissões a um ente sobrenatural.

O lema positivista completo de Auguste Comte era: “*Amor como princípio e ordem como base; o progresso como meta*”. Falta amor ou pelo menos tolerância na Nação brasileira...

Bolsonaro não foi o primeiro militar eleito, porque o marechal Eurico Dutra foi eleito após a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945). Com repressão Vargas construiu um Estado Novo brasileiro, assim como na ditadura militar (1964-1984) houve também uma modernização conservadora *à la* desenvolvimentismo de direita.

A afinidade do militar com menor patente com os evangélicos rendeu dividendos eleitorais para o presidente eleito. Nas pesquisas de intenção de voto, em nenhum outro grupo demográfico de raça, idade ou religião a vantagem de Bolsonaro sobre Haddad foi tão gritante. Entre os evangélicos, eram 70% favoráveis ao pesselista e 30% ao petista, revelou o Datafolha em 10 de outubro de 2018. Entre os católicos, a vantagem era de 51% de Bolsonaro em comparação a 49% de Haddad, um empate técnico.

No Censo de 2010, evangélicos formavam 22% da população do Brasil, a maioria pentecostais. Alguns institutos de pesquisa estimam, hoje, os evangélicos representarem 34% da população, ou seja, mais de 70 milhões de brasileiros em todas idades.

No perfil da amostra da pesquisa eleitoral do Datafolha (9.173 questionários), na véspera do segundo turno da eleição de 2018, há 56% católicos, 30% evangélicos, 8% sem religião (agnósticos ou ateus), 3% espíritas, 1% religiões afro-brasileiras, 1% a 2% com religião judaica ou outra. Quanto mais jovem (até 44 anos), maior esse percentual de evangélicos. No caso dos católicos, inverte: quanto mais velho, gradualmente, elevam os percentuais de católicos. Entre os mais jovens (16 a 24 anos), há 15% de agnósticos e ateus, enquanto só há 3% entre os idosos com mais de 60 anos.

Quando aumenta a escolaridade de ensino fundamental para superior cai o percentual de evangélicos e católicos, enquanto eleva o percentual de agnósticos/ateus para 13%. Viva a ciência!

O mesmo movimento, provavelmente devido à correlação entre escolaridade e renda, ocorre por renda familiar mensal: cai a religiosidade quando se eleva a riqueza acima de 5 salários mínimos.

Nas regiões metropolitanas encontram-se proporcionalmente mais evangélicos (34%) e agnósticos/ateus (11%) e menos católicos (46%). O interior é mais conservador. Em pequenas cidades é menor a proporção de evangélicos e agnósticos/ateus e maior a de católicos em relação à média social.

Há maior proporção de mulheres evangélicas (56%) e católicas (52%). Predominam os homens entre judeus (60%), agnósticos (54%) e ateus (71%). Na umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras as frações entre os dois gêneros são  $\frac{1}{2}$  a  $\frac{1}{2}$ .

A grande maioria dos agnósticos (74%) e dos ateus (88%) têm menos de 44 anos. Na população total, até essa idade há 57% das pessoas.

Os maiores percentuais de pessoas com Ensino Superior (53%) por religiões se encontram entre os espíritas kardecistas/espiritualistas e ateus. Enquanto na população a proporção é de 22%, entre os católicos é de 20% e os evangélicos é de 18%. Entre as religiões afro-brasileiras e judaica ambas têm 31% de seus praticantes com a maior escolaridade.

Quanta à preferência partidária, 55% da população não têm, mas 22% têm pelo PT, segundo esse perfil da amostra do Datafolha, embora no primeiro turno da eleição de 2018 tenha atingido 29,5%, como já tinha sido registrado em pesquisa do IBOPE. Entre os católicos, essa preferência se eleva para 25% e entre os evangélicos cai para 16%, provavelmente, pelo efeito da “demonização dos petistas” realizada nos templos e nas mensagens de rede social. Notavelmente, entre os seguidores das religiões afro-brasileiras a preferência petista se eleva para 36%.

Em contraste, o PSL do candidato evangélico, com apenas 6% de preferência, fica em segundo lugar. Entre os católicos cai para 5% e entre os evangélicos sobe para 10%.

Outro destaque interessante é entre os ateus encontrar-se o menor percentual (42%) de “sem partidos”. Entre eles, 20% optam pelo PSOL, 19% pelo PT, 6% pelo Partido Novo, 5% pelo PSL e 4% pelo PSDB. Entre o total da população, os tucanos têm 2%.

Por região, o Sudeste tem 44% dos eleitores, mas 39% dos católicos. Entre todas as demais religiões os percentuais são superiores a 44%, chegando a 64% dos adeptos de umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras

morarem nessa região. Entre os ateus, 53% moram no Sudeste e 37% no Sul, no Nordeste moram 7% e no Centro-Oeste 3%. Não tem ateu no Norte!

Apenas 24% da população moram nas capitais, mas nelas se encontram 57% dos ateus e 53% dos religiosos afro-brasileiros. No interior moram 59%, mas só têm, respectivamente 34% e 29%. O restante mora em outros municípios da região metropolitana.

A medida que se eleva o porte dos municípios se elevam os percentuais de habitantes ateus. Apenas espíritas e espiritualistas acompanham essa tendência.

O maior percentual de ateus (87%) encontra-se na PEA (população economicamente ativa), parcela bem acima dos 73% na população total. Em função disso, entre eles só tem 13% de donas de casa, aposentados, estudantes, rentistas e desempregados.

Quanto a cor, o contraste entre os ateus e a população total é enorme, respectivamente, 61% e 36% de brancos, 17% e 39% de pardos. No caso de pretos (13%), amarelos (3%) e indígenas (2%), as proporções são bastante similares entre os ateus e a população total.

Quanto à orientação sexual, se declaram homossexuais ou bissexuais 7% da população, mas 20% dos religiosos afro-brasileiros, 13% dos judeus, 12% dos agnósticos e 20% dos ateus. Viva o corpo livre! Viva a liberdade de pensamento e expressão!

Finalmente, na renda familiar mensal há grandes contrastes nas diversas faixas na população e nos ateus. Nela, nas três primeiras faixas até cinco salários mínimos, há 43% [0-2], 20% [2-3] e 17% [3-5]; nos ateus, 16%, 7% e 40%. Entre cinco e dez salários mínimos, nela 11%, neles 21%. Entre vinte e cinquenta salários mínimos, nela 1%, neles 8%.

Enfim, os ateus são os grandes dissidentes na população brasileira ou - quero crer -, a vanguarda da liberdade e tolerância religiosa. Graças a Deus, sou ateu!

#### Instituições da Casta dos Sábios-Universitários e/ou Tecnocratas

Algumas das maiores e mais conceituadas universidades americanas - Harvard, Columbia, Yale e Princeton - foram criadas no século XVII por instituições religiosas reformadas. Até o início do século XX, essas escolas de elite faziam restrições a católicos e judeus, seja como professores ou alunos. E mesmo quando receberam permissão para dar aula, foi difícil aos não

protestantes encontrar trabalho para ensinar disciplinas como literatura ou história americana. No Brasil, as igrejas protestantes históricas também criaram muitas universidades, aumentando sua influência social, apesar do contingente numérico relativamente pequeno frente à maioria católica.

Quanto à formação da casta dos sábios-universitários no Brasil, embora Portugal tivesse uma das dez mais antigas universidades da Europa em funcionamento contínuo, a Universidade de Coimbra, fundada em 1290, não permitiu nenhuma Universidade em sua colônia nas Américas. Essa postura obscurantista permaneceu, inclusive, no período (1808-1821) quando a corte metropolitana aqui se instalou com D. João VI.

Segundo o modelo português, a nenhuma das escolas de Ensino Superior foi atribuído o status de Universidade. Este era reservado, em todo o Império Português, à Universidade de Coimbra. Mesmo em Portugal, com exceção da existência breve da Universidade de Évora, as diversas instituições de ensino superiores existentes fora de Coimbra só alcançaram o status de universidades em 1911.

Segundo Laurentino Gomes, no livro “1808” (2007: 121), entre 1772 e 1800, um total de 527 brasileiros se formou em Coimbra. Esta elite intelectual, na qual se destacou José Bonifácio de Andrada e Silva, constituiria a “classe dirigente brasileira”. Um quarto dos formandos vinha da capitania do Rio de Janeiro e 64% deles eram formados em advocacia por ser o curso propiciador de mais oportunidades profissionais, especialmente, no serviço público.

A existência dessa pequena elite intelectual representava um avanço em uma colônia onde tudo se proibia e censurava. Livros e jornais eram proibidos de circular livremente, para “não espalhar os abomináveis princípios franceses. (...) quem ousasse expressar opiniões em público contrárias ao pensamento vigente na corte portuguesa corria o risco de ser preso, processado e, eventualmente, deportado. Imprimi-las, então nem pensar. Até mesmo reuniões para discutir ideias eram consideradas ilegais” (Gomes; 2007: 122).

No Brasil, a mais antiga instituição com o status de universidade foi a Universidade de Manaus, criada em 1909 e hoje chamada Universidade Federal do Amazonas. Há outras instituições de ensino superior brasileiras mais antigas, porém não gozavam do status de universidade. A Inconfidência Mineira, entre outras reclamações, pretendia a implementação de uma Universidade no Brasil.

O Ensino Superior no Brasil começou muito antes, ainda no Período Colonial, com a criação de escolas superiores especializadas, modeladas em

escolas semelhantes existentes na Metrópole Portuguesa. Uma das primeiras foi a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792, no Rio de Janeiro, pela Rainha D. Maria I de Portugal, com o fim principal de formar oficiais técnicos e engenheiros militares.

Considera-se esta Academia como sendo a primeira Escola Superior de Engenharia das Américas e uma das primeiras do mundo, estando na origem remota dos atuais Instituto Militar de Engenharia e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Então, a casta dos sábios-universitários brasileiros surge a partir da formação acadêmica da casta dos guerreiros.

Em muitos países católicos, principalmente na América espanhola, a Igreja Católica sempre esteve à frente do sistema de ensino, principalmente do Ensino Superior. No Brasil, diferentemente desses países, a casta dos sábios-sacerdotes não conseguiu estabelecer o domínio desejado sobre a formação da casta dos sábios-universitários.

Com a vinda da Casa Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, o Ensino Superior no Brasil foi desenvolvido, com a criação de escolas e cursos adicionais no Rio de Janeiro e Salvador para formar profissionais destinados a atender, sobretudo, aos membros do Estado nacional. No entanto, não havia ainda uma estrutura capaz de ser chamada de Universidade.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro é descendente direta dos primeiros cursos de ensino superior do Brasil. Criada em 7 de setembro de 1920 através do Decreto 14.343 pelo então presidente Epitácio Pessoa, a instituição recebeu o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Após uma grande reestruturação promovida pelo ministro Capanema, em 1937, durante o governo Vargas, ela passou a ser chamada de Universidade do Brasil, com o objetivo do governo de controlar a qualidade do ensino superior no país. Dessa forma, ambicionava padronizar o ensino, criando um padrão ao qual as outras universidades brasileiras deveriam se adaptar.

A Revolução Constitucionalista foi o movimento armado ocorrido no estado de São Paulo entre julho e outubro de 1932. Tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O movimento cresceu a partir do ressentimento local com o fato de Vargas governar por decreto, sem uma Constituição e em um governo provisório. O golpe de Estado em 1930 também afetou São Paulo ao corroer a autonomia gozada pelos estados brasileiros durante a vigência da Constituição de 1891.

Após o revés de São Paulo, na chamada por paulistas de “Revolução de 1932”, o Estado se viu ante a necessidade de formar uma nova elite capaz de

contribuir para o aperfeiçoamento das instituições, do governo e a melhoria do país. Com esse objetivo, um grupo de empresários fundou a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) - atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - em 1933. O interventor de São Paulo - correspondia ao cargo de governador -, Armando de Salles Oliveira, criou a Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

O *modelo norte-americano* constituiu o exemplo para ELSP, embora alguns historiadores, devido aos professores-visitantes franceses, alegam o mundo acadêmico francês ter sido a principal fonte de inspiração para a USP. Na realidade, apesar das diferenças existentes entre a concepção francesa e a alemã, em ambas, de acordo com a mistura aqui adotada, havia a preocupação com a questão nacional, ou seja, com a afirmação da nacionalidade.

No *modelo francês*, a pesquisa não é tarefa primordial da universidade, havendo dissociação entre Universidades, dedicadas fundamentalmente ao ensino, e Escolas de Altos Estudos, voltadas para a pesquisa e a formação profissional de alto nível de sábios-tecnocratas, em uma *visão de centralização e controle estatais*. Pode-se estabelecer uma correlação entre o caso francês e o caso da Universidade do Brasil (futura UFRJ), em sua origem.

No *modelo alemão*, a preocupação com a constituição da nacionalidade se deu em uma *visão liberal-elitista*, com maior autonomia da Universidade diante do Estado, desembocando em uma concepção de não dissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação. Essa abordagem menos pragmática de universidade está voltada para a pesquisa e a formação profissional de alto nível de sábios-intelectuais. Estas características podem ser encontradas nas propostas dos fundadores da USP.

O número de matrículas no Ensino Superior passou de 95.961, em 1960, para apenas 134.500, em 1980. Em 1991, atingiu 1.565.056 e em 2002, 3.479.913. Em 2014, houve 6.486.171 matrículas em Cursos de Graduação Presenciais. Somaram-se mais 3.006.258 estudantes neste nível de ensino na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014). Considerando também o EAD (Ensino à Distância), em 2014, o Censo do Ensino Superior apurou 7.828.013 milhões matrículas, além do dobro daquele número de 2002.

Contudo, quando se analisam as matrículas presenciais apenas em Universidades (e não em outras categorias administrativas), rigorosamente, estudantes universitários eram 3.205.001. As públicas e as privadas abrigavam números mais próximos, respectivamente, 1.548.007 e 1.656.994. Em 2017, existiam 199 Universidades, sendo 106 públicas e 93 privadas. A casta de



sábios-universitários ainda não se massificou tanto quanto sugere o número bem maior de estudantes de Ensino Superior.

Entre 2007 e 2017, o número de ingressos variou positivamente 19,0% nos cursos de graduação presencial e mais de três vezes (226,0%) nos cursos a distância. Enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2007 era de 15,4%, essa participação em 2017 era de 1/3. Entre 2007 e 2017, a matrícula na educação superior aumentou 56,4% e atingiu 8,3 milhões estudantes.

Considerando o número de Docentes Universitários como componentes dessa casta de sábios, eram apenas 204.310 em 2014. Os doutores, dando aulas em Universidades, eram a metade: 102.371 professores.

No começo do século XXI, 6,1 milhões de brasileiros tinham terminado ao menos um curso universitário. Em 2010, já eram 12,8 milhões.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2016, divulgada no dia 21/12/17 pelo IBGE, mostrava: apenas 15,3% dos adultos brasileiros entre 24 e 64 anos tinham ensino superior completo. No nível superior completo, 22,2% das pessoas brancas tinham terminado a graduação, mas entre as pretas ou pardas a proporção era de 8,8%.

No Brasil, em 2017, 17% dos jovens adultos com idade entre 24 e 34 anos atingiam o ensino superior. Em 2007, o índice era de 10%. Apesar da melhora, o desempenho ainda estava cerca de 27 pontos percentuais abaixo da média da OCDE.

Na avaliação da edição 2016 do relatório “*Education at a Glance*”, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o baixo alcance da educação superior no Brasil (15,3%) explica, pelo menos parcialmente, por que o retorno da educação sobre a renda ser um dos mais altos do mundo entre os países com esse dado publicado. O percentual de adultos brasileiros com ensino superior está abaixo da média de países latinos: Chile (21%), Colômbia (22%), Costa Rica (23%), e México (16%).

Um trabalhador com bacharelado no Brasil, em geral, ganha mais que o dobro em comparação ao ganho por um trabalhador com apenas o ensino médio concluído. Quem completa mestrado ou doutorado, por exemplo, ganha acima de quatro vezes mais em relação aos trabalhadores apenas com o ensino médio.

Como na maioria dos países, as pessoas com mais escolaridade têm taxas maiores de empregabilidade no País: 72% das pessoas sem o ensino

médio estavam empregadas, enquanto 88% das pessoas com ensino superior estavam no mercado de trabalho.

Chauí (1981), em seu clássico ensaio “*A ideologia da competência*”, reúne a organização - ou a suposta administração racional eficaz do trabalho, seja na esfera pública, seja em empresas privadas -, a gerência científica e a tecnociência para percebermos a divisão social das classes estar acrescida de novas divisões. Destaco a casta dos sábios.

A *ideologia da competência* realiza a dominação pelo descomunal prestígio e poder do conhecimento científico-tecnológico. Obtém-se reputação profissional pelo prestígio e poder das ideias científicas e tecnológicas.

O *discurso competente* pode ser assim resumido: “não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer lugar e em qualquer circunstância”. O discurso competente, portanto, é aquele proferido pelo especialista, membro da casta dos sábios, ocupante de certa posição ou um lugar determinado na hierarquia organizacional. Haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade.

Chauí (1981) reúne o discurso competente da organização e o discurso competente dos especialistas, com o objetivo de mostrar ambos estarem construídos para assegurar dois aspectos hoje indissociáveis no modo de produção capitalista:

1. o *discurso da organização* afirma só existir racionalidade nas leis do mercado;
2. o *discurso do especialista* afirma só haver felicidade na competição e no sucesso de quem a vence.

Essa ideologia está fundada na desigualdade entre os que possuem e os que não possuem o saber técnico-científico, fonte de poder. Logo, este se torna o lugar preferencial da competição entre indivíduos e do sucesso de alguns deles contra os demais.

Isso se manifesta não só na busca do diploma universitário a qualquer custo, mas também na nova forma assumida pela Universidade como organização destinada não só a fornecer diplomas, mas também a realizar suas pesquisas segundo as exigências e demandas das organizações empresariais, isto é, do capital. Dessa maneira, a universidade alimenta a ideologia da competência e despoja-se de suas principais atividades: *a formação crítica e a pesquisa*.

Na defesa dos interesses da casta dos sábios-universitários destacam-se algumas instituições de corporações formadas em Universidades a partir de suas criações tardias. Destaco como exemplo duas delas.

A história da fundação da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) começa com sua criação em 7 de abril de 1908. Seu principal objetivo era assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação. A Associação deveria ser um campo neutro para abrigar todos os trabalhadores da imprensa. Não concordava, inicialmente, com a ideia de os jornais serem empresas, dando lucro a seus acionistas. Para ela, os jornais deveriam ter uma missão social e funcionar como cooperativas de cujos interesses participassem todos os seus membros, dos diretores aos mais modestos colaboradores. O programa de fundação da ABI expunha reivindicações só ressurgidas na Revolução de 1930.

Como uma trincheira na defesa da liberdade de imprensa e dos direitos humanos, a ABI possui o orgulho de nunca se ter dobrado à intolerância e à violência dos Governos ditatoriais, nem mesmo quando explodiram sua sede. Em 1976, quando a ABI era uma das entidades da sociedade civil mais destacada na defesa das liberdades democráticas, um ato terrorista destruiu todo o 7º andar do edifício-sede da instituição, onde funcionavam os serviços administrativos, o Conselho e a Presidência. As autoridades da época nunca conseguiram (ou desejaram) identificar os autores do atentado a bomba.

Ao longo da sua história, a ABI sempre se empenhou pela defesa dos direitos dos jornalistas. No período de dois regimes ditatoriais, com o Estado Novo e o golpe militar de 64, a ABI intermediou a soltura de jornalistas presos e submetidos a inquéritos policiais, acusados de subversão.

Na sede da ABI, na tarde de 28 de setembro de 1988, aconteceu a última reunião do Conselho Federal de Censura, liquidado pela nova Constituição. No mesmo dia o Presidente Sarney assinava o decreto instituindo o Conselho de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão, para o qual foram designados representantes da ABI.

Em outubro de, Barbosa Lima Sobrinho, então Presidente da Casa, defendeu na Câmara dos Deputados o pedido de impeachment de Fernando Collor de Mello, juntamente com o então Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenère. Para Barbosa Lima Sobrinho, a atuação da imprensa no episódio situava-se entre as mais decisivas registradas na memória da Nação. Mais importante foram as realizações na sede da ABI de reuniões nacionalistas da campanha “O petróleo é nosso”, antecedentes à Lei de 1953 instituidora da Petrobras.

A Revolução de 1930 fez nascer um novo Estado. Ele se distanciou do modelo oligárquico pelo caráter centralizador e pelo desenvolvimentismo. Embora tenha sido caracterizada pela heterogeneidade de membros comprometidos de diversas castas, conseguiu aliar uma parcela das oligarquias regionais a um grupo de oficiais Coluna Prestes descontentes com a chamada Política Café-com-Leite, reivindicando eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis. Eram egressos do movimento tenentista e intelectuais liberais.

Com uma troca da aliança entre castas processada sem grandes rupturas, a revolução fez emergir novas forças no cenário político. Foi o caso dos profissionais liberais e dos jovens políticos. Antes de 1930, formaram a Aliança Liberal e articularam o golpe de estado, como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Francisco Campos, entre outros.

Nesse contexto, e em sintonia com as aspirações de renovação e modernização do País, ocorreu a criação da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo como personagem central a figura do então procurador-geral do Distrito Federal, André de Faria Pereira. Logo depois de instalado o Governo Provisório, ele expôs a Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, a necessidade de modificar a organização da Corte de Apelação, visando à normalização dos seus serviços e ao aumento da produtividade de seus julgamentos. Incumbido pelo ministro de organizar um projeto de decreto, o procurador-geral, há muito sócio do Instituto dos Advogados, incluiu o dispositivo do art. 17, criando a Ordem dos Advogados.

A instituição da Ordem dos Advogados do Brasil ocorreu, então, quase um século após a fundação do Instituto dos Advogados, por força do art. 17 do Decreto n.º 19.408, de 18 de novembro de 1930, assinado por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, e referendado pelo ministro da Justiça Osvaldo Aranha. O primeiro Código de Ética Profissional para os advogados, aspiração já antiga da classe, foi aprovado na sessão do Conselho Federal de 25 de julho de 1934.

A Ordem iniciou sua trajetória na defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos com os acontecimentos políticos de 1935 - fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e repressão do fracassado levante comunista -, marcados pelas primeiras medidas da execução do estado de sítio e da Lei de Segurança Nacional. Desembocariam no autoritário Estado Novo com a efetivação de novo golpe em 10 de novembro 1937. O regime varguista abraçou abertamente o ideal da extrema direita, sob a tutela da violência, assegurada por um aparato policial coercitivo, como elemento essencial de manutenção do poder e da ação totalitários. A corporação

policial, isto é, a casta dos guerreiros, tinha por finalidade legitimar a preservação da ordem ditatorial.

Nesse período, as manifestações da OAB contra o Estado Novo e suas ações repressivas, perseguidoras de opositores ao regime e cerceadoras de direitos individuais, corroboradas pela Constituição autoritária outorgada no mesmo dia do golpe, consagraram a entidade como defensora da liberdade. Manteve na luta contra as consequências repressivas de outros golpes, especialmente, o militar em 1964. Porém, fraquejou na luta contra o golpe efetuado em 2016, quando, em um regime presidencialista, uma oportunista maioria de congressistas derrubou uma Presidenta eleita alegando um pretexto jamais criminalizado em outros governos.

Finalmente, Conrado Hübner Mendes, doutor em Direito e Professor da USP, caracteriza bem os privilégios da *subcasta da toga* (Época, 16/11/18). Define a “magistocracia” como a fração da magistratura capaz de hegemonizar a cultura e arquitetura judiciais. Ela exhibe cinco vocações:

1. ser *autoritária*, pois viola direitos,
2. ser *autocrática*, pois patrulha juízes ideologicamente,
3. ser *autárquica*, pois se isenta de controle e prestação de contas,
4. ser *rentista*, pois detém o poder de barganha para fixar seu próprios salários e benefícios extras como auxílio-moradia para todos os juízes,
5. ser *dinástica*, porque quer nomear membros da família para compartilhar seus privilégios no clã.

### Instituições da Casta dos Mercadores

O terceiro modo de pensar — o do comerciante —, segundo Priestland (2014), hoje penetrou na maioria das áreas da vida, mas pode ser visto em sua forma mais pura, obviamente, no comércio e nas finanças. O comprador-e-vendedor muitas vezes tem dois tipos de valores morais:

1. pelo bem, sua flexibilidade, seu amor ao *networking*, sua disposição para negociar com todos com empatia, sejam quais forem a classe, etnia ou religião, ele se mostra brando, tolerante e cosmopolita;
2. pelo mal, ele também tem um aspecto muito mais inflexível, mais moralista, aparecendo quando entra em conflito com os outros.

Assim, enquanto seu amor pela eficiência e pela inovação ajudou, sem dúvida, a enriquecer a humanidade como um todo, o igual interesse do comerciante em obter o maior lucro no mínimo de tempo às vezes é de difícil alinhamento com os interesses mais amplos de comunidades específicas. Isto ocorre, por exemplo, quando ele se recusa a investir no longo prazo, com medo de perder oportunidades melhores em prazo menor, ou quando procura obter o máximo de lucro da exploração de trabalhos de indivíduos. É inevitável essa compulsão criar tensões, às quais o comerciante pode responder de maneiras mais ou menos liberais.

Na Brasil Colonial, narra Priore (2016), algumas cidades funcionaram como entrepostos de mercadorias vindas de outras capitâneas e mesmo da metrópole, caso do Rio de Janeiro e de Ouro Preto. Essa última recebia vinho, manufaturas, ferramentas, escravos e remédios, revendendo-os a outros núcleos. Dentro das capitâneas, circulavam os produtos da terra: toucinho, aguardente, açúcar, couro, gado e algodão, além de milho e feijão.

Era preciso comprar, vender, distribuir, lucrar ou perder com tantos produtos. Milhares de vidas envolvidas com negócios deram um perfil diferenciado à sociedade colonial. Até o século XVIII, a designação “negociante” abarcava diferentes ocupações. Até cem anos antes, “mercador”, “homem de negócios” e “cristão-novo” eram sinônimos revestidos de impopularidade. Na hierarquia medieval cristã, o comerciante ficava abaixo das artes mecânicas. Ao comercializar o fruto de artes e ofícios de outros, ele era considerado um parasita. Apenas no século XVIII, em Portugal, o estigma começou a se esvaír, pois a administração do marquês de Pombal decretou, em 1770, “o comércio ser considerado uma profissão nobre, necessária e proveitosa”.

Refletindo a ameaça de revoluções burguesas em outros países, a casta dos aristocratas de Portugal, antes da Guerra da Independência norte-americana (1775-1783) e da Revolução francesa (1789), reconheceu a casta dos comerciantes. A tradição luso-ibérica, cuja herança nos influencia até hoje, já era de conciliação e não de revolução. *Avant la lettre*, os aristocratas “entregavam os anéis para não perderem os dedos”.

Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957), no romance *Il gattopardo* (O Leopardo) sobre a decadência da aristocracia siciliana durante o *Risorgimento*, tem o trecho mais memorável do livro no discurso do sobrinho de Don Fabrizio, Tancredi, o arruinado e simpático oportunista príncipe de Falconeri, incitando seu tio cético e conservador a abandonar sua lealdade aos Bourbons do Reino das Duas Sicílias e aliar-se aos Saboia. “A não ser se nos salvemos, dando-nos as mãos agora, eles nos submeterão à República. Para as coisas permanecerem iguais, é preciso tudo mudar”.

A presença israelita no comércio da colônia de Portugal nas Américas era notável. Inseridos na vida social, política e administrativa baiana, a maior parte da população da capital seria constituída por judeus ricos praticantes do comércio. Na mestiçagem brasileira, a grande maioria dos judeus – um em cada três portugueses imigrante para a colônia era “cristão-novo” – se misturou depois de uma ou duas gerações com outras etnias, isto é, comunidades ou grupos de pessoas antes caracterizadas por uma homogeneidade sociocultural com língua, religião e modo de agir próprios.

Marquês de Pombal (1699-1782) foi secretário de Estado do Reino, durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerado representante do despotismo esclarecido em Portugal no século XVIII. Viveu em um período da história marcado pelo Iluminismo.

Iniciou várias reformas administrativas, econômicas e sociais. Acabou com a escravatura em Portugal Continental em 1761 e, na prática, com os autos de fé em Portugal, apesar de não ter extinguido oficialmente a Inquisição portuguesa, em vigor “*de jure*” até 1821. Em 1768, obrigou por decreto a “primeira nobreza da corte”, isto é, os principais titulares do reino de Portugal, a casar fora do seu grupo social ou com linhagens com menores garantias de pureza. Eles eram chamados de “puritanos”, porque em nome da limpeza de sangue praticavam uma estrita endogamia. Era a maneira de evitar nas suas linhagens entrar “mancha de nação impura”, leia-se: a dos judeus ou a dos mouriscos.

Em 1773, fez promulgar uma lei para extinguir as diferenças entre cristãos-velhos (católicos sem suspeitas de antepassados judeus) e cristãos-novos. Tornava inválidos todos os anteriores decretos e leis discriminatórias dos cristãos-novos ao imporem critérios de “limpeza de sangue”. Passou a ser proibido usar a palavra “cristão-novo”, quer por escrito quer oralmente. As penas eram pesadas:

- para o povo, chicoteamento em praça pública e exílio em Angola;
- para os nobres, perda de títulos, cargos, pensões ou condecorações;
- para o clero, expulsão de Portugal.

Ao mesmo tempo não hesitando em impor monopólios e esmagar a concorrência interna ao conceder isenção de impostos no comércio e nas exportações, o marquês de Pombal criou estímulos fiscais para a instalação de pequenas manufaturas voltadas para o mercado interno português. Deste também faziam parte as colônias, mas na colônia portuguesa das Américas permaneceram proibidas até a chegada de D. João VI. Essa política protecionista englobava medidas favoráveis à importação de matérias-primas.

Encarecia os produtos importados similares aos de fabricação portuguesa. Como resultado, surgiram no reino centenas de pequenas manufaturas produtoras dos mais diversos bens.

O ministro fundou também o Banco Real, em 1751, e estabeleceu uma nova estrutura para administrar a cobrança dos impostos sob seu controle direto. De acordo com a mentalidade iluminista, considerava o desenvolvimento econômico e o exercício do poder da Monarquia Absolutista como dois aspectos da mesma realidade.

Dando um salto na história, para verificar quais os meios institucionais encontrados pelos membros da casta dos mercadores para se associarem em defesa de seus interesses, a Carta do Trabalho [*Carta del Lavoro*] era o documento de referência para o Estado Novo brasileiro organizar as corporações de cima para baixo. O Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini apresentou, em 1927, as linhas de orientação para guiar as relações de trabalho na sociedade, nomeadamente entre o patronato, os trabalhadores e o Estado, seguindo o modelo político corporativista. Segundo esse documento, também adotado em *Terrae Brasilis*, todos deveriam seguir as orientações e o interesse do Estado. À sociedade permitia-se se organizar em corporações, isto é, entidades como associações patronais e sindicatos representantes não da diversidade de seus interesses, mas sim da coletividade nacional. Em vez de reivindicações de baixo para cima, encaminhavam normas de cima para baixo.

Este modelo, característico do *corporativismo*, foi replicado no Brasil durante a Era Vargas, assim como em Portugal, Turquia e França. Paradoxalmente, era inspirado nas concepções coletivistas e socializantes próprias do socialismo realmente existente. Poucos antes, na URSS, Lenin tinha implementado tal modelo, embora com uma diferença relevante porque limitava a iniciativa privada.

No modelo italiano fascista de Mussolini, não existiam, por princípio, constrangimentos à iniciativa particular e à propriedade privada, mas ambas eram colocadas sob a tutela do Estado. Quando este entendesse as associações patronais e os sindicatos estarem contrários às suas políticas, poderia intervir, porque os interesses do Estado sempre lhes seriam superiores. Tenentistas e/ou positivistas no Governo Vargas o seguiram.

No verbete sobre Associações Patronais de autoria de Ida Regalia, no *Dicionário de Política*, coordenado por Norberto Bobbio (1986: 67/68), informa: de um ponto de vista formal e jurídico, as associações sindicais dos empregadores se apresentam análogas às associações sindicais dos trabalhadores dependentes. Umas e outras são associações de direito privado



e gozam igualmente da liberdade de organização sindical. Em ambos os casos se tratam de “Sindicatos”.

De fato, considerando-se a amplitude das funções efetivamente desempenhadas em relação aos associados, a relevância das Associações Patronais aparece muito mais restrita se comparada com a dos sindicatos dos trabalhadores. Isto depende, em primeiro lugar, da diversa necessidade estrutural de organizar-se para tutelar os próprios interesses coletivos com os trabalhadores dependentes, de um lado, e as empresas, do outro. Trata-se de um sistema social onde estas últimas detêm o direito da iniciativa econômica. Elas constituem, per si, cada uma, um sujeito organizado, uma coalizão, perante os próprios dependentes.

Um outro fator determinante é a elevada heterogeneidade dos interesses também sindicais das várias empresas, conforme se trate de empresas multinacionais ou não, de grandes monopólios ou de pequenas e médias empresas, operando em um mercado concorrencial, e assim por diante. As polêmicas marcantes na história recente das associações do patronato industrial no Brasil explicam-se a partir da diversidade e, às vezes, do conflito dos interesses de referência.

Por todos estes motivos, os estudos e as pesquisas a respeito puseram especialmente em claro a fraqueza das Associações Patronais, mensurada como capacidade de impor linhas comuns de comportamento às empresas filiadas. Dada também a exiguidade de possíveis sanções, elas podem, de fato, agir fora das diretrizes estabelecidas pelas próprias associações, quando isto parecer mais conveniente a cada empresa.

Historicamente, para as empresas, a exigência de associar-se surge:

- ou para se tutelarem perante a intervenção dos Governos em matéria de legislação social e econômica,
- ou para se defenderem perante a ação organizada dos sindicatos dos trabalhadores.

Em ambos os casos, trata-se de reações defensivas perante possíveis ameaças às liberdades empresariais:

- o primeiro objetivo facilitará o surgimento de organizações de dimensão nacional para manter relações com os Governos e exercer pressões sobre eles;

- o segundo solicitará soluções organizativas paralelas às dos sindicatos dos trabalhadores, por exemplo, a congruência dos níveis organizativos respectivos é exigida pela evolução dos contratos coletivos.

No Brasil, há associações empresariais articuladas tanto em estruturas territoriais quanto de categoria, assim como acontece para os sindicatos dos trabalhadores. Existem, porém, diferenças fundamentais:

- no caso das empresas, elas podem filiar-se somente a uma ou a outra das articulações existentes, de acordo com os próprios interesses;
- enquanto os trabalhadores inscritos nas organizações confederais pertencem necessariamente a ambas as linhas organizacionais.

Em nível nacional, portanto, as associações dos empresários não dependem de uma confederação unitária, mas de várias confederações, divididas de acordo com os setores econômicos onde atuam as empresas (indústria, comércio, agricultura), ou segundo outros critérios, tais como a dimensão, a origem de capital privado ou estatal, etc. Estes aspectos mostram como o associacionismo patronal se desenvolveu multiformemente, de acordo com os diversos interesses surgidos.

As funções desempenhadas pelas Associações Patronais podem ser subdivididas em funções de:

1. assistência e consultoria (técnica, sindical, legal) às empresas filiadas,
2. representação dos membros nas contratações coletivas e nas controvérsias, não resolvidas no âmbito da empresa,
3. tutela dos interesses dos associados nos contatos e nas negociações com o Governo e com os poderes públicos.

A predominância de uma ou outra função depende das condições do conjunto de relações industriais no momento em questão. Porém, é sempre possível para cada empresa agir de forma autônoma, assessorada pelos próprios consultores, contratando o mais possível dentro da empresa e procurando exercer pressões diretas e através de outros canais sobre os poderes públicos.

Fundada em 12 de agosto de 1938, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) sucedeu a Confederação Industrial do Brasil (CIB), o primeiro órgão de representação do setor produtivo nacional. Criada em 1933, a CIB foi uma iniciativa de quatro federações de indústrias: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro - capital do Brasil à época.

A CNI nasceu com o desafio de ajudar o Brasil a superar os problemas decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, a instituição deu sua contribuição ao país, elaborando estudos sobre o planejamento das atividades produtivas, a defesa do trabalho e o reequipamento do parque manufatureiro.

Na década de 40, a CNI se preocupou com a formação de mão de obra para a indústria brasileira e lançou as bases para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, formando um sistema capaz de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Ao SENAI e ao SESI, veio a se somar o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado pela CNI em 1969. A CNI administra todas essas instituições. Juntas, federações estaduais e sindicatos patronais da indústria formam o Sistema Indústria, uma rede nacional de caráter privado responsável por iniciativas de apoio ao setor industrial brasileiro.

A partir de 1988, o foco da atuação passou a ser a competitividade do produto brasileiro, a inserção das empresas no mercado internacional e a redução do chamado “custo Brasil”. Hoje, a CNI defende reformas institucionais para a economia brasileira crescer de forma sustentada, competitiva e inovadora, e com alta produtividade.

Com as 34 federações patronais - sendo 27 estaduais e 7 nacionais - e os 1041 sindicatos mais representativos do setor no País, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) forma o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio).

O chamado Sistema S foi criado na década de 1940 e é constituído por onze entidades, entre elas o Sesi - Serviço Social da Indústria, Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Sesc - Serviço Social do Comércio, Sest - Serviço Social do Transporte, o Senat - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e o Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

A origem da arrecadação do Sistema S é 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas, mas os percentuais de repartição dos recursos não são controlados pelo Estado, por exemplo, 1,5% poderiam ser destinados à formação profissional e 1% a serviços sociais. Assim, 60% dos cerca de R\$ 8 bilhões arrecadados iriam para atividades educativas e 40% para sociais.

É consenso entre os empresários de a gestão dos recursos não ser submetida ao Governo. Eles alegam isso ser uma forma de estatização do Sistema. Ainda assim, o setor empresarial diverge entre si. Representantes dos setores automobilístico, eletroeletrônico, plástico, brinquedos e de

máquinas denunciam a falta transparência na prestação de contas do Sistema S.

O IBGE lançou nova edição do *Perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL)*. O estudo, elaborado em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi realizado com base no Cadastro Central de Empresas (Cempre). A pesquisa revela: em 2010, o país contava com 290,7 mil entidades.

As associações estavam, em 2010, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%); associações patronais e profissionais (15,5%); e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). Havia, ainda, 54,1 mil entidades (18,6%) dedicadas a implementar políticas governamentais em saúde, educação, pesquisa e assistência social. Nesse segmento, os grupos mais vulneráveis da população, como crianças, idosos pobres, adolescentes em conflito com a lei e pessoas com necessidades especiais, eram assistidos por 30,4 mil entidades de assistência social (10,5%). Já entidades voltadas à preservação do meio ambiente e proteção animal representavam 0,8% do total.

### Instituições da Casta dos Trabalhadores

Normalmente subordinados pelas três castas dominantes, segundo Priestland (2014), estão os trabalhadores: camponeses, artesãos (com sua criatividade e seu orgulho do próprio trabalho) e proletários. Em resposta às demais castas, eles muitas vezes desenvolveram uma poderosa cultura de solidariedade comunitária, para se proteger e fazer valer os seus direitos, de maneira mais eficaz no Ocidente industrial, entre as décadas de 1880 e 1970.

O *sindicalismo* pode ser definido como “ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos vendedores da sua força-trabalho”. Porém, pode ser visto também como um importante componente de um fenômeno sistêmico, complexo e contraditório.

“Ele nasce, de fato, como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista, mas constitui também uma força transformadora de toda a sociedade. Traduz-se em organizações gradualmente submissas às regras de uma determinada sociedade, mas sustentadas por fins transcendentais às próprias organizações. Frequentemente, entram em choque com elas. Gera e alimenta o conflito dentro e fora da empresa, mas canaliza a participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade” (*Dicionário de Política*; 1986: 1150)

De acordo com texto sobre a história do sindicalismo no Brasil, encontrado no site do SINTSEF - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, sua origem remonta nos últimos anos do século XIX. Está vinculada ao processo de transformação da economia brasileira com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. O poder político ainda estava nas mãos dos cafeicultores, apesar da transferência do lucro do café para a atividade industrial com finalidade de diversificar os riscos.

As primeiras formas de organização sindical dos trabalhadores foram:

1. Sociedades de Socorro e Ajuda Mútua; e
2. União Operária: com o advento da indústria passou a se organizar por ramo de atividade dando origem aos sindicatos.

No entanto, lutas dos trabalhadores foram registradas antes. Em 1720, um dos primeiros e mais importantes movimentos grevistas ocorreu no Porto de Salvador, na época o maior das Américas. Em 1858, registrou-se a primeira greve, a dos Tipógrafos do Rio de Janeiro, contra as injustiças patronais e por reivindicações de aumentos salariais.

Em 1892, no I Congresso Socialista Brasileiro, o objetivo da criação do Partido Socialista Brasileiro não foi atingido. Dez anos após, em 1902, realizou-se o II Congresso Socialista Brasileiro, sob influência da leitura de Marx e Engels. Finalmente, em 1906, no I Congresso Operário Brasileiro, um total de 32 delegados, na sua maioria do Rio e São Paulo, lançou as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.).

Nesse Congresso, participaram as duas tendências existentes na época:

1. *anarco-sindicalismo*: negava a importância da luta política, privilegiando a luta dentro da fábrica através da ação direta; negava também a necessidade de um partido político para a classe operária.
2. *social-reformista*: tendência em defesa da transformação gradativa da sociedade capitalista, defendia a organização partidária dos trabalhadores e a participação nas lutas parlamentares.

Em 1913 e 1920, ocorreram, respectivamente, o II e o III Congresso Operário, tentando reavivar a Confederação Operária Brasileira. Desde essa época, o governo tentava controlar o movimento sindical. Exemplo disso foi o Congresso Operário de 1912. Teve como presidente honorário Hermes da Fonseca, então presidente da República.

“Sindicatos Amarelos” pregavam a luta imediatista por melhores condições de trabalho e salários. Nesta época, as lideranças sindicais se

submetiam à ordem burguesa. Embora dirigissem categorias combativas como os ferroviários e marítimos, conciliavam com o Estado. Enquanto isso, os anarco-sindicalistas, ao deflagrarem uma greve, a viam como um momento da greve geral capaz de destruir o capitalismo.

A ação anarquista se desenvolveu entre 1906 até 1924. O auge do movimento anarquista ocorreu quando tanto a crise de produção, gerada pela Primeira Guerra Mundial, quanto a queda vertiginosa dos salários dos operários, ambas levaram a uma onda de greves de 1917 a 1920.

Em 1917, a greve geral em São Paulo se iniciou em uma fábrica de tecidos. Recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo o setor têxtil, seguindo as demais categorias com 2.000 trabalhadores parados. A greve teve peso mais expressivo em São Paulo, mas se estendeu em diversos estados.

A superação do anarquismo ocorreu por suas limitações:

- reivindicações exclusivamente econômicas;
- negação da luta política;
- não exigia do Estado sequer uma legislação trabalhista;
- não admitiam a existência de um partido político operário;
- não aceitavam alianças com os setores subalternos da sociedade.

Por estas e outras razões, o movimento anarco-sindicalista sofreu um isolamento, tornando-se presa fácil do Estado e sua força policial repressora. Os anarquistas não conseguiram, na atuação concreta, ir além dos “reformistas amarelos”. Estes se conciliavam com o Estado, não o questionavam, limitando sua ação coletiva às reivindicações econômicas.

A influência da Revolução Russa permitiu uma dissidência anarquista fundar, em 1922, o PCB - Partido Comunista Brasileiro. Atraiu um número expressivo de trabalhadores para a ideologia comunista. O PCB, cujo objetivo principal era dirigir a revolução comunista *à la* URSS no Brasil, marcou o início de uma nova fase no movimento operário brasileiro. Apesar da ilegalidade imposta ao partido alguns meses após sua fundação, o PCB passou a editar a revista *Movimento Comunista*. Publicou em seguida *O Manifesto Comunista* e, em 1925, iniciou a publicação do jornal *A Classe Operária*, com tiragem inicial de 5.000 exemplares, depois aumentada.

Em 1929, criou-se a Federação Regional do Rio de Janeiro e no mesmo ano foi realizado o Congresso Sindical Nacional. Congregou todos os sindicatos. Influenciado pelos comunistas, foi quando se originou a CGT -

Central Geral dos Trabalhadores. Mesmo assim, o Estado continuava tentando cooptar os sindicatos.

Nas eleições de 1930, pelo bloco operário e camponês (com o PCB na ilegalidade) se candidatou Minervino de Oliveira. O eleito foi Júlio Prestes, representante da burguesia cafeeira. No entanto, um movimento militar barrou sua posse, resultando na ida de Getúlio Vargas ao poder. Na Revolução de 1930, acabou por ocorrer a conciliação entre os interesses dominantes, os agrários e os urbano-industriais, excluindo qualquer forma de participação autônoma da classe operária. Iniciou-se uma nova fase no sindicalismo brasileiro.

Na Era Vargas, o Ministério do Trabalho procurou conter o operariado dentro dos limites do Estado burguês através de uma política de conciliação entre capital e trabalho. Lindolfo Collor, o 1º Ministro do Trabalho, através da Lei Sindical de 1931 (Decreto 19.770), criou os pilares do sindicalismo oficial no Brasil com controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Definia o sindicalismo como órgão de colaboração e cooperação como Estado.

A maioria dos sindicatos resistiu até meados de 1930. Somente ¼ dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aderiram a esta lei. O movimento grevista foi intenso, conseguindo algumas conquistas como: Lei de Férias, descanso semanal remunerado, jornada de 8 horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outros. Algumas destas leis já existiam apenas para as categorias de maior peso, como ferroviários e portuários. Nesse momento estendeu-se a todos os trabalhadores.

Nessa época predominavam, no seio do movimento operário, algumas tendências, como:

- anarco-sindicalistas na Federação Operária de São Paulo
- socialistas lideravam uma coligação dos sindicatos proletários em luta pela completa autonomia sindical.
- comunistas dominavam a Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1935, realizaram a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, reunindo 300 delegados, representando 500.000 trabalhadores. Foi quando reorganizaram a Confederação Sindical Unitária, central sindical de todo o movimento operário no Brasil.

Junto com as lutas sindicais cresciam também outras mobilizações trabalhadoras. Em março de 1934, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora, dirigida pelo PCB, já com Luís Carlos Prestes. Foi citado no VII Congresso da Internacional Comunista como exemplo de frente popular democrática com 400.000 membros. No dia 4 de abril desse ano, foi realizado o primeiro comício da ANL. O governo reprimiu e decretou a Lei de Segurança Nacional, proibindo o direito de greve e dissolvendo a Confederação Sindical Unitária.

Filinto Strubing Müller foi um militar e político brasileiro, participante dos levantes tenentistas entre 1922 e 1924. Durante o Governo Vargas, destacou-se por sua atuação como chefe da Polícia Política e ser acusado de promover prisões arbitrárias e a tortura de prisioneiros. Pouco depois da fundação, Müller colocou a ANL na ilegalidade. Seus militantes optaram por um levante armado, em 1935, sendo violentamente reprimidos. Foram decretados o Estado de Sítio e a Comissão de Repressão ao Comunismo.

Em 1939, com o Decreto-Lei 1402, houve o enquadramento sindical. Tinha a função de aprovar ou não a criação de sindicatos. Este órgão era vinculado ao ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano criou-se o imposto sindical. Em 2017, um governo semi parlamentarista golpista o eliminou em uma reforma trabalhista.

O ressurgimento das lutas sindicais ocorreu entre 1945 a 1964 com o fim do Estado Novo e o avanço das oposições, inclusive da oposição liberal. Esta lançou em 1943 o *Manifesto dos Mineiros*. Em 1945, o movimento popular conquistou a anistia ampla e irrestrita, libertando os presos políticos comunistas presos durante todo o Estado Novo. Houve a legalização do PCB e sua participação na eleição presidencial e para a Assembleia Nacional Constituinte. Com a deposição de Vargas, no mesmo ano, se acabou a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos.

Em 1945, criou-se o MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores com os objetivos de romper com a estrutura sindical vertical, retomar a luta da classe operária, obter liberdade sindical, alcançar o fim do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda e até mesmo do Tribunal de Segurança Nacional.

Os comunistas criaram a Confederação Geral dos Trabalhadores. O PCB, em poucos meses de legalidade, tornou-se o maior partido comunista da América Latina com cerca de 200.000 membros. Conseguiu 10% de eleitorado para presidente da República. Elegeu 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, o mais votado, proporcionalmente, da República.

Apesar do avanço dos setores operários e populares, a elite conservadora através da União Democrática Nacionalista (UDN e PSD) detinha



70% do parlamento e com isso barrava todas as investidas do PCB. Este, na ação parlamentar, fazia alianças com o PTB.

Em 1946, o presidente eleito, marechal Dutra, proibiu a existência do MUT e suspendeu as eleições sindicais. Em 1947, determinou a ilegalidade do PCB, cassando o mandato de seus representantes no parlamento.

Em 1950, no último governo Vargas, novamente o movimento sindical atingiu grande dimensão. A classe trabalhadora, de 1940 a 1953, tinha dobrado seu contingente com 1.500.000 trabalhadores nas indústrias. As greves tornaram-se constantes. Em 1951, houve quase 200 paralisações, envolvendo 400.000 trabalhadores. Em 1952, 300 paralisações. Em 1953, a luta da classe operária se dirigiu contra a fome e a carestia. Atingiu cerca de 800.000 operários. Só em São Paulo realizaram-se mais de 800 greves.

Neste ano realizou-se a greve dos 300.000 trabalhadores de São Paulo (trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicos e gráficos) com participação intensa do PCB. Foram movimentos de cunho político, indo além das reivindicações econômicas. Reivindicavam liberdade sindical, contra a presença das forças imperialistas, em defesa das riquezas nacionais, por exemplo, a campanha pela criação da Petrobrás e contra a aprovação e aplicação do Acordo Militar Brasil-EUA.

A indústria têxtil estava concentrada sobretudo nos bairros paulistas. Nos anos 1950, as grandes greves da região foram resultadas de ações intensas dos sindicatos para as campanhas salariais.

Há retomada das lutas sindicais e criação do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT em 1960 com o III Congresso Sindical Nacional, para combater o *peleguismo*, principalmente da CNTI, dominada por Ari Campista.

No campo, os trabalhadores iniciaram seu processo de mobilização desde 1955 com o surgimento da 1ª Liga Camponesa, no Engenho Galiléa. Pouco a pouco foi nascendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O movimento no campo tinha como bandeira principal a Reforma Agrária. As Ligas Camponesas eram dirigidas por Francisco Julião e os sindicatos rurais pelo PCB. Em 1963, houve a fundação da CONTAG.

No dia 13 de março de 1964, em comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, 200.000 pessoas clamaram pelas reformas de base. Em ataque ao denominado pelos reacionários de “República Sindicalista”, a elite conservadora foi às ruas com a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, convocada pela Igreja Católica em conjunto com a ultraconservadora TFP - Tradição, Família e Propriedade.

Com o golpe militar em 31 de março de 1964, o sindicalismo brasileiro sofreu repressão e violência. Em 1966, acabou a estabilidade no emprego ao se criar o FGTS. Porém, houve surtos de retomada do movimento operário em 1967, quando se criou o Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA). Participaram os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco para colocar um fim ao arrocho salarial. Só o sindicato de Osasco propunha avanços fora dos limites impostos pelo Ministério do Trabalho.

Em 1968, deflagrou-se uma greve em Osasco, sob o comando de José Ibrahim. Iniciada em 16 de julho, com a ocupação da Cobrasma. No dia seguinte, o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no sindicato. Quatro dias depois, os operários retornaram ao trabalho. Em outubro de 1968, a greve em Contagem-MG também contra o arrocho salarial, também foi reprimida, vencendo o movimento quatro dias depois.

Uma grande revolta de 1924, em São Paulo, tinha levado o governo federal a atacar os trabalhadores da maior capital do país, expulsando estrangeiros e atingindo os anarquistas. Eles tinham muito peso, principalmente, na colônia italiana. Meio século depois, o movimento proletário renasceu, surgindo o *novo sindicalismo*. Retomou as comissões de fábrica, propondo um modelo de sindicato livre da estrutura sindical atrelada e uma ação classista.

Esse fenômeno foi constituído centralmente no ABCD paulista (cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). São Bernardo e Diadema integraram uma frente de esquerda, incluindo o PCB, tendo importante participação da AP, responsáveis por inúmeros movimentos de trabalhadores.

Assim, em maio de 1978, as máquinas pararam e a classe operária voltou em cena. Em março de 1979, os braços novamente foram cruzados, pressionando para o retorno da democracia.

No dia 12 de março de 1978, os trabalhadores marcaram cartão, mas ninguém trabalhou das 7 até às 8 horas. A Scania do Grande ABC foi a primeira fábrica a entrar em greve. Fizeram letra morta de toda legislação sindical repressiva.

Em agosto de 1983, foi criada a Central Única dos Trabalhadores - CUT para liderar um sindicalismo classista e combativo. Duas características básicas definem o sindicalismo classista e de massas da CUT:

1. sua luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores;

2. sua capacidade de organizá-los em oposição à classe burguesa.

Portanto, o caráter classista da CUT implica em articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora. Nesta condição, assume o socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos não filiados ao sindicato.

Contrapõe-se à CGT por esta:

- pregar a conciliação de classes;
- defender a estrutura sindical fascista e burocrática anti-democrática;
- praticar o “peleguismo”, imposto pelo Golpe Militar de 1964;
- adotar apenas o sindicalismo de resultados;
- liderar através de populismo;
- aceitar o controle do estado sobre a estrutura sindical.

A Força Sindical é uma central sindical criada em reação à decomposição acelerada do peleguismo tradicional e ao crescimento da CUT. Ambos colocaram a necessidade dos empresários e do Estado forjarem uma opção confiável de modo não romper com os limites consentidos pela classe dominante para a prática sindical, o chamado *neopeleguismo*. Pratica o “sindicalismo de resultados” ao aceitar o capitalismo como a única opção histórica. Adota uma prática desvinculada do Partido dos Trabalhadores com o objetivo de promover a conciliação de classes e obter apenas resultados corporativos. Contrapõe-se ao pensamento da CUT de sindicatos e partidos trabalhistas fazerem parte do mesmo movimento: o da emancipação definitiva da classe trabalhadora como sendo uma obra dos próprios trabalhadores.

Em 2017, das 91,5 milhões pessoas ocupadas, 14,4% (13,137 milhões pessoas) estavam associadas a sindicato, a menor taxa de sindicalização desde o início da série histórica do IBGE, em 2012, quando atingiu 16,2%. A maior taxa em 2017 ocorreu entre empregados no setor público (27,3%), seguida por empregados no setor privado com carteira assinada (19,2%). A menor foi entre trabalhadores domésticos (3,1%) e penúltima entre empregados sem carteira de trabalho assinada (5,1%). Aqueles estariam na casta dos trabalhadores organizados, estes últimos entre os párias.

Em 2012, 23,9% dos ocupados como empregador ou trabalhador por conta própria estavam em empreendimentos registrados no CNPJ. Esse percentual de “pejotizados” aumentou ano a ano, alcançando 28,9% em 2016,

mas caiu para 28,0% em 2017. Em 2017, 18,5% dos ocupados (4,3 milhões de pessoas) como conta própria possuíam CNPJ; entre os empregadores essa cobertura era de 80,0% (3,4 milhões de pessoas).

Em 2017, 27,6% da população ocupada eram pessoas *Sem Instrução ou Ensino Fundamental Incompleto*. Entre os ocupados sindicalizados esse nível de instrução foi de 22,3%. O *Ensino Médio Completo e Superior Incompleto* apresentou a maior proporção, tanto entre os ocupados em geral (38,3%), como também entre os ocupados sindicalizados (36,3%). O *Ensino Superior Completo* respondia por 18,5% dos ocupados; contudo, dentre os ocupados sindicalizados, 31,3% possuíam esse nível de instrução.

Estudo de Campos (2017) revela: no Brasil, antes da Reforma Trabalhista implantada em 2017, havia 10,8 mil sindicatos de trabalhadores, sendo 73,8% deles representantes de trabalhadores da área urbana. Pela legislação brasileira, mesmo com baixo índice de filiação, os sindicatos representam todos os trabalhadores no território de atuação. A filiação por si só importa bastante, sendo uma espécie de indicador de proximidade entre trabalhadores e sindicatos. O índice de filiação de 16,2% dos trabalhadores no Brasil, em 2012, era uma posição “mediana” em uma comparação internacional feita com 22 países. Deste então, como vimos, está caindo

Além disso, o TD 2350 do IPEA mostra 80,4% dos sindicatos terem base em um ou poucos municípios. “Em média, em todas as áreas ou regiões do Brasil, um sindicato tem apenas 1,6 mil trabalhadores associados, e isso é 6,2 vezes menos em relação à quantidade de trabalhadores em sua base”.

O autor do estudo salienta as seguintes bandeiras-de-luta sindicais:

1. necessidade de “adensar” a representatividade sindical, diminuindo a dispersão;
2. transformar a estrutura como um todo, alterando alguns dos seus aspectos históricos, a fim de obter sindicatos mais representativos e atuantes;
3. ampliar a liberdade sindical, aumentando as possibilidades de associação;
4. discutir a revisão da exclusividade territorial e a contribuição sindical obrigatória, de forma a consolidar sindicatos mais representativos e fortes e conter a pulverização;
5. discutir a possibilidade de o mandato para assinar acordo coletivo não ser limitado aos sindicatos;

6. discutir é a possibilidade de organização dentro das empresas por meio de delegados sindicais ou comissões de trabalhadores não só para empresas com pelo menos 200 funcionários.

Em princípio, sindicatos mais representativos e atuantes seriam uma necessidade sob todos os pontos de vista: do governo, dos empregadores e, especialmente, dos próprios trabalhadores. Possibilitam a regulação do trabalho (legislada ou contratual) produzir algum resultado concreto e positivo.

## Conclusão

O DNA da sociedade brasileira a revela como exploradora e discriminadora dos párias: nativos, negros e mestiços. *Conciliação* é a característica da relação entre a casta dos oligarcas governantes e a casta dos comerciantes grandes financistas e usurários. Tudo isso está garantido pela segurança imposta pela casta dos guerreiros. Na época colonial, a casta dos sábios ainda se reduzia aos sábios-sacerdotes louvadores da Monarquia Absolutista católica. E a casta dos trabalhadores organizados era inexistente.

A casta dos mercadores negociava, sobretudo, escravos: com fortunas superiores às dos senhores de engenho ou grandes agricultores, os afortunados almejavam, porém, a terra e o poder simbólico desta. A terra, e apenas ela, nobilitava, enobrecia, enquanto a atividade comercial urbana continuava malvista pela sociedade. Eram comerciantes arcaicos: em vez de adotarem a mentalidade da burguesia mercantil próspera do norte da Europa e dos Estados Unidos da América, os “comerciantes de grosso” pretendiam títulos honoríficos e grandes plantações, como seus ancestrais aristocratas.

Antes, na América pré-colombiana, predominavam as aldeias e as tribos com seus caciques e xamãs. Nas primeiras sociedades coloniais agrícolas, o povoado e o grupo de parentesco ampliado – o familismo – eram o mais importante princípio organizador: a ação coletiva da política se fazia pelo clã ou pela dinastia. A sociedade colonial no Brasil desenvolveu-se, patriarcal e aristocraticamente, à sombra das grandes plantações de cana-de-açúcar, não em grupos de nômades a esmo em atividade de extrativismo.

Em sua visão liberal, Gilberto Freire acha esta colonização não ser obra do Estado português, mas sim da iniciativa particular. Esta teria promovido a mistura de raças, a agricultura latifundiária e a escravidão. As castas, ligadas às ocupações, ainda estavam, em estágio embrionário, não tendo se libertado do poder do parentesco? Não é o caso de se indagar, então, qual foi o papel da casta dos guerreiros e da casta dos sábios-sacerdotes na submissão dos párias cativos, sejam os nativos, sejam os africanos? E da casta dos comerciantes-

traficantes? A liderança dessa colonização é atribuída apenas à casta dos aristocratas-latifundiários?!

No estudo de caso a ser realizado no próximo capítulo com base em castas, a sociedade brasileira será analisada como sendo composta de grupos profissionais e/ou ocupacionais, cada um dos quais gerando seu próprio *Éthos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade. Uma lição da história do Brasil é a hegemonia de uma casta se tornar vulnerável quando não se alia com as demais. Estas contra-atacam via Golpe de Estado. Se os Sábios-Tecnocratas impõem a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas, se os Trabalhadores e Artesãos adotam o corporativismo e excluem “os de fora” na sua busca de espírito comunitário, se os Guerreiros atizam guerras intermináveis contra “inimigos externos e externos”, e se o Mercador busca dominar sem restrição, infligindo a sociedade com instabilidade econômica e elevação das desigualdades, os outros reagem em um pacto defensivo - e organizam o contragolpe.

## Capítulo 2 - Brasil como Sistema Complexo: Interações de Castas

### Introdução

O economista historicista busca sempre contar histórias, adotando um método de teorizar no qual junta fatos, generalizações de baixo nível de abstração e teorias de alto nível abstrato. No cozimento final, adiciona ainda pitadas de julgamentos de valor em uma narrativa imaginada ser coerente.

Taleb (2008) comenta essa prática. “Nós gostamos de histórias, gostamos de resumir e gostamos de simplificar, ou seja, de reduzir a dimensão das questões”.

Alerta para as ilusões do conhecimento. “A história não é um tempo para se teorizar nem para derivar conhecimento geral, tampouco deve ajudar no futuro, sem algum cuidado”. Há problema com a *indução*, isto é, aquela forma de raciocínio capaz de levar à conclusão de um certo caso com base na observação da regularidade de uma ocorrência. Repetição gera aprendizado. Porém, a postura recomendada é saber história sem teorizar a partir dela e/ou sem buscar causalidade. É difícil para a mente humana ver sem interpretar. Quer sempre buscar padrões.

Taleb (2008) sugere aprender a ler história, no processo de conhecer o passado, mas não criar nenhuma ligação causal, não tentar fazer engenharia reversa com supostas alegações científicas. Evitemos enxergar o processo para frente seguindo sempre uma única dependência de trajetória. Se o Brasil a segue, ela é caótica, ou seja, ela se afasta das condições iniciais - ponto-de-partida, muitas vezes, desconhecido -, levando-nos a ver o passado a partir do ponto-de-chegada presente. Dessa interpretação do Brasil como um sistema complexo emergente de interações entre múltiplos componentes não derivamos um determinismo histórico para o futuro. Não é predeterminado.

A busca de compreensão do nosso País leva-nos a lembrar apenas de alguns episódios marcantes. Em vez de aceitar eles configurarem uma trajetória caótica e não linear no tempo, queremos racionalmente resumir, atribuir certa ordem e diminuir a aleatoriedade. Com essa simplificação reducionista, esquecemos dos demais fatos e, principalmente, dos “cisnes negros”. Eles representam os dados espúrios em uma amostra estatística. Os acasos existem.

“Antes da descoberta da Austrália, as pessoas do Antigo Mundo estavam convencidas de todos os cisnes serem brancos. Esta era uma crença

inquestionável por ser absolutamente confirmada por evidências empíricas. Deparar-se com o primeiro cisne negro (...) ilustra uma limitação severa no aprendizado por meio de observações ou experiências e a fragilidade de nosso conhecimento. Uma única observação pode invalidar uma afirmação originada pela existência de milhões de cisnes brancos. Tudo necessário é de um único pássaro negro” (Taleb: 2008).

Após um evento casual, buscamos explicações lógicas para sua ocorrência, tornando-o explicável e previsível. Isto é fazer *previsibilidade retrospectiva*, mas não prospectiva.

A falácia narrativa aborda essa nossa capacidade limitada de olhar para sequências de fatos sem querer impor uma explicação nelas. Forçamos uma ligação lógica, um relacionamento progressivo sobre elas. Explicações unem fatos. E tornam os fatos mais fáceis de serem lembrados. Assim, elas nos ajudam a buscar um sentido na vida. Essa propensão pode dar errado quando nos dá a impressão de entendimento de tudo.

Taleb (2008) conta: “diferentemente de outros videntes, houve um capaz de *prever o passado* com grande precisão – sem que lhe dessem qualquer detalhe sobre o passado. Ele fazia previsões ao contrário”.

Ele acrescenta que “nosso problema não é apenas não sabermos sobre o futuro – também não sabemos muito sobre o passado. Precisamos muito de alguém como este vidente capaz de fazer *profecias reversas*, se quisermos conhecer a história”.

A primeira direção da previsão é chamada de “processo *forward*” (para a frente). A segunda direção, o “processo *backward*” (para trás, inversa), é muito mais complicada. O processo *forward* é geralmente usado na Física e na Engenharia. O processo *backward* é tentado em abordagens históricas não repetíveis. Assim como não podemos “desfrutar um ovo”, também somos impedidos de aplicar Engenharia reversa na História.

Taleb (2008) aumenta um pouquinho a complexidade do problema *forward-backward*, presumindo a não linearidade. Segundo a famosa metáfora da Teoria do Caos, “o bater-de-asas de uma borboleta provoca furacão alhures”. Um pequeno desvio em relação às condições iniciais, em um sistema complexo, pode levar a resultados inesperados.

“Uma única borboleta batendo as asas em certo lugar pode ser a causa certa de um furacão longe dali, apesar de o furacão só surgir dois anos depois. Contudo, dada a observação de um furacão nesse lugar, é questionável de se poder decifrar as causas com qualquer precisão: existem bilhões de bilhões de coisas pequenas, como borboletas batendo asas em Timbuktu ou cachorros



selvagens espirrando na Austrália, todas essas coisas poderiam ter causado o furacão. O processo da borboleta ao furacão é muito mais simples em relação ao processo reverso do furacão até a borboleta em potencial”.

Essa metáfora da borboleta na Teoria do Caos enganou muita gente, encorajando as pessoas a se concentrarem nas pequenas coisas capazes de mudar a direção de suas vidas. Ninguém percebe estar lidando com o processo *backward* – existem trilhões dessas pequenas coisas no decorrer de um único dia. Logicamente, examinar todas elas é algo além de nosso alcance. Só selecionamos aquelas possíveis de justificar uma narrativa lógica - e descartamos as demais suscetíveis de configurar outras sequências. Essa postura é contrária à científica, onde devemos buscar todos os fatos capazes de falsear nossa hipótese para verificar se ela se sustenta.

Disso Taleb (2008) deduz: “os historiadores deveriam manter distância da Teoria do Caos e das dificuldades da Engenharia reversa, exceto para discutir as propriedades gerais do mundo e aprender os limites do impossível de saber além”.

Na prática, a aleatoriedade é informação incompleta, chamada de *opacidade*. Dado esse desconhecimento, um sistema aleatório verdadeiro não possui propriedades previsíveis. Já um sistema caótico possui propriedades inteiramente previsíveis, mas é difícil saber quais são. Pesquisar o caos é uma Tarefa de Sísifo. Nela estamos enredados ou comprometidos de maneira incessante...

“Há dois grandes temas a serem tratados na Ciência do Século XXI. O primeiro se refere aos *modos relacionais de pensar sobre o mundo*. O segundo trata da auto-organização e/ou dos *modos darwinistas de pensar sobre o mundo*. A evolução do pensamento (...) sobre a sociedade, caminha em direção da união dessas duas grandes ideias” (Costa, Santos, Silva e Almeida; 2015: 2).

Qualquer agente em uma sociedade está inserido em uma rede de relacionamentos, onde há contínuos conflitos de interesses, concessões mútuas, cooperação ou colaboração. A hipótese adotada aqui, analisando a sociedade brasileira como um Sistema Complexo, é da análise das interações entre seus componentes, no caso, as castas de natureza ocupacional, se verificar a emergência de resultados não possíveis de serem observados no nível de cada qual, mas somente através de seu jogo dinâmico de alianças, golpes e contragolpes.

Poderíamos (re)contar a História do Brasil através do mono mito universal, usando a seguinte narrativa ou roteiro:

1. *Era Uma Vez*: a exposição, a trama e os personagens, no caso, as castas presentes no Brasil Colônia são apresentadas, destacando o papel de catequese e/ou louvação da dinastia Bragança por parte da casta dos sábios-sacerdotes.
2. *Todos os Dias*: ação crescente (ou complicação), conflitos se anunciam a partir da crescente atuação da casta dos guerreiros no Império Luso-brasileiro.
3. *Até Que Certo Dia*: ponto de ruptura quando conflitos chegam a seu ápice com a Proclamação da República pela casta dos guerreiros-militares, seguida pela restauração do poder efetivo por parte da casta dos aristocratas, proprietários latifundiários e oligarcas regionais na Primeira República.
4. *Por Causa Disso*: ação torna-se oscilante com surgimento e dissolução ou resolução dos conflitos, após o Tenentismo, a Revolução de 1930 e a imposição autoritária de ditaduras da casta dos militares em aliança com a casta dos oligarcas governantes regionais e com o apoio da casta dos mercadores industriais e financistas.
5. *Finalmente*: chega-se à aliança entre a casta dos sábios-intelectuais tecnocratas e a casta dos trabalhadores organizados para a conquista de direitos civis, políticos, sociais e econômicos, a partir da democratização e Constituinte de 1988, contudo, sem a correspondente contrapartida do cumprimento de todos os deveres da cidadania, dando margem para o retrocesso e/ou o corte de direitos pelo Golpe de Estado de 2016. E a eleição de um membro da casta de farda em 2018.

No entanto, pelas razões antes apresentadas, nos abstermos de tal tentativa de reconstituir, de maneira cronológica, uma dependência de trajetória linear até o presente. Também abandonamos o fio condutor marxista da narrativa histórica através da luta binária entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, sob o risco de anacronismo, quando tentaríamos buscar até na colônia portuguesa o inencontrável sujeito revolucionário. Optamos por uma abordagem metodológica multidisciplinar, com análise em diversas escalas, interagindo conhecimentos de Economia Comportamental, Economia Institucionalista, Economia Evolucionária e Economia da Complexidade.

Nessa mistura, este capítulo será dividido em:

1. Evolução de Alianças, Golpes e Contragolpes entre Castas Brasileiras: por exemplo, a recente alternância de poder devido ao conflito

ideológico entre o social-desenvolvimentismo (trabalhadores e sábios) e o neoliberalismo (mercadores e guerreiros).

2. Sociedade Brasileira como Sistema Complexo: auto-organização sem autoridade e/ou planejamento central, baseada em regras de interações sem possibilidade de dedução precisa de sua dependência de trajetória caótica.

Sem ser sociólogo ou cientista político, mas tendo achado inspiração na leitura do livro de Priestland (2014), parece-me caber uma revisão da história social e política do Brasil, assim como esse autor inglês fez da História Mundial. No caso, à luz do modo antigo de visão da casta dos sábios brasileiros sobre a sociedade, ou seja, através da historiografia clássica brasileira. Mas desta feita observando o pertencimento de cada autor à determinada casta ser reveladora de seu *parti pris*. A sociedade nem sempre era vista à *la credo* liberal como um aglomerado de indivíduos atomizados, nem tampouco como as classes econômicas de Marx, segundo as quais as pessoas são categorizadas conforme suas propriedades.

O Poder não deve ser visto, no Brasil, como apropriado por partidos político-ideológicos, mas sim por grupos de natureza ocupacional, cada qual gerando seu próprio Éthos, isto é, espírito, caráter, mentalidade. Muitas castas partidarizam suas instituições típicas, tornando-as mais influentes, inclusive através de bancadas temáticas no Congresso Nacional, sobrepostas aos partidos políticos. Esse modo de recontar nossa história permite ver os grupos sociais não só como organismos em busca do interesse próprio e da vantagem econômica, mas também como encarnações de ideias e estilos de vida. Com frequência eles procuram impor seus valores morais uns aos outros.

Muito brevemente, em seguida, tentarei elaborar o início de um esboço de “uma nova história do Poder no Brasil” através do jogo de alianças, ascensão e queda de coalizões governamentais entre representantes das castas dos comerciantes, guerreiros, sábios e trabalhadores. A alternância de poder implica em periódicas predominâncias comportamentais de acordo com os valores impostos por cada casta.

### Interpretações do Brasil Colonial: Formação das Castas

Como as interpretações clássicas do Brasil Colonial analisaram o emergente poder de clãs e dinastias ou de castas profissionais?

No presente, existe talvez 1/20 de descendentes da população indígena aqui nativa quando se iniciou a conquista do território a vir chamado Brasil. A taxa de despopulação durante os dois primeiros séculos da colonização foi

brutal, dizimando os Tupi-Guarani, devido às guerras, às expedições para captura de escravos e, principalmente, às epidemias e à fome.

Padre Antônio Vieira, um dos encarregados da catequese dos nativos, tornou-se um dos maiores intérpretes do Brasil do século XVII. Era um membro notável da casta dos sábios-pregadores ou sacerdotes. Seu objetivo principal foi promover a integração harmoniosa dos indivíduos, estamentos e ordens do Império português, desde as castas dos aristocratas até os párias - escravos negros e índios catequisados.

Vieira sacraliza a dinastia dos Braganças, defendendo a concepção católica da predestinação divina da Monarquia Absolutista. No mesmo período (1624-1697), na Inglaterra, uma guerra civil a ameaçava ao transformá-la em Monarquia Constitucionalista ou Parlamentarista. Toda obra de Vieira está relacionada às questões éticas, políticas, econômicas, religiosas e jurídicas entre os reis da Casa de Bragança e os dos demais reinos. Elas agitaram, interna e externamente, a sociedade portuguesa no século XVII.

Depois de entrar para a Companhia de Jesus e estudar Direito Civil, André João Antonil chegou no Brasil com 32 anos, em 1680, disposto a avaliar detalhadamente os homens aqui viventes e as riquezas do Brasil disponíveis para Portugal. Preocupou-se em compreender senhores e escravos, agentes centrais da nossa economia e vida colonial, registrando de todo o processo de produção do açúcar, tabaco, mineração e criação de gado. Defendia práticas econômicas baseadas no mercantilismo, para a organização da economia colonial brasileira, e o aprimoramento da vida religiosa.

Estimou o complexo do açúcar valer mais do que o dobro de todas as demais riquezas reunidas, o ouro representar pouco mais de  $\frac{1}{4}$  dele, o tabaco metade do ouro ( $\frac{1}{8}$  do açúcar), e o couro cerca de  $\frac{1}{12}$  do açúcar. Outros valores a serem extraídos eram o pau-brasil de Pernambuco, o contrato das baleias, o contrato dos dízimos reais, o contrato dos vinhos, o contrato do sal, o contrato das aguardentes, o rendimento da Casa da Moeda, os direitos pagos nas alfândegas pelos negros trazidos de Angola, São Tomé e Mina.

*Cultura e Opulência do Brasil* (1711), obra escrita por Antonil depois de 25 anos de experiência e observação em solo brasileiro, foi em grande parte destruída em cumprimento ao veto e sequestro régio. Este confisco foi realizado para evitar exposição das riquezas da colônia à cobiça de outras Nações, responsáveis por saques constantes na costa brasileira. França, Holanda e Inglaterra não poderiam ter o conhecimento desse potencial extrativo. Antonil, *avant la lettre*, foi “o primeiro economista no Brasil”.

Francisco Adolpho de Varnhagen (paulista de Sorocaba e filho de alemães), contou uma história do Brasil à feição dos interesses imperiais da

elite dominante, centralizadora e escravocrata. Só descrevia os fatos oficiais da “descoberta” de 1500 à chegada da “corte joanina” em 1808 ao Brasil, louvando a dinastia de Bragança. Era uma história elitista, laudatória dos “vencedores” da casta dos aristocratas fundiários. Desprezava o índio, mal falava do negro, e desconfiava sempre das rebeliões nativistas ou em favor da independência nacional, desqualificando-as.

Capistrano de Abreu (1853-1927), autodidata membro da casta dos sábios-intelectuais, deplorava a falta de sensibilidade de Varnhagen em relação à vida social, às diversidades regionais e ao povo. Ele não acatou, no entanto, a ideia circulante da história do Brasil ser escrita elegendo “a fusão das três raças” como problemática central. Seu livro é acanhado no tratamento do tema da miscigenação.

Em 1580, o Reino português uniu-se à monarquia dos Habsburgo madrilenos, devido à crise dinástica desencadeada pela morte em batalha de d. Sebastião, em 1578, dez anos após ter assumido a coroa com 14 anos, não deixando herdeiros. D. Antônio, pretense descendente, morreria em 1595, cessando assim qualquer hipótese de prolongar a dinastia de Avis. Após batalha, começou a dinastia filipina, com Filipe II de Espanha ou I de Portugal. Só 60 anos depois a independência portuguesa seria restaurada por D. João, duque de Bragança, aclamado D. João IV, Rei de Portugal. Iniciou-se a dinastia dos Bragança. No Brasil, seu poder só definiu com a Proclamação da República em 1889.

Capistrano considera o fato de espanhóis terem se entronizado em Portugal, com a metrópole lusitana perdendo autonomia política, favorável ao futuro Brasil. Nesse período se acelerou a expansão rumo ao interior e ao Amazonas e se deu a eliminação completa das tentativas de invasão francesa. Depois, os portugueses foram os vencedores dos flamengos. Estes haviam vencido os espanhóis, quando estes eram senhores de Portugal.

As invasões holandesas levaram à dominação de Pernambuco e adjacências pela Companhia das Índias Ocidentais. Destacou-se, nas guerras de resistência e de expulsão, a Insurreição Pernambucana de 1645 a 1654. Os depoimentos da época, segundo Evaldo Cabral de Mello, no livro “*O Brasil Holandês (1630-1654)*”, são unânimes no tocante à carestia monetária do Brasil holandês: a derrocada deste teve a causa econômico-financeira, destacadamente as dívidas da Companhia das Índias Ocidentais, acima da causa militar.

Os diretores da Companhia, antes de 1640, eram os dirigentes dos negócios no Brasil. Venderam a crédito a maior parte das propriedades confiscadas, engenhos de cana, mercadorias e até negros comprados na África

por conta da Companhia. Seus livros estavam repletos de débitos de terceiros, mas a caixa vazia de dinheiro. Os holandeses estavam privados de dinheiro espanhol para pagar suas dívidas locais.

Capistrano de Abreu esmiúça as jornadas de expansão bandeirante a partir de São Vicente, rumo ao Sul ou a Oeste, para o “sertão”, alargando as fronteiras do antigo Tratado de Tordesilhas, e ao Norte, com a ocupação do Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Elegeu a expansão da fronteira como tema-chave da história brasileira.

A tese do livro *Capítulos de História Colonial* (1907) é haver, na colônia portuguesa nas Américas, o predomínio de forças dissolventes. Três séculos de colonização não alteraram esse quadro, quando não o agravou pelo alargamento das fronteiras territoriais. Não havia nenhuma força de coesão social e manifestações coletivas eram só passageiras. Vida social não havia, pois não havia ainda sociedade brasileira, quanto mais “consciência da Nação” na ausência de um Estado nacional. Não fosse a “comunidade ativa da língua” - o português - e “a comunidade passiva da religião” - a católica - e mal se poderia divisar o que era afinal a América portuguesa. Das interações entre os componentes dessa sociedade colonial, múltipla e diversificada, com seus contrastes e tensões, emergirá o complexo Brasil.

Gilberto Freire, no livro *Casa Grande & Senzala* (1933), polemiza a respeito do papel desempenhado pelo patriarcado na configuração da sociedade brasileira, da questão racial, e do determinismo geográfico. A sociedade brasileira fundamenta-se na articulação desses três elementos: o patriarcado, a interpenetração de etnias e culturas, e o meio-ambiente tropical.

Esses marcos definidores da formação nacional se correlacionam, de modo cada um deles encontrar sua explicação no cruzamento com os dois outros. Dessa combinação resultam as diferentes teses fundadoras da explicação da sociedade brasileira. Freire fez a recuperação dos usos e costumes do povo, para encontrar neles as raízes culturais, e sua relação com os grupos formadores da sociedade brasileira. Diferentemente de outros autores, a diferença entre raça e cultura o orientou, seja quando tratou do tema *miscigenação*, seja quando se preocupou com o destino do Brasil.

Enquanto para a maioria dos autores anteriores a Freire o caráter do povo brasileiro seria resultante da mestiçagem, definindo-se pela tristeza, preguiça, luxúria, ou seja, por heranças das “raças inferiores”, sua tese era os traços de fraqueza física, a debilidade e a aparente preguiça terem origem social e cultural - e não racial. Explicavam-se pela subnutrição e pela doença, ao contrário do sugerido pelo “racismo científico”. Freire ampliou esse

debate, aplicando-o à organização política: construiu sua explicação sobre o autoritarismo assentado em razões de caráter cultural e não político.

Reconstruiu as relações entre senhor branco/negra escrava, sinhozinho/moleque, sinhá/mucama, afirmando serem marcadas por o sadismo dos primeiros e o masoquismo dos segundos. Deveria examinar outras hipóteses alternativas como o conformismo ao destino pessoal, pregado pela Igreja católica, ou a ordem unida, imposta pela força da casta dos guerreiros. Dariam maior substância cultural e objetividade à sustentação desse discurso da servidão voluntária. Cientistas sociais denunciam a tese da democracia racial como um mito fundador de uma falsa consciência da realidade: a igualdade de oportunidades entre negros e brancos.

Duas forças operavam na sociedade colonial segundo Freire. Do modelo econômico baseado na monocultura latifundiária do açúcar resultava uma dominação patriarcal não apenas sobre a família e os escravos, mas também sobre os agregados e os homens livres. Da escassez de mulheres brancas resultava a possibilidade de “confraternização entre vencedores e vencidos”, gerando-se filhos do senhor com a escrava, operando a miscigenação como corretor da distância social “entre a Casa Grande e a mata tropical”, ou seja, entre a Casa Grande e a Senzala. Em outros termos, a possibilidade de a sociedade brasileira, em sua estrutura, extremar-se entre senhores e escravos teria sido contrariada pelos efeitos sociais da miscigenação, agindo esta no sentido de “democratização social” no Brasil.

Tratava-se de um sistema de contemporização entre tendência aparentemente conflitantes: o colonizador tentando impor as formas europeias à vida nacional, e o colonizado atuando como adaptador dessas formas ao meio ambiente natural. Casa Grande é o símbolo da dominação; Senzala representa a subordinação ou submissão; o & entre as duas palavras é símbolo da interpenetração. Mostra “a dinâmica democratizante como corretivo à estabelecida hierarquia”.

### Interpretações do Brasil Imperial: Disputa de Poder por Clãs, Dinastias e Castas

Com a descoberta de ouro e diamante no final do século XVII, a população da colônia portuguesa nas Américas, estimada então em 300.000 habitantes, saltou para mais de 3 milhões por volta de 1800. Quase 2 milhões de negros cativos foram importados para trabalhar nas minas e lavouras do Brasil durante o século XVIII: uma das maiores migrações forçadas de pessoas em toda a história da (des)humanidade. De cada três habitantes, um era escravo. A população indígena era estimada em 800.000 nativos.

Minas Gerais era a província mais populosa com pouco mais de 600.000 habitantes. Em seguida, vinha a Capitania do Rio com meio milhão. Bahia e Pernambuco ocupavam, respectivamente, o terceiro e quarto lugares. Estimava-se a cidade do Rio de Janeiro (sede do governo da colônia desde 1763), antes da chegada da Corte portuguesa, possuir apenas 60.000 habitantes, embora fosse o maior entreposto do comércio de escravos das Américas. No auge de sua prosperidade, Vila Rica, atual Ouro Preto, chegou a ser a maior cidade do Brasil com 100.000 habitantes. Tijuco, atual Diamantina, tinha 40.000 na época da Chica da Silva.

O mapa do Brasil já era muito semelhante ao atual, com exceção do Acre. Este território seria comprado da Bolívia em 1903. A Província Cisplatina seria anexada ao Brasil em 1817, mas declararia sua Independência onze anos depois, em 1828, tornando-se o atual Uruguai. Pelo Tratado de Madri tanto a Espanha quanto Portugal reconheciam ter violado o Tratado de Tordesilhas na América e concordavam, a partir de então, os limites vigentes se sobreporiam aos limites anteriores. Com a União Ibérica (1580-1640), embora os respectivos domínios ultramarinos continuassem separados formalmente, é certo tanto espanhóis terem entrado sem grandes problemas em territórios portugueses, quanto lusitanos penetrarem em terras espanholas, estabelecendo-se, e com isso obtendo títulos de propriedade a serem respeitados pela diplomacia posterior.

As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis*: quem possui de fato, deve possuir de direito. Este é o conceito de ocupação efetiva de território, delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje.

A invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, em 1807, provocou a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821). Embora as tropas de Napoleão tenham sido vencidas com o auxílio de tropas britânicas, Portugal viu-se sem corte no país e na condição de protetorado.

Sua casta de mercadores sentiu o impacto da assinatura do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Na prática, significou o fim do chamado “pacto colonial”. Posteriormente, os Tratados de 1810 garantiram privilégios alfandegários aos produtos britânicos nas alfândegas portuguesas. O comércio de cidades como Porto e Lisboa entrou em profunda crise.

O controle britânico das forças militares também acarretava revolta entre a oficialidade do Exército Português. A casta dos guerreiros buscava autonomia.



Libertado Portugal da ocupação das tropas francesas, e após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em 1815, formou-se em Lisboa o Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve, integrado por oficiais do Exército e Maçons, com o objetivo de expulsar os britânicos do controle militar de Portugal. A repressão da Regência e de Lord Beresford, comandante em chefe britânico do Exército português e regente de fato do reino de Portugal, levou a protestos e intensificou o sentimento anti-britânico no país.

O movimento articulado no Porto pelo Sinédrio - associação secreta com caráter maçônico e ideologia liberal - eclodiu no dia 24 de agosto de 1820. Contou com o apoio de quase todas as camadas sociais: as castas dos mercadores (burguesia), sábios-sacerdotes (clero), aristocratas governantes (nobreza), guerreiros (exército português), além dos párias (população em geral). Entre as suas reivindicações, exigiu a convocação das Cortes para elaborar uma Constituição para o país, defendendo a autoridade régia e os direitos dos portugueses; o imediato retorno da Corte para Portugal, visto como forma de restaurar a antiga Metrópole, deslocada para o Brasil. Além disso, almejava a restauração da exclusividade de comércio com o Brasil, isto é, a reinstalação do Pacto Colonial.

Em 1821, a Corte retornou a Portugal, com a exceção de D. Pedro de Alcântara. Este permaneceu no Brasil na condição de Príncipe Regente para defender o território visto como propriedade da dinastia Bragança. Diante do progressivo aumento da pressão das Cortes para a recolonização do Brasil, o país, liderado por D. Pedro I, proclamou a sua independência em 7 de setembro de 1822.

Durante o Processo de Independência, um membro da casta dos sábios-iluministas, José Bonifácio de Andrada e Silva, teve papel decisivo junto a Pedro I, instando-o em 1822 a desobedecer às ordens do órgão legislativo português. Este impunha a troca da Monarquia Absolutista pela Constitucionalista, ao transferir a sede do governo brasileiro para Lisboa, anular as ações de d. Pedro com vistas a constituir um governo autônomo no Brasil, e só lhe conceder a autoridade de mero representante do Parlamento.

Após 1822, como ministro (sábio-tecnocrata), José Bonifácio arquitetou a política interna e externa, esboçando em menos de dois anos decisivos o Projeto do Novo Estado Nacional. Após a separação entre Brasil e Portugal, em curto prazo, tinha de enfrentar as guerras da Independência, a crise econômica, a necessidade de reconhecimento do Império no plano diplomático internacional e a divisão entre os partidários de D. Pedro I e aqueles apoiadores das Cortes de Lisboa. Além disso, tinha de elaborar, também, por meio da Assembleia Constituinte, uma primeira Constituição; enfrentar os conflitos entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo; implantar

uma política econômica; traçar a estratégia de inserção internacional; criar um sistema educacional; etc.

Para fazer frente a tais desafios, os meios eram escassos no fim de 1822. O imperador tinha domínio militar de apenas três províncias (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), sua esquadra de guerra era obsoleta, o Tesouro foi esvaziado para o retorno de D. João VI a Portugal, e não se verificava quase nenhum apoio externo.

O comércio, a principal atividade econômica da época, continuava nas mãos da casta de mercadores portugueses. Para alguns membros brasileiros dessa casta, buscar a Independência era justamente adquirir domínio sobre o comércio. Evidentemente, isso gerava ferrenha disputa a ser administrada pelo Imperador. Os movimentos de “mata marinheiro” hostilizavam os comerciantes nascidos em Portugal, controladores da distribuição de gêneros importados nas principais cidades do Brasil.

Além disso, havia descontentamento entre os radicais nacionalistas com a fórmula de governo adotada sob o comando do herdeiro do trono português. Esses radicais, muitos deles membros da maçonaria, apoiavam a Independência, mas oscilavam entre apoiar o governo e atacá-lo, sobretudo quando ele tomava medidas autoritárias.

José Bonifácio, membro da nascente casta dos sábios-tecnocratas, se desentendeu logo com D. Pedro, representante maior da casta dos aristocratas governantes. Ele trombou com os interesses da casta dos traficantes de escravos, os homens mais ricos da época. Isto porque, como deputado à Assembleia Geral Constituinte, propôs dois projetos para construção de uma nova Nação: um sobre a integração dos índios na sociedade brasileira e outro sobre a emancipação gradual dos escravos até a abolição da escravatura.

Em 12 de novembro de 1823, por discordar do projeto de Constituição, D. Pedro I fechou a Constituinte e mudou por completo o quadro do poder no Brasil: só o imperador mandaria. Com o golpe, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado, para ajudá-lo na tarefa de dirigir uma Monarquia Absolutista. Sua primeira tarefa seria redigir um projeto de Constituição em pouco mais de um mês. Foi adotada em 20 de dezembro de 1823.

Seus membros só modificaram o projeto em discussão na Assembleia, acrescentando partes de interesse do monarca antes rejeitadas. A mais importante criava o Poder Moderador, privativo do monarca, além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, ele não podia ser responsabilizado por suas decisões. Por esse Poder, o rei podia nomear senadores, convocar eleições e dissolver o Parlamento, indicar e remover

juízes, além de chefiar o Poder Executivo. Com isto, concentrou os poderes de uma maneira sem paralelo em nenhuma Monarquia Constitucional.

José Bonifácio foi preso, aviltado e exilado para a França em 1824. Vigiado pela polícia francesa, só retornou em 1829.

Ocorreu, em 1830, na França, uma revolta liberal com deposição do rei Carlos X. Influenciou os países ocidentais com as ideias liberais. Procurando minimizar os ânimos liberais, inflados com o assassinato do jornalista Líbero Badaró em São Paulo por aliados do Imperador e a hostilização do povo mineiro a ele, durante uma visita, os portugueses no Rio de Janeiro realizaram uma manifestação com luminárias em apoio a D. Pedro I. Entraram em conflito com os nacionalistas revoltosos. Estes os atacaram com pedras e garrafas, na denominada “Noite das Garrafadas”.

A inabilidade de Dom Pedro I ficou patente ao reagir substituindo um Ministério moderado por um absolutista. O Imperador, sendo comunicado da exigência popular de volta da equipe anterior, respondeu: “Tudo farei para o povo, nada, porém, pelo povo”. Demonstrou a arrogância da casta aristocrática paternalista: concede a benção só sem pressão...

As tropas da casta dos guerreiros aderiram ao movimento nacionalista, deixando o monarca sem o apoio das armas. Forçado a abdicar em 1831, Pedro I indicou José Bonifácio como tutor de Pedro II, então com cinco anos. Porém, no ano seguinte, foi destituído da tutoria por força do ministro da Justiça, o padre Diogo Antônio Feijó. Este o acusou de tentativa de levante armado no Rio de Janeiro em 1831.

Depois de afastado definitivamente da tutoria, em 1833, José Bonifácio retirou-se para Niterói “na condição de preso por conspiração e perturbação da ordem pública”. Em 1835, julgado à revelia, foi absolvido. Mas abandonou a vida política e passou o restante de seus dias em reclusão, em sua casa na ilha de Paquetá, dentro da Baía de Guanabara. Morreu em Niterói aos 75 anos.

O Patriarca da Independência tinha elaborado um projeto inspirador sobre a abolição do tráfico negreiro e da escravidão, a integração dos índios e a inserção diplomática da Nação. Na América Latina, na mesma época da Independência do Brasil, ocorreram as formações de diversas novas nações independentes da Espanha a partir de autonomias provinciais e guerras civis em conjunto com o processo de descolonização.

Em contrapartida, o nascimento do Brasil ocorreria sob a preeminência inglesa, com a permanência da dinastia dos Braganças. Fugindo das tropas de Napoleão, atravessaram o Atlântico escoltados pela armada britânica. A casta dos aristocratas governantes portugueses emigrou para a ex-colônia, trazendo

consigo boa parte de recursos e quadros administrativos. O Brasil foi a única colônia americana a sediar uma Corte monárquica, sendo transformado em Reino Unido com Portugal em 16/12/1815. Passou a contar com um Exército imperial capaz de derrotar as revoltas nativistas.

Para se construir no Atlântico Sul um novo país e formar uma Nação, Bonifácio, influenciado pelos *founding-fathers* norte-americanos, tinha noção do requisito de ter um Povo e uma identidade nacional - a mulata - com certa homogeneidade étnica e cultural. Uma Nação necessita de auto explicação, ou seja, uma identidade para coesão ideológica de um Povo em um Território sob um Estado nacional. Porém, em vez de defender a emancipação livre do povo, o projeto se ressentia ainda do racismo hegemônico.

Enquanto as obras da casta de sábios-pregadores (Padre Vieira e André João Antonil) e de sábios-tecnocratas (José Bonifácio de Andrada e Silva) eram servis à casta dos aristocratas e suas dinastias, o livro *Autobiografia (ou Exposição aos Credores)* do Barão de Mauá, escrito em quinze dias de 1878, representava o choque de interesses entre um membro da casta de comerciantes-industriais (Irineu Evangelista de Souza, ou Barão/Visconde de Mauá) e membros da casta de aristocratas proprietários de terra e governantes. No livro, como empresário quebrado, a auto vitimação estabeleceu uma longa tradição de sempre culpar o governo. Na verdade, o debate de ideias desempenhava um papel muito secundário face às prioridades mercantis de empresário.

Depois de uma viagem à Inglaterra, Irineu decidiu replicar no Brasil o visto na Revolução Industrial, inovando aqui também com inúmeros empreendimentos de caráter industrial e financeiro. Com 30 anos, ele já se colocava entre os homens mais ricos do país na época.

A produção e exportação de café fez surgir uma nova elite na sociedade brasileira, os Barões do Café, cujos ideais eram opostos aos de Irineu. Eles não apoiavam o desenvolvimento via industrialização, iniciada por este, porque tal modelo capitalista e industrial era incompatível com o escravismo. Somente após a Lei Áurea, em 1888, quando a extinção da escravidão levou à adoção da mão-de-obra assalariada, possibilitando o surgimento de um mercado consumidor mais amplo a ser atendido por investimentos nas atividades industriais, tal conflito de interesses foi sendo amenizado.

Antes, no país, a riqueza era dada por posse de terras e escravos. Irineu ficou rico sem investir em terras e detestando a escravidão. Era liberal e se chocava com o conservadorismo, criticando a política econômica ditada pela postura conservadora.

Para os outros ricos da casta dos aristocratas fundiários, ou seja, fazendeiros e seus parasitas no II Reinado - “os comissários do café” - a fortuna de Irineu era “injusta”, porque era fruto de cálculos desconhecidos por eles e realizados por “pessoa pouco qualificada socialmente”, isto é, não pertencente a um clã ou uma dinastia tradicional. Adeptos do paternalismo, abominavam a impessoalidade pressuposta no capitalismo. Esta colocava em questão a “ordem natural” da escravidão e a vocação agrária do país ao condenar quem vivia do trabalho alheio escravizado.

A modernidade seria explorar o tempo de trabalho assalariado empregado além do necessário para a própria reprodução da força do trabalho. Para extração dessa mais-valia seriam necessários empreendimentos industriais para os quais a casta de aristocratas não tinha particulares iniciativas como a casta dos mercadores.

Joaquim Nabuco (1849-1910), no livro *“Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo - sua vida, suas opiniões, sua época”*, em três volumes, publicados entre 1897 e 1899, destacou as laboriosas negociações diplomáticas, econômicas, políticas e policiais precedendo a supressão do tráfico negreiro clandestino em 1850. Esta foi a questão mais perigosa enfrentada pelo Império brasileiro, colocando os fazendeiros e traficantes negreiros, de um lado, e o governo britânico, de outro. Considerado pelo Direito Internacional um ato de pirataria, o tráfico negreiro brasileiro estava à beira de provocar um conflito armado com a Inglaterra, inclusive levou à ruptura de relações diplomáticas entre a Inglaterra e o Brasil (1863-1865), quando houve a extinção da escravidão nos Estados Unidos ao fim de sua Guerra Civil (1861-1865).

Nabuco obscureceu o entendimento da dimensão mais ampla - extraparlamentar - dos problemas engendrados pelo escravismo, desde a Independência, para manter a coerência de sua tese central: a política brasileira é a política dos discursos oficiais, isto é, a política operacional das elites no Parlamento. Lá no Império monárquico como cá na República presidencialista, as dinastias parlamentares brasileiras “se acham” de maior importância por causa de seus conchavos fisiológicos, tipo “toma-lá-dá-cá”, em vez de atender ao clamor das ruas!

Eduardo Prado, no livro *A Ilusão Americana*, publicado em 1893, se coloca na linha de frente da casta dos aristocratas monarquistas. Combateram a República instalada pela força das armas da casta dos guerreiros militares em 1889. Nascido em 1860, em um clã favorecido pela expansão da lavoura do café no interior paulista, no final do século XIX, ele saiu em defesa da Monarquia, considerando-a a forma de governo capaz de oferecer estabilidade às sociedades.

Argumentou: na abolição da escravidão, realizada nos Estados Unidos, foi adotada uma solução da casta guerreira e republicana, ou seja, pela violência, pela força, pela guerra entre irmãos. Enquanto isso, o Brasil adotou a solução pacífica e monárquica da casta dos aristocratas. Achava ter sido a abolição da escravidão, feita pela princesa Isabel, o motivo da retirada de apoio ao trono. Não diz esse “jeitinho brasileiro” de sua extinção ter aprotelado, longamente, à custa de maior sacrifício humano.

Para ele, todas as grandes reformas sociais se realizaram sob governos monárquicos. Somente as Monarquias seriam capazes de adiar e evitar “a grande crise do proletariado”, porque as dinastias saberiam evitá-la de modo seus tronos não desaparecerem. Em uma etapa da história na qual a representação da casta dos trabalhadores ainda não tinha surgido na cena política brasileira, o argumento aristocrata era anacrônico ou populista *avant la lettre...*

O autor de *Os Sertões* (publicado em 1901), Euclides da Cunha, testemunhou de corpo presente a Guerra dos Canudos, desencadeada no sertão da Bahia em 1896-1897. Ele a interpretou, suposta e equivocadamente, como uma das revoltas de resistência à mudança de regime governamental. Ele pertencia à casta dos guerreiros por sua formação na Escola Militar.

Antes da chegada da corte portuguesa à sua colônia nas Américas e criação dessa Escola, o oficialato era obrigatoriamente formado no exterior, sobretudo em Portugal. Historicamente, tal como ocorreu nos Estados Unidos, o objetivo da Escola Militar era qualificar o oficialato e os preparar como engenheiros para os serviços públicos civis, como a construção de estradas, portos e pontes.

Foi um modelo instaurado pela Revolução Francesa. Ele se espalhou, mundialmente, com a ideia de formar quadros técnicos capacitados por altos estudos como alternativa ao recrutamento de quadros dirigentes apenas na casta dos aristocratas governantes e proprietários fundiários. O caráter inovador da Escola Militar, valorizando as ciências e a tecnologia, em detrimento do prestígio na época conferido aos estudos clássicos ou retórica, gerou entre os alunos um comportamento vanguardista e uma atitude contestatária, instigando a consciência da cidadania e a militância política, inclusive, entre os colonizados culturalmente. Os estudantes da Escola Militar estavam empenhados na meta de implantação do Regime Republicano e abolição da escravatura no País.

Os estudantes, candidatos a sábios, assinaram uma petição exigindo a liquidação dos sequazes do “degenerado” Antônio Conselheiro. Os deputados e senadores demagógicos se aliaram contra eles, inclusive o campeão do

liberalismo, o jurista Rui Barbosa. Disse, como é praxe na retórica parlamentar, “eles não passavam de um caso de polícia”, a qual deveria bastar para eliminá-los, aliás, como sempre faz contra párias.

Depois do massacre de Canudos, a conduta covarde do exército, em especial sua prática de degolar em público os prisioneiros amarrados, foi criticada na surdina. Em consequência, a reputação da casta dos guerreiros foi poluída. Ela se vangloriava de forçar a extinção da escravidão e substituir a Monarquia pela República, fornecendo os dois primeiros presidentes-ditadores. Após a revelação de suas atrocidades, inclusive a venda de crianças sobreviventes, sua imagem pública nunca foi reparada de modo tal como era logo após a vitória na Guerra do Paraguai, ocorrida entre 27 de dezembro de 1864 e 8 de abril de 1870.

### Interpretações do Brasil da Primeira República: Restauração da Casta dos Oligarcas Governantes

O autor de *Retrato do Brasil*, publicado em 1928, Paulo da Silva Prado, era um “bem-nascido” em tradicional família de grandes cafeicultores, mas se tornou membro da casta dos sábios-intelectuais. Insurge-se contra a apresentação do Brasil como um paraíso de riquezas e bondades inesgotáveis, quase sem “vícios”, ocupado por um povo pacato e trabalhador, totalmente dedicado a construir uma pátria predestinada a ser perfeita - uma configuração quase épica *à la* “por que me ufano do meu País”, título de livro publicado por Afonso Celso em 1900.

Paulo Prado desejava entender e sobretudo expor para o grande público os entraves e os dilemas práticos a condenarem o País a uma situação não muito distante da predominante na antiga colônia portuguesa. Os brasileiros não percebiam o lado problemático da sua formação histórica, associado ao passado colonial e à escravidão, e banalizavam, romanticamente, as dificuldades as lhe travar o progresso.

O Brasil, no fim da década dos 20, era um país em busca de sua identidade nacional. Enfrentava o cenário composto pela decadência irreversível da velha aliança entre a casta de mercadores e a casta dos aristocratas governantes, na maior parte proprietária fundiária. Elas se apropriaram da Proclamação da República, feita pela casta dos guerreiros, mas já estava desgastada pelo “jogo de cartas marcadas” da “aliança café-com-leite” face à dissidência tenentista dessa casta militar.

O passado colonial ainda impunha uma dependência de trajetória contra a qual se insurgiam sinais de contestação e movimentação rebelde. Por exemplo, em 1922, no ano comemorativo do centenário da Independência,

houve a Semana de Arte Moderna, realizada pela casta dos sábios criativos, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela casta dos trabalhadores e o movimento tenentista pela casta dos guerreiros.

O Brasil retratado pelo livro de Paulo Prado era essencialmente um País não possível de ainda aceitar: atrasado, carregado de vícios e deformações, com um povo conformista e uma elite mesquinha, despreparada. Ambos não se dedicavam a construir a Nação moderna, vislumbrada como uma possibilidade. A população em crescimento permanecia concentrada no litoral. O sertão (referência ao “desertão” interior) prosseguia desconhecido, vazio, entregue às taras existentes desde o colonato português: crendices, fanatismo, messianismo, paludismo, cachaça, sífilis, amarelão e indolência desanimada.

Tal como no tempo das bandeiras, tudo se deixava por conta da iniciativa privada. O poder público era apenas uma extensão da apropriação particular. Os negócios públicos sem direção tendiam a ser travados. Nada funcionava a contento: a polícia era discriminadora dos negros, as estradas de ferro eram curtas, a agropecuária extensiva, não havia controle dos arbítrios e abusos do Poder do Exército, da Marinha e da Justiça.

O diagnóstico não poupava a rusticidade intelectual do País: o analfabetismo atingia quase 100% da população pobre. Era a contrapartida do bacharelismo romântico dos semiletrados, cuja cultura intelectual eles não dispunham. Estes pseudos intelectuais tinham apenas gosto para o palavreado de efeito e as frases carregadas de lugar-comum. Padeciam já do vício da imitação, isto é, da macaqueação de maneirismos estrangeiros.

Da dependência de trajetória do passado, “quando a história importa”, restou a consolidação da unidade nacional. Ela foi imposta pela força do Exército imperial contra dissidências nativistas. Houve uma tardia abolição da escravidão sem a necessária reforma agrária. E se padecia ainda de uma inesgotável facilidade parlamentar para produzir leis inócuas.

O País se perdia não por alguma “maldição da colonização portuguesa” com “má qualidade racial” ou por alguma fraqueza congênita do caráter nacional, mas sim por uma combinação de processos e acidentes históricos identificáveis, hoje denominados inesperados “cisnes negros”. Dentro dos interagentes, avultava a falta de uma elite arrojada, dedicada a pensar a experiência nacional, projetá-la no tempo e no espaço, e direcioná-la de acordo com as necessidades e as virtudes do povo.

A elite socioeconômica e intelectual da casta dos oligarcas governantes era mesquinha, voltada para si, sem grandeza ou competência particular. Não se dispunha a exercer a dominação política e nem mesmo a moldar a



sociedade a seus valores, assumindo a tarefa de impulsionar e coordenar o desenvolvimento econômico e social.

*Raízes do Brasil*, livro de autoria de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), foi publicado em 1936. Sua questão central era entender o processo de transição sociopolítica vivido pela sociedade brasileira nos anos 1930 e depois, na década de 40, quando o livro foi bastante revisado. Examinava as concepções, instituições e formas de vida gestadas por nossos antepassados, pois elas ainda oprimiam o cérebro dos vivos.

O livro não reconstrói a história da sociedade brasileira, mas sim examina formas de sociabilidade. Seu objeto é reconstruir os fragmentos das formas de vida social, de instituições e de mentalidades, nascidas no passado, mas ainda parte da identidade nacional, talvez em via de ser superada. Não é um livro de História, mas ele usa a matéria legada pela história para identificar as amarras bloqueadoras, naquele presente, do nascimento de um futuro melhor.

Foi na Península Ibérica onde Sérgio Buarque encontrou o pilar central desta identidade em construção: lá predominava a cultura da personalidade, a valorização extremada da pessoa, de sua autonomia em relação a seus semelhantes. Para os ibéricos, o índice de valor de um Homem podia ser inferido da extensão de não dependência dos demais. O sentimento da dignidade própria a cada indivíduo, mesmo tendo se universalizado, inclusive entre os plebeus, nasceu da nobreza, como ética de fidalgos, isto é, filhos de algo/alguém de uma família/clã pertencente a uma dinastia. A burguesia mercantil ascendente, em vez de contrapor-se a ela, assimilou-a, porém, em Portugal, podia haver fidalgos em todas as ocupações ou castas.

Importava menos o nome herdado em relação ao prestígio pessoal, relacionado com “a abundância dos bens de fortuna, os altos feitos e as altas virtudes”. Só lhes eram recusadas as honras enquanto vivessem de trabalho manual, algo malvisto pelos nobres. “Aquilo” era atribuído a servos ou escravos. O personalismo ibérico, fazendo a apologia da autonomia da pessoa, concebia a ação manual sobre as coisas como aceitação de uma lei estranha ao indivíduo nobre. Aviltaria e prejudicaria a própria dignidade!

A aliança entre a casta dos mercadores e a casta da aristocracia governante prosperou porque ambas desejavam iniciar uma expansão marítima de modo a assegurar a Portugal o controle de portos comerciais lucrativos. A expansão traria maiores lucros para a primeira e mais impostos para a segunda.

O personalismo é um individualismo aristocrático. As tendências anárquicas inerentes à exaltação da personalidade e às dificuldades de

gestação de formas livremente pactuadas de organização social convertem os governos no único princípio organizador das sociedades ibéricas. A estabilidade política assim imposta só poderá surgir de uma alternativa à renúncia da personalidade e à autonomia da pessoa, tendo em vista um bem maior: conduz à obediência cega, seja às ditaduras, seja à Inquisição do Santo Ofício ou mesmo a uma potência externa aliada como a Inglaterra.

Sérgio Buarque de Holanda atribui boa parte do sucesso português às suas particulares inclinações de conduta ou às “determinantes psicológicas” do seu movimento de expansão colonial. Sua singularidade histórica é demarcada através da construção de dois tipos sociais contrapostos. O *aventureiro* ignora as fronteiras, vive dos espaços ilimitados, mas quer suprimir o tempo, sua paixão é o resultado imediato. O *trabalhador*, ao invés, persiste em seu esforço mesmo quando o resultado custa a ser atingido, sua percepção de espaço é restrita. Na época da conquista e colonização do Novo Mundo, o trabalhador teria tido um papel muito pequeno, ao contrário do aventureiro.

Este espírito de aventura orientou a colonização, estimulando os portugueses a se adaptarem às circunstâncias, copiarem o bem-sucedido, ou adotarem as rotinas comprovadas em etnias dos outros povos, indígenas e/ou africanos. A colonização tendeu a ser perdulária em relação aos meios à disposição. A ninguém ocorria recuperar solos gastos, a regra era os lavradores buscarem novas terras, mato adentro. De hábito, a sequência da conquista territorial é: desmatamento-pecuária extensiva-plantação.

A mesma transitoriedade e o mesmo amor ao ganho fácil dominavam também os ofícios urbanos. Poucos indivíduos se dedicavam durante a vida inteira a uma só atividade sem se deixar atrair por outro negócio aparentemente mais lucrativo.

A ausência de “orgulho de raça” entre os portugueses, resultante em grande parte da mestiçagem ocorrida no próprio reino com os mouros, teria facilitado a assimilação dos dominado, “agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças”. Eu diria: de raças, sim; de castas, não. Estas são de natureza ocupacional.

O sucesso da colonização dos portugueses deveu-se, então, à sua ética aventureira, a algumas características culturais, como falta de orgulho de “raça”, catolicismo, etc. Era inegável a facilidade de adaptação aos meios materiais e humanos oferecidas pelas condições naturais e históricas.

A família patriarcal foi o elo social através do qual a tradição personalista e aventureira herdada dos colonizadores portugueses se aclimatou entre nós e acabou por imprimir sua marca na sociedade como um

todo. Na ausência de uma burguesia urbano-industrial independente, as principais ocupações citadinas acabaram sendo preenchidas por donos de engenhos, lavradores ou seus descendentes. Eles acabaram por transpor para as cidades a mentalidade, os preconceitos e, na medida do possível, o estilo de vida originário dos domínios rurais. A mentalidade da Casa Grande teria invadido, assim, as cidades e conquistado todas as ocupações.

O indivíduo criado em um ambiente dominado pelo patriarcalismo dificilmente conseguirá distinguir entre o domínio privado e o domínio público. No Brasil, quase sempre predominou, tanto na administração pública como em outras áreas, o modelo de relações gerado na vida doméstica: esta é *a esfera dos laços afetivos e de parentesco*. A conformação da vida societária em geral pelo molde derivado da vida rural e patriarcal produz no plano psicossocial “a contribuição brasileira para a civilização”: a cordialidade. Esta levou à ausência de impessoalidade no trato dos direitos e deveres da cidadania.

O personalismo levou à dificuldade de gerar e manter formas de associação entre indivíduos autônomos orientadas para objetivos comuns e ao estigma dos trabalhos manuais. Essas atitudes favoreceram o predomínio na sociedade colonial das *relações pessoais*, marcadas pelo afetivo e pelo emotivo não racional. Retardou o surgimento de formas de organização social mais amplas em vez das baseadas em vínculos familiares, como as corporações urbanas de ofícios ou o sindicalismo da casta dos trabalhadores. A urbanização minorou, mas não eliminou o familismo cordial.

Segundo Caio Prado Júnior, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, o processo de colonização permitiu se esboçar uma nacionalidade específica. Ela foi aos poucos se distanciando de seu modelo europeu. Foi algo relativamente novo em termos de sociedade, mentalidade e cultura, pois, além daquela especificidade de transferência de uma Corte da Metrópole para a Colônia, foi movida também por elementos geográficos, econômicos, sociais e políticos dos quais emergiram um sistema complexo e original.

Daí apresenta sua tese principal: o fato de ser algo novo não logrou, todavia, gerar uma autonomia e dinâmica próprias, capazes, depois da Independência política, de construir uma Nação com menos desigualdade, injustiça e mais desenvolvimento e soberania.

O sistema capitalista imposto do exterior condicionou os agentes econômicos, grupos e classes sociais a uma subalternidade comprometedora de todo o processo a ponto de, no momento decisivo, mostrar-se ainda longe

dessas correções de rumo. Continuou, na prática ou nos costumes, prevalecendo uma ordem social colonial.

Se essa ordem era impositiva e tinha origem externa, para corresponder a ela engendrou-se, internamente, mas com o consentimento e o concurso dos centros externos de decisões, uma solução comprometedora, definitivamente, do futuro da Nação brasileira. A escravidão deixou um legado problemático até os dias da República contemporânea. Esta é *a tese central do livro* sobre o sentido da colonização.

Caio Prado demonstra seu viés marxista ao mostrar uma história desgraçada seguida da possibilidade de uma ruptura determinante de um devir otimista. Serão revolucionárias essas contradições? A casta dos aristocratas latifundiários se transforma em casta dos oligarcas governantes - preponderância de um pequeno grupo no poder - sob os auspícios da casta dos comerciantes-industriais-financistas.

A conciliação sociocultural entre etnias representa conflitos de interesses socioeconômicos amortizados pelo mito da “democracia racial”, caso cada qual saiba “onde é o seu lugar”: nada de mobilidade social. Caio Prado insiste na conclusão de “pretos boçais e índios apáticos” só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas. A massa de população livre fica comprimida entre senhores e escravos, composta pelos desclassificados de toda ordem, no seu entender, o grande ônus da sociedade colonial. Nela, não se vislumbra nenhum germe para nascimento de um sujeito revolucionário sob a forma de uma classe operária organizada.

Todas as demais instituições, além do clã da família patriarcal e da casta dos sacerdotes religiosos, as duas vigas fundamentais do grande domínio da sociedade colonial organizada, estarão sujeitas a gravitar à sua volta em termos de poder, riqueza e autonomia. Na colônia, a cidade não era senão “um apêndice rural”.

No livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado em 1949, de autoria de Vítor Nunes Leal, o coronel entrou na análise por ser componente-chave do sistema. Mas o autor buscava uma visão sistêmica sobre a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolveram a partir do município. Na Primeira República, a figura desse coronel como um senhor absoluto já desaparecera por completo.

*A tese central do livro* é a contestação do lugar-comum de afirmar a hipertrofia do papel político-eleitoral dos proprietários rurais - o chamado “coronelismo” - como a decorrência lógica da pujança econômica e social do latifúndio. Este superaria o próprio poder público. Contra essa impressão, Vítor Nunes propõe o paradoxo:

1. a dilatação do papel político-eleitoral do latifúndio não é consequência de sua força, mas de sua fraqueza;
2. não decorre de sua ascensão, mas de sua decadência; e
3. não reflete o enfraquecimento, mas, ao contrário, o progressivo fortalecimento do poder público em relação ao poder privado outrora incontestável dos grandes senhores rurais.

Essa dilatação ou hipertrofia ocorreu porque, com o advento da República, o Brasil superpôs um regime eleitoral-representativo de base muito mais ampla em relação ao vigente no Império. Incidiu sobre uma estrutura social ainda arcaica, na qual o latifúndio, embora decadente, detinha um poder residual importante.

Com essa mudança político-constitucional, e também porque, naquela época, a grande maioria do pequeno eleitorado brasileiro se achava concentrada em pequenos municípios rurais, os proprietários da terra subitamente ganharam uma nova moeda de troca: a possibilidade de mobilizar e controlar o voto de cidadãos pobres e despolitizados. Com isso, passaram a se interessar pela atividade política municipal, controlando, na prática, a vida política dos municípios. Por aí foram impondo às autoridades estaduais e até federais um padrão de relacionamento conforme aos seus interesses.

Sua tese básica a respeito do “coronelismo” é ele não se tratar de uma afirmação anormal do poder privado, mas sim ele pressupor, ao contrário, a decadência do poder privado. Embora esvanecendo-se, o “coronelismo” conserva parte de sua antiga pujança, em caráter residual, sob a forma da já referida relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

A efetiva decomposição do coronelismo veio a acontecer não pela reforma agrária, como em outros países, mas sobretudo como decorrência da industrialização e urbanização, acelerando a migração campo-cidade com a mecanização do campo pelo moderno agronegócio de exportação. Há uma cisão no país em agricultura moderna e agricultura arcaica. Porém, a zona rural ainda se mantém como fornecedora de “coronéis” e clãs dinásticos sustentadores da mescla Presidencialismo-Parlamentarismo de ocasião. Eles se aliam, politicamente, com clãs urbanos-industriais-midiáticos e dão golpes na democracia eleitoral.

José Francisco de Oliveira Viana (1883-1951), filho de fazendeiros prósperos, era pertencente à casta de sábios-intelectuais, tendo atuado também como sábio-tecnocrata. Seu livro *Instituições Políticas Brasileiras*, embora publicado em 1949, inclui-se no movimento de ideias antiliberais

percorrendo o Ocidente nas décadas de 1920 e 1930. No Brasil, se condensou na crítica às instituições e práticas políticas da Primeira República (1889-1930). Esse debate não era alheio ao assédio à democracia liberal movido pelas ideologias (e movimentos) socialistas ou fascistas em ascensão na Europa.

É um grande ensaio sobre os fundamentos históricos e sociais da política brasileira. Seu tema central é o desencontro de regras em busca de organizar a vida política, cristalizadas nos princípios liberais das Constituições brasileiras, desde 1824, e os comportamentos efetivos, moldados pela cultura política de uma sociedade ainda tradicional. Trata, então, da enorme distância de separação entre o país legal e o país real. O primeiro é o país das elites cosmopolitas e metropolitanas, entre as quais se destacam os juristas liberais. O segundo é a terra do povo-massa, predominantemente rural, com suas normas, comportamentos e tradições próprios - e ignorados pelas elites.

O fio-condutor da argumentação de Oliveira Viana é essa oposição entre o país idealizado na Constituição e o Brasil profundo. Em 24 de março de 1824, a Coroa promulgou a Constituição do Império do Brasil, após Pedro I ter golpeado uma Assembleia Constituinte e entregue a encomenda do trabalho a dez cidadãos de sua confiança. No entanto, a Constituição de 1937 foi preparada por uma única pessoa, o ministro da Justiça Francisco Campos, cujo norte ideológico era a Itália de Benito Mussolini. A Carta de 1967 foi obra de apenas quatro constituintes. A de 1988, chamada de “cidadã”, bateu o recorde no sentido oposto: 558 deputados e senadores.

Nada aqui houve capaz de engendrar instituições de autogestão, práticas de cooperação ou alguma noção de bem público. Enformou um tipo humano adequado a essa disposição dispersiva, individualista e atomística. Criou o *Homo Colonialis*, amante da solidão e do deserto demográfico, rústico e não urbano. Assim era o paulista do bandeirismo: conquistador, desbravador, aventureiro, voltado para si e seu clã, escravizador sem altruísmo.

O legado de três séculos de colonização foi uma sociedade dispersa em herdades rurais, pouco coesa e fortemente hierarquizada. Além disso, criou uma cultura política privatista, particularista, personalista, localista e paternalista-autoritária. Sobre esse terreno impróprio, e sem cuidar de modificá-lo, as elites, depois de feita a Independência política, quiseram edificar a democracia sem poder do povo.

A imposição do sufrágio “universal” (sic) e da Monarquia constitucional transformou os clãs senhoriais e parentais em clãs eleitorais de base municipal. Não é outra a verdadeira natureza dos partidos políticos brasileiros - uma aliança de clãs eleitorais -, tanto no Império como, mais tarde, na

República. Desaparecem a antiga dispersão, a desconexão e o isolamento dos senhores rurais, tornando-se solidarizados em dois grupos em disputa política, cada um deles com um chefe ostensivo a cujo mando todos obedecem.

O sufrágio era o agente unificador local em garantia da unidade de comportamento dos clãs agremiados em um desses dois grupos em disputa. Cada qual ficava unido sob uma legenda partidária, seja conservador seja liberal. A mudança não tem causas sociais nem econômicas profundas, mas tão somente políticas em disputas eleitorais por mandato (e orçamento público) com poder de nomeação de apadrinhados.

Apesar da incompatibilidade entre as instituições política do país real e o ordenamento legal do Brasil independente, o Império logrou criar uma elite política com consciência dos interesses nacionais. Esta elite, segundo Viana, foi produto do mérito individual de seus componentes e da vontade de um imperador estadista. Ele soube selecionar os melhores e dar-lhes um papel importante na política nacional. A seleção pelo método eleitoral nunca daria o mesmo resultado. Dele poderia senão esperar a criação de um corpo de representantes com espelhamento da cultura de o povo-massa, o espírito de clã, o personalismo, e o privatismo.

A construção de uma elite verdadeiramente nacional foi interrompida pela República. Ela eliminou o Poder Moderador e, com ele, a possibilidade de existir uma instância situada acima dos partidos e das miúdas disputas de clãs neles encarnados.

Para Oliveira Viana, pareciam ser necessários, para o País escapar ao destino ao qual o condenara sua história, uma elite de indivíduos excepcionais e um dirigente dotado da consciência nacional. Tais atributos faltavam ao “homem do povo”. A transformação do Brasil em Nação plenamente constituída requeria se discutir as condições de êxito da política transformadora.

Os reformadores teriam de escolher entre duas técnicas de reforma ensinadas pela história:

1. *a liberal*, quando se espera o povo aderir à mudança proposta pela política governamental e a executar, voluntariamente, em liberdade;
2. *a autoritária*, quando o Estado usa da coação para obrigar o povo a mudar de conduta.

A longa experiência histórica de reformas fracassadas no país indicava ao autor ser mais difícil obter êxito por meio da técnica liberal. Quando se tratava de mudar comportamentos associados a crenças e hábitos arraigados,

a adesão espontânea não era muito provável: alguma coerção seria necessária.

A descentralização política por meio do municipalismo ou do federalismo era condenada por Viana. Significava reforçar o que se queria combater: o mandonismo, o coronelismo, enfim, todas as formas de manifestação do complexo de clã. Na política brasileira, a rede de relacionamentos afetivos ou clientelísticos do Homem Cordial, líder em cada um dos partidos oligarcas, era (e é) o determinante-chave das nomeações - e não a comprovada competência técnica.

### Interpretações do Brasil Urbano-Industrial: Casta dos Guerreiros e Casta dos Mercadores contra a Casta de Oligarcas Governantes

O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* de autoria de Florestan Fernandes foi publicado em 1974, sendo pouco entendido por causa de seu hermetismo teórico-metodológico. Seja para o mal (academicismo), seja para o bem (rigor científico), demarca a entrada no debate político brasileiro da casta de sábios-universitários. São docentes de um Ensino Superior um pouco mais massificado em comparação com o de outrora, quando a elite era formada no exterior.

Florestan não faz historiografia, mas sim “sociologia histórica de longa duração”. Não lhe importa a exposição minuciosa dos eventos, mas sim tornar explícito o papel assumido por certas configurações históricas decisivas:

1. na constituição dos grandes grupos sociais e das relações entre eles, e
2. na definição do formato da sociedade em seu conjunto.

Estudar a revolução burguesa no Brasil significa, para Florestan, reconstruir como se dá nesta a particular configuração histórica de um processo de proporções mundiais:

1. simultaneamente, econômico, político, social, cultural;
2. extenso até à estrutura da personalidade e às formas de condutas individuais.

É um processo multidimensional em jogo. Ocorre em múltiplas escalas e com diversas interconexões entre seus componentes. Reconstruir esses níveis de análise, nas suas diferenças e nas suas articulações, em cada fase do processo, é a principal tarefa.



Não se trata, portanto, nem de delinear os traços gerais da auto-organização própria da economia de mercado capitalista nem de realizar análise comparativa entre variedades de capitalismo. E não está em pauta, propriamente, a expansão do capitalismo. A dimensão central da análise não é econômica, mas sim sociopolítica. Daí a ênfase na revolução burguesa: trata-se de examinar a formação de um “estilo especial de revolução burguesa”. Está em questão, para Fernandes (1974), o processo social pelo qual uma classe burguesa se constitui no Brasil e ganha condições para impor-se ao restante da sociedade não só social e economicamente, mas também politicamente.

Percebe-se uma persistente iniciativa no sentido da ampliação do controle sobre toda a sociedade. Por isso, ele fala de “revolução burguesa”, mas não de “revolução estamental”. No caso brasileiro, simplesmente, não temos traços estamentais acidentalmente capazes de aderir à organização da classe. A dimensão de privilégios próprios é incorporada pela classe burguesa como traço estrutural na forja do processo histórico da sociedade. Daí a orientação particularista, voltada para o privado e, portanto, mais consentânea com posições estamentais em vez de posições de classe historicamente revolucionária. Aqui, a ordem social competitiva ou burguesa tem dificuldades para superar a ordem senhorial.

Ao absorver traços da ordem estamental à qual se propunha substituir, a burguesia brasileira incorporou cautela inibidora da dimensão construtiva da polarização. Nasceu o *capitalismo de compadrio*. Ela não suporta a polarização e, portanto, também o conflito de classes. Sob pressão, recua para a acomodação e para o despotismo político ou a autocracia.

Segundo Raimundo Faoro, no livro *Os Donos do Poder*, publicado em 1958, o patrimonialismo de origem portuguesa determinou, além de uma ordem econômica peculiar, relações específicas entre Homem e Poder. Arelou-se a uma ordem burocrática, sobrepondo o soberano ao cidadão em relação semelhante à existente entre o chefe e o funcionário. O rei (ou qualquer mandatário republicano) se enxergava como o primeiro comerciante do Reino (ou República) assim como o senhor das terras. Daí o “eterno” espírito de privatização, no trato da coisa pública, ainda existente no País. O “troca-troca” através de nomeações para ocupar cargos é o tradicional método de escambo político para se sustentar no Poder.

Gerindo o comércio e as terras como coisas próprias, o soberano teria lançado as bases para a emergência futura do capitalismo de Estado. O argumento é a coroa ter de ser gerida como empresa econômica voltada para as conquistas marítimas. Apoiado na burguesia comercial, o monarca conseguiu, apoiado na estrutura patrimonial, erguer seu domínio acima da

classe a cujo patrocínio se devia a sustentação da monarquia. Ao lado da nobreza, essa burguesia se tornou o fator do poder, situando-se dentro do Estado. Acima de uma e de outra, pairavam o Rei e a Monarquia.

O grupo de comando, para Faoro, não era uma classe, mas sim um estamento, isto é, um grupo de indivíduos com análoga função social ou com influência em determinado campo de atividade. A etimologia da palavra “estamento” encontra-se no espanhol do século XVII, na coroa de Aragão, quando cada um dos estados concorria às Cortes e participavam delas. Eram eles os clérigos, os nobres, os cavaleiros e as universidades. Refere-se também a cada um dos corpos co-legisladores, estabelecidos pelo estatuto real. Eles eram o dos próceres e o dos procuradores do reino.

O estamento, portanto, se relaciona com as quatro castas principais:

1. os sábios/sacerdotes;
2. os governantes/guerreiros;
3. os mercadores/financistas;
4. os camponeses/trabalhadores.

A diferença entre classe e estamento reside no fato de a primeira ser determinada economicamente, enquanto o segundo é, antes de tudo, uma camada social, ou seja, “os estamentos governam, as classes negociam”. Em *Os Donos do Poder*, o autor se preocupa com o estamento político: aquele no qual os membros têm consciência de pertencer a um mesmo grupo qualificado para o exercício do poder. Ele se caracteriza pelo desejo de prestígio e honra social.

O estamento é típico das sociedades nas quais a economia não é totalmente dominada pelo mercado, como a feudal e, no caso luso-brasileiro, a patrimonial. Contudo, encontra-se, também, de forma residual, nas sociedades capitalistas. Representa um freio conservador no sentido de ser voltado para si mesmo e estar preocupado em assegurar as bases do poder via alianças com outra(s) casta(s).

O estamento propicia ao Estado nacional a organização política capaz de empreender, seja a aventura ultramarina, seja a industrialização. Elas nunca poderiam ter sido obra exclusiva de particulares. A exploração sistemática de cargos - lá, na Terrinha, como cá, no Terrão, “os cargos são para os homens certos e não os homens certos para os cargos” - caracteriza o Estado patrimonial de estamento. Em qualquer colônia, a nomenclatura

sempre foi considerada uma fonte de extração inesgotável de poder e riqueza para os ávidos funcionários e/ou prepostos.

Seja a nobreza, seja a classe burguesa ociosa contemporânea, qualquer uma delas busca a ostentação propiciada pela economia dirigida pelo estamento. A corrupção grassa e o cargo confere aparente nobreza. Onde predomina a casta de mercadores, estabelece-se um aparelho administrativo organizador da economia para proveito do mandatário.

Empreendimento real, a colonização foi confiada aos apaniguados, isto é, aqueles favoritos, protegidos, afilhados, seguidores de ideia, pessoa, partido, etc. As castas cercavam o trono, representante maior da casta dos aristocratas governantes. Garantiam a preservação dos vínculos públicos com a conquista tanto da casta dos burocratas quanto da casta dos guerreiros, assim como da casta dos sábios (letrados) e sacerdotes. A Santa Madre Igreja, naturalmente (sic) apelando para o temor do sobrenatural, não poderia estar ausente da submissão compulsória dos ateus nativos para a consagração da conquista da riqueza.

Para manter o empreendimento colonial, era necessário conceder poder ao estamento burocrático, fixando agentes do soberano e limitando as aspirações autonomistas dos potentados, isto é, da casta dos mercadores influentes e/ou ricos. Senão, os representantes desta casta de mercadores negociariam as terras, quebrando o monopólio real!

Um desvio dos privilégios comerciais e tributários da Coroa seria provocado pela privatização do latifúndio de forma autônoma. O processo de cerceamento à autonomia dos caudilhos, membros da casta dos guerreiros, e dos municípios se tornou irreversível com o aparelho administrativo e fiscalista. Inicialmente, ele se montou sobre o ouro das Minas Gerais.

Para o funcionamento do aparelho administrativo, judiciário e fazendário, a paz interna e a defesa eram essenciais: a casta dos guerreiros, através do monopólio da violência, tornou-se, assim, o elemento integrador do colono à ordem metropolitana. Fez do particular o agente real, inclusive o nomeando como “coronel” da Guarda Nacional, aportuguesou a colônia, afidalgou os colonos, “embranqueceu” os mestiços.

Hoje, vendo a história a partir da atual (e transitória) “linha-de-chegada”, não será um mito-fundador o diagnóstico de que “a máquina estatal permaneceu portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior”? Cabe adjetivar a máquina estatal como “casta”? Remete a *casto*, cuja etimologia vem do latim *castus, a, um* no sentido de “puro, íntegro, virtuoso, irrepreensível”. É fazer humor negro sugerir “a máquina portuguesa” guardar castidade. Ela nunca se

absteve de prazeres sexuais, abstendo-se de vida sexual ilegítima ou promíscua. O território brasileiro foi povoado à base do estupro e miscigenação.

O Estado aqui nunca foi puro, cândido, inocente, sem mistura ou mescla, recatado, pudico. No Brasil, o Poder ainda não foi atingido ou tocado por coisas consideradas impuras apenas no que se refere aos párias. Aqui, o Poder busca convencer ao eleitorado de estar à distância de impurezas apenas para aparentar ser isento, intacto. Mas isso é só a aparência, pois, em sua essência, sempre foi dominado por alianças dinâmicas entre castas com exclusão dos párias, ou seja, de “os intocáveis”.

Lira Neto, em sua trilogia biográfica “*Getúlio*”, publicada a partir de 2012, conta o positivismo divulgado nos pampas gaúchos pregar a tese de a sociedade precisar ser regida pelas mesmas leis e métodos da Matemática e da Biologia. Defendia, sem pudor, a necessidade de uma “ditadura científica republicana”, na qual o poder deveria decorrer do saber e não do voto. Advogava a instalação de um governo forte, um “Executivo hipertrofiado”. Ele se auto investe da “tarefa suprema” de modernizar a sociedade, regenerar o Estado e educar os cidadãos para a vida em comum.

É evidente muitos líderes políticos rio-grandenses terem se utilizado de tal doutrina positivista como mera fachada ideológica para legitimar o autoritarismo característico. O menino Getúlio Vargas cresceu em uma casa cujo sistema parlamentar defendido pelos liberais era tido como um “sistema pra lamentar”...

Na retórica instaurada pelos positivistas gaúchos, o campo da política era descrito como um “charco lodoso”, onde apenas chafurdavam as ambições e veleidades pessoais. Assim, o discurso da austeridade e da excelência moral embalava uma doutrina partidária cuja retórica tinha na eficiência técnica e na eficácia administrativa a sua pedra de toque: todos os detentores de Poder sempre se intitulavam “governo dos melhores” - hoje “*dream team*” ou “equipe de ouro” segundo auto atribuição elogiosa de colegas de O Mercado. Qualquer questionamento à administração pública ou mesmo a mais leve crítica à ausência da representação parlamentar do povo eram considerados, portanto, um retrocesso, ou seja, um retorno ao pântano mesquinho da política.

## Evolução de Alianças, Golpes e Contragolpes entre Castas Brasileiras

Novas teorias não implicam jogar todas as “velhas” teorias no “lixo do pensamento econômico”. A Economia da Complexidade trata a economia como um Sistema Complexo, emergente das interações de seus múltiplos e

heterogêneos componentes. Necessita de outras teorias para explicações em determinadas escalas, temporárias e transitórias. Vamos neste último tópico, em uma série de subtópicos, mapear a rede de relacionamentos entre as castas brasileiras - e a alternância de poder entre elas.

Muitas vezes é uma particularidade de um nóculo importante para abranger a auto-organização de um Sistema Complexo. Em uma rede ordenada, focalizar o nóculo-chave, e olhar poucos graus além deste nóculo, elimina as interconexões fora da esfera dessa influência. Quanto mais observar toda a Complexidade Brasileira, melhor a chance de se focalizar nos detalhes simples mais importantes.

#### Ideologia: Coesão ou Coerção dos Párias

De acordo com o Dicionário de Política, no intrincado e múltiplo uso do termo Ideologia, pode-se delinear duas tendências gerais ou dois tipos gerais de significado. Norberto Bobbio se propôs a lhes chamar de “significado fraco” e de “significado forte”.

No seu *significado fraco*, Ideologia designa a espécie diversamente definida dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos.

O *significado forte* tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Ele se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, a noção da falsidade. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo denotador, precisamente, do caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política.

Em vez de considerar o sentido pejorativo ou depreciativo da palavra Ideologia - conjunto de concepções abstratas constituintes de mera discussão sem fundamento de ideias distorcidas da realidade -, adotarei aqui o sentido institucionalista. É uma maneira de pensar característico de um indivíduo ou um grupo de pessoas, um governo, um partido, etc., dentro de uma Nação ou mesmo internacionalmente.

Antônio Gramsci sugere haver duas esferas essenciais no interior da superestrutura do capitalismo. Ambas conformam o Estado como soma da sociedade política e da sociedade civil. A Sociedade Política é o aparato da coerção estatal em função do domínio direto ou de comando expresso no Estado e no governo jurídico. A Sociedade Civil é o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias. Compreende o sistema

escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações sindicais e profissionais, os meios de comunicação, as organizações de caráter científico e artístico, etc.

O Estado é constituído, então, por uma hegemonia revestida de coerção. A dominação social se daria através dessa unidade de repressão violenta e de integração ideológica. No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições, através da direção e do consenso.

O Estado constitui uma unidade contraditória entre a coerção - violência repressiva -, a coesão - dominação ideológica - e a necessidade de reprodução do “capital em geral” - e da população. Este último ponto salienta não se dever subestimar o papel da economia na vida social.

Logo, o Estado possui uma autonomia relativa em relação os interesses particulares de capitalistas. A integração ideológica supõe também o Estado levar em conta, em certa medida, os interesses materiais das classes dominadas e exploradas. Os interesses limitados dos capitalistas individuais podem ser, assim, “sacrificados” em nome dos interesses da classe dominante em seu conjunto, isto é, da reprodução do sistema capitalista.

O nacionalismo, por exemplo, é uma ideologia referente à preservação da nação enquanto entidade, por vezes na defesa de território delimitado por fronteiras terrestres, mas, acima de tudo nos campos linguístico, cultural, etc., contra processos de destruição de sua identidade ou transformação. Tratarei aqui de nacionalismo em seu sentido estrito, no caso, como um sentimento de valorização marcado pela aproximação e identificação com uma nação brasileira.

#### Conciliação entre Castas e Párias

No livro *Conciliação e Reforma no Brasil*, publicado em 1965, José Honório Rodrigues defende uma tese: o segredo de como fizemos e continuamos a fazer nossa história, ou a chave para entender-nos, é a conciliação. Não se deve, contudo, confundir conciliação com conformismo.

Às massas populares o País deve a integridade territorial, a unidade linguística, a mestiçagem, a tolerância racial, cultural e religiosa, e as acomodações capazes de dissolverem muitos dos antagonismos grupais e fazerem dos brasileiros um só povo. Como tal ele se reconhece - e tem sua autoestima. Porém, não se deve ver nessas massas populares apenas o conformismo religioso, pois elas também ofereceram as melhores lições de rebeldia contra uma ordem social injusta e estagnada.

A conciliação deu-se no cotidiano das relações humanas, mas foi frequentemente substituída pela inconformidade, a contestação e a revolta nas relações políticas, econômicas e sociais. Característico do nosso itinerário no tempo é um permanente divórcio entre a Nação e o Poder, entre o desejado pela sociedade e o feito pelo governo ou, rigorosamente, deixado de ser feito.

A paz entre os donos do Poder acerta-se, geralmente, pelo adiamento do debate, sua redução aos termos mais simples, ou a ocultação dos problemas. Em nome da concórdia, protela-se. O então presidente Sarney dizia haver apenas dois tipos de problemas no mundo: aqueles cujo tempo resolve, e os insolúveis!

A conciliação pela inércia sempre empurrou para o futuro os grandes problemas nacionais. Só os enfrentamos, temerosos e prudentes, quando não há mais jeito de evitá-los. Isso ocorre com grande atraso, portanto, quando os remédios já perderam o prazo de validade.

Não se busca a concórdia pelo respeito à diversidade de ideias e pela aceitação do governo de um partido eleito - e de modo os outros dele discordarem sem golpeá-lo. O que se procura é diluir ou, se possível, anular o dissenso. Por isso, perdoam-se e reabsorvem-se os revoltosos. Isso caso esses sejam tidos como “iguais” (contra elite ou dissidentes da elite), como os dos Farrapos. O mesmo não ocorre quando são magotes de escravos ou negros, caboclos, mulatos e cafuzos sem eira nem beira, como os cabanos ou, já na República, os beatos de Canudos.

Esforça-se em converter os dissidentes - ou a “contra elite”. E acalmar os insubmissos. A política da conciliação serviu para reforçar, revitalizar e renovar, periódica e parcialmente, a minoria dominante. Quase todas as vezes quando esta se encontrou ameaçada por opositores ou insatisfeitos, chamou-os para integrar o círculo interno do poder.

Mantêm-se, assim, coesos ou, quando menos, cúmplices da inação os vários grupos aspirantes a conduzir o País. Na história do Brasil, abundam os pregadores de reformas, porém, no mando, não as fazem. O consenso dá-se sempre em favor do *status quo*.

Mesmo nossos líderes populistas, como Vargas, nunca acreditaram na maioria do povo ao tratá-lo com paternalismo. A autonomia deste povo significaria adquirir a capacidade apresentada pela vontade humana de se autodeterminar segundo regras morais por ela mesma estabelecida, livre de qualquer influência exógena subjugante.

Essa tradicional conciliação, ainda sendo infecunda, infelizmente, foi recém substituída pela recusa ao diálogo, pelo desrespeito aos opositores, pela intolerância mútua e pela intransigência. Houve quebra da coesão social, na Nação brasileira, com discursos de ódios mútuos proferidos na imprensa e rede social.

Debrun (1983) critica a famigerada fisiologia brasileira, isto é, o senso de compromisso, do favor, do jeitinho, às vezes do “deixa disso” - ou até da negociata. Existe mesmo, no Brasil, a ideologia da fisiologia, ou seja, a ideologia da conciliação. Ela pretende fundamentar, legitimar, certos comportamentos oportunistas.

Até o final do regime militar, face o autoritarismo, tinha-se como única opção, aos grupos dominados e às elites dissidentes, a escolha, ou melhor, a contínua oscilação, entre a acomodação ao chamado de “estrutura brasileira de autoridade”, daí *a fisiologia*, e a tentativa de volta por cima com a ruptura radical com o “sistema”, daí *a ideologia extremista*. Descolada da realidade, no plano sócio-político, esta teve repetidos fracassos, seja à direita, seja à esquerda.

No plano sócio-político, um indivíduo ou uma coletividade não podem se declarar, a não ser brincando, ao mesmo tempo, fisiológicos e ideológicos. Há de escolher: as duas vertentes implicam modalidades de ação incompatíveis entre si.

A criação da identidade cultural de base nacional brasileira se desenvolveu através do samba, do carnaval, do futebol, da culinária e, depois da TV em rede nacional, da telenovela. Não foi porque muitos gostam dessas manifestações culturais, mas porque cada um sabe de outros gostarem. Todos imaginam adotar esse gosto, mesmo *pro forma*, não os diferenciaria em relação ao resto da sociedade. Em casa, há comunhão em torno dos televisores. Na rua está o dissenso.

Muitos membros da classe dominante também ficam “envolvidos” pelo futebol, ou seja, pela rede nacional. Esta conciliação sociocultural é uma das razões pelas quais a sociedade brasileira não explode, apesar das suas extremas desigualdades e injustiças. Estabelece-se uma fraternidade mínima.

A conciliação no âmbito sociocultural serve para disfarçar o que ocorre no âmbito sócio-político. O comportamento real, no Brasil, corresponde só muito parcialmente às normas formais sem ninguém querer dispensar as informais. Há sempre oscilação entre valores “proclamados” e valores “reais”. Confundindo-se a ordem e a desordem se torna bastante difícil distinguir o lícito de o ilícito.



A conciliação sociocultural é uma manifestação de relaxamento. Já a “conciliação” política foi revestida, ideologicamente, como um mecanismo de disciplinamento. As castas dominantes praticam as duas, passando de maneira oportunista do rigor autoritário regente do enquadramento dos párias subalternos, principalmente no processo de trabalho, para a tolerância em relação a inúmeros aspectos do dia-a-dia, oferecendo a reciprocidade desta para justificar aquela submissão à ordem estabelecida.

Entre o rigor e a tolerância, essa oscilação confunde e facilita a cooptação política apresentada como sendo fruto da nossa tradicional mistura sociocultural entre valores heterogêneos. Sem coerção explícita, a coesão via cooptação passa a ser percebida sob o prisma do paternalismo do “pai dos pobres”, do “padrinho político” ou de algum outro suposto protetor.

No passado, aproveitou-se da organização apenas incipiente das classes subalternas para esmagar os inconformismos ou preveni-los pelo aliciamento de certos “líderes representantes”. Getulismo, ademarismo, janismo, lacerdismo, chaguismo, malufismo, etc., se enquadram em demagógico populismo de direita, arquétipo na história política brasileira, como “conciliação” política destinada a encher os currais eleitorais.

Outra “conciliação” (contrapartida dessa política clientelista) envolve recrutar apadrinhados “confiáveis” na nomenclatura. Como é raríssimo encontrar parceiros dotados de igual vocação para independência e submissão, porque, prevalecendo sentimentos de mobilidade individual, eles levarão de roldão a fidelidade, os padrinhos acham melhor contemplar apenas os adesistas fieis. No caso destes, nem a ideologia da autonomia eles advogam. Na montagem periódica de quem toca a máquina pública estão, por exemplo, os sarneysistas, os quercistas, os tucanos, os lulistas, etc. É uma longa tradição, na política brasileira, O Homem Cordial com suas escolhas baseadas em relações familiares e/ou afetivas, tipo “toma lá, dá cá” - e não na impessoalidade.

O fosso de riqueza e poder entre o topo e a base da pirâmide social tende a se esvaír em clientelismo. Para funções de direção - dar ordens - estariam predestinados os membros da elite política, inclusive sindical, religiosa e midiática. Seriam “personalidades” ou “celebridades”, cuja liderança, ou melhor dito, popularidade, teria o consentimento ativo dos outros, isto é, de “os de fora”, a maioria do povo. A membros deste restam funções de execução, isto é, cumprir ordens.

## Autoritarismo da Casta dos Guerreiros

O modo de relacionamento da casta dos guerreiros militares/policiais com as demais castas e os párias se assenta, historicamente, no autoritarismo. Sustentado pela ideologia do positivismo, os militares brasileiros muitas vezes se colocaram como vanguarda em defesa de “o que acham de melhor” para a Nação brasileira sem a preocupação de a consultar democraticamente. À força, forjaram “ditaduras republicanas”.

De acordo com o *Dicionário de Política*, organizado por Bobbio (1986), na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes com foco na autoridade governamental e indiferentes ao consenso. Concentram o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocam em posição secundária as instituições representativas como o Congresso Nacional, os partidos, os sindicatos, etc. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas.

Em sentido psicológico, fala-se de personalidade autoritária quando se quer denotar um tipo de personalidade formada por diversos traços característicos centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si. De uma parte, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles detentores de força e poder. De outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e, em geral, todos aqueles não dispostos de poder e autoridade. Os membros da casta dos guerreiros são assim vistos pela maioria da população brasileira, dada sua história de autoritarismo em ditaduras militares.

As ideologias autoritárias, enfim, são ideologias negadoras de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens. Colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária.

Em geral, uma ditadura se desdobra de um Golpe de Estado, pois os derrotados eleitoralmente não aceitam a legitimidade do novo governo. Desrespeitam as regras do jogo democrático e reagem contra a agressão política sofrida. Muitas vezes as Forças Armadas são chamadas pelos líderes civis do golpe para acalmar os ânimos dos oposicionistas, porém os militares acabam também não aceitando a quebra da ordem dessas falsas lideranças de interesses particularistas, insubordinam-se à Constituição violada e resolvem implantar nova ordem unida sob o poder da força ou o monopólio da violência.

Na geração do “*baby-boom*” do pós-guerra, isto é, nascida nos “anos dourados” dos 50, irradiava-se a esperança, no início da segunda metade do século XX, de jamais a casta dos guerreiros voltar a impor seus valores morais à sociedade brasileira. Era um período quando se pensava ter-se, definitivamente, superado a ditadura do Estado Novo e o período da II Guerra Mundial, ambos comandados por militares. Porém, houve ameaças de golpes civis-parlamentares, no Brasil, até o golpe militar de 1964. Acabou instalando uma ditadura por vinte anos.

Um trecho do livro “*Os Argentinos*” de Ariel Palacios lembra como eram contínuas (e sofridas) as notícias vazadas com muita dificuldade sobre os bastidores dos “porões das ditaduras” latino-americanas. Os países da região eram tratados como “Republiquetas das Bananas”, justamente por não respeitarem as regras do jogo democrático.

Como transcorre o Golpe de Estado? O Presidente constitucional é derrubado e detido pelas Forças Armadas. Estas assumem o poder. Os generais conseguem, de imediato, grande consenso interno dentro das Forças Armadas para dar o golpe. A divisão do poder se dá por terços: “33% das responsabilidades para o Exército, 33% para a Marinha, 33% para a Força Aérea”. Isso inclui a divisão dos Ministérios e das empresas estatais. Essa partilha do butim representa extraordinária mobilidade social para os oficiais militares.

O regime militar fecha o Congresso Nacional, além das Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores. Declara caducos todos os mandatos eletivos. Além disso, acaba com o direito de greve. Os partidos políticos são suspensos.

Os militares afirmam precisar combater os “marxista-leninistas”, “apátridas”, “materialistas e ateus” e os “inimigos dos valores ocidentais”. Dessa forma, prendem sindicalistas exigentes de reposições salariais, jornalistas não alinhados com a ditadura, psicólogos - profissão da qual os militares desconfiam, dada a recusa ao processo de autoconhecimento -, pacifistas, freiras e padres com missões em bairros operários ou favelas. Também são detidos - e desaparecem - os amigos dessas pessoas. E também os amigos dos amigos.

A ditadura ainda protagoniza incinerações de livros. Para os militares, são suspeitos todos os autores “esquerdistas”. Censura canções e reportagens. O regime proíbe o ensino até da teoria matemática dos conjuntos, por considerá-la “subversiva”. A palavra “vetor” também é proibida nas escolas. Os militares a consideram integrante da terminologia marxista.

Simultaneamente, a ditadura instala centenas de centros clandestinos de detenção e tortura em todas as regiões do país.

Quando se inicia a sucessão compromissada entre os generais-ditadores começa o racha nas Forças Armadas. “Linhas-duras ou gaviões” se digladiam com “liberais ou pombos” a respeito da adoção de abertura política lenta e gradual. O enriquecimento de alguns oficiais, em bons postos civis, e a ambição despertada nos demais quebram a hierarquia militar.

Um novo ditador diz conduzir a abertura política de forma a permitir para as Forças Armadas uma retirada ordenada, negociada e muito gradual. No entanto, a ditadura torna-se, logo, totalmente desprestigiada: as denúncias sobre os desaparecidos, antes censuradas, começam a aflorar. Junto com isso, sofre os efeitos de danos econômicos.

As organizações de defesa dos direitos humanos e a Anistia Internacional vazam informações para todo o mundo a respeito de quantos civis a ditadura assassina, entre os quais crianças, adolescentes e idosos. Dentre o total de desaparecidos, somente entre 5% e 10% são guerrilheiros. Os restantes 90% ou 95% são civis sem participação em luta armada.

A ditadura aplica uma série de formas de eliminar pessoas consideradas “subversivas”. As principais são: jogar pessoas vivas de aviões sobre o Oceano Atlântico; juntar prisioneiros e dinamitá-los; fuzilamento; morte por terríveis torturas. O destino dos corpos é enterrá-los em cemitérios clandestinos ou mesmo em cemitérios oficiais, embora em fossas coletivas como indigentes.

Desde a Independência do Brasil, houve vários tipos de revoltas, tentativas de golpe e golpes efetivamente aplicados. Se um golpe de Estado é definido como subversão da ordem institucional, então, de 1822 até os dias atuais, houve pelo menos dez golpes efetivados no Brasil:

1. Dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 por D. Pedro I;
2. Golpe da Maioridade de D. Pedro II em 1840;
3. Proclamação da República em 1889;
4. Dissolução do Congresso Nacional e instauração do Estado de Sítio em 3 de novembro de 1891 pelo Marechal Deodoro da Fonseca;
5. Golpe do Marechal Floriano Peixoto: o vice-presidente assume e não convoca novas eleições presidenciais como determinava a Constituição;
6. Revolução de 1930;

7. Estado Novo em 1937;
8. Deposição de Getúlio Vargas em 1945;
9. Golpe Militar de 31 de março de 1964;
10. Golpe Semi-parlamentarista em um Regime Presidencialista em 2016.

#### Elitismo das Castas dos Oligarcas Governantes e dos Sábios-Tecnocratas

Não obstante as divergências divisoras dos defensores da Teoria das Elites, pode-se indicar alguns traços comuns entre eles. Servem para distinguir esta teoria, subentendida na doutrina do *positivismo*. Em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos caracterizam-se por relações de desigualdades. A causa principal da desigualdade está na distribuição desigual do poder, ou seja, no fato de o poder tender a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas.

Entre as várias formas de poder, o mais determinante é o poder político. Aqueles detentores de poder, especialmente o poder político, ou seja, a classe política propriamente dita, são sempre uma minoria. Uma das causas principais pela qual uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas está no fato de os membros da classe política, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm relações pessoais entre si e são solidários pelo menos na manutenção das regras do jogo. O pacto é permitirem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder.

Um regime político se diferencia de outro:

1. na base do modo diferente como as elites surgem, desenvolvem-se e decaem,
2. na base da forma diferente como se organizam e
3. na base da forma diferente como exercem o poder.

O elemento oposto à elite, ou à contra elite, é a massa silenciosa, a qual constitui o conjunto das pessoas não detentoras de poder. Pelo menos, não têm um poder politicamente relevante. São numericamente a maioria, porém, não são auto organizadas, ou são organizadas de maneira subordinada por membros de castas participantes do círculo de poder, e estão, muitas vezes, a serviço deste.

A principal função histórica da Teoria das Elites foi a de denunciar as sempre renascentes ilusões de uma democracia integral, substancial e não

apenas formal. Na sua face ideológica, ela contribuiu para obstaculizar o avanço de uma transformação democrática da sociedade, argumentando a democracia e a existência de uma subcasta política minoritária não serem incompatíveis. Na sua face realista, ela contribuiu e contribui, ainda hoje, para descobrir e colocar às claras o fingimento da “democracia manipulada”.

No final do século passado, contra a Democracia, entendida exatamente em seu sentido tradicional de doutrina da soberania popular, se formulou uma crítica cuja pretensão, ao contrário, era se fundar, exclusivamente, sobre a observação dos fatos. Era uma crítica não ideológica, mas científica, pelo menos na temática, elaborada por teóricos das minorias governamentais.

Segundo a crítica feita pelo liberalismo à Democracia direta, a soberania popular é um ideal-limite e jamais correspondeu ou poderá corresponder a uma realidade de fato. Alega, em qualquer regime político, indiferentemente da “fórmula política” sob a qual os governantes e seus ideólogos o representem, é sempre uma minoria de pessoas, chamada de “classe política”, aquela detentora do poder efetivo.

No Congresso brasileiro, representantes da casta dos aristocratas fundiários e oligarcas regionais sempre o dominaram. Mesmo sem parlamentarismo, muitas vezes tornaram o Poder Executivo presidencialista refém da coalização de partidos heterogêneos para a cooptação da “base governista”. A contrapartida é membros da casta de sábios-tecnocratas tocarem a máquina governamental em favor da aliança de castas estabelecida no governo de ocasião.

Esta Teoria das Elites analisa a história das formas de Governo. Constata, em toda a sociedade, de todos os tempos e em todos os níveis de civilização, quando o poder está nas mãos de uma minoria, não existe outra forma de Governo senão a oligárquica. Porém, desenvolve um debate em torno do conceito de Elite e, em geral, em torno da validade do *elitismo* como teoria científica.

O conceito de elite no poder foi criticado por duas partes opostas. Os liberais negam a unidade da elite no poder, ou seja, negam o poder na sociedade estar reunido em um grupo monolítico. Este distorceria a consciência social e a coesão nacional. Eles se contrapõem como antítese à monolítica “política como ação coletiva”, não considerando esta pluralista, mas sim totalitária. Os marxistas, ao contrário, enxergam a Elite no poder não se encontrar, de verdade, dispersa, porque a classe dominante a quem representa é uma só, a dos detentores do poder econômico.

É possível questionar essa hipótese da existência de uma elite no poder se ela não atender às seguintes condições: a) a hipotética elite for um grupo bem definido; b) houver uma amostragem suficiente de casos de decisões fundamentais, onde as preferências da hipotética elite contrastam com as de outros grupos; c) em todos esses casos, as preferências da hipotética elite prevaleceram. Como nem o primeiro nem o terceiro ponto foram até agora empiricamente comprovados, a Teoria das Elites no Poder não teria fundamento científico.

Outra crítica de extração marxista acha a Teoria da Elite superestimar o papel dos militares e dos políticos de profissão. Na realidade, existem não três elites representantes de castas ocupacionais, unidas em uma elite no poder, mas “uma única classe dominante”, no sentido marxista da palavra. Esta seria a casta dos mercadores. Reúne as subcastas de latifundiários, industriais, comerciantes e financistas, ou seja, todos os capitalistas.

A crítica dos liberais não conduz necessariamente a uma negação radical do elitismo. Ela não nega existirem elites ou até em uma sociedade democrática existir uma contraposição permanente entre aqueles detentores do poder e aqueles não detentores. Nega sim, em uma sociedade extremamente complexa e fundamentalmente conflituosa, como a brasileira, existir apenas uma única elite. Nega, enfim, não o elitismo, mas sim o acordo monolítico. Não sabem os liberais distinguir entre a elite da subcasta aristocrático-autocrática e a elite da subcasta de sábios tecnocratas-neoliberais, porque no Brasil recente estão sempre aliadas e misturadas sob o beneplácito da casta dos mercadores?

### Populismo e Casta dos Trabalhadores

Sob o rótulo de “populismo”, o pensamento político tem caracterizado manifestações onde o povo estabelece conexão direta com uma liderança, desestabilizando a democracia representativa, ou seja, passando ao largo do Congresso Nacional. Mas, para Laclau (2013), a flexibilidade da aplicação do conceito às mais contraditórias situações, tanto à direita, como à esquerda, revela a dificuldade de se entender o populismo. Este não é uma ideologia nem uma conduta irracional, mas segue sim uma lógica específica, relacionada às identidades coletivas e às demandas sociais. Valoriza os momentos de organização e atuação política do povo.

Para Laclau, a razão populista é o fundamento mesmo da ação coletiva definidora da política. Por isso, ela recusa as racionalidades aspirante ao fim da política, seja apregoando uma revolução totalitária, seja reduzindo a política à mera administração das coisas públicas.

A abordagem de Laclau se originou de sua insatisfação com perspectivas sociológicas com foco no agrupamento como unidade básica da análise social. O principal desafio intelectual é revelar a lógica da formação das identidades coletivas. A lógica de certos tipos - grupal, funcionalista ou estruturalista - de funcionamento social pressupõe, na sua visão, uma análise simples e uniforme demais para poder apreender a variedade de movimentos implicados na construção de identidades coletivas.

Evidentemente, o individualismo metodológico, inclusive em sua variante de “escolha racional”, não proporciona nenhuma alternativa. A análise histórica vai muito além da história factual-descritiva, liberal e superficial, de nomes de “indivíduos heroicos” e datas de acontecimentos.

A unidade de um grupo é o resultado de uma articulação de demandas sociais. Essa articulação, entretanto, não corresponde a uma configuração estável. Pelo contrário, é da natureza de toda demanda apresentar, periodicamente, reivindicações a uma certa ordem estabelecida. Ela se encontra em uma relação peculiar com essa ordem, situando-se dentro e fora dela.

A necessidade de um cimento social capa de unir os elementos heterogêneos outorga centralidade ao afeto na constituição social. A gente faz política - ações coletivas - com amigos ou companheiros e um líder de quem gostamos ou compartilhamos um amor comum por determinada causa. Freud diz: “o laço social é um laço libidinal”.

Então, a subestimação do populismo implica na subestimação da política *tout court*. Daí a afirmação liberal de a gestão da comunidade caber a um poder administrativo, cuja fonte de legitimidade é o conhecimento apropriado pela casta dos sábios neoliberais em relação a aquilo constituinte de uma “boa” comunidade e/ou economia. No caso brasileiro, é sempre aquela onde predominaria o livre-mercado favorável à casta dos comerciantes-financistas com maior poder de mercado.

Em contrapartida, não se pode contrapor a essa ordem liberal apenas a casta dos sábios-tecnocratas com o atendimento prioritário dos interesses corporativistas da casta dos trabalhadores. Um projeto coletivo mais abrangente, incorporando as reivindicações dos excluídos das castas (“párias”), é necessário à coesão nacional.

O populismo sempre foi relacionado a um excesso perigoso, questionador dos moldes bem delineados, racionalmente, de uma comunidade organizada por suas castas. As lógicas específicas inerentes a esse excesso estão inscritas no funcionamento real de quaisquer espaços comunitários.



A Psicologia da Massa é inerente à formação de qualquer identidade social. O populismo tem uma lógica social. É muito simplesmente um modo de construir a política. Porém, o populismo tende a negar qualquer identificação ou classificação de acordo com a dicotomia direita/esquerda. Trata-se de um movimento multiclassista, embora nem todo movimento multiclassista possa ser considerado populista.

O populismo inclui, usualmente, componentes contrastantes, tais como a reivindicação da igualdade de direitos políticos e da participação universal das pessoas comuns, mas funde-se com algum tipo de autoritarismo, frequentemente, sob uma liderança carismática. Ele inclui também a demanda da justiça social, uma vigorosa defesa da pequena propriedade, componentes fortemente nacionalistas, e a negação da importância da classe. Cabe manter a referência às castas ocupacionais para os párias?

O populismo é acompanhado pela afirmação dos direitos das pessoas comuns de enfrentarem os interesses de grupos privilegiados, habitualmente considerados “inimigos do povo e da nação”. Qualquer um desses elementos pode ser enfatizado de acordo com condições sociais ou culturais, mas todos se encontram presentes na maioria dos movimentos populares.

Ocorrências históricas ilustram as condições de emergência das identidades populares. Há uma pluralidade de definições de populismo encontradas na literatura, entre outras:

1. a crença segundo a qual a opinião majoritária das pessoas é controlada por uma minoria elitista;
2. qualquer credo ou movimento baseado na premissa principal de a virtude se encontrar nas pessoas simples, constituintes de esmagadora maioria, e em suas tradições coletivas;
3. o populismo proclama a vontade do povo enquanto tal ter supremacia sobre qualquer outro critério;
4. um movimento político gozador do apoio da classe trabalhadora urbana e/ou do campesinato, mas não resultante do poder organizativo autônomo de nenhum desses dois segmentos classistas.

Há, atualmente, uma série de identificações não apropriadas por esse conceito do populismo, reduzindo-o, por exemplo, aos movimentos da direita radical, fundamentalista e religiosa (“crentes tementes de deus”), ou àquelas tendências liberais elitistas. Veem nele uma oposição à lógica constitucionalista operante nas democracias modernas.

Essas abordagens liberais, ao afirmarem uma total exterioridade do populismo com relação ao sistema político constitucionalista, o assimilam aos extremismos políticos, seja de direita, seja de esquerda. Acusam eles não aceitarem as “regras do jogo democrático parlamentar”: partidos democráticos no poder se definem por seu apoio ao governo e a oposição democrática tenta assumir o poder no marco institucional existente. Os partidos anti-institucionais rejeitam o sistema de regras da democracia liberal vigente.

Daí a situação ambígua dos movimentos populistas: eles existem à margem dos regimes institucionais, oscilando entre denunciar os sistemas enquanto tal ou apenas aqueles ocupantes contumazes dos lugares do poder. A dificuldade com esse modelo do liberalismo político-parlamentar é dar como certo a existência de algo como um sistema de regras bem estabelecidas em todos os momentos.

Isso, segundo Laclau (2013), não leva suficientemente em conta a dupla face do populismo. Ele se apresenta como subversivo em relação ao estado de coisas existente e como ponto de partida para uma reconstrução mais ou menos radical de uma nova ordem sempre quando a ordem anterior for abalada.

O sistema constitucional tem de ser fraturado para o apelo popular ser efetivo. Em situação de completa estabilização institucional - “completa” é uma situação puramente ideal -, a única oposição possível ao sistema partiria de um estrato puramente marginal e ineficaz. O populismo, entretanto, articula demandas fragmentadas e deslocadas ao redor de um novo núcleo. A crise da velha estrutura constitui até certo grau uma condição necessária do populismo.

Se assim é, em vez de um movimento populista com um pé dentro e outro fora do sistema institucional, há uma situação variável, cujas principais possibilidades são:

1. um sistema institucional amplamente autoestruturado, relegando a uma posição marginal qualquer desafio anti institucional;
2. o sistema menos estruturado requer algum tipo de recomposição periódica, assim o sistema pode ser desafiado, mas, como sua capacidade de autoestruturação ainda é considerável, as forças populistas têm de operar como se fossem, em simultâneo, “externas” e “internas”;
3. o sistema em um período de “crise orgânica”, nesse caso, as forças populistas desafiadas precisam fazer mais além de se engajar na

ambígua posição de subverter o sistema e, ao mesmo tempo, estar integradas a ele: elas tem de reconstruir a Nação em torno de um novo núcleo popular, logo, a tarefa de reconstrução prevalece sobre a tarefa de subversão.

Enfim, para Laclau (2013), o populismo é uma lógica própria de construção política, e não um tipo de ideologia, de anomalia ou mesmo de subdesenvolvimento irracional da democracia representativa. Não pode tampouco ser resumido à relação direta, sem partido intermediário, entre uma liderança política e a massa populacional.

Embora o nome do líder e o afeto por ele despertado sejam fundamentais para a constituição da lógica do populismo, este não pode ser simplesmente explicado a partir de uma relação carismática. O comumente chamado de *populismo*, esse momento da cristalização de uma liderança, representa o corolário de uma articulação política com raízes muito mais profundas.

#### Culto à Personalidade e Desvianismo

De acordo com o citado *Dicionário da Política*, o culto da personalidade é entendido como exaltação de elementos carismáticos - relativo a qualidades marcantes de uma pessoa para o exercício de liderança e de atividades sociais com poder de atrair, encantar e seduzir - na relação com os governantes.

Enquanto a relação carismática se define por seu caráter imediato e pela sua direção do alto para baixo, o grupo dirigente pode colocar o maior empenho em criar estruturas de agregação e organização da sociedade civil como partido, sindicatos, comitês de defesa revolucionária, etc. Procura assim criar, ao mesmo tempo, níveis intermediários entre a sociedade e o Estado e, com eles, níveis de autonomia e de relação dialética em face do poder central.

A tendência intrínseca da autoridade carismática é a de exaurir e, por isso, se institucionalizar. Após a primeira fase de consolidação do regime, muito baseada no empirismo e na mobilização ideológica, o sistema político se ajusta, não sem problemas, aos esquemas das democracias populares. De resto, a própria figura carismática vai pouco a pouco adquirindo novas dimensões diante do constante fortalecimento da gestão coletiva do poder e da rede de relacionamentos interligados à sociedade civil.

O uso do termo *desvianismo* estende-se do plano político ao ideológico. Por exemplo, com a chefia de Stalin, o partido único da URSS viu-se comprometido na luta contra o “desvio de direita” ou de “esquerda”, um

conflito inteiramente político, enquanto era imputado ao grupo de Trotsky um “desvio pequeno-burguês”, portanto essencialmente ideológico. Trata-se de um uso mais genérico do termo, referido a posições tanto teórico-políticas como ideológicas.

Neste sentido, é aparentemente lógico falar de “desvios de todo gênero”, como fez Krushev no Relatório ao XX Congresso do P.C.U.S., a propósito das consequências do culto da personalidade durante a chefia de Stalin. Foi um uso do conceito de desvio bastante diferente do da história precedente: se antes o desvio era definido como uma posição errônea por ser assim julgada pela maioria do partido, a crítica de desviacionismo passou a se aplicar à própria maioria.

A identificação dos desvios não está mais vinculada à luta política entre tendências, mas, a posteriori, à mudança nas orientações gerais e à correção de rumos. O desvio acaba por ser entendido como um afastamento de ideias condutoras gerais, válidas em si mesmas.

A experiência de membros da casta dos trabalhadores participantes do governo brasileiro entre 2003 e 2016 avança precisamente na linha desta concepção mais ampla. Como posição errônea, o desvio não é necessariamente referível a indivíduos ou grupos bem identificados de um partido. Pode ser uma tendência difusa, mesmo majoritária, caso em que poder-se-ia atribuir-se a todos os partidos. Os desvios são um risco constante e inevitável no exercício do poder. Sua prevenção, identificação e correção hão de ser confiadas a um compromisso incessante de discussão, crítica e persuasão, tanto no plano ideológico como político.

O problema de conciliar a liberdade de expressão com a disciplina do partido só surge quando o desvio foi identificado, discutido e criticado. De fracionamento em sentido próprio só se poderá falar quando a disciplina partidária for consciente e organizadamente violada. Neste caso, da crítica e correção do desviacionismo se passará à acusação e repressão da dissidência ou infidelidade partidária. No plano da aplicação histórica, as diferenças aparecem bem mais confusas, especialmente se a correção nos desvios parecer mais ligada à luta entre maioria e tendências (ou frações) minoritárias em vez de persuasão.

#### Corrupção da Casta dos Governantes pela Corruptora Casta dos Mercadores

Segundo o *Dicionário de Política*, corrupção é o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa.

Corrupto é, portanto, o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura do Estado.

Podemos distinguir três tipos de corrupção:

1. a prática de uso da recompensa escondida (propina) para mudar a seu favor as decisões de um funcionário público ou de uma licitação de obra pública;
2. o nepotismo, ou concessão de empregos ou contratos públicos baseada não no mérito, mas nas relações familiares ou afetivas;
3. o peculato por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado, inclusive enriquecimento pessoal.

A corrupção deve ser considerada em termos de legalidade e ilegalidade - e não de moralidade e imoralidade. Tem de levar em conta as diferenças existentes entre as práticas sociais e normas legais e a diversidade de avaliação dos comportamentos no setor privado e no setor público. Por exemplo, o diretor-proprietário de uma empresa privada chamar o seu filho para um posto de responsabilidade não cometeria um ato de nepotismo, mesmo se o filho não possuir os requisitos necessários, mas cometê-lo-ia o diretor de uma empresa pública.

Corrupção significa transação ou troca entre quem corrompe (corruptor) e quem se deixa corromper (corrupto). Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento favorecendo os interesses do corruptor.

Quando se ameaça com punição a quem lese os interesses dos corruptores, essa pressão de superior hierárquico é melhor definida como *coerção*. A corrupção é uma alternativa da coerção, posta em prática quando as duas partes são bastante poderosas para tornar a coerção muito custosa ou são incapazes de a usar.

A corrupção é uma forma particular de exercer influência: de maneira ilícita, ilegal e ilegítima. Daí o tráfico de influências exercido por políticos profissionais, comumente pertencentes a dinastias. Elas têm acesso a mandatários do aparelho de Estado.

O corruptor se amolda ao funcionamento de um sistema político dependente, seja de financiamento eleitoral, seja de mobilidade social condizente com a riqueza de seus pares. Em particular, adequa-se ao modo como se tomam as decisões para atender (ou não) a determinados interesses privados.

A primeira consideração diz respeito ao âmbito da institucionalização de certas práticas ilegais: quanto maior for esse âmbito, tantas maiores serão as possibilidades do comportamento corrupto. Por isso, a ampliação do setor público com relação ao privado, no caso de capitalismo tardio, pela necessidade do Estado planejar obras públicas de infraestrutura para tirar o atraso histórico, provoca o aumento das possibilidades de corrupção.

Mas não é só a amplitude do setor público o influente nessas possibilidades porque também o ritmo dele se expandir atrai a casta de mercadores empreiteiros de obras públicas. Em ambientes de capitalismo maduro, com os mecanismos de controle da Justiça estavelmente institucionalizados, os comportamentos corruptos tendem a ser menos frequentes e mais visíveis em comparação aos ambientes de institucionalização parcial em países emergentes.

Por exemplo, na “Era dos Barões Ladrões” do capitalismo norte-americano, entre 1870 e 1914, a desigualdade social aumentou, extraordinariamente, quando o empreendedorismo, a industrialização e a manipulação financeira canalizaram novos ganhos, principalmente, para as famílias mais ricas. Foi uma era de fusões e aquisições de empresas, ou seja, de concentração de capital.

Nessa virada do XIX para o XX, nos Estados Unidos, houve o combate aos cartéis corruptos. *Cartel* é o acordo dos preços dos mesmos produtos entre diferentes empresas. Quando uma empresa se recusa a participar do cartel é sabotada e seus proprietários são ameaçados.

Os *trustes* são formados quando proprietários de empresas concorrentes se tornam sócios de uma única grande empresa para diminuir a concorrência e retirar a possibilidade de o contratante ou o comprador encontrar produtos ou serviços com menores preços. Quando grandes empresários, em vez de montar seus próprios empreendimentos, passam a comprar ações de empresas de um mesmo ramo de negócio, surgem as *holdings*.

A corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização, à amplitude do setor público e ao ritmo das mudanças sociais. Está também relacionada com a cultura da elite e da massa popular. Depende da percepção pública. Ela tende a variar no tempo e no espaço. Na história brasileira, durante anos de autoritarismo e conivência, a maioria silenciosa assistiu, passivamente, a corrupção das elites como fosse prática normal dos negócios entre poderosos.

O fenômeno da corrupção acentua-se com a existência de um sistema representativo imperfeito e com o acesso discriminatório ao poder de decisão.

Isso se assenta no grau de segurança gozado pela elite - ou políticos profissionais representantes da casta da aristocracia governante - no poder. Quanto mais esta se sentir segura de conservar ou reconquistar o poder por meios legais ou mais recear em ser punida por usar meios ilegais, tanto menor tende a ser a corrupção. Quanto mais ameaçada se sentir por não se reeleger ou fazer o sucessor, tanto mais essa elite recorrerá a meios ilegais e à corrupção para se manter no poder.

São notáveis os efeitos da corrupção no funcionamento, especialmente, no financiamento de um sistema político. Se a corrupção está largamente espalhada e é ao menos parcialmente aceita pela massa de eleitores (“párias”) como o padrão nas relações entre as castas para acesso ao poder de decisões cruciais, suas consequências podem se prolongar na história nacional. Se, porém, a corrupção servir tão somente para certa aliança entre castas manter o poder, é provável seu uso em larga escala criar reações. Por um lado, surgirão tensões no seio dessas castas. Por outro, provocará reações na massa de eleitores, tanto ativas como manifestações massivas na rua - e nas urnas -, quanto passivas como apatia e alheamento em relação à política.

De modo geral, a corrupção investigada e denunciada é fator de desagregação do sistema. Mas em um sistema jurídico profundamente formalista e burocratizado, como é o brasileiro, a campanha midiática contra a corrupção contribui apenas para agilizar o funcionamento do sistema judicial em perseguição político-partidária. A casta da toga apressou seus ritos, agindo de maneira corporativa, até o aprisionamento da maior liderança da casta dos trabalhadores com a finalidade de impedi-la de concorrer à eleição presidencial. Abriu espaço político para a nova emergência da casta da farda.

Momentaneamente funcional, a corrupção é apenas um paliativo em uma economia de mercado capitalista. Sua influência em longo prazo será negativa, acabando por favorecer alguns membros de certas castas em prejuízo de outros. Quer surja em um país emergente em expansão e não institucionalizado de forma democrática, quer atue em um sistema estável e institucionalizado de capitalismo maduro, a corrupção é um modo de influir nas decisões públicas, atingindo a própria ideologia concorrencial do sistema capitalista. Este tipo privilegiado de influência, reservado aos possuidores de meios financeiros de exercê-la, conduz ao desgaste do mais importante suporte desse sistema: sua legitimidade - ou aceitação das regras de um jogo não fraudado, onde é possível haver outros vencedores além de membros das castas.

## Conclusão

Dependência de trajetória significa “a história importa”. Mas não determina o futuro. Este é incerto, pois é resultante da pluralidade de decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas uma das outras em tempo real. Há gradual afastamento das condições iniciais em direção não a um equilíbrio estacionário, mas sim para seguir uma trajetória caótica.

Nós, brasileiros, estamos em um Sistema Complexo, cujo estado inicial não é completamente conhecido porque decisões tomadas ao longo do passado são vistas por resultantes a cada momento presente. A partir do “ponto de chegada” atual, composto de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento, buscamos o entender. Essa imprecisão dos dados iniciais irá se refletir na limitada qualidade da previsão possível de se fazer sobre o estado futuro desse Sistema Complexo, onde o Brasil está imerso.

Ao tentar desvendar como, de fato, a história importa, Bernardi (2012) indica divergências consideráveis surgirem entre os autores na definição de mecanismos explicativos. Seja na importância concedida ao tema da contingência, seja na própria especificação dos tipos de sequências de eventos possíveis de serem considerados como dependentes da trajetória, o desafio intelectual é enorme.

O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*) é oferecido justamente como a ferramenta analítica para entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais. A compreensão intuitiva de pressuposta causalidade histórica adota o método cronológico para contar uma história para si. Para descobrir a lógica do mundo real (e atual), esse método sugere entender os detalhes sequenciais de como ele alcançou o “ponto-de-chegada” no presente.

O risco nessa análise retrospectiva é só contar “a história dos vencedores” e esquecer-se das alternativas e dos dilemas na tomada de decisões em encruzilhadas históricas. Nesse historicismo, não se afasta do truísmo - verdade incontestável ou evidente por si mesma - de diagnosticar “o presente é assim porque o passado o levou a isso”.

Em modelos estocásticos não-lineares, cujo processo é não-determinístico, a história se reorienta em eventos aleatórios. Dentre duas ou mais alternativas não necessariamente prevaleceria a mais eficiente em condições de retornos crescentes, nas quais elevam-se os benefícios de uma maneira autorreforçante (*self-reinforcing way*).



Uma concepção liberal de ordem espontânea corresponderia a um equilíbrio - igualdade de força entre pessoas, castas, empresas, etc., em oposição - no qual se realizaria o melhor resultado, isto é, a alocação e o uso mais eficiente do capital. Em economia de livre-mercado, o elemento estocástico, caso porventura tivesse existido no início da sequência temporal em favor de uma das alternativas, seria supostamente anulado (*averaged out*) por arbitragem. Nessa lógica ortodoxa, o processo se livraria da influência de um estado antecedente casual.

Desse modo reducionista, o sistema econômico obedeceria a uma lógica similar à das Leis da Física Mecânica de origem newtoniana, porque perturbações ou mudanças temporárias seriam rapidamente negadas pelas forças opostas reativas a elas. Na visão neoclássica, a história não é importante, porque ela meramente conduz a economia de mercado livre a um pressuposto equilíbrio geral inevitável... e inelutável.

Todavia, essa visão estática e determinista, segundo a qual seria possível prever um único ponto de equilíbrio - condição de um sistema no qual as grandezas atuantes sobre ele se compõem de modo a não provocar mais nenhuma mudança em seu estado -, a partir de um conjunto dado de preferências e dotação de fatores exógenos ao modelo, não se sustentaria na análise de setores da economia intensivos em conhecimento. Isso porque tais setores estão sujeitos em grande medida a invenções, rupturas e retornos crescentes (*increasing returns*).

Eles produzem processos de feedback positivo ou autorreforço (*self-reinforcing processes*). Estes conferem rigidez estrutural a uma alternativa em detrimento de outras, se eventos aleatórios no início da sequência temporal lhe tenham permitido alguma vantagem sobre as outras opções disponíveis. A trajetória caótica se afasta daquelas condições iniciais.

Nas condições iniciais, existem múltiplas alternativas disponíveis, mas, diferentemente do imaginário liberal, não é possível determinar a priori o equilíbrio final. Em outros termos, não se sabe *ex-ante* qual das alternativas ficará sujeita a um processo de autorreforço e prevalecerá sobre as demais. Isso porque só posteriormente (*ex-post*) se poderá estabelecer qual opção foi favorecida com alguma vantagem no início do processo por um evento contingente.

O efeito dessa contingência - fato imprevisível ou fortuito fora de controle - é reforçado por *feedbacks* positivos de modo a conduzirem a uma situação de *lock-in*, isto é, de irreversibilidade. Os retornos crescentes produzem um processo de autorreforço.

Logo, o elemento estocástico ocorrido no início da sequência de eventos, em favor de uma das alternativas, tem seus efeitos ampliados e não anulados no decorrer da sequência temporal. Isto é diferente do ocorrido de acordo com a visão estática e determinista. Múltiplos resultados finais são possíveis a depender da sequência particular dos eventos ou acasos.

Portanto, esse tipo de processo dinâmico, cuja série temporal de dados caracterizam as interações entre componentes - é dependente da trajetória. Na linguagem estatística, um processo cujos resultados são dependentes da trajetória é definido como um *processo estocástico não-ergódico*.

Ele é incapaz de se livrar dos efeitos persistentes de condições aleatórias e transitórias prevalecentes ao longo da história do processo, afastando-o das condições iniciais. Quando a intervenção de alguma força externa ou de um choque altera sua configuração, ou transforma as relações estruturais subjacentes aos atores, a trajetória é caótica e/ou não determinística.

O conceito de *dependência da trajetória* refere-se, portanto, a processos baseados em eventos aleatórios e *feedbacks* positivos naturais, como uma propriedade de processos dinâmicos contingentes não-reversíveis. Seu conteúdo central se refere à ideia da história como um processo de ramificação (*branching*) irreversível. Nele, os custos de transição para uma alternativa previamente descartada se acumulam com o tempo, tornando tal mudança cada vez menos provável embora a alternativa escolhida se mostre menos eficiente face a algumas das opções antes (ou ainda) disponíveis.

É necessário reconhecer a existência de outros mecanismos desencadeadores de dependência da trajetória. Por exemplo, as instituições - modos coletivos de pensar ou valores - são importantes carregadoras da história. Elas carregam e reproduzem, de maneira inercial, suas características estruturais originais e tendem a persistir mesmo quando as condições primárias justificadoras de sua existência deixem de existir.

As instituições contribuem para estruturar o contexto onde acontecem os processos de socialização, aprendizagem e interação dos agentes. Exercem, então, um impacto determinante na formação de expectativas compartilhadas de comportamento.

Neste estudo dos comportamentos históricos das castas de natureza ocupacional, no Brasil, deduzi, a partir das interações entre esses componentes de um sistema complexo, ter emergido um resultado não possível de ser observado no nível de cada qual, mas sim através da rede de relacionamentos entre elas.

Apresentei uma trajetória dinâmica de alianças, golpes e contragolpes. Primeiro, analisei a evolução histórica das alianças entre as castas brasileiras, destacando os pontos de ruptura como marcos na história. Depois, busquei detectar, dentro da dependência de trajetória caótica e não linear desse sistema complexo, se havia emergência de comportamentos macrosociais e quais eram os principais nódulos dos relacionamentos entre as castas.

Cheguei à conclusão, no final deste estudo da literatura historiográfica brasileira clássica, através da leitura de fontes secundárias, serem os fenômenos políticos, isto é, resultantes de ações coletivas, como conciliação, autoritarismo, elitismo, populismo, culto à personalidade, e corrupção, os elos mais notáveis nessa rede de relacionamentos entre as castas brasileiras.

A conciliação é a ideologia de coesão nacional. O autoritarismo é a coerção imposta pela casta dos guerreiros. O elitismo é próprio da casta dos aristocratas governantes em aliança com a casta dos sábios esnobes. O populismo de esquerda ocorre quando o povo, composto por “párias”, estabelece conexão direta com uma liderança trabalhista. O culto à personalidade corresponde à tradição populista autoritária de direita. Por fim, a casta dos mercadores é corruptora de todas as demais para impor seus interesses privados.

## Capítulo 3 - Componentes Comportamentais, Sociológicos e Políticos da Complexidade Brasileira

### Introdução

A obra de filosofia e metodologia das Ciências Sociais do teórico social e político norueguês Jon Elster (1994) agrada não só a sociólogos, mas também a economista heterodoxo. Este trata a Ciência Econômica como uma das Ciências Sociais e busca uma abordagem multidisciplinar em Economia Aplicada.

Para Elster (1994), proposições com pretensão de explicar determinado evento social devem ser cuidadosamente distinguidas de diversos outros tipos de proposições.

Primeiro, explicações causais parciais necessitam ser superadas por *proposições causais completas*. Citar a causa primária não é suficiente: o mecanismo causal - inercial ou dependente de trajetória - também precisa ser sugerido pela análise.

Segundo, as explicações causais são distintas de afirmações baseadas em correlação. É comum a *correlação espúria*, isto é, indicar de certo tipo de evento ser, usualmente, seguido por determinado evento de outra espécie. Ambos podem ser efeitos comuns de um terceiro evento, mas sem causalidade entre si.

Terceiro, explicações causais dispensam afirmações sobre *necessidade determinística*. O argumento de haver possibilidade de ter acontecido de alguma outra maneira, distinta da causalidade narrada, é aceitável. Desconfia-se da “fácil sabedoria *ex-post*”, pré-visão na análise do passado para comprovar hipótese sobre o presente.

Quarto, as explicações causais não se resumem a *contar histórias*. Uma explicação genuína dá conta de *o que aconteceu e como aconteceu*. Contar alguma história, de maneira adequada, é dar conta tanto de *o que aconteceu* como de *o que poderia ter acontecido* - e talvez tenha mesmo ocorrido. Deve-se evitar narrar a história retrospectiva linear a partir da linha de chegada - destino conhecido -, não considerando as alternativas na linha de partida e em encruzilhadas da trajetória.

Finalmente, às vezes podemos *explicar* sem sermos capazes de *prever*, e às vezes *prever* sem sermos capazes de *explicar*. Vários

mecanismos podem levar ao mesmo desenlace, então, para propósitos de predição, não há necessidade de decidir entre eles.

Para intenções explicativas, o que importa é o *mecanismo de propagação*. Esta é a razão para Elster (1994) enfatizar *mecanismos* e não *leis de movimento*. *Leis*, por natureza, são gerais e não sofrem exceções. Os *mecanismos* não têm pretensão à generalidade.

Para tornar inteligível a complexidade brasileira, sugiro um modelo de causalidade social sujeito à dependência de trajetória (*path dependent*) caótica, rejeitando o postulado tradicional de as mesmas forças operativas gerarem sempre os mesmos resultados em todos os lugares. O efeito de tais forças será mediado por características contextuais e/ou institucionais de uma dada situação herdada do passado. A história importa, embora exista o acaso. Esse conceito de dependência da trajetória caótica é uma ferramenta analítica para se entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais, sujeitos a acasos capazes de afastar as condições iniciais.

Ao incorporar a metodologia da Economia Evolucionária se rompe com o determinismo “totalitário” ou “coletivista”. O meio-ambiente físico e socioeconômico deixar margem para as inovações, as rebeldias, as criatividade, as rupturas, as trajetórias caóticas, etc. O sistema como um todo - o meio-ambiente institucional - seleciona socialmente os comportamentos adequados a si próprio, em certas circunstâncias, mas é um corpo mutante não determinístico. Passa por permanente retroalimentação dinâmica na sequência (re)avaliações individuais - decisões práticas - constituição do ambiente incerto. Portanto, os seres humanos são sujeitos interativos de Sistemas Complexos. Por causa disso, é necessário também o estudo da Complexidade.

Gosto de dar o exemplo do GPS para ilustrar como o aqui-e-agora é percebido em distintas dimensões ou escalas. Qual análise de situação é mais útil para a localização? Depende do problema a ser enfrentado.

A meta é descrever o mínimo necessário, mensurando a essência do fenômeno, de modo a modelagem em certas escalas ocorrer. O dilema dos cientistas está no *trade-off* entre descrever o mínimo essencial ou ganhar maior realismo. O Brasil possui uma estrutura complexa, cujas propriedades se repetem em qualquer escala de análise? Quais são essas propriedades? As abordagens sociológicas, políticas e comportamentais serão suficientes para entender a complexidade brasileira? Basta delinear o perfil de O Brasileiro para explicar o Brasil com um individualismo metodológico? Existe um único arquétipo desse modelo ou exemplar originário, capaz de funcionar como

essência e princípio explicativo para todos os objetos da realidade material brasileira?

Nesse capítulo, em vez do usual individualismo metodológico para esboçar quem seria o típico brasileiro - e extrapolar seu comportamento para todos -, opto por uma análise holista, destacando as castas, as instituições e a economia como “nós” chaves entre os componentes a rede de relacionamentos interativos desse sistema complexo.

### Castas, Dinastias ou Clãs para Interpretar o Brasil

A categoria casta, relacionada à natureza ocupacional, é mais abrangente em relação à classe de renda ou riqueza, embora não seja excludente, mas complementar a esta. Incorpora vários tipos de grupos, desde burocratas, militares e sacerdotes até capitalistas e trabalhadores. Mais importante: além de considerar os interesses econômicos, inclui uma perspectiva cultural e um posicionamento político-ideológico.

As castas são compostas por membros de diversas redes e instituições de poder, cada qual apresentando sua própria cultura e adotando determinado estilo de vida. Elas tendem a dar a seus integrantes certas atitudes em relação à autoridade, à organização e à ação coletiva. Tentam impor seus valores (e interesses) umas às outras.

A visão da economia como sistema complexo emergente das interações entre seus diversos componentes sociais se afasta do simplório modelo dicotômico do “nós” (pobres) contra “eles” (ricos). “Classes” são também uma construção cultural, mas esta não costuma destacar esse aspecto extra econômico dos valores político-ideológicos relacionados às profissões. Nossas ocupações se relacionam com nossos valores. A profissão e a experiência no ambiente de trabalho com colegas corporativos são fundamentais para a formação das atitudes políticas.

Nessa visão processual (e dialética), necessitamos pensar no jogo de interesses das castas e suas alianças, ascensões e quedas. O poder hereditário dinástico está vigente não só nos petro-Estados árabes, mas em todo o mundo, inclusive nos EUA: Kennedy, Bush, Clinton, etc. Entre os congressistas brasileiros com mandatos até 2018, 49% eram herdeiros do familismo.

*Casta*, segundo o dicionário Houaiss, no sistema de estratificação tradicional da Índia, é um grupo social fechado, de caráter hereditário, cujos membros pertencem à mesma etnia, profissão ou religião. Por extensão, designa qualquer grupo social, ou sistema rígido de estratificação social, de caráter hereditário. Portanto, refere-se à camada social formadas por partes

componentes de uma sociedade complexa, organizada de maneira hierárquica, onde os párias são segregados. Em sentido pejorativo, usa-se a expressão para hostilizar o grupo de cidadãos destacado dos demais por seus privilégios, ocupações, costumes e/ou preconceitos.

Para entender todos os determinantes políticos temos de compreender a enorme influência das dinastias. *Dinastia* é sequência familiar de indivíduos ocupantes de determinada função, cargo ou posto de poder, hereditários ou não. Por extensão, refere-se à sucessão de herdeiros e continuadores de magnatas e oligarcas da casta dos governantes aristocratas, desde os rurais até os industriais. Na etimologia da palavra, originária do grego *dunasteía*, significa “dominação, poder, domínio de uma oligarquia”. Por influência do francês *dynastie*, registrado já em 1495, significa “ser o mestre, exercer o poder, ter força”.

*Clã* refere-se ao agrupamento familiar comum compostos de pessoas presumidas como descendentes de ancestrais comuns. Relaciona-se tanto com casta quanto com partido, facção, lado. Na etimologia, encontra-se o significado de “família, raça”.

*Oligarquia* é o regime político no qual o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Por extensão, refere-se à preponderância de um pequeno grupo no poder. No Brasil, por exemplo, há partido liderado por uns poucos oligarcas, isto é, membros da elite branca de cada região.

Reportagem de Étore Medeiros, publicado na Pública (04/02/2016), revela um mecanismo muito antigo da política nacional ser especialmente significativo na legislatura na Câmara até 2018. De teor fortemente conservador, ela possuía o maior percentual (49%) de deputados com familiares políticos desde as eleições de 2002.

Cita estudo da Universidade de Brasília (UnB), publicado no segundo semestre de 2015, sobre os 983 deputados federais eleitos entre 2002 e 2010 para concluir: no período, houve um crescimento de 10,7 pontos percentuais no número de deputados herdeiros de famílias de políticos, atingindo 46,6% em 2010 - número próximo aos 44% encontrados pela Transparência Brasil no mesmo ano. Logo após a última disputa eleitoral, a ONG divulgou outro levantamento segundo o qual 49% dos deputados federais eleitos em 2014 tinham pais, avôs, mães, primos, irmãos ou cônjuges com atuação política - o maior índice das quatro últimas eleições. Evidentemente, esse Congresso Nacional, embora eleito, não representa adequadamente o povo brasileiro.

As estratégias de manutenção dos clãs no poder acabam por torná-los uma espécie de empreendimento - a política também é vista em muitos casos

como forma de enriquecimento pessoal -, com projetos bem definidos para a ocupação até mesmo de espaços credenciadores para a disputa eleitoral. O processo eleitoral brasileiro é marcado pela desinformação e despolarização. Na realidade, o discurso e as propostas dos candidatos, e mesmo a reputação ou a probidade do membro da família pedinte de votos, não fazem diferença.

O professor de Ciência Política da UnB, Luis Felipe Miguel, afirma: “o que as famílias políticas controlam e legam na verdade são os contatos com financiadores, com controladores de currais eleitorais, com uma teia de apoiadores em disputa de outros cargos. Esse *savoir-faire* e esses recursos dão aos herdeiros uma série de vantagens nas disputas eleitorais”.

Miguel defende como mais necessárias mudanças em dois dos principais sustentáculos da política e do modo de praticá-la pelas dinastias: “a sua relação com o poder econômico - não só o financiamento eleitoral de campanha, mas também os lobbies e a corrupção - e o controle dos meios de comunicação de massa”. Sem pressão política para o Congresso reformar isso, os grandes meios de manipulação eleitoral estarão presentes.

O objetivo deste estudo será discutir porque ainda predominam familismo, clãs, dinastias e castas de natureza ocupacional - guerreiros, aristocratas, comerciantes, sábios e trabalhadores - na estrutura de Poder no Brasil.

Há uma correlação direta entre os valores e a posição na estrutura do poder político ou econômico? Outros atributos de cada pessoa - ambiente familiar e educacional, nível de escolaridade, faixa etária, opção sexual, ateísmo ou religiosidade, etc. - também parecem importar para seu posicionamento ideológico.

O estudo de casos dos candidatos na eleição de 2018 é um bom teste para essa hipótese. As principais dinastias políticas do Brasil lançaram mais de 60 candidatos segundo levantamento feito pelo jornal Folha de S.Paulo (19/08/18) nos registros da Justiça Eleitoral. Se levados em conta os núcleos familiares menores, o número aumentaria.

Atualmente, o Brasil tem cerca de duas dezenas de grandes clãs políticos. Os donatários estão em quase todos os Estados ou “Capitanias Hereditárias”, por exemplo, Pará (Barbalho), Maranhão (Sarney), Ceará (Gomes), Rio Grande do Norte (Maia, Alves), Paraíba (Cunha Lima), Pernambuco (Coelho, Arraes), Alagoas (Collor, Calheiros) Bahia (Magalhães), Minas Gerais (Andrada, Neves), Estado do Rio (Garotinho, Maia, Bolsonaro), São Paulo (Tatto), Paraná (Barros, Richa, Requião), Distrito Federal (Roriz).



Estimou-se, em 2014, quase a metade dos integrantes da Câmara e do Senado tinha parentes dinásticos, muitos detentores de concessão de rádio e TV. Esses clãs pertenciam à “casta dos oligarcas governantes”. Seus filhos, netos, cônjuges, irmãos e sobrinhos seguiam a tradição de transferência de poder de uma geração a outra da mesma família. Constituíam uma base parlamentar avessa a mudanças significativas. Levavam à permanência na sombra do poder de patriarcas por trás dos eleitos. Eram políticos tradicionais desgastados ou até impedidos de concorrer em eleições.

Como visto, *oligarquia* é regime político onde o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Por extensão, significa a preponderância de um pequeno grupo no poder. No Senado Federal, e até na Câmara de Deputados, perpetuam-se ex-governadores estaduais.

Antes do fim do financiamento corporativo das eleições dos candidatos, os empresários se articulavam em lobbies ou com senadores/deputados “devedores de favores” para influenciar Executivo e Legislativo. Face à ameaça de tributação progressiva de rendas e fortunas, heranças e retirada de isenções ou desonerações, além do risco de criminalização, agora eles mesmos querem imunidade parlamentar e autoproteção.

Segundo levantamento feito pela Folha de S.Paulo (19/08/18) na base de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), havia 309 empresários candidatos em 1998, cerca de 2% do total. Em 2006, foram 1.468, quase 8% do total. Na disputa em 2018 eram 2.491 – mais de 10% do total. O número ainda era parcial, mas já era um recorde.

O IEE (Instituto de Estudos Empresariais) identifica dois grandes grupos de empresários no país: os dependentes da máquina pública para obter privilégios, ligados ao chamado de “capitalismo de Estado neocorporativista”, e os detentores de negócios de pequeno e médio portes com pavor de pagamento de impostos ao Estado. Nenhum tem um projeto de Nação a defender com impessoalidade no Congresso ou no Poder Executivo.

Como as doações de empresas a campanhas foram proibidas, tem vantagem eleitoral o candidato rico com patrimônio pessoal suficiente para autofinanciamento eleitoral. Os 13 candidatos à Presidência da República, em 2018, declararam patrimônio somado de R\$ 834 milhões, mas cada qual possui de nada a quase meio bilhão de reais.

Dá para comparar o patrimônio dos candidatos com a estratificação social da riqueza financeira, considerando as médias per capita de aplicações financeiras em depósitos de poupança, fundos e títulos e valores mobiliários no final do 1º. Semestre de 2018. Eram 83 milhões de depositantes de

poupança com menos de R\$ 100,00 e média de R\$ 14,41); 64 milhões de clientes do varejo tradicional com média R\$ 14,4 mil; 6,3 milhões de clientes do varejo de alta renda com média de R\$ 129,5 mil; 122.219 clientes de *Private Banking* com média per capita de R\$ 8,265 milhões. Desconsiderando os depositantes de poupança, eram apenas 11.254.167 investidores no varejo com média de R\$ 94 mil. Segmentando-os, os 7,27 milhões de investidores do Varejo Tradicional tinham em média R\$ 46 mil e os 4 milhões do Varejo de Alta Renda, R\$ 181 mil. A riqueza financeira per capita das 58 mil famílias de alta fortuna era R\$ 17,433 milhões.

Quais candidatos se encontravam entre esses ricos? Primeiro, o candidato do partido Novo (neoliberal), cuja carreira profissional ocorreu como executivo do setor bancário, com R\$ 425 milhões. Depois o ex-ministro da Fazenda do MDB com R\$ 377 milhões. Ele presidiu o BankBoston e o Banco Central do Brasil. Seguindo a lista dos presidenciáveis mais ricos, aparece um filho de estancieiro gaúcho e ex-presidente do Brasil (PPL) com R\$ 8,6 milhões e outro milionário (DC) com R\$ 6,1 milhões. Depois deles, vinham candidatos do Podemos, PSL, PDT e PSDB, todos da casta dos oligarcas governantes (exceto o representante da casta dos militares afinal eleito) com patrimônio declarado entre R\$ 1 milhão e R\$ 3 milhões. O professor membro da casta dos sábios-universitários (PT) declarou um patrimônio no valor de R\$ 428,451 mil, sendo 64% em imóvel. A candidata da Rede, política profissional sem mandato, declarou ter R\$ 118 mil em patrimônio. O bombeiro militar (Patriota) apesar de ser deputado federal desde 2015, com salário mensal de R\$ 33,7 mil, afirmou à Justiça eleitoral não ter nenhum bem. O patrimônio familiar estava registrado em nome da esposa.

Os candidatos não declaram o preço de mercado de seus imóveis do mesmo modo como nas DIRPF. Com isso reduzem bastante o valor do patrimônio pessoal.

Valores pecuniários não são bons indicadores de valores morais ou éticos. Valores político-ideológicos são mais relacionados às ocupações, isto é, às castas, ou às dinastias. Estas são defensoras tradicionais de suas famílias (clãs) e suas propriedades.

A casta da pena (imprensa), sem investigação mais apurada, não reconhece o corporativismo entre os membros da casta da toga, pressupostos a priori imparciais. Em seus julgamentos uniformes (e parciais) se vê a defesa acima de tudo dos próprios interesses profissionais por parte dessa categoria funcional. Predomina o espírito de corpo ou autoproteção de grupo em todas as instâncias. Assim como ocorre na casta do jaleco branco, como ficou visível em sua hostilidade ao recebimento de médicos cubanos para o Programa Mais Médicos em regiões abandonadas pelos doutores brasileiros.

O corporativismo é uma doutrina em defesa da organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses das corporações profissionais. Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração daí derivadas, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político.

Por isso, os corporativistas acusam mais uma vez os membros da casta dos trabalhadores organizados de inaugurarem a divisão social brasileira ao apresentar o discurso “nós” (pobres) contra “eles” (ricos). *Quis? Quid? Ubi? Quibus auxiliis? Cur? Quomodo? Quando?* [Quem? O que? Onde? Por que meios? Por que? Como? Quando?]. Para não dizer leviandades, é obrigação da casta da pena adotar esse método para circunstanciar a pessoa, o fato, o lugar, os meios, os motivos, o modo, o tempo.

O momento da democracia, durante o debate eleitoral, é quando as distintas castas (e subcastas) tentam impor seus candidatos e programas aos párias, isto é, aos excluídos socialmente nos demais momentos. Em uma sociedade sem o hábito de presenciar um debate plural na rede televisa ou na “grande” imprensa, há o estranhamento por parte dos arautos da ideologia dominante pró-mercado quando se deparam com adversários bem-preparados intelectualmente, como é um professor membro da casta dos sábios-universitários. Nesse caso, a opção dos rivais é a fuga do debate público.

A casta dos sábios-universitários se divide, historicamente, entre subcastas. A casta dos mercadores emprega intelectuais como o administrador, o economista, o advogado, o tecnocrata, etc. Tais intelectuais são chamados por Gramsci de “funcionários da superestrutura”. São usados para moldar o mundo ao gosto da casta dos mercadores.

Daí os trabalhadores necessitam se educar de modo a formar os intelectuais provenientes da própria classe, denominados de “intelectuais orgânicos”. Lula é o melhor exemplo. Não são eles os intelectuais militantes dos partidos de esquerda. Na sociologia gramsciana, os intelectuais de tipo orgânico, ao se desenvolverem, deparam-se com os de tipo “tradicional”, herdados de castas de sábios: clérigos, filósofos, juristas, escritores e outros. Estes “intelectuais tradicionais” têm um forte sentimento de continuidade corporativista através do tempo - e veem-se como neutros, imparciais e independentes em relação às demais castas em conflitos de interesses.

É possível analisar a história, inclusive pré-capitalista, através da dinâmica do jogo de alianças, golpes e contragolpes entre as diversas castas, com ascensões e quedas de hegemonias. No caso de análise com base em

castas, a sociedade não é vista como um aglomerado de indivíduos atomizados, como os individualistas tendem a enxergar, nem como composta das classes econômicas dos coletivistas, segundo as quais as pessoas são categorizadas conforme suas rendas e/ou propriedades.

A sociedade é analisada, nesse caso, como composta de grupos profissionais, cada um dos quais gerando seu próprio *Éthos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade. As castas básicas são a dos guerreiros-militares, a dos oligarcas governantes, a dos mercadores, a dos sábios (tanto sacerdotes, quanto intelectuais), e a dos trabalhadores organizados, seja em sindicatos, seja em partidos.

Por exemplo, a aliança neoliberal se dá entre membros das castas dos mercadores, guerreiros, sabidos evangélicos e economistas ortodoxos. Em contrapartida, a aliança social-desenvolvimentista se dá entre membros das castas dos trabalhadores e sábios-universitários. Na Europa, essa aliança, denominada socialdemocrata, defendia o Estado de Bem-Estar Social.

A categoria “casta” permite ver os grupos sociais não só como organismos em busca do interesse próprio e da vantagem econômica, mas também como encarnações de ideias políticas e estilos de vida. Com frequência, umas procuram impor às outras, provocando golpes, contragolpes e novas alianças.

Curiosamente, a casta da pena cobra do PT coerência quanto à pureza doutrinária, criticando alianças partidárias regionais com “golpistas”. A vida é dura. *Realpolitik* se refere à política ou diplomacia baseada, principalmente, em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas.

Na sociologia weberiana, um *grupo de status* compreende todos aqueles detentores de particular prestígio social. Eles se caracterizam por um estilo peculiar de vida, pelo modo de comportamento, por determinados padrões de consumo, de indumentária, de habitação, pelo casamento feito, pelo tipo de relações sociais mantidas, pela profissão exercida, pelos gostos, pela instrução recebida, etc.

Diversamente das classes sociais, na sociologia marxista, os *grupos de status* constituem sempre comunidades. Eles se definem, não só com base em uma característica objetiva e formal, como a situação no mercado de trabalho, mas em modo de agir específico, como entendem a si próprios e são entendidos pelos outros.

Vivemos, quando estamos em um processo eleitoral, esse estranhamento quanto aos valores morais dos “outros”. Porém, os párias, excluídos socialmente, são capazes de decidir as eleições democráticas.

## Bancadas Temáticas

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) promoveu mudanças no sistema de registro de candidaturas na eleição de 2018, restringindo a transparência em relação ao patrimônio dos candidatos. Nas disputas anteriores, os políticos eram obrigados a listar seus bens de forma detalhada, com tipo, descrição e valor, permitindo comparações entre si e com as declarações anteriores. Era uma fonte melhor a respeito da riqueza dos políticos profissionais - e para ficar evidente seus propósitos no Congresso Nacional.

Quais são os interesses defendidos pela “bancada do boi” no Congresso? Os pecuaristas inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CCI) têm de fazer a Declaração do Resumo de Movimentação de Rebanho e Inventário de Gado. Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), a declaração é obrigatória. Caso o pecuarista não cumpra com sua obrigação estará sujeito a penalidades. Para declarar, o contribuinte precisa preencher um formulário online, no site da Sefaz, com todas as mudanças ocorridas no rebanho no ano anterior, incluindo as entradas, saídas e mudanças de era.

Devem ser discriminados todos os animais do estabelecimento ou de terceiros, inclusive sob o regime de pasto ou confinamento. Ao não declarar o pecuarista estará sujeito a multa no valor de apenas R\$ 1.100,00, além de restrições de alguns serviços oferecidos pela Secretaria da Fazenda, como a emissão de nota fiscal avulsa e alteração no cadastro de contribuinte. É muito difícil fiscalizar uma boiada. Sempre há fraude nesse campo.

Lavar dinheiro com rebanhos e fazendas é uma operação fácil. É comum o uso de imóveis rurais como instrumento de lavagem de recursos financeiros de origem ilegal. Toda a documentação pode ser falsificada. Em escândalos políticos recentes, vários envolvidos tentaram explicar a origem de seus rendimentos com negócios de compra e venda de gado.

Não são raros os casos de agentes públicos suspeitos explicarem a origem de seus bens com transações na área rural. Não se trata de falsidade material, mas ideológica. É possível obter junto às repartições públicas boa parte da documentação necessária e simular negociações inexistentes ou só existem parcialmente. Chama-se de “vaca de papel”, “soja de papel”, etc.

O proprietário declara ter tanto de gado ou tanto de produto, faz a inscrição no órgão competente, obtém o talonário de notas fiscais, compra vacinas, simula a venda e paga o imposto. No ramo agropecuário, o controle pelo Estado de processos de lavagem na zona rural é mais difícil. São muitos contribuintes com renda obtida na atividade rural e pouca estrutura para fiscalizar.

A documentação é considerada imprescindível para transações dentro da lei, pois atestam o cumprimento das exigências sanitárias, garantindo preço e acesso da carne ao mercado formal. Com registros do estabelecimento, de procedência do gado, nota fiscal, recibos e comprovantes sanitários em mãos é possível até obter a desejada Guia de Transporte Animal (GTA).

O uso de fazendas para “esquentar” rendimentos “frios” é frequente por causa da tributação diferenciada dada ao setor agropecuário. Pela lei, somente 20% da receita originária de atividades rurais estão sujeitos ao pagamento de Imposto de Renda. Para assalariados, a tributação alcança quase todos os rendimentos.

Sai barato, portanto, lavar dinheiro no ramo agropecuário, especialmente quando o contribuinte é pessoa física. Muitas vezes, a transação com gado até existe, mas o fraudador subfatura custos, com o objetivo de ampliar artificialmente os lucros. Assim, abre espaço para “esquentar” rendimentos sem origem declarada. Há casos de toda a transação ser fictícia, com documentos obtidos a partir de furtos, falsificação ou da conivência de frigoríficos.

Um pecuarista ao comercializar seu gado de um Estado para outro está sujeito à tributação. Agora, se ele comercializa direto com um frigorífico, quem arca com o imposto é o frigorífico. Muitas vezes este recebe isenção fiscal, como no caso dele ser exportador. De forma geral, em média, somente 5% do faturamento bruto do produtor é destinado à carga tributária.

Os ruralistas justificam a sonegação com a contumaz retórica conservadora: “apesar da grande arrecadação, o governo não consegue oferecer as contrapartidas esperadas pelo contribuinte”. No caso do setor agrícola, a melhoria de estradas, portos e toda a infra-estrutura seria necessária para um país com a produção agrícola do Brasil. Um exemplo disso é o frete. Ele tem seu preço encarecido em boa parte devido ao mau estado de conservação das estradas ou aos pedágios instalados nas rodovias geridas pela iniciativa privada, ou seja, acaba-se pagando duas vezes pelo mesmo serviço.

Além de reclamar de muitos impostos embutidos nos insumos e isso sobrecarregar o agronegócio, a bancada ruralista defende a renegociação de impostos sobre dívidas, senão o calote das próprias dívidas. Os pecuaristas dizem sofrer com o custo do transporte, supostamente bi tributado por causa dos pedágios e IPVA, e quando há transporte de animais de um estado para outro. Somado aos tributos pagos pelos frigoríficos, reclamam o agronegócio pagar mais de uma vez pelo mesmo produto.

Existem 373 processos na Justiça contra os 178 parlamentares, um terço da Câmara de 513 deputados com mandatos até o fim de 2018. Desses deputados federais em ações penais ou inquéritos, 68 (38,2%) eram integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O site *De Olho nos Ruralistas* (<https://deolhonosruralistas.com.br>) fez esse recorte de dados a partir de levantamento elaborado em maio de 2018 pelo site Congresso em Foco. Este utilizou informações do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses integrantes da bancada do agronegócio respondiam por 152 (38,2%) dos processos. A Frente Parlamentar da Agropecuária possuía, segundo o site da organização, 228 deputados filiados - um número bastante flexível. Quase um terço do total (68 parlamentares, 29,82% do total de membros) respondia a inquéritos ou ações penais. Mas o número de deputados ruralistas sob processos ia além desse subtotal. Nem todo parlamentar fazendeiro - ou de família latifundiária, dono de empresa agropecuária, defensor sistemático do agronegócio - fazia parte da FPA. O observatório levantou outros sete casos. Somente com esses sete parlamentares - e há outros - o número de ruralistas na lista dos denunciados chegava a 75, ou 43,36% do total.

Segundo o relatório *Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural*, publicado pela Oxfam, dados da PGFN mostravam 4.013 pessoas físicas e jurídicas detentoras de terra deverem R\$ 906 bilhões, uma dívida acima do PIB de 26 estados. Cada um desses devedores tinha dívidas acima de R\$ 50 milhões. Segundo dados do INCRA, havia um grupo ainda mais seletivo de 729 proprietários. Eles declararam possuir 4.057 imóveis rurais, somando uma dívida de R\$ 200 bilhões. As terras pertencentes a esse grupo abrangiam mais de 6,5 milhões de hectares, segundo informações cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Em vez de cobrar os débitos, porém, o governo temeroso editou a Medida Provisória nº 733, concedendo mais privilégios ao permitir os ruralistas liquidarem saldo devedor com bônus entre 60% a 95%. Eram exemplos da importância da bancada ruralista em defesa de benefícios algumas das medidas (ou das inoperâncias) do governo da ocasião: nenhuma homologação de Terras Indígenas; paralisação da demarcação de territórios quilombolas; Lei da Grilagem; redução e parcelamento das dívidas dos ruralistas; MP elaborada com a participação direta do setor do agronegócio para alterar a lei sobre agrotóxicos; preparo da venda de terras para estrangeiros.

Apesar da progressividade do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em relação ao tamanho e utilização do terreno, sua cobrança é responsável por apenas 0,0887% da carga tributária em 2014, porcentual médio constatado desde os anos 1990. Os grandes e médios proprietários

pagavam o principal tributo no meio rural brasileiro, em média, R\$ 1,52 por hectare em 2010, segundo os dados das áreas totais cadastradas no SNCR. Daí a importância dada à eleição da maior bancada temática, a “do boi”.

Quanto à “bancada da bíblia”, no início do ano eleitoral de 2018, Fabio Murakawa (Valor, 15/01/18) informou os líderes de igrejas evangélicas e partidos ligados a elas terem traçado uma estratégia para ampliarem suas bancadas na Câmara e no Senado a partir de 2019. O objetivo na eleição de 2018 era aumentar de 93 para cerca de 150 o número de deputados federais e quintuplicar, de três para 15, o total de senadores.

A estratégia, no caso do Senado, era lançar apenas um candidato por Estado, evitando dois candidatos evangélicos concorrerem entre si. Nessa eleição, 54 cadeiras estariam em jogo no Senado, duas por Estado. No caso da Câmara, também havia a ideia de fazer uma espécie de “distritão evangélico”, com um ou poucos candidatos ligados às igrejas disputando votos em cada região, independentemente do “partido de aluguel”. Isto era visto como mais difícil de realizar se comparado à eleição ao Senado.

O conselho de pastores tinha condição de mapear as regiões, para saber onde daria para eleger um ou dois deputados representantes de seus negócios. Um desafio era conquistar o eleitor evangélico das regiões Norte e Nordeste, ainda muito fiel ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), devido às políticas públicas adotadas em seu governo.

Com uma bancada maior, os evangélicos pretendiam defender ainda mais uma agenda conservadora: antiaborto, contra liberação das drogas e do jogo, em prol do que chamam de “família natural” (casal heterossexual composto homem e mulher) e em defesa da Escola Sem Partido, isto é, professores sem liberdade de cátedra ou expressão. Na economia, a preferência dos líderes evangélicos era dar continuidade ao modelo neoliberal adotado no governo golpista. Essa coordenação extrapartidária deu apoio a um candidato a presidente evangélico e ex-militar.

Conversas sobre a tática eleitoral começaram a se intensificar desde outubro de 2017. Participaram representantes das igrejas batistas, além da Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus, Terra Nova, Fonte da Vida e Sara Nossa Terra, entre outras.

Conversaram também com membros da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. Eles tinham agendas conservadoras em comum com a dos evangélicos. Outra frente de mobilização esteve na Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (Concepab), presidida pelo bispo líder da Sara Nossa Terra.



Apesar da força adquirida na pauta conservadora do Congresso nos anos de golpismo (2015-2018), líderes religiosos e políticos da Frente Parlamentar Evangélica se achavam sub-representados. Citavam pesquisa Datafolha, em dezembro de 2016, ter estimado em 29% o total de evangélicos no país. O argumento era terem 28% a 33% de representatividade religiosa na população, mas serem ainda 15% do Congresso como este Poder Legislativo tivesse de representar a divisão religiosa da população. Confundiam religião e política, Igreja e Partido.

Consideravam o problema da baixa representatividade mais agudo no Senado, onde o grupo ocupa apenas 3 das 81 cadeiras da Casa. Os evangélicos demandavam um político com perfil articulador no Senado.

Por que tanta sede pelo poder mundano e abandono do espiritual? As igrejas estão entre as maiores lavanderias de dinheiro sujo do país. Se os fiéis declarassem à Receita Federal o total de dízimos pagos por eles talvez ficasse mais difícil a lavagem. Mas o lobby evangélico a defende. A casta da toga prioriza a perseguição política ao líder popular da casta dos trabalhadores organizados.

Uma igreja poderá informar à Receita Federal ter recebido de dízimo qualquer valor desejado, ignorando a diferença com o valor de fato arrecadado dos “fiéis” tementes das pregações. De acordo do Lauro Jardim, publicado no jornal “O Globo”, as igrejas declararam à Receita em 2013 terem recebido em dízimo e doações R\$ 17 bilhões, quase 24% a mais em relação a 2011. Quanto dessa quantia elevada teria sido lavagem de dinheiro?

Pelo fato de as igrejas desfrutarem de privilégios fiscais, a Receita Federal não arrecada nem expõe na internet o “faturamento” das igrejas. Não se sabe, por exemplo, quanto cada igreja obteve dos fiéis e de outras fontes, qual é o destino desse dinheiro, quais das igrejas foram submetidas a auditorias fiscais, etc.

Havia suspeita de determinadas igrejas lavarem dinheiro do tráfico de drogas e de políticos. Foi confirmada pela prisão pela PF (Polícia Federal), no dia 21/02/18, de dez pessoas suspeitas de colaborar com o tráfico de drogas administrado pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) em uma cidade da Grande São Paulo. Entre os suspeitos, estavam um traficante do PCC e seu irmão, além de um pastor de uma igreja evangélica. O dinheiro do tráfico era juntado ao dízimo na igreja. Esta foi construída só para essa função.

Se um traficante de drogas e um político corrupto quiserem lavar o dinheiro sujo, basta eles criarem uma igreja e declararem ter recebido um montante em dízimos de fiéis inexistentes. Se existem, não doaram senão um

percentual mínimo do registrado por um contador como dizimo. Não gera nota fiscal nem é declarado para imposto de renda, porque igrejas são isentas. A PF tem de saber como rastrear a procedência dos dízimos.

A bancada da bíblia visa, principalmente, salvaguardar a imunidade tributária aos templos, privilégio alvo de discussões e debates desde 2015, quando foi realizada campanha popular com petição pedindo o fim da isenção. De acordo com o art. 150, VI da Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao DF e aos municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto. Entidades religiosas não sofrem tributação e nem pagam impostos sobre aluguel de imóveis, bens possuídos e serviços prestados.

A justificativa para tal imunidade tributária seria o fato de as religiões serem consideradas como de interesse social e igrejas serem organizações sem fins lucrativos. Teoricamente, não comercializam produtos ou vendem serviços religiosos. Na prática, a fonte de renda das igrejas inclui, além do dinheiro recebido diretamente dos fiéis, a venda de bens e serviços, e os rendimentos financeiros com o capital acumulado.

Em um Estado laico não faz sentido dar imunidade tributária a uma parcela das instituições do Brasil apenas porque são religiosas. Qualquer organização usada como negócio para levar seus líderes ao enriquecimento pessoal, inclusive listados pela revista Forbes, deve ser tributada. Escândalos envolvendo organizações religiosas motivaram a ação coletiva pelo fim da imunidade tributária a templos de qualquer culto. Daí toda a importância dada à eleição de uma maior “bancada da bíblia”.

Os valores morais são variáveis e podem divergir entre sociedades ou grupos sociais diferentes. Para um grupo de indivíduos uma ação pode ser considerada correta, enquanto que para outros agrupamentos esta mesma atitude é repudiada e tida como errada ou imoral.

Quanto à “bancada da bala”, as ocupações nas Forças Armadas, Polícias Militares e Civis, etc., têm os mesmos valores de esportistas: fama, glória, coragem, honra. Os guerreiros atacam guerras intermináveis por honra ou vingança por eventual perda de status social ou ameaça a seus valores conservadores. Eles se definem, essencialmente, como nacionalistas ou guardiões da Pátria e da Ordem Pública.

Diversas instituições brasileiras, inclusive o crime organizado, acima dos partidos, controla a hierarquia e os votos de seus membros, elegem seus representantes e participam do aparelhamento do Estado, ou seja, da distribuição de cargos feita para obter maioria do governo no Parlamento. A alta nos candidatos da chamada “bancada da bala” esboça um cenário capaz

de reforçar o establishment político. Seu crescimento se destaca face à estagnação de candidaturas femininas e a de não brancos.

Na esteira de candidaturas de militares como a do presidente eleito em 2018, membros de forças de segurança dobraram entre os que disputaram uma das 94 vagas para deputado estadual de São Paulo. O percentual de policiais e militares candidatos um lugar na Assembleia Legislativa passou de 44 (2% do total), em 2014, para 80 (4%), em 2018, segundo levantamento com base nos dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Em geral, esses candidatos defendem uma política de segurança mais linha dura: “parar de reconhecer direitos humanos para bandido”. Direitos civis e políticos são ameaçados pelo enfraquecimento do Estatuto do Desarmamento, o novo empoderamento dos militares, e o retorno da Justiça Militar para crimes comuns de militares.

Os “intervencionistas” fazem uso de uma interpretação truncada da Constituição de 1988 para afirmar seu pleito de intervenção militar encontrar amparo na legislação magna do país. O artigo estabelece as Forças Armadas funcionarem “sob a autoridade suprema do Presidente da República” e destinarem-se “à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Nova intervenção militar no Brasil seria antidemocrática e também um desastre geopolítico, devido às relações comerciais com outros países. Nem os militares desejam repetir o fracasso econômico. Percebem ser possível voltar ao poder pela via democrática. Já se protocolou no TSE o pedido de registro de mais uma legenda no Brasil, o Partido Militar Brasileiro, pleiteando o número 38, em alusão ao revólver calibre 38.

Heloisa Starling comenta essas ações coletivas de militares de sair do seu campo profissional específico para se meter na política. “Há uma consequência imediata desse intervencionismo na vida pública nacional: militar é treinado para a guerra. Então na hora que ele se transfere para política, é difícil encontrar um militar que aja de forma não-autoritária porque se você é treinado para o conflito da guerra, faz uso da violência e não pode discordar de ordens, você tem de obedecer. Afinal, sua vida está em risco.

As Forças Armadas intervêm na história política brasileira de duas maneiras: ou por meio de golpes ou com candidaturas. Lembre-se das candidaturas de Eurico Gaspar Dutra, general, ou do Henrique Teixeira Lott, marechal, um posto de oficial general também, só que na Aeronáutica. Bolsonaro não se encaixa nesse perfil, é uma novidade. Ele é um capitão, não

se tem notícia de um capitão [exceto Luís Carlos Prestes], que é um grau intermediário na hierarquia militar, candidatar-se à Presidência”.

Além do Bolsonaro não ter uma história militar exemplar, o ex-deputado da bancada da bala nunca defendeu algum valor democrático. Todas suas propostas foram referentes à supressão de direitos, à disseminação de violência e à extinção de instituições fundamentais. Usava uma anacrônica retórica anticomunista, vigente durante a Guerra Fria (1945-1991), para justificar sua obsessão: “combater o PT”.

O interesse corporativo maior da cúpula das Forças Armadas é sugerir mudanças no seu próprio regime de aposentadorias, elevando para até 70 anos, por exemplo, a idade obrigatória a ir para a reserva. Em troca, evitariam a área econômica promover mudanças em seus privilégios, como a alíquota de contribuição, hoje em 7,5%.

Segundo a Fazenda, os cerca de 300 mil inativos e pensionistas militares responderam por 44% (R\$ 34 bilhões) do déficit de R\$ 77 bilhões dos servidores da União em 2016. A receita com suas contribuições não passou de R\$ 2,5 bilhões. O valor pago a inativos, argumentam os militares, é um encargo da União. Assim, o Ministério da Defesa considera apenas o pagamento das pensões no cálculo do déficit: R\$ 14,6 bilhões.

O dinheiro da cobrança dos 7,5% de militares ativos e inativos se destina ao pagamento de pensões, argumentam, e não ao financiamento das despesas com os militares na reserva. A diferença entre um oficial “da reserva” e um “reformado” é principalmente sua disponibilidade para, em caso de necessidade, ser reincorporado ao serviço ativo das Forças Armadas em situações extremas como “estado de guerra, estado de sítio, estado de emergência ou em caso de mobilização”, nos termos da Lei 6.880, de 1980.

Nos empregos civis, isso não acontece. Um advogado, jornalista ou professor, por exemplo, não pode, uma vez aposentado, ser convocado de volta ao serviço. Já o militar na reserva segue à disposição das Forças Armadas, enquanto o militar reformado está definitivamente afastado ou aposentado. Por exemplo, Bolsonaro foi para a reserva em 1989 e, em 2015, tornou-se “capitão reformado”, por haver atingido a idade limite de permanência na reserva remunerada do Exército. Essa idade varia dependendo da patente do militar. No caso de Bolsonaro, capitão, a idade é de 60 anos.

Servidores civis da União pagam uma alíquota de 11% para financiamento da despesa total. Apesar de rejeitarem essa elevação da alíquota a pagar, os militares aceitam acabar com a isenção para cabos e soldados com menos de dois anos de serviço. Pela proposta em discussão no

Ministério da Defesa, a idade para passar à reserva subiria para um intervalo de 55 a 70 anos. Representaria um aumento de 11 anos para graduações mais baixas e de 4 anos para postos mais altos. Hoje essas idades variam de 44 anos (soldado e marinheiro) até 66 (general de Exército, almirante de esquadra e tenente-brigadeiro).

Com o teto de 55 anos para o soldado, estaria garantido um tempo médio de contribuição de 36 anos para esse posto, porque eles ingressam, em média, com 19 anos. Hoje, soldados passam para a inatividade com cerca de 25 anos de contribuição, abaixo dos 30 exigidos para militares optarem pela inatividade antes da idade-limite com aposentadoria integral. Os oficiais dão como certo o tempo mínimo de contribuição ser elevado para 35 anos. O efeito da regra será pequeno nos postos mais altos, pois a maioria vai para a reserva pela idade-teto.

A bancada da bala advoga em favor das regras favoráveis às aposentadorias precoces da corporação, justificadas pelas peculiaridades da carreira. Os membros das as Forças Armadas estão à disposição permanente do Estado e sujeitos, na vida ativa, a deslocamentos por todo o território nacional. Não podem sindicalizar-se ou promover greves, embora possam se candidatar em licença, transformando suas instituições quase em partidos políticos. Não dispõem de FGTS ou remuneração por hora extra. Contra as regalias de Exército, Marinha, e Aeronáutica, suprimiu-se em 2001, para os novos ingressantes na carreira, a pensão vitalícia para as filhas solteiras. Daí toda a importância dada à eleição de uma maior “bancada da bala”.

Há divergência entre fontes de informações a respeito do tamanho das bancadas BBB. A *Publica* (Agência de Jornalismo Investigativo) indicava, no mandato 2015-2018, a da bala ter 35 parlamentares, a do boi, 207, e a da bíblia, 196. Mas havia dupla ou até tripla contagem. Vinte parlamentares atuavam nas três. Nas frentes da “bala” e do “boi” havia 105 deputados ativos em ambas. E 22 congressistas estavam nas frentes da “bíblia” e da “bala” ao mesmo tempo. Segundo essa fonte, no todo, 373 (73%) dos 513 deputados estavam inscritos em pelo menos um dos três grupos. As bancadas temáticas superavam em muito o tamanho de cada partido.

Mas não eram apenas essas três bancadas atuantes na Câmara de Deputados. Havia um quarto B: a “bancada da bola” com 14 deputados. Por exemplo, notícia de julho de 2015 - um semestre depois da eleição de deputados em 2014 - informava a Câmara já ter aprovado a Medida Provisória (MP) 671, tratando da renegociação das dívidas dos clubes e federações de futebol, após acordo entre governo, o relator do projeto, deputado do PSDB-RJ, e a bancada da bola, ligada à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

A MP permitiu os débitos, cujo valor era estimado em R\$ 4 bilhões, serem quitados em 240 parcelas. O governo garantiu ainda a correção dos contratos de financiamento das dívidas ocorrer pela taxa Selic – a bancada da bola tentou articular a troca pelo IPCA, índice de correção menor. Foi autorizado a Caixa Econômica Federal lançar uma loteria-raspadinha, cujo lucro seria dividido com os clubes, e atuar no mercado de apostas online.

O Refis dos clubes permitiu abater 40% dos juros e 70% das multas aplicadas pela Receita por tributos federais não pagos. O governo apoiou o projeto para melhorar a arrecadação – os clubes deixaram de pagar os impostos à espera do Refis – e apresentar à população uma “medida moralizadora” da CBF.

Os clubes teriam de cumprir regras de governança, transparência, responsabilidade fiscal e adotar um programa de saneamento de suas dívidas para terem acesso ao benefício. Apesar das resistências, foi aprovado o fim da reeleição indefinida dos dirigentes de clubes, federações e CBF. Os mandatos passaram a ser de quatro anos, com apenas uma recondução. Os clubes, para poderem disputar os campeonatos de sua série, teriam de apresentar certidão negativa de débitos não refinanciados no início do torneio. Para aderir, as entidades desistiriam de ações judiciais relativas aos débitos. A primeira parcela deveria ser paga até 30 de novembro de 2015.

Além da defesa desses interesses lobísticos dos clubes de futebol, quais são as regalias dos membros da bancada da bola: imunidade parlamentar contra processos por corrupção privada? Contra investigação de dinheiro frio (“por fora”) em negociações de jogadores para o exterior? Ou contra o risco da extradição?

Em 2011, autoridades dos Estados Unidos decidiram desvendar a rede de corrupção na elite do futebol mundial. Dois anos depois, o brasileiro J. Hawilla foi um dos primeiros a serem detidos. Sua empresa, a Traffic, tinha se transformado em uma das maiores do mundo no ramo de marketing esportivo, graças principalmente a um esquema de propinas. Elas beneficiavam os mais poderosos dirigentes das Américas e da FIFA.

Hawilla formalizou a delação diante de um juiz de Nova York em 2013. O empresário, então com 71 anos, já enfrentava problemas pulmonares e câncer na garganta. Debilitado, ele faria qualquer coisa para escapar da cadeia. O FBI havia reunido provas de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, entre outros crimes. A saída, então, foi delatar os seus comparsas. A denúncia levou à queda de dezenas de cartolas, a começar por um ex-presidente da CBF, preso nos EUA.

A trajetória de Hawilla antes da criação da Traffic, nos anos 80, revela alguns componentes interativos para enriquecimento com o futebol na sociedade espetáculo. José Hawilla era o dono da TV TEM, responsável pela retransmissão da Globo para 49% da população do estado de São Paulo. Fez vários negócios com a TV Globo nas compras e vendas de direitos de transmissão de campeonatos. Caso ela não aceitasse as condições exigidas, negociava com canais concorrentes e marcava as partidas de futebol para disputar audiência no horário nobre contra suas novelas e o Jornal Nacional.

O sucesso na comercialização de placas de publicidades nos estádios o levou a fazer negócios com a CBF mesmo antes da entrada de Ricardo Teixeira no poder em 1989. Hawilla, a partir dessa associação, começou a ganhar milhões com a compra e venda de direitos de torneios como a Copa Libertadores e a Copa América. Adquiria por um valor baixo e revendia com alta margem de lucro. Obtinha a preferência nas negociações porque pagava propinas para dirigentes.

Para evitar a prisão nos Estados Unidos, Hawilla passou a ser um dos principais colaboradores na investigação do *Fifagate*, o escândalo de corrupção na Fifa. Em seus últimos cinco anos - morreu em maio de 2018 - deu depoimentos, gravou conversas com outros empresários e dirigentes e repassou documentos. Por causa dele, outro ex-presidente da CBF foi banido do futebol, além daquele mandatário da entidade prisioneiro em penitenciária no Brooklyn, em Nova York, à espera de sentença.

Hawilla explicou aos procuradores como funcionava o esquema de propinas e quem foram os maiores beneficiados pelos seus pagamentos: um ex-presidente da CBF, genro de ex-presidente da FIFA, um paraguaio presidente da Conmebol entre 1986 e 2013, e um argentino presidente da Associação de Futebol Argentino de 1979 até sua morte 2014. Isso ocorreu até a ascensão de cartolas mais jovens e de países aliados do processo e do dinheiro envolvido. Deixou como herança empresas no Brasil, em seu nome e em nome de familiares, cujo valor era estimado em cerca de R\$ 750 milhões.

Uma investigação começou na Polícia Federal no Rio em abril de 2017. Apurava suspeitas de crimes contra o sistema financeiro, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, estelionato e falsidade ideológica, entre outros, supostamente cometidos pelo presidente afastado da CBF e demais ex-presidentes. O inquérito no Rio foi aberto a partir do relatório alternativo da CPI do Futebol, de 2015, apontando supostas irregularidades envolvendo a CBF e o Comitê Organizador Local da Copa 2014.

No entanto, o inquérito subiu ao STF (Supremo Tribunal Federal) logo três meses depois, em julho de 2017, devido a suspeitas de envolvimento de

um deputado federal. Os membros da bancada da bola têm foro especial perante essa corte.

Em novembro de 2017, em petição ao relator no STF, a procuradora-geral da República afirmou não haver motivos para manter na corte as investigações sobre os suspeitos sem foro especial. Um ministro acolheu o pedido e determinou o desmembramento em abril de 2018. Este é o tempo vagaroso, em certas causas, da Justiça “cega” brasileira.

Nos termos do pedido da PGR, somente a parte relativa ao deputado deve permanecer no Supremo. Pelo foro privilegiado, os candidatos-cartolas almejavam ser eleitos. Foro privilegiado é um direito dado a algumas autoridades ocupantes de cargos públicos. Esse direito é em relação ao julgamento de processos criminais. Permite os ocupantes desses cargos não serem julgados pela justiça comum em primeira instância.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em maio de 2018, reduzir o alcance do foro privilegiado de deputados e senadores somente para aqueles processos sobre crimes ocorridos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo parlamentar. Com a decisão, deixariam o Supremo Tribunal Federal parte dos cerca de 540 inquéritos e ações penais em tramitação, segundo a assessoria do STF.

Haveria ainda motivação para a existência de uma bancada da bola no Congresso Nacional? Sem dúvida, por exemplo, a CBF registrou, de abril de 2017 a março de 2018, mais de R\$ 35,3 milhões em comissões foram para agentes de futebol por transações feitas no mercado nacional. Aumentou 46,5% em relação ao período anterior, quando as negociações movimentaram R\$ 24,1 milhões. Aumentou também o número de profissionais envolvidos nesse negócio entre atletas, treinadores e clubes: os 330 intermediários cadastrados em 2016 evoluíram para 513.

Esses R\$ 35,3 milhões pareceriam elevados se não estivessem diluídos entre 732 operações informadas pelos agentes. Seria como se cada transação feita tivesse custado pouco mais de R\$ 48,3 mil. Em um mercado milionário no qual se costuma cobrar 10% de comissão sobre o valor bruto do negócio, é ingenuidade achar esse valor ser verdadeiro. Várias dessas negociações acontecem por fora, às margens da formalidade.

Na prática, quase nada mudou no modo de fazer as transações. Em vez de ganhar na porcentagem sobre o jogador, o empresário passou a faturar com comissões. A falta de uniformidade entre as regras dos países e a falta de fiscalização da Fifa gera um alto número de negociações “não declaradas” - e aumenta o lucro dos agentes e o risco de concessão de propinas para dirigentes. Daí a importância de pertencer à bancada da bola.



## Onda Conservadora

No Brasil e no mundo há uma escalada conservadora na tentativa de neutralizar as forças disruptivas da velha ordem. Em função da crise econômica mundial, os movimentos de ruptura se aguçaram e misturaram as pautas em defesa de liberdade plena em Estado de Direito laico e da retomada do crescimento da renda e emprego. Trocam a obediência cega às leis religiosas pelos questionamentos da ciência à luz da razão. Com a revolução digital, o compartilhamento social amplia as trocas de experiências e as possibilidades de lutas libertárias.

Mulheres constituem a maioria do eleitorado, mas politicamente ainda não pensam uniformemente, assim como os homens, por isso, a pauta feminista parece ser minoritária. Se for somada às de outros movimentos sociais progressistas - sindicalista, antirracista, LGBT, ambientalista, contra o xenofobismo, etc. -, serão capazes de mudar as antigas estruturas da sociedade.

O questionamento do pensamento binário macho ou fêmea, preto ou branco, rico ou pobre, entre outros falsos dilemas dicotômicos, quebra a estrutura mental conservadora e traz muita angústia. Movidos pelo medo e pela sensação de insegurança face a essa desestruturação, os reacionários se agarram ao conservadorismo na vã tentativa de retornar à dominância anterior.

Como diagnostica a psicanalista Maria Homem, “há tendência em recusar o presente considerado caótico, maluco, deturpado e corrupto, porque só tem ‘bandido, gay, música indecente’. É uma sensação psíquica de desamparo e medo, daí se almeja uma ordem imaginária”.

Saíram da tumba os velhos saudosistas da ditadura militar, divulgando um “imaginário social” sob a forma de um Éthos cultural da casta dos guerreiros-militares, onde os valores morais compartilhados são a violência, a coragem, a fama, a glória e a vingança contra “os inimigos” - em vez de adversários. Nega a legitimidade da existência de rivais partidários esquerdistas e dos críticos de costumes, enfim, dos dissidentes da ordem unida e totalitária sob a lógica militar.

Houve crescimento do apoio ao candidato conservador principalmente entre eleitoras mulheres, pobres (renda de menos de dois salários mínimos) e evangélicas. Na véspera da eleição, líderes evangélicos orientaram os votos a favor do conservadorismo dos fiéis durante os cultos, alimentando o sentimento anti-PT e contra a pauta identitária do movimento social “elenão”. O bispo Edir Macedo, dono da Igreja Universal do Reino de Deus,

declarou apoio ao capitão reformado. Também o presidente emérito da Assembleia de Deus anunciou voto no candidato de extrema-direita. São os verdadeiros líderes da bancada da bíblia.

A bancada da bala reunia, oficialmente, 35 congressistas, mas chegava a agregar até uma centena quando as votações envolvem interesses corporativos de policiais militares, civis e federais. O grupo de políticos profissionais defendia mudanças no Estatuto do Desarmamento, com o apoio de setores conservadores da sociedade e da indústria armamentista e de munções. Contava, em particular, com a apreensão da população perante os índices de violência em alta. O clamor por segurança pública era respondido com a promessa de armamento geral e consequente aumento da violência. Discussões de trânsito, ciúmes e qualquer contrariedade pessoal se resolveriam na bala.

Uma parcela expressiva de jovens homens brancos, a maioria de classe média, está perplexa face a um mundo tão complexo e heterogêneo como está nos últimos tempos. As condições nas quais reinavam absolutos, nas quais a masculinidade dava as principais cartas, mudaram de forma a estarem com ocupação precária e baixa renda.

As políticas públicas a favor de grupos minoritários passam a ser vistas por eles como uma ameaça ao estilo de vida dele com uma família nuclear e heterossexual. A pauta conservadora evangélica e de extrema-direita passou, assim, a ser uma esperança de mudança. Esbravejam contra as minorias e, no Brasil, avaliam os governos petistas os terem ignorado em favor dos mais pobres ou mais ricos. As políticas afirmativas de acesso à universidade estão entre as principais razões para os homens brancos esbravejarem nas redes sociais. Têm de estudar mais.

O sociólogo Michael Kimmel é um estudioso da masculinidade e do surgimento do homem branco raivoso, título de seu livro mais conhecido – “*Angry white men*” –, lançado em 2013. Na obra, apresenta sua pesquisa sobre um sentimento em ascensão: o ódio neofascista. Há o ódio do marido agressor de sua esposa. Há o ódio dos homens solteiros sem conseguirem conquistar namoradas feministas. Há o ódio contra os concorrentes - negros e latinos imigrantes - por poucas vagas a ocupar. Não conseguem ser “o provedor”. Ansiosos, envergonhados e humilhados por não conseguirem cumprir com as obrigações de um homem, na opinião machista, precisam culpar alguém por seus problemas. No caso, culpam os imigrantes, os gays, as feministas. Agridem os mais fracos, e não seus chefes, porque sentem ter permissão para expressar esse instinto animal. Votam na extrema-direita para suas violências serem legitimadas.

O livro *“How Democracies Die”* [Como as Democracias Morrem], cujos coautores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt são professores da Universidade Harvard, apresenta uma tabela, denominada de Teste de Litmus da Democracia. Originalmente, esse teste é usado na Química para medir a alcalinidade ou acidez de uma substância. Se algum dos quatro indicadores não é respeitado, o sinal de ameaça à democracia é aceso.

Steven Levitsky esteve no Brasil para dar uma palestra na Fundação FHC. Pesquisou sobre o candidato autoritário, durante a campanha de 2018, e aplicou nele o teste decisivo sobre seu potencial de matar a democracia. Ele rejeita as regras do jogo democrático. Tem intolerância frente às diferenças de costumes e incentiva a violência. Nega a legitimidade da existência de rivais partidários. Possui a vontade de reduzir a liberdade civil dos adversários políticos e trata-os como inimigos. Conclusão: o eleito presidente do Brasil era uma figura completamente autoritária, distinto dos demais candidatos principais. Entre eles quatro, nenhum era reprovado no teste da democracia.

Como a democracia brasileira pode se proteger contra esse autoritário eleito? Os partidos políticos e os políticos democratas têm de desempenhar um papel vital como guardiões da democracia.

Diz Levitsky: “O autoritarismo eleito raramente chega ao poder sozinho. Quase sempre, recebe ajuda da elite. Políticos moderados abrem as portas para ele e cometem um erro de cálculo trágico. Enganam-se ao considerar uma aliança com o extremista de direita ser politicamente útil, porque pode ajudá-los a conquistar ou reter o poder, ou talvez a derrotar um adversário ideológico odiado. Eles presumem serem capazes de controlar o extremista, quando ele for eleito. A história mundial prova isso ser um erro calamitoso”.

Movidos por uma combinação de medo, ignorância e ambições imediatistas, os políticos moderados não poderiam ter apoiado ou omitido frente a um candidato extremista antidemocrático. Isso, em outros países, já provou ser um erro de cálculo trágico. Esses políticos não só precisariam resistir à tentação de se alinhar aos extremistas, mas deveriam também se dispor a unir forças com rivais ideológicos a fim de refrear o extremista. Diante de uma ameaça autoritária, os democratas deveriam ter se unido ao oponente do autoritarismo, mesmo estando distantes ideologicamente, porque ele tinha o compromisso com a sobrevivência da ordem política democrática.

O ponto-fraco do adversário de extrema-direita seria ele não ter qualificação pessoal para o cargo, dada sua intolerância com a diversidade da sociedade brasileira. Justificando-se pela facada recebida, não enfrentou o

debate ou o confronto pessoal com um adversário muito melhor preparado para o cargo de presidente da República. Seu exército de propagadores de *fakenews*, porém, demonstrou *o que e quem vinha por aí* com uma prática fraudulenta, mentirosa, violenta e desabonadora da democracia.

Existem diferenças cruciais entre as interações das pessoas e o comportamento ético dentro e fora do ciberespaço. Neste muitos costumam ter a percepção de o ambiente *on-line* comportar uma ética distinta do mundo real. Nesse ambiente virtual, os neofascistas demonstraram poder de persuasão pela intensidade robótica e impensada dos internautas de rede social. Escondidas as ideias do candidato e com um cala-a-boca em cada porta-voz, seu projeto de país esteve ausente do debate público e presencial no “mundo real”. Suas agressivas memes foram as grandes vencedoras.

A eleição, em 2018, revelou mais uma vez como a sociedade brasileira é multidimensional. A elaboração de uma estratégia eleitoral adequada a sua estratificação não pode se reduzir à luta de classes, ideia originária do Partido dos Trabalhadores. Deve considerar também o *status* social e as outras afiliações “partidárias”: grupos e associações com ações coletivas para influenciar a sociedade.

Em conjuntura de enfraquecimento sindical, pela desindustrialização, desemprego e reforma trabalhista, representa os movimentos sociais como os das lutas identitárias - feministas, antirracistas, LGBT, MST, etc. Apresenta um projeto de desenvolvimento socioeconômico para a população de regiões menos desenvolvidas: Nordeste e Norte do País. O desafio será ampliar-se com um projeto nacional para todos os habitantes do País. Cabe destacar a ótica social-desenvolvimentista, inclusive na questão da segurança pública, prioritária atualmente para a população brasileira.

Como classe, status e partido se combinam e se sobrepõem, isso gera um panorama complexo da estrutura social. Diversas posições possíveis interagem dentro da sociedade. As posições de status social variam seja qual for a classe de renda. A posse de riqueza normalmente confere um status elevado, mas nem sempre.

O *status*, para cada pessoa, pode ser diferente de acordo com o contexto social. A classe média urbana das regiões sul, sudeste e centro-oeste, sob intenso bombardeio midiático há quatro anos, adotou um discurso de ódio dirigido a um bode-expiatório: “o PT”. Esse sentimento de aversão foi adotado devido ao seu empobrecimento relativo. A raiva cega culpa o responsável pela ascensão “dos outros” e não reflete sobre a conjuntura particular. Votou no aprofundamento da recessiva política econômica atual.

A anomia é um sentimento de extrema ansiedade e medo resultante da experiência de ausência de normas sociais efetivas. Aparece durante períodos de rápida mudança social. Surgem grandes problemas sociais com a quebra de estilos de vida tradicionais, morais, crenças religiosas e rotinas cotidianas, muitas vezes sem serem substituídos. Essas condições desestabilizadoras resultam em anomia, sentimentos de falta de perspectiva, medo e desespero quando as pessoas não sabem mais “como prosseguir”. Não é mais como antes.

As regras e os padrões de moral tradicional fornecidos antes pela religião católica com o auto sacrifício ou o conformismo foram destruídos pela emergência da teologia da prosperidade evangélica. Muitas pessoas ficam com a sensação de o cotidiano carecer de sentido e o buscam nas orientações político-partidários de pastores evangélicos. Votos-de-cabrestos religiosos costumam influenciar eleições brasileiras.

Quando o sistema partidário tradicional, com raras exceções, está praticamente destruído, levando junto alguns oligarcas estaduais, as igrejas e os templos não foram as únicas instituições transformadas em partidos. O Poder Judiciário se partidarizou. As Forças Armadas, junto com as Polícias Militares, também foram contaminadas pelo vírus da política partidária. Isso é um grande risco para a democracia brasileira por elas deterem o monopólio da violência das armas, embora este seja contestado pelo crime organizado. Esse monopólio, em conjunto com o monopólio da emissão da moeda nacional, constitui um baluarte da soberania nacional. Se esta é democrática, é popular.

A anomia ocorre quando não existem padrões claros orientadores do comportamento em determinadas áreas da vida social. Quando ausentes, podem deixar as pessoas desorientadas, ansiosas e incapazes de agir e votar de maneira racional.

A anomia institucional se refere a uma situação, como a atual brasileira, quando há uma ênfase excessiva na ética de mercado. Ela tende a sobrepujar e destruir as normas sociais reguladoras dos comportamentos éticos dos indivíduos. A lógica de ação mercantil foi adotada até pela teologia da prosperidade.

Quando alguns indivíduos cometem crimes e atos de desvio de conduta, é possível duvidar se eles são seres racionais sabedores exatamente da dimensão dos erros cometidos. Uma elevada proporção de “crimes aquisitivos”, cometidos para o ganho financeiro imediato, se dão contra valores culturais promotores da busca do sucesso material como objetivo legítimo, condicionado à autodisciplina e ao trabalho árduo. Essa ideologia

encobre o fato de as oportunidades legítimas de sucesso não estarem abertas a todos.

Os crimes corporativos, classificados como “crimes do colarinho branco”, como fraude, peculato, sonegação, infração de regras em licitações, corrupção, etc., são crimes aquisitivos cometidos por sujeitos de grupos sociais com sucesso material já alcançado. Pior, eles e seus representantes são eleitos pelo impedimento da candidatura do maior líder popular pelas castas da toga, da farda e da pena. Ocupam esse vácuo político criado pela força da lei, da ordem e do mercado. A história fará a justiça contra a irresponsabilidade política dessas castas.

Como essa gente ultraliberal, inexperiente e ideologizada lidará com os graves problemas estruturais, cíclicos e conjunturais? Ficará indiferente ao desemprego estrutural da 4ª. Revolução Industrial e à desindustrialização brasileira? Promoverá a total abertura externa, em um mundo protecionista, para as importações competitivas e o conformismo com a “vocação agrícola” natural? Restará ao Brasil ser a “fazenda do mundo”? Privatizará e desnacionalizará toda a extração de petróleo brasileiro? Restará aos milhões de desempregados disputarem serviços urbanos de baixíssima produtividade e salários sob o tacão da repressão militar contra qualquer rebeldia? Agravará a desigualdade social sob o discurso da meritocracia por parte de quem obteve a “sorte do berço”? Qual será seu projeto para a retomada do crescimento da renda e do emprego? O governo se omitirá a respeito? Transferirá seu papel contra cíclico para a iniciativa privada estrangeira?

Havia demanda da população por mais práticas e instituições autoritárias? Por isso houve número crescente de ex-policiais e ex-militares eleitos para cargos legislativos? A população acreditava eles serem incorruptíveis?! O próprio Exército nacional não correria o risco de sofrer a mesma quebra de disciplina hierárquica ocorrida no fim do regime militar com as oportunidades de mobilidade social e enriquecimento oferecidas a seus membros em cargos ou negócios tipicamente civis?

Pior será a liberalização geral de posse de armas. Desavenças do cotidiano, na população civil, por raivas impulsivas, poderão gerar assassinatos impensados.

Em lugar do derrotado *establishment* do sistema partidário tradicional, devido à não reeleição de alguns conhecidos oligarcas estaduais, as igrejas e os templos, e o próprio Poder Judiciário, se partidarizaram com intervenções diretas para gerar o resultado eleitoral. Somaram-se às associações patronais como a FIESP e outras sindicais como exemplos de instituições transformadas em substitutas dos partidos. As bancadas temáticas - boi, bíblia, bala, bola,

etc. - superam em muito a bancada de qualquer partido, inclusive a do maior número de eleitos: 56 deputados federais do PT.

## Conclusão

Uma maneira de sublimar a perda, fato comum na vida, mas causadora de uma sensação emocional muito difícil, é pensar mais racionalmente a respeito das derrotas. No caso da esquerda brasileira, a derrota eleitoral em 2018. Precisamos sair do lugar-comum para racionalizar.

Quais são os comentários usuais sobre a eleição de 2018?

- Houve *a perseguição e o aprisionamento do favorito* (Lula) antes da campanha.
- Houve *o uso massivo de “fake-news”*: como acusações de *kit-gay* e incesto, e bobagens do tipo apropriado para gente ignorante em busca de uma desculpa por acreditar na “demonização do PT corrupto”, especialmente no Sul-Sudeste-Centro-Oeste, tudo financiado fora da lei eleitoral por caixa-2 de empresas.
- Houve *o acaso*: a facada capaz de colocar o capitão inculto em destaque na mídia tradicional, recuar a contrapropaganda no primeiro turno e justificar sua ausência em debates no segundo turno.
- Houve *a tática inédita dos adversários*: o voto-útil da direita já no primeiro turno (46%), face à ameaça de vitória do PT.

A pergunta-chave é: por que 55% do total de eleitores brasileiros preferiram uma ordem hierárquica, autoritária e conservadora em costumes? Para respondê-la, temos de ir além dos citados fatos conjunturais e fortuitos, mas evitando o Viés Retrospectivo: um fenômeno do tipo “eu sempre soube disso”, porque do ponto de vista retrospectivo tudo parece ter uma clara consequência necessária.

A mente humana possui o Viés de História: organizar o caos de detalhes eventuais, em nossa vida, como fosse uma história com fio-condutor de modo a entender - e seguir. O risco é incorrer no Viés de Resultado ou na Falácia do Historiador: a tendência humana de avaliar decisões com base no resultado – e não com base no processo anterior à decisão. “Profecia reversa” é julgar o processo a partir da linha-de-chegada.

Na realidade, a aliança entre a casta dos militares e a casta dos sábios-sacerdotes (antes a Igreja Católica e agora a Evangélica) é comum na história brasileira desde a colonização portuguesa. Uma novidade histórica foi a

aliança entre a casta dos trabalhadores organizados - sindicatos surgem depois de 1917 - e a casta dos sábios-universitários - a massificação dos universitários ocorre após 1970. Esta é a socialdemocracia europeia. Aqui chamamos social-desenvolvimentismo. Outro fato raro, acontecido antes apenas uma vez no pós-guerra com o general Eurico Dutra, é a eleição por votos do eleitorado de um capitão reformado do Exército.

Dada esta tradição, a cultura da sociedade brasileira se formou entre a ordem unida militar e a ordem religiosa subordinada ao sobrenatural. Existiam duas alternativas disponíveis dentro das famílias. Se o nascido não fosse o primogênito herdeiro dos clãs dinásticos, ele iria para o Exército ou para a Igreja. Neste caso, se fosse homem seria padre, se fosse mulher, casaria - ou seria beata. Face ao avaliado como “desordem”, isto é, a liberdade de dispor do próprio corpo para o sexo e o aborto, sem discriminação de gêneros, homofobia ou racismo, 55% dos eleitores preferiram a tradicional ordem hierárquica, autoritária e conservadora em costumes.

O resultado eleitoral de 2018 não foi totalmente mau, em termos da história da esquerda brasileira, porque:

1. renovou as lideranças do trio PT-PCdoB-PSOL com a nova geração aprendendo a mobilizar a massa sem o lulismo e suceder a velha “geração 68” com 50 anos de rebeldia;
2. o PT no Nordeste demonstrou a importância de ampla aliança com os demais partidos de esquerda (PSB e PDT além dos citados);
3. o feminismo se tornou a liderança mais expressiva ao sair “das casas para as ruas”.
4. o uso massivo da rede social (“uotzap” e “feicebuque”, sic) mostrou ser uma necessidade superior ao tradicional grito-de-luta da esquerda: “vamos ocupar as ruas!” Onde? Na Avenida Paulista e Cinelândia? E o interior do País onde fica?
5. 45% do eleitorado ou 47 milhões de votos e mais uma bancada razoável no Congresso Nacional para a luta de resistência contra a onda conservadora não é desprezível.



## Capítulo 4 - Evolução: Abordagem Cíclica e Regulação

### Introdução

Os economistas ortodoxos, quando escrevem artigos ou livros, não necessariamente contemplam todos os tipos de abordagem econômica para interpretar o Brasil do novo milênio, isto é, do século XXI. Mais comum é fazerem uma crítica obsessiva à chamada, ironicamente, “Nova Matriz Macroeconômica”. No entanto, não dimensionam o que dizem. Fazem uma análise parcial do curto-prazo, restrita à crítica da política econômica. Ignoram ambiente (estiagem de 2012 a 2016), ciclo (crise mundial), comércio exterior (China com capacidade ociosa a ocupar com elevada competitividade industrial), estrutura (desindustrialização), revolução tecnológica (automação e robótica), etc., ou seja, todos os demais componentes da economia analisada como um sistema complexo.

Na mídia brasileira não se encontra um debate plural com algum contraponto às ideias simplórias hegemônicas. Resultado: nem os intelectuais midiáticos, nem boa parte do eleitorado, nenhum dos dois sabe refletir com profundidade analítica sobre a complexidade dos problemas brasileiros com seus diversos componentes. Reduzem tudo a uma questão binária de “amor ou ódio” ideológico.

Mesmo a hipótese de Carvalho (2018) carece de uma abordagem cíclica e estruturalista: “não foi o excesso de intervencionismo que nos trouxe de volta para o túnel infinito da austeridade, mas sim o tipo de desenvolvimentismo que orientou a política econômica desde 2011.”

O Estado havia sido decisivo na expansão do mercado interno brasileiro entre 2006 e 2010, através de políticas de transferência de renda e aumento do salário mínimo, junto com a ampliação dos investimentos em infraestrutura física e social. No entanto, no final do segundo mandato do presidente Lula, após detonar a crise mundial, cresceu a pressão empresarial, veiculada pela mídia, de tal estratégia de crescimento, erroneamente interpretada como “liderada pelo consumo”, ser insustentável por causa do “pleno-emprego”. Empresários do setor industrial e boa parte dos economistas neoliberais midiáticos defendiam medidas para reduzir os custos (fiscais e trabalhistas) das empresas nacionais e elevar sua competitividade (cambial) diante da concorrência estrangeira.

O governo da presidenta Dilma atendeu a tais demandas constantes da Agenda FIESP:

1. reduziu a taxa de juros básica, fixada pelo Banco Central do Brasil,

2. depreciou a moeda nacional, gradualmente, para manter a inflação abaixo do teto, e
3. subsidiou a lucratividade dos empresários por meio de desonerações tributárias, controle de tarifas energéticas e crédito a juros mais baixos.

Dessa leitura restrita advém o diagnóstico de Carvalho (2018). “Essas medidas, de alto custo e pouco eficazes no estímulo ao crescimento, têm impacto negativo sobre as receitas do governo e dificultam a estabilização da dívida pública. O fim da história nós conhecemos bem: manobras fiscais, um *impeachment* vendido como solução para a crise e, desde então, um país dedicado a jogar fora, junto com a água suja do banho, o bebê e a bacia.”

Outros economistas, taxados como heterodoxos por fugirem da cartilha do neoliberalismo, optam por uma *abordagem cíclica*. Focalizam a flutuação periódica e alternada de expansão e contração de toda atividade econômica (industrial, agrícola e comercial) do país ou da economia globalizada. Recentemente, privilegiam o ciclo de *commodities* ou de investimentos públicos.

Contra o critério único de julgamento focado em manutenção (ou não) do suposto legado da política econômica de FHC, Carneiro (2018) se posiciona: “a trajetória da economia brasileira durante o período 2011-2016 só pode ser explicada a partir da interação de três elementos: o estrutural, o cíclico e a política econômica”.

O arrefecimento do ciclo de 2003-2010 impunha a necessidade de se buscar um novo modelo de crescimento para superar os limites do padrão anterior. Para reverter a especialização regressiva, priorizou a ampliação da infraestrutura, em parte utilizada além de sua capacidade, em parte sucateada por anos de baixo investimento. A força motriz principal seria, nesse caso, o investimento autônomo, distinto do induzido por exportação e consumo, e apoiado diretamente por ações do Estado.

O arranjo político para sustentar esse novo modelo rompeu com aquele da ampla conciliação das classes, observado nos governos Lula, quando foi possível acomodar muitos interesses. Seria crucial fazer certas escolhas e negociar, claramente, com os segmentos integrantes de uma nova aliança interclassista.

Ao fazer grandes obras sem endividamento com bancos privados nacionais e estrangeiros, mas sim com crédito dos públicos e investimentos dos fundos de pensão patrocinados, o governo Dilma excluía o capital financeiro e suas ramificações externas. Pretendia se apoiar nos industriais e

nas grandes incorporadoras para reindustrializar o país e ampliar sua infraestrutura. Ao enfatizar a emergência da nova classe média, focalizando políticas sociais ativas, não deu importância política devida à classe média tradicional, exceto à tecno-burocracia estatal.

Dada a elevada abertura financeira da economia brasileira, Carneiro, Baltar e Sarti (2018), meus colegas do IE-UNICAMP, ressaltam também a relevância do ciclo de liquidez global como condicionante do ciclo doméstico. Essa influência foi exacerbada e mais instabilizada por conta das políticas de combate à crise nos países centrais.

Devido à inserção brasileira na economia globalizada, a formação das cadeias globais de valor com o processo de “*chinalização* industrial”, e a inserção assimétrica do Brasil reduziram aqui o investimento industrial na fase de desaceleração do ciclo. Isso foi intensificado por conta do aparecimento da capacidade ociosa generalizada nos países avançados e, em particular, na China.

Os “efeitos China” sobre o comércio exterior brasileiro são o aumento das exportações de *commodities* e a queda nas exportações de manufaturados. Quanto ao caráter geopolítico do Investimento direto estrangeiro, os setores priorizados são nitidamente aqueles ligados a recursos naturais, infraestrutura e, sobretudo, energia. O papel do Brasil na divisão internacional do trabalho vem se efetivando como sendo “a fazenda do mundo”, enquanto a China se torna “a fábrica do mundo”.

A avaliação dos acertos e equívocos da política econômica teria de levar em conta os condicionantes postos pela desaceleração cíclica. O aspecto principal foi o esgotamento do dinamismo advindo da expansão do consumo e do investimento em infraestrutura com transferência de *funding* do Tesouro Nacional para os bancos públicos, em especial para o BNDES. Esgotou-se a melhoria da distribuição da renda advinda do aumento do salário mínimo e de transferências de recursos públicos sem reforma tributária.

Determinada queda do consumo pode ser decorrência de desvalorização da riqueza e necessidade de desalavancagem financeira e recomposição patrimonial por parte dos agentes globais. Cerca de três anos depois de *crash* na bolsa, crise imobiliária, bancarrota, etc., em 2008 nos Estados Unidos, houve a explosão da bolha de *commodities*, atingindo a economia brasileira. Quando há encolhimento dos investimentos induzidos, o Estado pode atuar como regulador da demanda agregada, através de instrumentos da política econômica (monetária, fiscal, cambial e de controle de capital) ou de investimento a fundo perdido por razões sociais (política pública), suprindo a carência de gastos privados, devido às expectativas pessimistas.

No entanto, a política econômica keynesiana sofre crítica por parte dos neoclássicos, pois consideram-na como a principal fonte de perturbações e um fator de instabilidade. Estes economistas acreditam nos mercados sempre se autorregularem. Para eles, deixados os preços livres, em idealizado mercado de concorrência perfeita, eles desempenham a função de igualar a oferta e a demanda agregada. Somente a existência de problemas informacionais faz os agentes se enganarem sobre os valores reais das variáveis nominais observados ao tomarem suas decisões. Eles não percebem a complexidade nas interações dos múltiplos determinantes tanto do valor agregado quanto da riqueza imobiliária e financeira.

### Teoria da Evolução em Economia: Ciclo Econômico

Um ciclo típico consiste em um período de expansão econômica, seguido de uma recessão, de um período de depressão e um novo movimento ascendente ou de recuperação econômica.

As teorias dos ciclos econômicos são variadas. As *teorias da superprodução ou subconsumo* explicam os ciclos com base no aumento da produção, dos lucros e dos investimentos, sem um correspondente aumento dos salários e do poder de compra dos consumidores. As *teorias monetárias* se baseiam na quantidade de moeda em circulação e nas variações dos níveis das taxas de juros e de investimentos. As *teorias psicológicas ou comportamentais* argumentam a atividade econômica ser influenciada por ondas de pessimismo e de otimismo nas expectativas dos empreendedores.

Uma explicação genérica dos *ciclos* é as oscilações na atividade econômica sempre ocorrerem quando a demanda total de bens e serviços se torna menor em relação à necessária para manter a produção no mesmo nível. Então, a queda na produção e no emprego pode ser provocada pela tendência crônica da economia a um subconsumo, devido à concentração de renda ou à pobreza da maioria da população, por uma preferência pela liquidez e/ou por investimentos financeiros dos potenciais investidores produtivos, ou por uma escassez de investimentos públicos e/ou de empresas estatais para compensar a insuficiência da demanda efetiva privada.

Iniciada uma *fase de recessão*, a redução tende a ser cumulativa, com queda dos preços, esgotamento dos estoques, adiantamento de investimentos e subconsumo. Mas, em determinado ponto, há necessidade de *substituir os estoques e equipamentos desgastados*, mesmo sendo apenas para atender aos baixos níveis da demanda de bens de consumo. Isso conduz a um aumento do investimento. Mesmo se for pequeno, leva a novo crescimento da produção,

da renda e do consumo, tornando atrativo novos investimentos e realimentando o ciclo econômico.

A expansão pode levar a economia a *novo surto de prosperidade*, até se deparar com pontos de estrangulamento em certos setores de atividade. Os sintomas serão preços em alta e déficit no comércio exterior. Pode haver também um excesso de endividamento para investimento. As tentativas de corrigir as tendências inflacionárias e diminuir a alavancagem financeira podem levar os empresários a rever suas expectativas de lucro e, então, reduzir os investimentos. Com essa reversão de expectativas se inicia *nova fase de contração* da atividade econômica.

O estudo dos ciclos econômicos está intimamente ligado ao das *crises*. Estas podem ser caracterizadas como uma ruptura de uma evolução cíclica contínua. *Depressão* é uma fase do ciclo econômico quando a produção entra em declínio acentuado, inclusive com queda nominal do PIB. Gera queda nos lucros, perda do poder aquisitivo da população e desemprego.

As *teorias exógenas* procuram as causas dos ciclos em fator externo ao mercado, como uma inovação técnica ou uma mudança demográfica. As *teorias endógenas* procuram as causas do ciclo no próprio processo econômico, visando a demonstrar, basicamente, a formação e a transmissão de um processo cumulativo de alta ou baixa dos preços pelas forças de mercado. Buscam as razões de um processo cumulativo.

Knut Wicksell argumentou isso se dever à disparidade entre a *taxa natural do juro* e a *taxa de juro do mercado*. Michael Kalecki destacou a ideia de expectativa de investimento. Adota um modelo de ciclo a partir da defasagem entre a decisão e o resultado do investimento realizado.

A maioria das *teorias dos ciclos* focaliza os determinantes do investimento e está baseada no mecanismo do multiplicador. Revela o seu impacto sistêmico via passagem direta de um nível de renda nacional para outro. Surge um ciclo de estoques quando variações da demanda agregada, por exemplo, devido a um maior fluxo de rendas, provocam, inicialmente, queda no nível de estoques. A demanda para recomposição do nível de estoques, por sua vez, impulsiona as encomendas, afetando as decisões de produção das empresas, tanto para atender à demanda crescente e repor estoques. O inverso ocorre em caso de contração da demanda.

Quando as empresas produzem para atender à maior demanda e repor o nível planejado dos estoques, a transição de um nível de renda para outro superior ocorre de forma cíclica via diversas iniciativas ou tentativas-e-erros sem coordenação central. Em determinada fase, a renda nominal poderá ir além da plena ocupação da capacidade produtiva, resultando em “inflação

verdadeira”. Em outra fase, a ocupação de toda a capacidade produtiva é insuficiente, resultando em desemprego.

No modelo keynesiano do multiplicador-e-acelerador, o *investimento induzido* é o realizado em decorrência de aumento do mercado. Ele é destinado a atender à demanda gerada pelo aumento da renda, ocorrido no período anterior. O *investimento autônomo* ocorre em virtude de fatores exógenos como política pública governamental, inovação tecnológica, gastos bélicos, “espírito animal” inato para empreender, etc. Não está relacionado a alterações prévias no nível da renda.

A elevação do investimento autônomo leva ao crescimento do produto. Por sua vez, levará a crescimentos adicionais da capacidade produtiva, cujos impactos adicionais só diminuirão conforme vai diminuindo a variação da renda, em ajustamento com caráter cíclico.

Há relação entre renda e investimento, pois o aumento da capacidade de consumo da economia incentiva investimentos. A multiplicação da renda retroalimenta a elevação do consumo e a maior utilização da capacidade produtiva. Quando esta se esgota, é necessário aumentá-la por meio de novos investimentos. A utilização oscila ao longo do tempo sem encontrar um equilíbrio estável, ora está ociosa, ora em pleno emprego.

O *coeficiente da aceleração* é a relação entre variações no investimento provocadas por variações nos gastos dos consumidores, por exemplo, se estes aumentarem em \$ 1 bilhão e aqueles em \$ 500 milhões, o coeficiente será  $\frac{1}{2}$  ou 0,5. O aumento de renda induz a elevação do consumo e a maior utilização da capacidade de produção. Quando é ultrapassado o nível de capacidade produtiva ociosa antes planejado, ela necessita já ser aumentada por meio de novos investimentos.

O investimento, considerado de acordo com sua capacidade de gerar renda, é a fonte de expansão da demanda agregada. A cada incremento multiplica os negócios, estimulando um aumento adicional do próprio investimento.

Porém, ao mesmo tempo, acrescenta equipamento adicional à capacidade produtiva. Quando esta entra em funcionamento, após a maturação do investimento, passa a competir com o estoque pré-existente. Isso restringe a taxa de crescimento da atividade de investimento por causa do declínio das encomendas de novas plantas e máquinas.

## Dimensões da Economia Política da Complexidade

No Texto para Discussão 323 do IE-UNICAMP, *Economia Brasileira como Sistema Complexo: Dimensões da Economia Política da Complexidade*, publicado em dezembro 2017, meus alunos do Doutorado no segundo semestre de 2017, Daniel Ferrer, Francisco Moreira, Renato Vaz Garcia, e eu baixamos o nível de abstração da teoria econômica pura para fazer uma aplicação do método de análise propiciado pelo estudo de Economia Interdisciplinar - Comportamental, Institucionalista, Evolucionária e Complexa - à economia brasileira contemporânea.

Nosso objetivo foi examiná-la, a partir do Sistema das Contas Nacionais, como um sistema complexo emergente das interações entre setores produtivos, componentes da demanda final e distribuição da renda, considerando a estratificação social da riqueza e os valores políticos das castas de natureza ocupacional.

Consideramos a conjuntura da economia brasileira como a emergência de um sistema complexo cujo estado inicial não é precisamente conhecido. Isto ocorre porque múltiplas decisões *ex-ante* são vistas apenas em seus resultados *ex-post*, isto é, a partir do “ponto de chegada” no presente. A conjuntura econômica é composta de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento.

Há dependência de trajetória caótica quando a economia se afasta progressivamente das condições iniciais. Teoria do Caos consiste na ideia de pequenas mudanças casuais, ao longo de um processo, poderem desencadear alterações drásticas, profundas e imprevisíveis no tempo futuro. Busca explicar fenômenos não previsíveis (não-lineares) e, por este motivo, considerados caóticos. Não há como controlar seus efeitos. Esta imprecisão dos dados iniciais e os eventos políticos e econômicos interdependentes se refletem na improbabilidade de acerto preciso de qualquer previsão precisa a respeito do estado futuro desse sistema complexo.

Nesse sentido, o debate entre os defensores da Era do Social-Desenvolvimentismo (2003-2014) e os adeptos da regressão à Era Neoliberal (2015-2018) estava sendo uma discussão muito mais emocional em vez de racional, devido à polarização ideológica atualmente existente na sociedade brasileira. Estes criticavam a chamada “Nova Matriz Macroeconômica” composta por macroeconomia prudencial, queda de preços das *commodities*, depreciação gradual da moeda, “Cruzada da Dilma” contra os juros disparatados, e a desoneração fiscal. Aqueles criticavam o retorno da “Velha Matriz Neoliberal” realizada com choques tarifário e cambial inflacionários,

cutte de incentivos creditícios e fiscais para investimentos, ajuste fiscal e uma grande depressão.

Quando o governo Dilma começou a campanha para reduzir os *spreads* bancários e a redução das tarifas de energia elétrica chegou às contas de luz das famílias, sua função popularidade chegou ao máximo (65%), captada por meio da proporção de avaliação de ótimo/bom em pesquisa de opinião pública (Datafolha). A economia era favorável à política até explodir a “Revolta dos 20 Centavos” em junho de 2013. No entanto, uma leve recuperação cíclica da economia e a queda do desemprego para o menor nível (4,8% da PEA) na série histórica da antiga PNAD e 6,5% na PNADC, em 2014, elevaram novamente sua popularidade, tornando possível a reeleição da Presidenta.

O novo mandato começou com discurso de ajuste fiscal e contrariou as promessas de campanha de não adotar um programa governamental neoliberal. Isso foi considerado um “estelionato eleitoral”, perdendo apoio em sua base eleitoral e incentivando logo a campanha pelo “*impeachment*” por parte de seus adversários ideológicos derrotados em 2014. Com os péssimos resultados econômicos registrados a partir de então, em setembro de 2015, o País perdeu o “grau de investimento” conferido por agência de avaliação de risco.

Para estabelecer um fio-condutor entre os distintos componentes do valor agregado, testamos a hipótese de os juros ser a variável-chave, determinante de outras variáveis, mas determinada pela diretoria do Banco Central do Brasil de maneira arbitrária e disparatada em relação ao resto do mundo. Em 2015, por exemplo, a taxa de juro real paga em títulos de dívida pública de dez anos no Brasil atingiu 5,8% a.a., o dobro da segunda colocada, a Rússia, com 2,9% a.a.

O juro básico afeta as rendas: salário, aluguel, lucro e câmbio. A SELIC era fixada pelo COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil) com o objetivo de alcançar uma meta para a taxa de inflação com base em uma recessão econômica. Com o conseqüente desemprego caía o poder de barganha sindical para a reposição da inflação. Esta corroía o poder de compra dos trabalhadores.

Com juro elevado aumentava o custo de oportunidade de se investir no mercado imobiliário e dificultava a venda de imóveis, caindo seus valores reais. Com a queda das vendas, tanto pela elevação do custo de compras a prazo, via prestações, quanto pela perda do poder aquisitivo dos salários, os lucros dos comerciantes e industriais caíam. Juro interno disparatado em relação ao juro internacional atraía capital estrangeiro pelo ganho de cupom



cambial, ou seja, a expectativa de vender dólar apreciado na entrada e comprar depreciado na saída.

Os juros, seja via demanda agregada, seja via custos dos empréstimos, atingiam o consumo, o gasto governamental, o investimento, a exportação e a importação, em um círculo vicioso, afetando o mercado interno. A demanda externa (exportação líquida de importação) podia até dar um arranque para retomar o crescimento, dependendo das circunstâncias, mas era a demanda interna (absorção propiciada por consumo, investimento e gasto governamental) a capaz de dar a sustentação ao crescimento.

Em uma análise das categorias de demanda final, entre 2000 e 2017 o consumo das famílias caiu de 64,6% para 63,4% do PIB, o consumo do governo subiu de 18,8% para 20,0% do PIB, a formação bruta de capital fixo e variação de estoque foi de 18,9% (21,7% em 2013) para 15,5% do PIB, a exportação de 10,2% para 12,6% do PIB e a importação de -12,5% para -11,6% do PIB. Daí levantamos a nossa hipótese: para a retomada do crescimento não havia como prescindir do mercado interno e do crédito ao consumidor.

Pagamentos de encargos financeiros elevados (8,5% do PIB) foram os maiores responsáveis pelo déficit público nominal em 2015 (10,4% do PIB). Os juros nominais acumularam 6,5% do PIB em 2016 e 6,11% em 2017. Trata-se de um blefe dos investidores colocar em dúvida a capacidade governamental de pagamento desses juros. Os títulos de dívida pública oferecem risco soberano garantido pelo Tesouro Nacional. No déficit primário de 1,9% do PIB em 2015, 2,49% do PIB em 2016, 1,69% do PIB em 2017, os gastos com INSS, embora crescentes desde 2011, atingiram apenas 1,45% do PIB em 2015. Cresceram para 2,39% do PIB em 2016 e 2,78% do PIB em 2017.

Temeroso, o novo governo colocou a aposentadoria como refém, ameaçando a sociedade brasileira com o corte dos gastos com benefícios sociais do INSS. Tardiamente, adotou a alternativa de baixar os juros para retomar o crescimento do PIB e diminuir a relação entre o numerador e o denominador do indicador. Superar a Grande Depressão, provocada pela overdose de juros, com política anticíclica, seria a maneira keynesiana de elevar a arrecadação fiscal com base na retomada do crescimento da renda nacional e do nível de emprego.

Houve a elevação da dívida bruta do governo geral de 51,5% do PIB em 2013 para 70% do PIB em 2016, 74% em 2017, e 77% em julho de 2018. Os juros nominais foram o maior fator condicionante da variação acumulada a cada ano. Eles contribuíram em 5,4 pp e 8,2 pp dessa variação em 2014 e 2016, respectivamente, quando ela foi contraposta pelo efeito do crescimento do PIB nominal sobre a dívida, em -4,0 pp e -2,8 pp. Em 2017, esses pontos

percentuais foram, respectivamente, 6,7 pp e -3,2 pp. A Grande Depressão no biênio 2015-2016 (-7,2% de queda acumulada no PIB) diminuiu esse efeito, embora tenha ainda ocorrido pelo crescimento nominal (inflacionário) do PIB.

Investimentos estavam sem incentivos pela expectativa pessimista quanto ao lucro e por causa da capacidade ociosa devido à queda das vendas. Juro elevado, somado ao imenso *spread* bancário, resultava em juro de mercado de empréstimo elevadíssimo, conduzindo os investidores produtivos seja para o crédito direcionado, seja para o crédito internacional, sujeito ao risco de variação cambial. Só empresas *corporate* tinham a opção de lançar debêntures no mercado de capitais.

A tendência à apreciação da moeda nacional beneficiava a competitividade das importações, apropriando-se de mercado interno dos produtos nacionais, em nome de combate à inflação. Ao mesmo tempo, prejudicava as exportações nacionais.

Era necessário completar a análise da complexidade da economia brasileira com uma abordagem estruturalista. Examinamos, quantitativamente, os fenômenos de encadeamentos da agroindústria e da servindústria em conjunto com a chamada “desindustrialização”.

De qual dimensão estávamos falando? Afinal, as Contas Nacionais registravam a agropecuária ter mantido sua participação de 5,5% no PIB em 2000 e 5,3% em 2017. A Indústria Geral teve queda de 26,7% do PIB em 2000 para 21,5% do PIB em 2017. E Serviços tiveram elevação de 67,7% do PIB em 2000 para 73,2% do PIB em 2017. Ao desagregar essas participações no valor adicionado, percebemos a polêmica “se o copo está meio cheio ou meio vazio”: o Comércio teve elevação de 8,1% do PIB em 2000 para 12,7% do PIB em 2017, assim como os Serviços Financeiros: elevação de 6,8% para 7,9% do PIB no mesmo período. Enquanto isso, a Indústria de Transformação teve queda de 15,3% para 11,8% do PIB.

A economia brasileira estava, então, em uma dependência de trajetória caótica. Ela se afastava de desconhecidas condições iniciais. Aliás, quando foram elas: anos 80s, 90s, 2003 ou 2011? A história importava porque era contrarruptura e dificultava inovações? Estabeleceu-se um conflito distributivo inflacionário pela queda das participações na renda das sub castas produtoras e o crescimento das participações na renda das sub castas dos comerciantes ou financistas? Esse conflito estava reprimido pela Grande Depressão. Não se podia ainda o considerar superado, devido à resistência desses produtores “perdedores”, isto sem falar na rebeldia de outras castas - sábios tecnocratas (inclusive membros dos Três Poderes da República),

universitários e sacerdotes pregadores, guerreiros (policiais-militares) e trabalhadores organizados, seja em partido, seja em sindicatos.

Enfim, nossa constatação foi a economia brasileira, pelas interações de seus múltiplos componentes, emergir como um sistema complexo, porém, passível de compreensão multidisciplinar. Não tínhamos a ilusão a respeito da (im)possibilidade de dedução precisa de seu determinismo caótico. Face ao “dilema dos cientistas” entre descrever só o essencial ou ganhar realismo, nossa pretensão era apenas mensurar e ponderar relativamente cada componente da complexidade sistêmica, de maneira interdisciplinar, para nos aproximarmos mais da inalcançável verdade eterna: O Todo.

### Ciclo de Preços de Imóveis

Meus alunos do curso de Doutorado do IE-UNICAMP na disciplina Economia Interdisciplinar oferecida no segundo semestre de 2016 - Tatiana Rimoli Gzvitanski, Marcel Roberto Santos Dias, Rafael Bertazzi Costa Rosa, Daniel Herrera Pinto - e eu fomos coautores de um artigo publicado como Texto para Discussão 284 do IE-UNICAMP. O artigo sobre “*Riqueza Imobiliária*” foi o trabalho vencedor do I PRÊMIO LARES IBAPE/SP. O prêmio foi conferido na XVII Conferência Internacional da LARES 2017, onde foi apresentado. O trabalho foi premiado pela originalidade do método de sua análise sistêmica e integrada. Sinaliza, mais uma vez, a excelência do ensino e pesquisa no IE-UNICAMP.

Além de apresentar uma visão holística sobre o mercado imobiliário brasileiro, com base no método de análise propiciado pela Economia da Complexidade, diagnosticamos se houve ou não a emergência de uma “bolha imobiliária” no Brasil a partir de 2008. A possibilidade de existência de “bolha” especulativa no mercado imobiliário brasileiro foi levantada por analistas na imprensa.

Pelo menos até meados de 2011, existiam indícios de o setor imobiliário estar fortemente aquecido, no Brasil, devido ao número de novos lançamentos e pelo forte crescimento do preço de venda dos imóveis ocorrido nos anos anteriores. O preço médio de venda dos imóveis em todo o País, segundo cálculo com base no índice FipeZap, superou amplamente o Índice Bovespa no período, e até mesmo os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs). A taxa de inflação, medida pelo IPCA/IBGE, também foi largamente superada no período. Concomitantemente, ocorreu também um aumento real do saldo de crédito imobiliário.

Os preços dos imóveis residenciais e comerciais tinham crescido além do possível ser explicado pelos “fundamentos”, isto é, os direcionadores

microeconômicos, setoriais e macroeconômicos do movimento de preços no setor imobiliário? A ideia associada à existência de bolha é de um comportamento irracional por parte dos especuladores. Eles acreditam na possibilidade de o preço crescer indefinidamente.

Porém, tal dependência de trajetória, em processo de retroalimentação, não poderá se estender indefinidamente. Em algum instante - o ponto de virada ou explosão da bolha -, os investidores perceberão o retorno sobre o investimento (*rental yield* ou o ganho de capital) se situar aquém do esperado, devido à elasticidade da demanda, dependente entre outros fatores da renda dos potenciais locatários e do custo de oportunidade dos investidores. Neste momento, haverá uma reversão das expectativas especulativas, com perda acentuada em relação ao “pico” do valor de mercado atingido pelos imóveis.

A análise da evolução dos preços de imóveis permitiu avaliar os indícios a respeito de uma possível bolha imobiliária no Brasil nos anos recentes. Os dados foram obtidos do site FIPEZAP imóveis, uma plataforma compiladora dos preços e aluguéis de imóveis em 25 grandes cidades.

A evolução dos preços imobiliários das seis capitais destacadas - Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo -, à primeira vista, exceto no caso de Salvador, apresentou o formato clássico de uma bolha: subida acentuada e forte desaceleração da taxa de crescimento dos preços em um período subsequente. Todas elas chegaram a atingir elevações da ordem de 30%-40% no acumulado de 12 meses para em seguida reduzirem-se para variações inferiores a 10%. Entretanto, elas apresentaram ciclos de preços defasados, sugerindo não haver uma única causa nacional determinante desse *boom-e-crash* de preços.

São Paulo apresentou uma evolução menos acentuada, com a fase de cheia e baixa da bolha ocorrendo ao longo de vários anos. Ainda assim, a sustentação por quase três anos de aumentos de preços na ordem de 20% reforça a ideia desta cidade não ter passado por uma situação de bolha imobiliária, mas sim por uma “maré cheia” ou uma “onda”. Ela não quebrou, subitamente, porque a série de seus preços médios não teve ainda uma variação nominal negativa - queda absoluta -, diferentemente do ocorrido em outras cidades. Aparenta possuir um mercado imobiliário com crescimento mais sustentado por uma demanda firme.

Outras três capitais - Brasília, Florianópolis e Fortaleza - tiveram um processo de volatilidade dos preços de imóveis distinto. Todas atingiram picos de variação de preços próximos aos 20% no acumulado em 12 meses para, posteriormente, reduzir-se a patamares entre 0% e 5%. Contudo, Brasília e

Fortaleza configuraram uma nítida tendência de queda, enquanto Florianópolis apresentava flutuações sazonais, talvez em função de “demanda de verão”.

As demais 16 cidades acompanhadas pelo Índice FipeZap, inclusive do interior do Estado de São Paulo, Porto Alegre, Vitória e Goiânia, a partir de meados de meados de 2013, apresentaram comportamento muito semelhante entre si. Só é possível perceber uma nítida tendência de queda, mas sem caracterizar precisamente a ocorrência de uma bolha imobiliária. Os picos de variação não ultrapassaram em muito o patamar de 15% e logo houve uma gradual redução até patamares em torno de 0%. Ainda assim, a disponibilidade de dados em curta série temporal, mais uma vez, não permitiu se tirar conclusões mais definitivas a não ser a de fatores locais serem os determinantes em última instância do movimento dos preços de imóveis.

Observando de maneira mais desagregada (preços de imóveis por número de dormitórios), é possível verificar os aumentos de preço não se darem da mesma forma em todas capitais citadas. Em Recife e Curitiba, as supostas “bolhas” ocorreram de forma mais pronunciada, principalmente, em imóveis de um quarto. No Rio de Janeiro e São Paulo, o movimento se deu de forma mais ou menos igual para todos os tamanhos de imóveis. Na capital carioca, o formato de bolha foi mais visível, enquanto na paulista os preços de imóveis de um e dois quartos se sustentaram em patamares elevados por períodos longos, enquanto nos imóveis com três e quatro quartos o formato de bolha (ou ascensão-e-queda) dos preços dos imóveis foi mais perceptível.

Qual será a razão local? *Rent-seeking* [caça à renda] de investidores? Demanda temporária por executivos em trânsito? Estes pontos mereceriam maior investigação antes de confirmar ou falsear a hipótese de “bolha de imóveis” nacional inflada por um “excesso” de oferta de crédito imobiliário.

Há a hipótese, quanto ao *crash* no mercado imobiliário, de não se tratar apenas de uma crise do setor, mas sim de uma crise macroeconômica ampla. Ela também afeta o setor imobiliário. Três fatores são, usualmente, relacionados como principais determinantes para o comportamento agregado dos preços dos imóveis pelo lado da demanda: crescimento demográfico, renda das famílias e/ou dos solteiros, e crédito imobiliário. Especialmente a partir de 2015, houve deterioração do emprego e do poder aquisitivo da população e significativa deterioração das condições de crédito imobiliário.

Pelo lado da oferta, a construção de novos imóveis depende, entre outros fatores, da disponibilidade de terrenos a preços adequados, a regulamentação do uso do solo por Plano Diretor das cidades, e a estrutura da cadeia produtiva da indústria de construção civil. Mas a oferta de imóveis no

mercado secundário, além da entrega de imóveis novos, está muito relacionada às condições de crédito imobiliário para os compradores.

Decisivo é o custo de oportunidade imposta pela propriedade do bem imóvel ao seu dono. Esse custo aumenta quando aumentam os juros, porque o proprietário se vê cada vez mais atraído a transformar sua riqueza imobilizada em recursos líquidos que rendarão mais recebendo juros. O retorno líquido de um investidor com aluguéis, descontado eventual (e significativo) custo da vacância com condomínios, taxas e IPTU, define a manutenção ou o desejo de venda para quem investe em imóveis. Em circunstância de mercado imobiliário pró comprador, a família pode escolher melhor entre ocupar um domicílio próprio, adquirido ou pago em prestações, ou alugar um imóvel.

Enquanto o preço de aluguel nos contratos em vigor se mantém, servindo de *benchmarking* para novas contratações, o preço de venda cai mais rapidamente em fase de elevação dos juros. É quando acirra a competição pela maioria dos proprietários de imóveis vagos os colocarem à venda. Isso ocorre até quando a taxa de retorno com a locação volta a um patamar mais razoável na comparação com a taxa de juros dos investimentos financeiros alternativos.

Logo, a rentabilidade do aluguel (ou *rental yield*), isto é, o quanto um imóvel gera de resultados financeiros, comparada com a taxa de juro básica de referência (fixada arbitrariamente pelo Banco Central) como custo de oportunidade, é o fator decisivo de imediato. Mas essa relação entre as duas variáveis aluguel/valor de mercado do imóvel está sujeita aos citados fatores determinantes de cada qual em última instância.

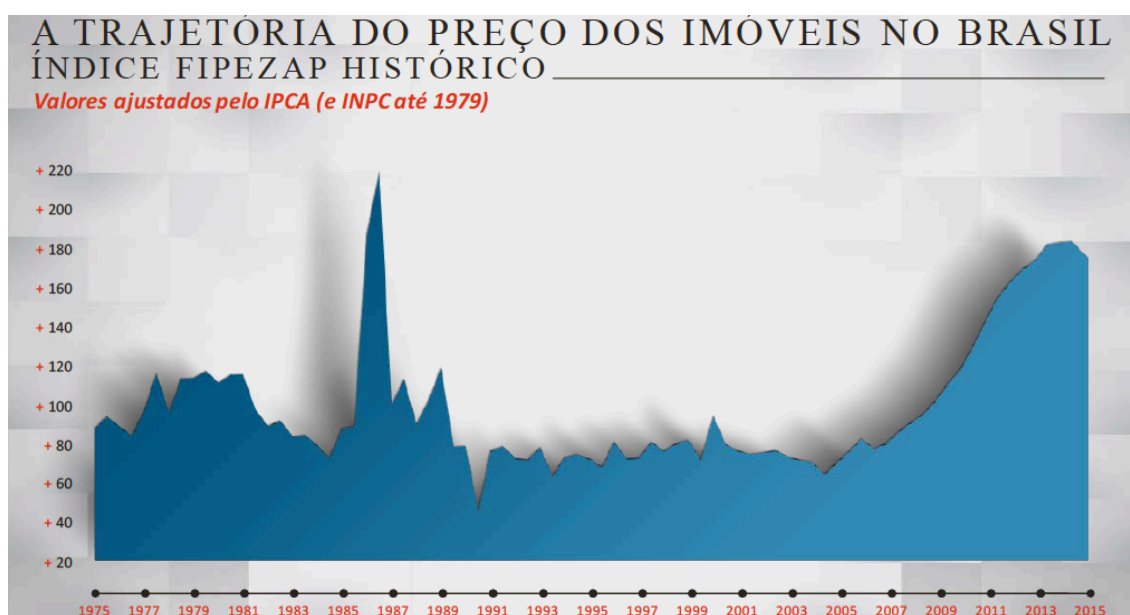
Além de diferenças nas condições locais de oferta e demanda, a Economia Comportamental sugere a inflação alta e mudanças nas regras regentes dos mercados não serem incorporadas de forma uniforme pelos agentes. A percepção e a adaptação dos compradores e vendedores às novas condições ocorrem em diferentes velocidades. Por isso, registra-se um aumento da assimetria dos movimentos de preços.

Qualquer análise do mercado imobiliário envolve o estudo da complexidade emergente das interações entre múltiplos componentes e/ou determinantes. Mesmo em um cenário esperado de queda real no preço médio dos imóveis, dado um quadro de incerteza crescente, o investimento em imóveis pode ser visto como uma opção de menor risco. Ele se trata da aquisição de uma garantia patrimonial em longo prazo ou uma possível riqueza imobiliária transmitida para os herdeiros, atendendo alguns investidores em busca de diversificação de riscos em seus portfólios.

Pelo gráfico abaixo, apresentado por Zylberstajn (2015), extraído a oscilação “fora-da-curva” em 1986, devido à “bolha do Plano Cruzado”, ocorreram os seguintes ciclos de preços dos imóveis no Brasil:

- Pós “milagre econômico”: 1975 a 1977: +32% (15% a.a.)
- Crise do “subprime brasileiro”: 1978 a 1984: -38% (15% a.a.)
- Redemocratização: 1985 a 1989: +63% (12% a.a.)
- Reviravolta neoliberal: 1989 a 1990: -62% (48% a.a.)
- Ciclo neoliberal: 1991 a 2004: -18% (-2% a.a.)
- Ciclo social-desenvolvimentista: 2005 a 2014: +192% (11% a.a.)

Logo, entre o “piso” de 1975 ao “teto” de 2015, nas quatro últimas décadas, os preços reais dos imóveis se elevaram em 103% (ou 1,8% ao ano), considerado da linha-de-partida à linha-de-chegada. É uma valorização real bastante razoável. Embora a riqueza imobiliária tenha liquidez distinta da riqueza financeira - por definição, imóvel é ativo “imobilizado” -, seu custo de oportunidade não deve ter sido tão elevado em longo prazo.



O passado histórico importa por causa da dependência de trajetória. Por exemplo, o crescimento das cidades, em especial das metrópoles, resulta também no aumento do preço dos terrenos, isto é, dos lotes em solo urbano, inclusive onde se localizam velhos imóveis para serem demolidos e substituídos por construção de novo imóvel.

Para examinarmos essa complexidade determinante do ciclo de preços dos imóveis podemos utilizar o chamado Modelo de Dois-Preços de Hyman Minsky. Assim, denominamos “preço de demanda” a cotação de imóveis usados no mercado secundário, e “preço de oferta” o preço de produção dos imóveis novos. É uma variável subjetiva a atribuição de um valor de mercado aos imóveis existentes. Já o preço de produção de imóveis novos é uma variável objetiva.

O preço de demanda deriva-se da relação entre a demanda e a oferta de imóveis existentes, sendo esta oferta um estoque dado, em curto prazo, e a demanda sendo uma função das expectativas de múltiplas subjetividades em relação aos atributos esperados dos imóveis: rentabilidade, custo de manutenção e liquidez. O preço de oferta é a soma dos custos primários na construção de imóveis novos e uma margem de lucro.

Quando o preço de demanda é maior se comparado ao preço de oferta, compensa investir em imóveis novos. Se a oferta de crédito imobiliário cresce mais em relação ao aumento da produção e da entrega de imóveis, sinaliza a elevação do valor de mercado no mercado secundário. Consequentemente, eleva a margem de garantia com alienação fiduciária oferecida pelo devedor. Solicitação de menor margem de segurança retroalimenta nova expansão da oferta do crédito. Com o aumento da demanda por ativos imobiliários, face a uma oferta dada, o resultado é uma inflação nesses ativos, ou seja, boom em seus preços.

O ganho de capital pelo aumento do valor de mercado do existente torna-se maior face à rentabilidade esperada da produção de novo. Nesse caso, a inflação de ativos torna-se maior se comparada à inflação corrente, devido à especulação com ativos existentes: os imóveis usados. Caso a inflação de ativos contamine as demais formas de manutenção de riqueza, inclusive a financeira, elevando os juros de mercado, o custo do serviço da dívida pode se tornar superior à rentabilidade esperada, seja com o aluguel, seja com o ganho de capital com a venda do imóvel, agravando-se a fragilidade financeira do devedor. Ele buscava maior rentabilidade patrimonial via alavancagem com recursos de terceiros.

A reversão de expectativas precipita a crise financeira. Sem refinanciamento das dívidas no futuro, há deflação de ativos, caindo em ritmos distintos, tanto o preço médio de imóveis novos, quanto o de usados. Em certo ponto, este se torna superior ao primeiro, valendo a pena voltar a construir novos imóveis.

Nesse período de crise imobiliária, em geral, ocorre um processo de fusões das incorporadoras e/ou de vendas/aquisições dos ativos existentes.



Em termos marxistas, esta é classificada como “a fase de queima do capital excedente”. Quando, novamente, há aumento do preço de demanda (imóveis usados) e ele se torna superior ao preço de oferta (imóveis novos), volta o investimento em ativos novos, ou seja, há retomada do crescimento econômico com geração de empregos e renda.

Esse modelo inspirado em Hyman Minsky leva em conta os fatores financeiros. As tradicionais teorias dos ciclos focavam o investimento produtivo. Embora várias delas identificassem as causas do movimento cíclico na esfera monetário-financeira, os efeitos sobre as indústrias de instalação-equipamento desempenhavam um papel decisivo.

Pode-se explicar o mecanismo preliminar das flutuações econômicas em termos da interação mútua de dos dois principais determinantes do investimento:

1. o efeito estimulante de uma rentabilidade maior;
2. o efeito depressivo do crescimento da ociosidade da capacidade produtiva.

A causa das crises periódicas, segundo Michael Kalecki, é o fato de “o investimento não só ser produzido, como é também produtivo”. Essa enigmática frase pode ser interpretada no sentido de o investimento, considerado de acordo com sua capacidade de gerar renda, ser a fonte de expansão da demanda agregada. A cada incremento multiplica os negócios, estimulando um aumento adicional do próprio investimento.

Porém, ao mesmo tempo, acrescenta equipamento adicional à capacidade produtiva. Quando esta entra em funcionamento, passa a competir com o estoque pré-existente. Inicialmente, isso restringe a taxa de crescimento da atividade de investimento e, mais tarde, causa um declínio das encomendas de investimento. Em outras palavras, Kalecki diz: “a tragédia do investimento é ele provocar a crise justamente porque é útil”.

*Mutatis mutandis* (mudando o que deve ser mudado), inspira nossa análise do modo pelo qual funciona o mecanismo do ciclo de preços de imóveis. Distinguimos, na atividade de investimento em imóveis, três etapas defasadas:

1. as encomendas de imóveis novos;
2. a produção ou a construção desses imóveis;
3. as entregas dessas moradias concluídas.

Durante a *fase de recuperação*, as encomendas de imóveis por investidores especulativos, sem controle de uma autoridade central, podem exceder o nível da demanda indicado pelo crescimento da população sem imóvel próprio, da renda desses potenciais devedores e do crédito imobiliário. Durante certo tempo - *fase de construção* -, as entregas de novos imóveis ainda são menores em relação às necessidades de atendimento dessa demanda bancada em parte pela massa salarial, em parte por financiamento habitacional. Por isso, as encomendas de investimento acumulam-se, acentuadamente, na ascensão do ciclo.

No auge da *fase de expansão*, as entregas de novos imóveis passam a exceder a capacidade de compras por moradores e, conseqüentemente, a elevada oferta de imóveis novos causa o declínio de novas encomendas de investimento. Essa reversão da fase de expansão, é seguida por uma queda da produção da construção civil.

Durante a *recessão*, o estoque de imóveis não vendidos ou devolvidos por distratos, devido à continuidade das entregas de novos imóveis, por certo tempo continua crescendo, mesmo com menor ritmo nos canteiros de obras. Isto ocorre até as encomendas de novos investimentos, pouco a pouco, ficarem abaixo do nível das necessidades de atendimento do crescimento orgânico.

A queda da produção de novos imóveis, face ao anterior aumento da capacidade produtiva das incorporadoras, inclusive por causa da abertura de capital em bolsa de valores, leva à queda da relação produto/capital. Isto acentua a paralisia dos canteiros de obras até se conseguir vender aquele estoque.

Em certo momento, as entregas de novos imóveis deixam de atender uma nova capacidade de financiamento de compras de imóveis. A conseqüente queda no volume de imóvel disponível para comprar ou alugar, e conseqüente aumento dos preços de imóveis, acaba causando novo aumento das encomendas de construção. Já na saída da fase da depressão, isso eleva novamente a produção de imóveis.

De acordo com esse modelo de Kalecki, aplicado ao nosso estudo de caso da riqueza imobiliária, os fatores resultantes no ciclo econômico são as mudanças inter-relacionadas (e defasadas) de:

1. as encomendas de investimento,
2. o efeito-renda da produção de bens imóveis, e

3. a posterior acumulação do volume ou estoque disponível, invendável em curto prazo sem uma promoção em preços (“liquidação” ou “descapitalização”).

## Conclusão

Para diferenciar nossa abordagem multidisciplinar daquela redutora da complexidade apenas à questão tecnológica, como se verá no próximo capítulo, destacamos neste o subtítulo “Dimensões da Economia Política da Complexidade”.

Essa perspectiva interdisciplinar buscou entender o fracasso em vigor e as eventuais chances de sucesso futuro da Nação brasileira. Acreditávamos nessa possibilidade se a democracia prevalecesse e medidas estratégicas, adequadas à sua estrutura produtiva, ao seu potencial de mercado interno e externo e à maior igualdade na distribuição de renda e riqueza, fossem tomadas de maneira consistente a erguer um Estado de Bem-Estar Social durante as próximas décadas.

O método adotado analisou e mediu as diferentes dimensões dos componentes interativos propiciadores da emergência da economia brasileira como um Sistema Complexo. Fez não só uma abordagem cíclica como também uma estruturalista. A institucionalista já tínhamos feito no capítulo anterior.

Analisamos o valor adicionado a cada ano sob a Ótica da Renda, quando focalizamos o salário pelas características e dimensões essenciais do mercado de trabalho formal e informal, o lucro obtido pelo desempenho das empresas não-financeiras, a renda de aluguel relacionada à evolução dos preços de imóveis e/ou riqueza imobiliária, a acumulação de capital financeiro com a capitalização por juros compostos.

O valor agregado sob a Ótica da Demanda prestou para dimensionar o mercado interno de consumo pelo número de consumidores inclusos e o poder aquisitivo de cada segmento do mercado de trabalho. Em seguida, analisamos a exportação líquida, enfrentando o debate sobre “primarização da pauta”.

O valor agregado sob a Ótica da Produção destacou a dimensão da agroindústria e do servindústria, isto é, a integração dos setores produtivos além das fronteiras estabelecidas entre primário, secundário e terciário. As cadeias produtivas as transpõem. Conjuntamente com esse encadeamento produtivo, no próximo capítulo resumiremos o debate com os novos-desenvolvimentistas sobre ascensão e queda da complexidade tecnológica na pauta de exportação brasileira.

Um primeiro componente (“nódulo-chave”) a ser examinado, para compreender a complexidade brasileira, é a divisão do mercado de trabalho entre a formalidade e a informalidade. Estão inclusos socialmente todos os trabalhadores com carteira assinada e os servidores públicos estatutários, além dos empregadores. O restante da força do trabalho, composta de autônomos, domésticos, semi ocupados ou desocupados, pode ser classificado como um “exército industrial de reserva”, onde muitos são vistos como párias carentes de direitos da cidadania e/ou de inclusão social, econômica e política.

A evolução da população ocupada por posição evidencia a perda de participação dos trabalhadores com carteira assinada, diminuindo sua presença dentro da população ocupada de 39,3% em 2014 para 36,2% em 2017. Com essa menor participação relativa do emprego formal no setor privado, todos os demais segmentos, em especial o dos trabalhadores por conta própria (de 23,4% para 25,2%), ampliam sua proporção na população ocupada. Em 2017, empregados no setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos) e do setor público cada qual tinham o mesmo percentual: 12%. Trabalhadores domésticos representavam 7%, empregadores, 5%, e trabalhadores familiares auxiliares, 2%.

Um segundo componente relevante na complexidade brasileira é a alteração dos destinos das exportações brasileiras, a partir da crise mundial 2007-2008. Há uma mudança do perfil da demanda externa, dirigida especialmente pela China, para produtos básicos. Assim, a “primarização da pauta” não pode ser, desde já, classificada como um fenômeno estrutural e historicamente irreversível, motivado por perda de complexidade tecnológica, mas sim conjuntural e/ou cambial. Relaciona-se menos com o perfil da oferta brasileira e mais com a mudança do perfil da demanda estrangeira. O mercado externo foge do controle nacional.

A corrente de pensamento novo-desenvolvimentista desdenha a importância do mercado interno e coloca todo seu foco na ampliação do mercado externo para produtos industriais brasileiros no estado-da-arte tecnológica. Para testar sua hipótese crítica à “primarização” da pauta de exportações brasileiras, inicialmente, é necessário analisar se, de fato, os dados empíricos comprovam uma mudança na composição das exportações manufaturadas ou semimanufaturadas. Depois, examinar as relações entre essa pauta e os graus de intensidade tecnológica da indústria brasileira. Em vez de ter um caráter estrutural, parece ser mais conjuntural esse processo de “primarização da pauta”. É mais circunstancial em vez de um equívoco estratégico. Em contexto de crise internacional e protecionismo, com baixa produtividade e competitividade, não havia poder de mercado brasileiro capaz de controlar a demanda externa.

O terceiro componente de nossa complexa realidade envolve a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil. Essa estratégia não tem como pré-condição o avanço da complexidade tecnológica a ser refletida na pauta de exportações, mas necessita sim adotar a opção de políticas públicas priorizarem a inclusão social, a ampliação do poder de compra dos párias e, em consequência, a obtenção de maior escala no mercado interno. Os componentes internos de um país possuidor do quinto maior território (abundante em recursos naturais), a quinta maior população, e a sétima maior renda do mundo são trunfos capazes de interagir e ultrapassar as limitações geoeconômicas. Entre elas, destacamos sua situação peculiar de maior país do hemisfério sul, porém sem ricos vizinhos, portanto, com maior custo de transporte de sua exportação para a América do Norte, Europa e Ásia. Sua dependência de trajetória sugere também importar, para explicar sua complexidade, a herança de uma particular história de sua sociedade colonial, escravista, ditatorial, desigual, atrasada, etc.

Um quarto componente da complexidade brasileira se estabelece por a aliança dominante entre as castas dos oligarcas governantes, mercadores-ruralistas-financistas, sábios neoliberais e pregadores-evangélicos, e guerreiros-militares, priorizar, tanto na primeira Era Neoliberal (1988-2002) e quanto na segunda (2015-2018), a estabilização da inflação. A prioridade é evitar a eutanásia dos rentistas parasitas e manter o poder aquisitivo de suas rendas extrativistas ou expropriadoras. Coloca em segundo plano a estratégia de incentivar o crescimento de renda na produção e geração de empregos. As castas dos sábios desenvolvimentistas e dos trabalhadores organizados ficam excluídas desse arranjo de poder, nítido quando medimos os tamanhos das maiores bancadas de interesse no Congresso Nacional e registramos estarem acima de qualquer partido político classista. As bancadas temáticas substituem, na prática, o sistema partidário fragmentado.

O quinto componente destacado neste capítulo, cuja interação com os demais componentes propicia a emergência de nossa complexidade, é a economia brasileira ser regulada com base em *stop-and-go* ou curtos “voos-de-galinha”, abatida pela Autoridade Monetária tão logo decola. A economia industrial brasileira sai da *fase nascente*, tal como é a fase atual das retardatárias China e Índia, passa por uma *fase adolescente* de transição instável - regime de alta inflação -, e entra em uma *fase de maturidade* precoce. Nesta se prioriza menores taxas de inflação, tendo como contrapartida baixas taxas de crescimento da produção e emprego. A prioridade desenvolvimentista é a retomada do crescimento da renda e combater o desemprego.

Um sexto componente da complexidade brasileira será examinado com maior profundidade no próximo capítulo. Refere-se às sofisticadas e

complexas cadeias de produção e comercialização do agronegócio, da indústria do petróleo, da indústria automobilística e aeronáutica, da construção civil, entre outras, existentes no País. Elas não permitem o diagnóstico simplório: “a economia brasileira não é diversificada nem complexa”. Sendo assim, ela não propiciaria o ambiente para desenvolver instituições capazes de levar à melhor distribuição de renda. Pelo contrário, facilitaria o Estado brasileiro (Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário) ser sempre capturado por castas e/ou grupos de interesses contra o desenvolvimentismo. Os setores produtivos brasileiros possuem distintos graus de intensidade tecnológica, entre si e os comparando com congêneres estrangeiros. Não determinam *a priori* uma inapelável estagnação econômica e política, caso não se adotar um modelo de crescimento à *la Leste* da Ásia, voltado para exportação de produtos industriais.

Um teorema é uma afirmação capaz de ser provada como verdadeira, por meio de outras afirmações já demonstradas, em conjunto com outras hipóteses testadas - e descartadas caso tenham sido falseadas -, ou seja, com afirmações anteriormente aceitas. Por esse método, reafirmamos: o grau de urbanização e o tamanho relativo, absoluto e potencial do mercado consumidor interno são trunfos para o País retomar o crescimento com políticas sociais ativas, isto é, o desenvolvimento socioeconômico.

O investimento em infraestrutura urbana e construção civil, em paralelo à melhoria de serviços públicos (educação, saúde e segurança pública) nas cidades, incentivos para pesquisas científicas e tecnológicas, ampliação dos elos das sofisticadas cadeias produtivas já existentes, podem gerar novo modelo de desenvolvimento. Seus componentes “voltados para dentro” (“*hacia adentro*” na tradição latino-americana desenvolvimentista) não são excludentes dos “*hacia afuera*” como sugerem os novos-desenvolvimentistas. Estes planejavam um choque cambial, para realinhar os preços relativos a favor das indústrias no estado-da-arte tecnológica, mas acabariam gerando conflitos distributivos e inflação de custos em vez de favorecimento dos industriais brasileiros exportadores.

C.Q.D. (Como Queríamos Demonstrar - ou falsear), o ativismo com política econômica em curto prazo, para realinhamento de preços relativos favoráveis à indústria exportadora, seja via taxa de câmbio, seja via desonerações tributárias, ou mesmo congelamento de preços-chave, como de energia (elétrica e combustíveis), não é uma solução para o nosso complexo teorema. Uma abordagem estruturalista complexa e multidisciplinar aponta caminhos alternativos.

## Capítulo 5 - Encadeamento: Cadeias Produtivas e Comércio Exterior

### Introdução

Tal como em uma epidemia, o *efeito contágio* se dá quando o acontecido na economia de um país, especialmente uma crise de demanda externa agravada por baixa diversificação setorial, provoca a sensação de o mesmo ocorrer também com os parceiros comerciais por eles terem as mesmas características estruturais. O *efeito dominó* ocorre quando alguma crise econômica se encadeia com outra economia vizinha e/ou parceira comercial, provocando efeito semelhante, e assim sucessivamente, “até todas as peças do jogo de dominó serem derrubadas”. Ambos efeitos são conjunturais.

O *efeito demonstração* é a pregação de economistas de país de menor desenvolvimento socioeconômico em favor dele imitar ou tentar reproduzir em seu território não só os hábitos de consumo e de vida dos países mais desenvolvidos, mas também suas pautas de exportação, acarretando choques inflacionários e pressões sobre as importações. Esquecem-se da *abordagem estruturalista* da corrente de pensamento econômico latino-americana, inspirada nos trabalhos dos economistas da Cepal, na fase da indústria nascente. Ela analisava o desenvolvimento econômico do ponto de vista dos obstáculos estruturais impeditivos de um crescimento maior dessas economias.

Os estruturalistas clássicos acreditavam as estruturas inadequadas, com *pontos de estrangulamento setoriais*, tornarem inelástica a oferta de certos produtos, por exemplo, os de produção mais complexa. Isso implicava em desarranjo do sistema de preços relativos. A deterioração das relações de troca pela importação (e a não exportação deles como os parceiros comerciais) provocaria déficits comerciais e do balanço de pagamentos, obrigando tais países a desvalorizações cambiais constantes, sendo estas alimentadoras do processo inflacionário.

Agora, depois da fase de substituição de importações de menor intensidade tecnológica, teria havido “desindustrialização” e “reprimarização” da pauta exportadora, com avanço das *commodities* como minerais, petróleo, soja, açúcar e carnes. Para os novos-desenvolvimentistas, só existem dois caminhos resolver esse problema: desvalorização cambial e aumento de produtividade. A maxidesvalorização da moeda nacional propiciaria rentabilidade para se incentivar o investimento em *tradables* industriais com alta intensidade de tecnologia. O aumento de produtividade

viria pelo aumento do investimento em infraestrutura e em um Sistema Nacional de Inovação.

Para economista neoliberal, o crescimento é fruto de um processo de desenvolvimento institucional onde o Estado deve garantir apenas educação básica, saúde e segurança pública. O produzido internamente, seja em bens, seja em serviços, não lhe interessa. Para ele, se funcionarem as instituições propícias a um bom ambiente de negócios, o país se desenvolve, inelutavelmente, pelas forças do livre mercado.

Os herdeiros da tradição cepalina do estruturalismo têm o diagnóstico de a economia brasileira ter alcançado um estágio de complexidade mais avançada em relação à do estágio primário-exportador e/ou da pauta mono exportadora. Com planejamento indicativo e certos incentivos fiscais e creditícios, há condições de dar dinamismo à ordenação sequencial de cadeias produtivas diversas, estabelecendo conexão, concatenação, junção de seus distintos elos com foco prioritário no mercado interno e, colateralmente, no externo. Pelo *efeito multiplicador*, um aumento nos investimentos gera um aumento proporcionalmente maior na renda quanto maiores forem os elos de valor agregado.

O objetivo deste capítulo é contribuir para maior elaboração do Projeto Social-Desenvolvimentista para o Brasil a partir de uma abordagem estruturalista, contemporânea e complexa, porque emergente das interações de todas as cadeias produtivas e comerciais. A FIESP, por exemplo, distingue treze cadeias produtivas: agronegócio, biotecnologia, couro, calçados e acessórios, construção, defesa, desporto, mineração, papel, gráfica e embalagem, pesca, petróleo e gás, saúde, segurança, têxtil, confecção e vestuário. Para a simplicidade dessa complexidade, destacarei apenas as principais: agronegócio, extrativa de petróleo, construção e imobiliária, automobilística, segmentos da indústria de transformação por intensidade tecnológica, serviços de agregação de valor e diferenciação de produtos, de custos e de demanda final.

### Cadeia Produtiva e Rede de Relacionamentos do Agronegócio Brasileiro

Como economista com formação generalista, sempre tive ânsia de conhecimento a respeito da *dimensão efetiva do agronegócio brasileiro*. De fato, “agro é tudo”, como afirma a propaganda televisiva? Tem lastro econômico a força congressual da bancada ruralista, organizada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) da Câmara dos Deputados? Ela é muito maior se comparada a qualquer um dos grandes partidos.



Perguntava a meus colegas especialistas em agropecuária qual era o tamanho da agroindústria e eles estimavam até em 42% do PIB. Eu desconfiava da veracidade dessa estimativa. Superava muito a soma do percentual da agropecuária em 2016 (5,5%) e da indústria geral (21,2%).

Eu não tinha dúvida quanto a agroindústria ser uma *cadeia produtiva estratégica*, seja para o balanço comercial, seja para a alimentação da população. A exportação do agronegócio é estimada pelo Ministério da Agricultura em cerca de 45% do total brasileiro e a importação em quase 10%. Muitas vezes, o superávit do agronegócio compensa o déficit comercial dos demais setores predominantemente importadores.

Entre os produtos agrícolas básicos, em 2016, destacaram-se a exportação de soja (10,4% do total), carne (5,6%), café (2,6%) e fumo (1,1%). Comparam-se com minérios (8,2%) e petróleo (5,4%). Na exportação de semimanufaturados, destacam-se o açúcar com 4,5%, couros 1,1%, e celulose 3%. Mesmo entre manufaturados há o açúcar refinado com 1,2%. Somando esses produtos de destaque, segundo estatística do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, atinge 29,5%, ou seja, 2/3 daquela estatística do Ministério da Agricultura. Na verdade, não se pode classificar mais a economia brasileira como *primário-exportadora*. A exportação de industrializados corresponde a 55%, somando semimanufaturados (15%) e manufaturados (30%).

Pesquisei, então, as informações desejadas sobre *a cadeia produtiva e rede de relacionamentos do agronegócio brasileiro*. O Relatório sobre o PIB do Agronegócio Brasileiro é uma publicação mensal resultante da parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da ESALQ/USP, e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O *agronegócio* é entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária + produção agropecuária básica ou primária + agroindústria (processamento) + agrosserviços. A análise desse conjunto de segmentos é feita para o ramo agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtém-se a análise do agronegócio.

Pelo critério metodológico do CEPEA/ESALQ-USP, o PIB do agronegócio é medido pela *ótica do produto*, ou seja, pelo Valor Adicionado (VA) total deste setor na economia. Ademais, avalia-se o VA a preços de mercado, considerando-se os impostos indiretos menos subsídios relacionados aos produtos. O PIB do agronegócio brasileiro refere-se, portanto, ao produto gerado de forma sistêmica na produção de insumos para a agropecuária, na produção primária, e se estendendo por todas as demais atividades

processadoras e distribuidoras do produto ao destino final. A renda, por sua vez, se destina à remuneração dos fatores de produção: terra, capital e trabalho.

O CEPEA/ESALQ-USP dispõe toda a série histórica de 1996 a 2017 para os pesquisadores fazerem *download* em arquivo Excel. Por razão de espaço, reduzi a análise dessa série ao período social-desenvolvimentista (2003-2014) e mais o da volta da Velha Matriz Neoliberal (2015-2016).

Primeiro ponto interessante a se registrar: em média anual, o agronegócio adiciona 20% do valor agregado total na economia brasileira. A análise dessa série temporal falseia a hipótese de “Lula ter tido sorte pelo *boom de commodities agrícolas*”. Em 2003, a participação do agronegócio no PIB era 27% e foi declinando até 16,9% em 2014. Com a Grande Depressão em 2015 e 2016, o PIB real caiu -7,2% no biênio, então, o agronegócio aumentou sua participação, regressando à média de 20% do PIB.

Um segundo ponto me chamou a atenção: as oscilações anuais das variações reais em % de cada segmento do PIB do agronegócio. No total, as taxas de crescimento de 2004 a 2006 foram seguidamente negativas; recuperou-se em 2007 e 2008; 2009 teve queda de -5,9%; 2010 e 2011 tiveram taxas positivas; 2012 negativa (-5,9%); 2013 positiva (1,7%); 2014 negativa (-0,1%); 2015 e 2016 positivas. Serão todas essas oscilações frutos de “acidentalidades climáticas” (*seca*)?

Em todos os anos, desde 2012 até 2016, a inflação de alimentos foi superior à elevação do IPCA no primeiro trimestre, quando ocorreria a estação de chuvas frustrada. O Banco Central do Brasil não devia controlar o efeito temporário de quebra de oferta de alimentos, devido à seca nos verões entre 2012 e 2016, com o controle geral da demanda agregada. A overdose da taxa de juro foi um grande equívoco contra os milhares desempregados e em favor dos poucos ricos.

O IPCA caiu no ano de 2017 e 2018 devido a dois fatores exógenos à atuação da Autoridade Monetária com sua equivocada política monetária para combater “quebra de oferta agrícola”. Houve um “bônus climático” de modo favorável ao *boom* da agricultura, no início do ano, elevando o PIB do 1º trimestre em contrapartida à queda da indústria. O efeito secundário desse bônus climático foi a queda do grupo Alimentação dentro do IPCA. Representa ¼ de toda a inflação ao consumidor até 40 salários mínimos.

A sustentação do PIB Brasileiro em 2017, em um baixo nível positivo, foi graças ao agronegócio. O desempenho positivo da agropecuária (+13%) pôde amenizar o efeito da estagnação da indústria (0%) e dos serviços (0,3%) sobre o PIB nacional. Segundo o IBGE, em 2017, o PIB brasileiro cresceu 1% na

comparação com o ano depressivo de 2016, quando caiu -3,5%. A economia brasileira teria zero de crescimento se não fossem os resultados da agricultura.

Apesar dos relevantes ganhos de produção no agronegócio, sobretudo na agropecuária, houve queda de empregos no setor. De modo geral, as principais reduções ocorreram na própria agropecuária para trabalhadores atuando por conta própria e com baixa escolaridade. No grupamento de atividades ligadas à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, a PNADC registra 8,621 milhões de pessoas ocupadas com rendimento médio real habitual de R\$ 1.239. A CAGED apresenta um estoque de empregos formais para esse setor de atividade muito menor: 1,479 milhão.

Pesquisa apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário calcula 36% da população brasileira ser rural, diferentemente dos 16% apontados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. O percentual maior considera a aplicação de um *conceito de rural* defendido pelos sociólogos. De acordo com o levantamento, como só existe o *conceito de urbano* na legislação, a ruralidade acaba sendo definida por exclusão. O argumento é 90% dos municípios brasileiros terem menos de 5 mil habitantes. Sociologicamente, deveriam ser considerados zonas rurais, e não urbanas. Ora, 36% da população de 208,3 milhões seriam cerca de 75 milhões de pessoas. Assim, apenas 11% delas (8,6 milhões) estariam ocupadas na zona rural. Deduzo ser inverossímil aquele percentual (36%) classificado como rural. Comparando, 104,2 milhões pessoais (ou metade da população total) oferecem sua força do trabalho.

Finalmente, destaco as participações médias dos distintos segmentos da cadeia produtiva, de transporte e comercialização no total do agronegócio: insumos para a agropecuária (5%); produção agropecuária básica ou primária (23%); processamento da agroindústria (31%); e agrosserviços (41%). Logo, 28% são tipicamente rurais e o restante (72%) se mesclam com atividades urbanas.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, com a metodologia de classificação do setor de serviços definida pela *Standard Industrial Classification*, classificação esta formulada por especialistas reunidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), necessita rever seus conceitos para apurar as estatísticas das *cadeias produtivas*. Estas ultrapassam as fronteiras dos tradicionais setores primário-secundário-terciário. Dentre as 59 divisões de atividade econômica do setor de serviços da CNAE, 26 divisões caracterizam o setor de serviços. Se cabe falar em *agroindústria e agrosserviços*, não caberia falar em *servindústria*, por exemplo, em atividades de transporte e informática e serviços relacionados à indústria?

## Economia do Petróleo Brasileira

O petróleo e o gás natural são misturas de hidrocarbonetos resultantes de processos físico-químicos sofridos pela matéria orgânica depositada juntamente com fragmentos de rochas, durante a formação de rochas sedimentares, há milhões de anos. Devido a efeitos mecânicos, ocorre a migração do petróleo no subsolo, acumulando-se em rochas porosas e permeáveis denominadas *rochas reservatórias*.

A extração de petróleo em águas profundas, abaixo da camada do pré-sal, é uma oportunidade - tipo sorteio de “bilhete premiado” - ou uma desgraça pela provável contaminação da chamada “*doença holandesa*”? Há debate inconcluso a respeito do seu diagnóstico. Alguns doutores-economistas diagnosticam a economia brasileiro já estar apresentando seus sintomas através da apreciação excessiva da moeda nacional e redução relativa dos empregos industriais. Outros esperam essa “doença”, de fato, atacar na próxima década, quando a exportação do petróleo extraído do pré-sal estiver em pleno ritmo.

A industrialização foi crucial para o desenvolvimento do movimento sindicalista. Levou a exigências para a expansão dos direitos de voto e, eventualmente, a criação do Estado de bem-estar social. Caso a economia brasileira se torne exportadora de petróleo, reforçará a *tendência à desindustrialização prematura*? Isso poderá levar ao enfraquecimento político da casta de trabalhadores organizados, seja em sindicatos, seja em partidos, implicando um retrocesso no caminho de desenvolvimento político propício à democracia brasileira e às conquistas sociais?

A análise da economia como sistema complexo sugere os países exportadores de produtos mais complexos tenderem a ter níveis significativamente mais baixos de desigualdade de renda se comparados aos países exportadores apenas de produtos de extração e processamento simples como *commodities* agrícolas, minerais e petróleo. Nestes primário-exportadores, grupos de interesses capturam e/ou corrompem mais facilmente o Estado para atender apenas os próprios desígnios.

O *emedebismo*, notavelmente, em seu enraizamento corrupto na economia de petróleo carioca, demonstrou empoderamento na Petrobras e em sua cadeia de empreiteiros. Ele se alastrou para corromper todo o sistema de financiamento eleitoral nacional. Antes de ter se firmado um “petroestado” no Brasil, já se antecipou uma tentativa de ele ser capturado pela casta de oligarcas governantes.

Temos de dimensionar o dito. De início, cabe destacar a participação percentual da Indústria Extrativa Mineral no valor adicionado ter se elevado de 1,4% em 2000 até seu auge em 2012 com 4,5% do PIB. Com a explosão da “bolha de *commodities*”, as cotações de suas exportações foram declinando e em 2016 atingiu o “fundo do poço”: 1,1% do PIB. Retomou para 1,8% do PIB em 2017.

O valor da exportação de minérios atingiu 16,9% do total exportado em 2012. Declinou para 8,2% em 2016. A exportação de óleo bruto de petróleo nos anos de 2011 e 2012 participava com 8,4% do total, em 2013 caiu para 5,4%, cresceu pouco em 2014 e 2015, e retornou a 5,4% em 2016. Registra-se entre os manufaturados a exportação de óleos combustíveis (diesel, *fuel-oil*, etc.): atingiu 2,1% em 2012 e foi declinando até 0,4% em 2016.

A produção nacional de petróleo cresceu pelo quarto ano consecutivo e atingiu 2,6 milhões de barris/dia em 2017. A elevação foi liderada pela oferta de petróleo do pré-sal. Este alcançou a média de 1,3 milhão de barris/dia no ano, cerca de 50% da produção do País. Enquanto algumas petroleiras globais produzem praticamente metade petróleo, metade gás, a relação da Petrobras é de 80% óleo e 20% gás.

No ano de 2017, a produção em terra foi 262 Mboe/d (*onshore* 8%), em pós-sal mar 1.450 Mboe/d (*offshore* 44%), em pré-sal 1.601 Mboe/d (48%). O total da produção brasileira atingiu 3.313 milhares de barris de óleo equivalente por dia.

Em função do aumento da produção interna, o Brasil reduziu sua necessidade de importação de petróleo em 16,4%, para a média de 149,2 mil barris/dia, enquanto as exportações alcançaram o maior valor da série histórica, 996,6 mil barris/dia, aumento anual de 24,8%. Delineia-se a tendência de ser tornar uma economia exportadora de petróleo já na próxima década.

No entanto, a produção nacional de derivados atingiu apenas 1,9 milhão de barris/dia, em torno de 76,2% da capacidade instalada de refino. Em função disso, o volume de importações de derivados cresceu para 615,7 mil barris/dia.

Na distribuição da produção de petróleo por Estado, o Rio de Janeiro participa com 69%, Espírito Santo 14%, São Paulo 12%, Rio Grande do Norte 2%, Bahia 1%, e outros 2%. A distribuição da produção de gás é menos concentrada, pois Rio de Janeiro tem 46%. A Bacia de Campos (1.324.739 bbl/d) e a de Santos (1.165.426 bbl/d) concentram 90% da produção de petróleo e

gás natural. Petrobrás é produtora de 94% do total. Quanto à distribuição, essa empresa estatal concentra 80%.

O conceito de *cadeia produtiva* foi desenvolvido para propiciar uma *visão holística* da emergência da complexidade pelas interações entre seus diversos componentes. A produção de bens pode ser representada como um sistema complexo, no qual os diversos agentes estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema.

As atividades integrantes da *cadeia produtiva de petróleo e gás* podem ser agrupadas em dois grandes blocos:

1. *Upstream*: onde se encontram atividades correlatas à exploração e produção do óleo propriamente dito.
2. *Downstream* ou abastecimento: caracterizado pelas atividades de escoamento, refino, transporte, distribuição e comercialização ou revenda.

A *cadeia produtiva do petróleo* está segmentada em quatro grandes grupos: Exploração, Refino, Indústria Petroquímica e Indústria de Transformação. Os produtos extraídos nos quatro grandes grupos são:

1. *Exploração*: Líquidos de Gás Natural, Etano e Propano e Petróleo.
2. *Refino*: Gasolina, Óleo Diesel, Querosene, Bunker e Nafta.
3. *Indústria Petroquímica*: Produção de Olefinas, Aromáticos e Polímeros.
4. *Indústria de Transformação*: Embalagens, Filmes, Componentes automotivos

Desde a exploração e produção até a indústria de transformação e de usos dos materiais petroquímicos, essa cadeia demanda bens e serviços de alto valor agregado provenientes de várias outras indústrias e setores da economia, como por exemplo: metalomecânica leve e pesada, eletroeletrônica, automação, transporte, energia, naval, têxtil, siderurgia, plásticos e matérias especiais, tecnologia da informação, construção, manutenção, entre outros.

A *indústria petrolífera*, segundo monografia de Mikura (2005), em 2002, representou 6,8% do PIB do Brasil, dividindo-se entre extração de gás e petróleo (2,5%), refino (2,6%), produção e distribuição de gás (0,02%) e comércio de combustíveis 1%). Em participação de cada atividade da cadeia de produção sobre o total, apresenta o refino com 42%, em 2002, como a

atividade responsável pela maior parte do produto gerado por esta indústria, seguido pela extração (41%), comércio de combustíveis (17%) e produção e distribuição de gás (0,4%). Estimou a Petrobrás ter contribuído com 5% da geração de renda para o país em 2002.

As *reservas provadas* de petróleo do Brasil somam 12,8 bilhões de barris de óleo equivalente e as *reservas totais*, 23,8 bilhões. Segundo estimativas da COPPE-UFRJ, o país tem potencial para expandir suas reservas para 55 bilhões de barris de óleo equivalente com a total exploração das reservas do pré-sal. Nesse cenário otimista, o Brasil se tornaria a nação com o maior aumento de reservas até 2020, passando da 14<sup>a</sup>. para a 8<sup>a</sup>. colocação no ranking mundial de reservas de petróleo.

Em produção o Brasil está em 10<sup>o</sup>. lugar, abaixo da Rússia, Arábia Saudita, Estados Unidos, Iraque, Irã, China, Canadá, Emirados Árabes Unidos, Kuwait. É atualmente o maior produtor da América Latina, embora a Venezuela tenha as maiores reservas provadas no mundo. É o 25<sup>o</sup>. importador e obtém superávit comercial.

No mercado mundial de petróleo, o Brasil destaca-se como 5<sup>o</sup> maior consumidor e por deter a 14<sup>a</sup> maior reserva provada. Entretanto, o setor enfrentou uma crise, em 2015-2016, dada pela queda das cotações do petróleo, precipitado pelo cartel da OPEP: em 2014, o barril chegou aos US\$ 100, as cotações mínimas de 2015 foram de US\$ 38 por barril. No terceiro trimestre de 2017, o barril do Brent valeu, em média, US\$ 52. No segundo semestre de 2018, a cotação retomou o patamar de US\$ 70.

Esse problema de mercado se somou ao reflexo institucional resultante das dificuldades de caixa e endividamento da Petrobras e das investigações da operação “Lava-Jato”. Essa crise levou à revisão no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 da Petrobras, planejando investimentos de US\$ 130,3 bilhões até 2019. Representou uma redução de US\$ 76,5 bilhões ou de 37% em relação ao plano 2014-2018. Como consequência, segundo o DECOMTEC-FIESP, deixarão de ser criados, no período, 349 mil empregos e o PIB crescerá 0,45% a menos a cada ano. O que ocorreria sem os investimentos na exploração do pré-sal realizados na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014)? Não se extrairia metade do petróleo extraído hoje.

## Cadeia Produtiva, Comercial, e de Manutenção, Reformas e Demolição da Construção

Pela série temporal com participação percentual das atividades econômicas no valor adicionado a preços básicos, elaborada pelo IBGE a partir

das Contas Nacionais Trimestrais, a Construção no ano 2000 representava 7%. Depois de uma retração relativa entre 2003 e 2009, alcança sua maior participação em 2012 com 6,5%, caindo para 5,2% em 2017.

A FIESP divulgou em 2016 um documento de referência para o 12º Congresso Brasileiro de Construção *ConstruBusiness: Investir com Responsabilidade*. Ele informa a cadeia da construção reunir empresas de todas as etapas produtivas e investidores em qualquer tipo de ativo produzido pela construção. Os investidores estão na ponta desta cadeia, demandando residências, escritórios, centros comerciais, estradas, redes de trens metropolitanos, aeroportos e toda sorte de edificações e bens de infraestrutura. As empresas projetam e constroem imóveis e obras de infraestrutura, fabricam ou vendem materiais de construção, financiam operações, entre outras atividades.

No Brasil, estima-se esse conjunto de empresas reunir um contingente de cerca de 6,2 milhões de trabalhadores com carteira assinada em 2016. Representava 6,9% da força de trabalho ocupada no país no 3º trimestre daquele ano: 89,835 milhões. Considerando também os empreendedores, trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira e aprendizes na cadeia da construção, o número de pessoas ocupadas alcançava 12,5 milhões em 2016, ou 13,7% da população ocupada no país.

Os investimentos em construção equivaleram a cerca de 60% da formação bruta de capital fixo e 9,3% do PIB do país em 2016. Nesse montante estavam incluídos o valor das obras realizadas pelas construtoras e o valor das obras realizadas por trabalhadores por conta própria e reformas. Houve uma redução relativa das obras realizadas por construtoras. A parcela do PIB da construção gerada pelas construtoras e incorporadoras caiu de 60% em 2012 para se aproximar de 50% em 2016. Ele é dividido também com autoconstrução, autogestão e reformas.

Nesse total estão incluídos investimentos realizados no país em estradas, aeroportos, redes de esgoto, escolas, hospitais, edificações residenciais e comerciais, indústrias, obras de manutenção e reformas. Apesar de os dados indicarem uma situação superior à observada em meados da década passada, o desempenho observado nos últimos anos causa apreensão. O valor dos investimentos em construção realizados em 2016 ficou, aproximadamente, 10% menor se comparado ao valor das obras executadas em 2014, quando os investimentos em construção alcançaram 11,5% do PIB brasileiro. Isso equivale a uma queda de cerca de 20% em termos reais em dois anos. A evolução dos valores reais dessas obras, desde 2007, sai de R\$ 545.529 milhões até o pico de R\$ 733.843 milhões, em 2014, volta para o valor de R\$ 592.029 milhões dois anos depois.



Os múltiplos componentes da construção são visualizados nos canteiros de obra. Neles, os trabalhadores operam máquinas, equipamentos e ferramentas montam, agregam e transformam diferentes materiais de construção. A indústria de materiais produz os insumos empregados nas obras: cimento e argamassas; concreto e artefatos de cimento e fibrocimento; vergalhões e produtos de metal; produtos asfálticos; perfis e esquadrias; tijolos, telhas e produtos cerâmicos; fios, cabos e materiais elétricos; tintas e vernizes; tubos, conexões e produtos de plástico; vidro; metais sanitários e válvulas; elevadores e escadas rolantes, etc.

Esses produtos industriais, por sua vez, empregam matérias-primas de outras indústrias, como a indústria da mineração. Exemplo disso é a produção de vergalhão: emprega ferro-gusa produzido a partir do minério de ferro. A produção de esquadrias de alumínio é feita a partir de perfis vindos do metal produzido a partir da bauxita. A maior parte das cadeias industriais fabricantes de materiais de construção é intensiva em energia. Empregam grandes volumes de gás natural ou de energia elétrica. É elevado o peso das despesas com energia no seu custo da transformação industrial.

Parte dos materiais de construção é destinada aos sistemas industrializados, enquanto outra parcela é encaminhada ao comércio atacadista e varejista, responsável por direcionar os materiais à construção imobiliária e à construção pesada (infraestrutura), de acordo com suas demandas. Os sistemas industrializados consistem na pré-fabricação de componentes da obra divididos em módulos, cuja incorporação na construção se dá com técnica própria, compondo a construção industrial.

A *setor de atividade da construção* também abrange: o *setor imobiliário*, responsável por comercializar as casas e os edifícios produzidos; o *setor de manutenção e reformas*, responsável por expandir o ciclo de vida das edificações; por fim, ocorrem *incorporações, demolições e reconstruções*.

Permeando a cadeia nas suas diversas etapas, há necessidade de mão de obra em diversos níveis, bem como de *serviços técnicos especializados*, como engenharia, arquitetura, instalações e sistemas prediais. A escolha do local do empreendimento, o tipo, a quantidade e a qualidade dos materiais a serem empregados, e o bem-estar dos usuários são variáveis a serem consideradas, mensuradas e validadas antes de se colocar em movimento outro elo da cadeia. Este trabalho é dos engenheiros, arquitetos, geólogos, biólogos, administradores, economistas, entre outros profissionais.

Há também um conjunto grande de *empresas prestadoras de serviços* na mineração, na indústria de materiais, no comércio e na construção. São empresas de serviços profissionais (advocacia, contabilidade, propaganda e

marketing e consultoria, por exemplo), serviços logísticos, serviços financeiros (seguros e financiamentos) e serviços de apoio à atividade econômica (segurança, alimentação, tecnologia de informação, comunicações, etc.).



Figura 2.1. Cadeia produtiva da construção.

A produção da *cadeia da construção* também sustenta as atividades da indústria de máquinas e equipamentos, visto todas as etapas produtivas empregarem bens de capital para produzir seus produtos. São caminhões do transporte, caldeiras da indústria de materiais, computadores do comércio ou guias das construtoras.

Em 2016, os investimentos estimados em obras e serviços de construção geraram cerca de 8% do PIB anual na cadeia produtiva da construção. Essas atividades envolveram 12,5 milhões de pessoas na média do ano, gerando uma folha de pagamentos equivalente a 54% da renda gerada (valor adicionado) na cadeia produtiva.

A maior parcela da renda ou do PIB da cadeia produtiva (64,5%) foi gerada no *setor da construção*. Considera tanto as produções das construtoras, executoras de obras ou etapas das obras de engenharia, quanto das obras de autogestão, autoconstrução e reformas, ocupando 8,8 milhões pessoas. A *indústria de materiais, máquinas e equipamentos para construção* gerou 10,8% do PIB da cadeia, empregando 843 mil pessoas. A *venda de materiais de construção*, representada pelo comércio atacadista e varejista, ocupou 1,054 milhão de pessoas e adicionou um valor de aproximadamente 8,7% do total gerado nessa cadeia produtiva.

As *atividades de prestação de serviços* compreendiam incorporação, compra e venda de imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos e serviços técnicos profissionais, como os de projetos de engenharia e arquitetura. Também estavam incluídos os serviços de manutenção predial, como a conservação de elevadores e de outras máquinas e equipamentos prediais. O PIB dessas atividades alcançou 16% do PIB da cadeia e ocupou cerca de 1,9 milhões de pessoas.

### Cadeia Global de Valor da Indústria Automobilística

O Brasil é um país classificado como de renda média, tendo atingido esse patamar na década de 50, com o Plano de Metas do governo JK. Ele teve como um dos seus pilares o desenvolvimento da indústria automobilística no país. Atraiu montadoras multinacionais e exigiu uma gradual nacionalização, impulsionando desta forma a indústria de autopeças nacional.

Hoje, passados 60 anos, continua como um país de renda média e ainda enfrenta problemas básicos estruturais, tais como: instabilidade política, problemas cambiais, altas níveis de tributos, instabilidade de demanda, parque industrial e infraestrutura (digital e logística) defasada. Tem recursos naturais, mas é incapaz de os transformar em insumos de alto valor tecnológico.

As indústrias do setor automobilístico no Brasil passaram por um processo de evolução lenta, ao longo dos anos, aprenderam primeiro a montar os veículos, posteriormente, a manufatura da produção, e, na etapa seguinte, aprenderam a projetar. Recentemente, ainda na Era Social-Desenvolvimentista, pelo Decreto-Lei 7819/2012 (“*Inovar Auto*”), obtiveram incentivo para fazerem Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e agregarem valores tecnológicos aos veículos produzidos no país, competindo assim com os produtos importados de alto valor agregado.

Segundo Antonio Megale, presidente da ANFAVEA, “a indústria automobilística é responsável por 4% do PIB total brasileiro e 22% do PIB da indústria de transformação. Emprega direta e indiretamente 1,6 milhão de pessoas e gera aproximadamente R\$ 40 bilhões de tributos diretos sobre veículos por ano - vale ressaltar um veículo é um dos únicos produtos a recolher impostos durante toda sua vida. São 65 unidades industriais localizadas em 10 Estados e 41 municípios” (Valor, 04/12/17).

Ele cita dados do MDIC: “as empresas habilitadas ao *Inovar-Auto* investiram, na média, cerca de 3% de sua receita líquida em inovação, enquanto a indústria de manufatura investiu menos de 1%. Se a tal renúncia

fiscal foi na ordem de R\$ 1,3 bilhão por ano em razão dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o volume total aportado pelas empresas no período do programa foi de R\$ 40 bilhões. Em outra comparação, no ano de 2015, por exemplo, o *Inovar-Auto* foi responsável por apenas 0,5% do total de R\$ 277 bilhões de renúncia fiscal no Brasil”.

O biocombustível etanol exemplifica bem a importância de ter uma indústria local com pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em meados da década de 70, o Brasil criou o Proálcool. Viabilizou posteriormente a *criação do veículo flex*. Megale (2017) afirma: “até hoje a tecnologia é a maior revolução mundial em termos de combustíveis renováveis”. Representa a plena utilização de uma tecnologia brasileira.

Entretanto, Lima (2014) afirma: “as novas estratégias de internacionalização da produção residem no fato de muitas indústrias saírem da condição de entidades delimitadas nacionalmente para a condição de redes de negócios fragmentadas, em termos organizacionais e globalmente distribuídas, levando as empresas a se envolverem na produção de um bem ou serviço, desde a sua concepção até o consumo final”.

Essa nova estratégia ganha força principalmente a partir dos anos 1990 com a *globalização produtiva*. Ela é mais conhecida como Cadeias Globais de Valor (CGVs). A indústria automotiva mundial está passando por esse processo de transição profunda de indústrias nacionais localizadas em um número limitado de países para uma indústria global mais integrada.

Fatores como saturação do mercado, altos níveis de motorização e pressões políticas sobre montadoras, para produzir onde vendem, têm incentivado a dispersão da montagem final, fazendo a produção acontecer em muitos mais lugares. Lima (2014) analisa o funcionamento da Cadeia Global de Valor da indústria automobilística, sua dinâmica e tendência, levando em consideração a organização do processo produtivo na economia mundial e seu comércio exterior.

Um dos principais aspectos das Cadeias Globais de Valor (CGVs) é a fragmentação da produção. Ela extingue a necessidade de adquirir competência em todos os aspectos da produção de um bem e permite os países em desenvolvimento poderem se associar a uma rede de cooperação transfronteiriça. Compartilham a produção e especializam-se em apenas uma ou algumas etapas das atividades de produção envolvidas na confecção de um bem final.

A análise das transformações na produção da indústria automobilística revela a tendência dominante no setor ser a *integração regional*, um padrão intensificado a partir de meados da década de 1980, tanto por razões políticas

como também técnicas. A produção de peças regionais tende a alimentar montadoras finais produtoras, em grande parte, para os mercados regionais.

As principais empresas da indústria automobilística exigem seus maiores fornecedores terem uma presença global como uma pré-condição para serem considerados relevantes na produção de uma nova peça. Os veículos concebidos na matriz são fabricados em várias regiões. Entretanto, a indústria automotiva não é totalmente global. Ainda há uma concentração da produção e das vendas em algumas regiões. Tampouco é ligada à geografia estreita dos Estados-Nação.

A inserção dos países nos diferentes níveis da Cadeia Global de Valor está associada ao conjunto de funções exercidas pelas empresas por meio de seus contratos de fornecimento de produção. As empresas automobilísticas recriam a divisão internacional do trabalho. Isto é constatado na análise dos indicadores da produção do setor em diferentes regiões, assim como também em seu comércio exterior.

Essas características estão associadas aos três principais motivos apontados como razões para a expansão da indústria automobilística em direção a novos mercados:

1. a saturação dos grandes mercados existentes no mercado europeu e norte-americano, principalmente após a crise de 2008;
2. o aumento da competição nos mercados domésticos, levando as empresas a adotarem novas estratégias de produção; e
3. a baixa taxa de crescimento dos grandes mercados tradicionais e a expectativa de taxas aceleradas de crescimento dos grandes mercados emergentes, fazendo com que as fabricantes de automóveis não quisessem ficar de fora de uma potencial expansão nas vendas.

O cenário brasileiro para a indústria automobilística aponta entre outros problemas:

- i) instabilidade econômica e política,
- ii) renda média com problemas ainda na infraestrutura básica,
- iii) altos custos de produção,
- iv) baixa produtividade,
- v) cadeia de fornecimento problemática,

- vi) baixa qualidade dos fornecedores,
- vii) problemas de garantia e segurança veicular, devido aos constantes “recalls”,
- viii) impraticabilidade do planejamento de longo prazo,
- ix) altos custos de transação ao longo de toda cadeia, e
- x) competição com os novos entrantes como as empresas asiáticas com arquitetura verticalizada e com índices de lucratividade consistentemente acima de 10%, devido ao baixo custo.

Os processos produtivos, outrora terceirizados para brasileiros pelas tradicionais empresas do setor automobilístico mundial, se desenvolveram agora nas mãos de fornecedores multinacionais. Estes foram impulsionados com o acelerado avanço das tecnologias de informação e automação, novos materiais, da nanotecnologia, dos avanços na indústria eletroeletrônica, telecomunicações, processos de miniaturização, entre inúmeros outros desenvolvimentos tecnológicos. Geraram milhares de patentes, provocando a elevação acentuada dos custos de transação e impactando o desempenho das empresas horizontalizadas.

É inegável os benefícios das novas tecnologias, mas o custo de investimento aumenta em proporções maiores em relação ao próprio benefício. O retorno do mesmo está ocorrendo em períodos cada vez maiores e a obsolescência destas tecnologias acontece em ritmo mais acelerado, antes do retorno dos investimentos.

Este movimento evolutivo em um mercado globalizado e extremamente competitivo, com novos competidores verticalizados e baixo custo, novas competências tecnológicas sobrepondo às tradicionais, adiciona complexidade à heterogeneidade existente entre os países em termos de estabilidade econômica e política e de geração de riqueza. Torna-se evidente a necessidade de mudança estratégica no Brasil para poder-se adaptar à nova arena competitiva.

Em 2017, o país ocupava a posição de nono maior produtor mundial, com 2,69 milhões de unidades, superando a França. Mas estava ainda longe do pico anterior, quando, de acordo com a OICA, o Brasil chegou a ser o 7º. maior produtor mundial em 2012. Com a recessão, o país esteve perto de sair a lista dos dez maiores fabricantes mundiais.

Hoje, o maior produtor de carros do mundo é a China, com 29 milhões de unidades, e em expansão. Nos EUA, o total chegou a 11 milhões em tendência de queda.

No caso do Brasil, a produção voltou a subir lentamente. As vendas passaram de 2 milhões de unidades em 2016 para 2,2 milhões em 2017. Essa alta manteve o Brasil como o oitavo maior mercado, superando Itália e Canadá no ranking dos 10+.

### Padrões de Intensidade Tecnológica da Indústria Brasileira

Furtado e Carvalho (2005) propuseram uma classificação dos setores industriais de acordo com a sua intensidade em P&D em quatro grandes grupos. Cada um dos grupos recebeu uma denominação similar à da classificação da OCDE.

Ressaltam, no entanto, as diferenças de intensidade entre esses grupos serem bem menores no caso brasileiro se comparado ao da OCDE. Esse esforço ainda não é suficiente para gerar uma nova classificação setorial porque o Brasil é apenas um caso. Ainda assim, tal classificação é útil para identificar fatores críticos. Eles explicam a diferença em relação aos padrões setoriais existentes nos países desenvolvidos.

Com o intuito de ajudar a explicar as distinções de intensidade de P&D dos setores industriais brasileiros, quatro importantes fatores foram identificados:

1. origem do capital;
2. o conteúdo de produção local;
3. conteúdo codificado/tácito da tecnologia; e
4. políticas públicas.

A origem estrangeira do capital e o grau de codificação da tecnologia podem contribuir negativamente para o nível de esforço local. O maior conteúdo local, o maior grau de conhecimento tácito da tecnologia e as políticas públicas de promoção da inovação podem agir de maneira contrária. No caso, induzem a maior nível de esforço tecnológico local.

Em alguns setores, como o farmacêutico, o alto grau de codificação da tecnologia ou, ao contrário, o baixo nível de conteúdo tácito demanda a tecnologia transferida ou incorporada em insumos. Requer poucos esforços

adaptativos. Em decorrência disso, os esforços de P&D são muito menores em países desenvolvidos.

Entretanto, mesmo em setores com dinâmicas tecnológicas similares, a ação de políticas governamentais pode exercer um efeito contrário, como é o caso do setor eletrônico e de telecomunicações.

A propriedade estrangeira do capital pode se constituir em fator limitante dos esforços internos de P&D. A filial tem acesso privilegiado às fontes externas de conhecimento tecnológico e organizacional. Essa facilidade tende a inibir a necessidade de esforço interno.

No entanto, esse fator pode ser contrabalançado por níveis mais elevados de conteúdo produtivo local e de conteúdo tácito da tecnologia. Esse é particularmente o caso de setores como o de veículos automotores e de equipamentos elétricos. O maior nível de conteúdo local está associado com o *tamanho do mercado interno*.

Dessa forma, os quatro fatores apresentados são importantes para explicar as diferenças de intensidade tecnológica entre países em desenvolvimento. Também são para elucidar as diferenças entre as menores ou maiores aproximações com a classificação da OCDE.

Os dados da estrutura do dispêndio por setor e por grupo de setor de intensidade (classificação da OCDE) confirmam as informações de *intensidade tecnológica*. Os setores de alta tecnologia possuem uma importância relativamente menor no dispêndio em P&D da indústria.

O setor de *alta tecnologia* ocupa 27,9% do dispêndio da indústria brasileira. Essa proporção atinge 80% no Canadá e patamares elevados em outros países: Estados Unidos (61,6%), Reino Unido (62,7%), França (54,4%), Coreia (60,9%), Itália (53,7%), Japão (44,3%). Apenas a Alemanha (34%) se aproxima do Brasil. A Alemanha e o Japão possuem fortes posições competitivas nos setores de *média-alta tecnologia*.

De maneira geral, esse descompasso acontece em quase todos os setores de alta tecnologia, mas com países desenvolvidos distintos, devido às *especializações competitivas* de cada um deles.

Enquanto o *setor farmacêutico* representa 4,7% do dispêndio interno da indústria brasileira, essa proporção alcança 30,8% no Reino Unido, 15,4% na França e 10% nos Estados Unidos. Classifica-se como de *média-baixa intensidade tecnológica*.



No *setor de informática*, a proporção no Brasil é de 2,9%, em relação a 8% nos Estados Unidos, 11,3% no Japão e 8,5% na Coreia. Mas nesse mesmo setor, a proporção brasileira é relativamente maior se comparada às de países como França, Alemanha, Itália, Espanha, e Reino Unido. Isso porque, nesses países, a indústria nacional de computadores praticamente deixou de existir, enquanto no Brasil a Lei de Informática criou incentivos para a execução interna de uma parcela do dispêndio dessa indústria.

A mesma diferença se confirma nos *setores eletrônico e de telecomunicações*, cuja participação no dispêndio total é das mais expressivas nos países desenvolvidos: 19,9% nos Estados Unidos, 19,8% no Japão, 14,6% na França, 43,8% na Coreia, 24,5% na Itália e 42,4% no Canadá, em relação a 12,5% no Brasil. Novamente, a presença de grandes grupos nacionais no campo da eletrônica explica a maior participação desse setor nos gastos dos países desenvolvidos. A Alemanha destoa um pouco desse quadro, devido ao maior peso relativo dos setores de média-alta intensidade tecnológica para a competitividade dessa economia.

A situação do Brasil é proporcionalmente mais favorável nos setores de menor intensidade tecnológica. Em *baixa intensidade* estão alimentos, bebidas e fumo; texto, confecção e calçados; madeira, papel, celulose, edição e gráfica; minerais não metálicos; metalurgia básica; produtos metálicos; móveis; e diversos.

Nos *setores de média-alta intensidade tecnológica* pela classificação da OCDE, a proporção de dispêndio interno da indústria é significativamente maior (38,4%) e fica aquém apenas de países como Alemanha (58%) e Japão (41,7%) e igualando-se à Itália (38,8%). Incluem setores como o automobilístico, de máquinas e material elétrico e de equipamentos. Representam a principal parcela do dispêndio em P&D da indústria brasileira.

Nos *setores de média-baixa intensidade* (refino e outros, borracha e plástico, minerais não-metálicos, metalurgia básica e produtos de metal) e nos de *baixa intensidade* (alimentos, têxtil, madeira e papel e móveis), a proporção de gastos das empresas brasileiras tende a ser substancialmente superior à dos países desenvolvidos.

A diferença mais notável a favor do Brasil fica por conta do *setor de refino*, cuja participação é de 11,5% e nos demais países desenvolvidos não alcança os 3%. Aqui, o peso da Petrobras explica indubitavelmente essa maior expressão de um setor normalmente ocupando pequena parcela do gasto de um país desenvolvido. Mesmo na Noruega e no Reino Unido, dotados de indústrias do petróleo de maior envergadura em comparação à brasileira, o

gasto desse setor é relativamente menor se comparado ao daqueles intensivos em tecnologia.

Periodicamente, a Carta IEDI apresenta o *Desempenho da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica (IT)*. Ela informa a respeito do desempenho recente em relação ao *grau de complexidade tecnológica da indústria brasileira*. O comportamento da produção física e do emprego formal na indústria de transformação pode ser visualizado com maior detalhe pela sua decomposição em quatro segmentos de atividades por intensidade tecnológica, conforme procedimentos da OCDE: *alta intensidade, media-alta, média-baixa e baixa intensidade*.

Com um desempenho pior face ao de outros setores de atividade na ampliação do emprego formal (sobretudo em comparação com a Construção Civil, o Comércio e os Serviços), a participação da indústria de transformação no total do estoque de emprego formal recuou de 18,8% em 2006 para 15,5% em 2016. Pode-se observar uma redução gradativa nessa participação, ou seja, o emprego na indústria cresceu menos se comparado ao crescimento de outros setores nos anos de elevação geral das contratações (2006 a 2014) e se reduziu mais se comparado ao geral nos anos de crise (2015 e 2016), perdendo, em todo o período, peso relativo na estrutura de emprego formal do país. O pico foi em 2013 com 7,720 milhões.

Na análise do emprego formal da indústria de transformação por IT, um primeiro aspecto a considerar é o peso dos diferentes agrupamentos. Considerando os anos inicial e final da série histórica (2006 e 2016), o perfil do emprego por IT permaneceu praticamente estável.

Como era de se esperar, a maior participação encontra-se nos *setores de baixa tecnologia* - fabricação de alimentos, bebidas, produtos de fumo, têxteis, vestuário, couro e calçados, móveis, produtos de madeira, celulose e papel, impressão, entre outros produtos diversos. Em 2016, as vagas de trabalho nesses setores responderam por 54,6% do total. Em seguida, aparecem os *subsetores de média-baixa tecnologia* (23,2%) - produtos de metais e metalurgia, minerais não-metálicos, borras e material plástico, derivados de petróleo e biocombustíveis - e os de *média-alta* (17,6%) - produtos químicos, máquinas e equipamentos, aparelhos e materiais elétricos, veículos automotores, reboques e carrocerias. Os *subsetores de alta tecnologia* - produtos farmacêuticos, equipamentos de informática, eletrônicos e óticos, outros equipamentos de transporte exceto automotores - apresentaram uma participação no emprego total de apenas 4,7%.

Segundo a RAIS/MTE, o total de empregados formais na indústria de transformação em dezembro de 2016 era 6,618 milhões. Por intensidade

tecnológica era na baixa 3,610 milhões, na média baixa 1,533 milhão, na média-alta 1,165 milhão, e na alta 308 mil empregados.

A análise novo-desenvolvimentista da complexidade coloca toda ênfase na comparação da sofisticação tecnológica da pauta de exportação brasileira. Ela se esquece de um aspecto destacado pela análise social-desenvolvimentista. Sob a ótica do mercado interno, em termos de emprego e da geração de renda para movimentar o consumo e sustentar o crescimento, o grau de complexidade ou a intensidade tecnológica não importa tanto. O emprego é muito maior nas indústrias de baixa intensidade tecnológica.

Estudando o caso da indústria de transformação, ela ocupou em seu máximo, no ano de 2013, 7,720 milhões de empregados formais. A participação da indústria de transformação no total do estoque de ocupados com carteira assinada atingiu 22,6% em 2016. Mas estes eram apenas 34 milhões, ou seja, 37,8% do total de 90,3 milhões de ocupados. Na PEA de 102,6 milhões, cerca de 12,3 milhões estavam desocupados e a capacidade produtiva da indústria de transformação estava longe de ser capaz de lhes oferecer toda a ocupação demandada. Oferecia apenas 7,3% da ocupação total.

### Serviços de Agregação de Valor e Diferenciação de Produtos X Serviços de Custos e Demanda Final

Jorge Arbache publicou artigo (Valor, 12/12/14) sobre tema importante para os economistas pesquisarem mais se quiserem conhecer o setor produtivo de maior valor agregado em economias desenvolvidas, inclusive na brasileira: *Serviços*. Afinal, o setor responde por cerca de 70% do PIB, 74% da força de trabalho e por 83 de cada 100 novos postos de trabalho formal.

Em seu diagnóstico setorial, o setor de serviços expandiu-se exagerada e prematuramente no Brasil. Nos países industrializados, o setor atingiu 70% do PIB quando eles tinham renda per capita no mínimo duas vezes maior se comparada à brasileira atual. Nos países emergentes, o setor é menor em relação ao nosso. Cita, porém, apenas um país industrializado do Sudeste asiático como exemplo: Coreia do Sul. Este já tem renda per capita de país industrializado. Nele, só recentemente o setor de serviços atingiu 60% do PIB.

A indústria brasileira, tradicionalmente, é a principal fonte de demanda por serviços intermediários mais sofisticados. Entrou em regime de encolhimento a partir de meados da década de 1980. “Como consequência, o setor de serviços seguiu crescendo, mas com foco desproporcionalmente elevado nos serviços de consumo final”.

A parte dos serviços destinados à indústria e outras atividades econômicas é relativamente baixa no Brasil, enquanto a destinada ao consumo final é relativamente elevada. A participação dos serviços na cesta de consumo da família brasileira já passa dos 65%. Em outros países emergentes, ronda de 45% a 55%.

Os serviços e soluções destinados às pessoas, para consumo final, são tecnologicamente inferiores àqueles destinados às empresas. Em razão disso, o setor vem se desenvolvendo em torno de produtos de baixo valor adicionado fornecidos, majoritariamente, por empresas pequenas. A típica empresa formal de serviços tem apenas 5,3 pessoas ocupadas e rendimentos por trabalhador de apenas R\$ 4.511 por mês.

A relação entre serviços e valor adicionado pela indústria já beira os 65% no Brasil, padrão similar ao observado nas indústrias de países ricos. A diferença é neles a relação ser elevada em razão da natureza dos bens produzidos. Incorporam inovações tecnológicas, marcas, *design* e outros serviços de agregação de valor e diferenciação do produto. Aqui, o peso dos serviços resulta, sobretudo, dos altos preços para qualidade baixa, bem como de modesta densidade industrial. Os serviços consumidos nas empresas como insumos de produção têm pouca competitividade.

As relações econômicas internacionais estão sendo comandadas cada vez mais pelos serviços. Eles já respondem por 50% de tudo comercializado. Estima-se: os serviços responderão por pelo menos 70% do comércio global até 2025. Os investimentos estrangeiros diretos dirigem-se cada vez mais para negócios em serviços. Já são o destino de 65% do fluxo total desses investimentos.

Os serviços como telecomunicações, seguros, design, projetos, *e-commerce*, entretenimento e outros serviços estão se tornando cada vez mais comercializáveis internacionalmente. Explica a atuação de americanos e europeus em favor dos seus serviços nas negociações de comércio, investimentos e acordos preferenciais. Arbache (2014) lastima termos focado as nossas atenções na agricultura e em bens industriais finais. Acha essas atividades serem parte da agenda de comércio do século XX.

Afirma: “no século XXI, serviços tecnologicamente modernos, integrados à economia internacional e, sobretudo, associados às outras atividades econômicas serão a principal fonte de criação de valor adicionado e de competitividade e um dos principais responsáveis pelas diferenças de trajetórias de crescimento entre países. Por isto, é preciso, em primeiro lugar, trazer os serviços para o centro da nossa agenda de crescimento econômico e, em segundo lugar, integrá-los às políticas produtivas, tecnológicas,

educacionais, comerciais e de investimentos, sob pena de condenarmos a prosperidade do país a avançar lentamente”.

Jorge Arbache, em outro artigo (Valor, 10/06/15), trata da produtividade do Setor de Serviços. Por definição, serviço é prestado quando o produtor se encontra diretamente com o consumidor. Em administração, saúde e educação públicas esse relativo alcança 1,4. Indica pouco em relação à sua essencialidade para o bem-estar da população.

Arbache, nesse artigo, acha preocupante sua baixa produtividade porque os serviços são, coletivamente, os principais insumos de produção dos demais setores. Na indústria, por exemplo, eles equivalem a 64,5% do valor adicionado. Sua dedução é: “não será possível alavancar a produtividade agregada e a competitividade sem haver um choque de produtividade nos serviços”. Aumentar muito mais a relação de um prestador de serviço para cada consumidor não é estratégia cabível em todas essas atividades.

Um estudo feito com dados de centenas de milhares de empresas do setor de serviços (Arbache, 2015) mostra a baixa produtividade estar associada, dentre outros, a:

1. o pequeno tamanho médio das empresas,
2. as deficiências tecnológicas e de capital humano,
3. a elevada rotatividade do trabalho, e
4. a modesta integração à economia internacional, tanto pelas vias do comércio, como pela participação em cadeias globais de valor.

Um outro estudo mostra setores de atividade com cadeias de produção mais integradas ao setor de serviços tenderem a ter níveis e taxas de crescimento da produtividade mais elevados (Arbache, maio 2015). São os *serviços de agregação de valor e de diferenciação de produtos*, tais como pesquisa e desenvolvimento, *design*, softwares específicos, marcas, projetos, serviços técnicos especializados e serviços financeiros sofisticados que estariam por detrás da maior produtividade. Os *serviços de custos*, tais como logísticas, infraestrutura, armazenamento, reparos, serviços de manutenção, serviços financeiros em geral, acomodação, alimentação e segurança teriam contribuição, quando muito, marginal.

Comparação internacional mostra um dos fatores associados à baixa produtividade e competitividade da nossa indústria é o seu relativamente baixo consumo de *serviços de agregação de valor e diferenciação de produtos*. Portanto, na expansão desses serviços e na sua interação com os demais

setores estaria a estratégia para a prosperidade. Em razão de seu caráter transversal, estruturante e sinérgico, o aumento da produtividade e da competitividade deveria ser alçado ao *status* de prioridade das políticas públicas.

O “complexo de vira-lata brasileiro” se expressa quando se diz, de um lado, não tem como nossa indústria competir com *indústrias intensivas em mão de obra*, como as de China, Índia, Bangladesh, e, por outro, ela não consegue concorrer com os países mais *intensivos em inovação e conhecimento*, como Japão, Coreia e a própria China. Então, perde mercado interno e externo, para o primeiro e o segundo grupo de países.

Daí, como não dá para ser competitivo nessas indústrias, seria melhor o Brasil explorar sua vantagem comparativa investindo na *indústria associada a recursos naturais*, como a de biocombustíveis, petróleo e gás, e celulose. Pesquisas da Embrapa propiciaram a produtividade do agronegócio brasileiro, assim como da Embraer a montagem e a exportação de aviões, do Proálcool o biocombustível extraído de cana-de-açúcar. Há brechas para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na divisão internacional do trabalho.

Há um falso debate entre os defensores de políticas protecionistas, para evitar a desindustrialização, e os defensores do *laissez-faire*. Para estes, esse não é um problema tão grave, porque o caminho esperado, observado nos países desenvolvidos, é a maior participação do setor de serviços. Na realidade, não existe isoladamente nem a indústria, nem os serviços, há sim *servindústria* tal como existe *agroindústria* e *agrosserviços*. Por exemplo, a densidade industrial norte-americana corresponde a cerca de 12% do PIB dos Estados Unidos – nível semelhante ao do Brasil –, mas o percentual chega a 39,5% se considerada toda a cadeia de serviços sofisticados, referentes a *design, marketing, P&D*, entre outros.

Arbache (2015) afirma: “o século 21 é caracterizado pela simbiose entre produtos e serviços”. Estes são sofisticados como os relacionados ao *software* ou à marca. Para ele, entre as razões para a baixa densidade industrial brasileira, nove vezes menor em comparação à dos Estados Unidos, está o fato de a indústria e a agricultura brasileiras, historicamente, demandarem poucos serviços sofisticados. Com o mercado nacional protegido e expostas à pouca competição, as próprias empresas de origem estrangeira instaladas aqui não ajudaram a desenvolver esses serviços.

Giambiagi e Schwartzman (2014), ao adotarem o individualismo metodológico, típico de economistas ortodoxos, não adquirem uma visão do movimento sistêmico e complexo, isto é, com múltiplos componentes, visível a cada escala de análise. Apresentam um raciocínio vicioso, aparentemente

correto, mas na verdade indutor de erro. Em um pensamento circular, a conclusão deles - o Brasil cresce abaixo do seu potencial - aparece de forma óbvia como premissa. É apenas uma repetição da premissa com palavras diferentes. Cometem uma petição de princípio.

Os ortodoxos, em geral, decompõem o crescimento em dois grandes componentes:

- i) o crescimento do emprego; e
- ii) os ganhos de produtividade, medidos pelo indicador de produto por trabalhador.

Eles próprio reconhecem isso ser nada mais além de uma *tautologia*. Definem o PIB como resultado da multiplicação do número N de trabalhadores empregados pelo indicador de produtividade p representado pela produção por trabalhador ocupado (PIB/N). Dessa definição da produtividade deduzem a equação:  $PIB = N \times p$

Esta é uma identidade contábil, ou seja, uma definição. O “pulo-do-gato” está justamente na passagem seguinte, “truque” habitualmente cometido por economistas quantitativistas, por exemplo, na Equação das Trocas, elaborada por Fisher a partir da Teoria Quantitativa da Moeda. Com hipóteses *ad hoc* transformam uma igualdade contábil em uma função.

*Ad hoc* significa “para esta finalidade”, “para isso” ou “para este efeito”. É uma expressão latina, geralmente usada para informar como determinado acontecimento tem caráter temporário e se destina apenas para aquele fim específico. Na Ciência, uma hipótese *ad hoc* é geralmente criada com o intuito de tentar provar o não explicado por uma nova teoria, evitando ela ser desacreditada. Em Filosofia, as hipóteses *ad hoc* surgem como argumentos inventados a partir do próprio fato pretendido ser explicado.

No caso, os coautores dizem: “o PIB vai crescer porque aumentou o emprego e/ou porque aumentou a produtividade das pessoas empregadas”. Ora, a produtividade colocada aqui como condicionante do crescimento antes tinha sido estimada *ex-post*, isto é, *a posteriori* dos acontecimentos geradores do PIB. Este é estimado por três métodos:

1. ótica da produção (valor agregado = valor da produção - consumo intermediário),
2. ótica da renda (salário + lucro + juro + aluguel), ou
3. ótica da despesa (consumo + investimento + gasto governamental + exportação líquida de importação).

Os neoliberais deveriam ter pesquisado a razão do crescimento maior da renda. Não terá sido em razão de política de crédito, política fiscal, política cambial, política de comércio exterior, combinadas de maneira expansionista? A verdade é o contrário da inversão lógica feita por quem enfatiza a produtividade como causa: o baixo ritmo de crescimento da economia brasileira é o responsável pela baixa produtividade dos trabalhadores brasileiros. Esta é registrada *ex-post* com a divisão da produção pelo número de empregados. Não é *causa*, mas sim *efeito*.

### Índice de Complexidade Econômica dado pela Pauta de Exportação

Paulo Gala, professor da FGV-EESP desde 2002, em seu livro “*Complexidade Econômica: Uma Nova Perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*”, lança uma pergunta-chave “por que o Brasil não deu certo?”. Sua resposta é: devido à regressão de sua complexidade produtiva.

O Brasil de hoje é um país de complexidade econômica bem menor se comparada à anterior dos anos 90, segundo o *Atlas da Complexidade Econômica*, criado por R. Hausmann e C. Hidalgo, em uma parceria entre o Media Lab do MIT e a Kennedy School de Harvard (<http://atlas.media.mit.edu/>). A metodologia criada para a construção dos índices de complexidade econômica culminou nesse Atlas. Reúne extenso material sobre uma infinidade de produtos e países ao longo das últimas décadas: 772 produtos e 144 países em 2012.

Como medir a “complexidade econômica” de um país? Hausmann, Hidalgo et alii criaram um método simples para a comparabilidade entre países. A partir da análise da pauta exportadora de um determinado país são capazes de medir de forma indireta a sofisticação tecnológica de seu tecido produtivo.

Os dois conceitos básicos para se medir se um país é complexo economicamente são:

1. a ubiquidade e
2. a diversidade de produtos encontrados na sua pauta exportadora.

Se uma determinada economia é capaz de produzir *bens não ubíquos*, raros e complexos, há indicação dele ter um sofisticado tecido produtivo. Há, lógico, um problema de escassez relativa, especialmente de produtos naturais como diamantes e urânio, por exemplo.

Os bens não ubíquos devem ser divididos entre:



1. aqueles com alto conteúdo tecnológico e de difícil produção (aviões) e
2. aqueles altamente escassos na natureza, por exemplo, o nióbio, portanto, há uma não ubiquidade natural.

Para controlar esse problema de recursos naturais escassos na medição de complexidade os autores usam uma técnica engenhosa: comparam a ubiquidade do produto feito em determinado país com a diversidade de produtos capazes de serem exportados por esse país. Por exemplo, Botsuana e Serra Leoa produzem e exportam algo raro (diamantes brutos) e, portanto, *não ubíquo*. Por outro lado, têm uma pauta exportadora extremamente limitada. São casos de não ubiquidade sem diversidade, portanto, sem maior complexidade.

No extremo oposto, há equipamentos médicos de processamento de imagem. Praticamente só Japão, Alemanha e Estados Unidos conseguem os fabricar, certamente são produtos não ubíquos. Mas a pauta exportadora de Japão, EUA e Alemanha são extremamente diversificadas, indicando esses países serem altamente capazes de fazer várias coisas. Em outras palavras, não ubiquidade com diversidade significa maior complexidade econômica.

Por outro lado, um país com uma pauta muito diversificada, mas com *bens ubíquos* (peixes, tecidos, carnes, minérios, etc.) não apresenta grande complexidade econômica. Ele produz e exporta bens produzidos também por outros. O truque dos autores nessas medidas de complexidade é usar a diversidade para controlar a ubiquidade e vice-versa.

Nessa linha de raciocínio, os autores seguem classificando diversos países e chegam a correlações impressionantes entre níveis de renda per capita e complexidade econômica. Esse indicador pode ser tomado como uma proxy do desenvolvimento econômico relativo entre países. Por isso, Japão, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia estão sempre entres os 10 primeiros países no ranking dos últimos 10 anos.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico é tratado pelos adeptos da Economia da Complexidade como o domínio de técnicas de produção mais sofisticadas. Em geral, levam à produção de maior valor adicionado por trabalhador. O indicador de complexidade econômica acaba capturando isso de forma bastante engenhosa a partir de medidas de ubiquidade e diversidade da pauta exportadora dos diversos países.

E o Brasil como fica nessa história? Gala (2017) argumenta com base em gráfico do Atlas da Complexidade. “Ele mostra a notável evolução da complexidade brasileira no período do início dos anos 60 até o início dos 90 e o também incrível retrocesso observado depois”.

Ainda na esteira dos grandes movimentos criados na era Vargas e depois na era JK, o milagre e o II PND, apesar de todos seus problemas, coroaram o salto tecnológico e de complexidade da economia brasileira do período desenvolvimentista. Petrobras, CSN, BNDES e tantos outros marcos do Brasil foram criados nessa fase.

O Plano de Metas de JK lançou as bases de infraestrutura rodoviária, ferroviária e energética usada até hoje. A construção de Brasília iniciou a integração da região central do país com o arco litorâneo das cidades da época colonial. A exploração do planalto central e hoje a agricultura de ponta no centro-oeste se devem a esses passos ousados dados nessa época.

Gala (2017), nessa recapitulação, se esquece das inovações, nos anos 90, propiciadas pela Embrapa e por programas de financiamento da modernização de máquinas e equipamentos agrícolas como o Moderfrota do BNDES. O país tem mais competitividade, por exemplo, em exportação de soja com os Estados Unidos (primeiro produtor) e a Argentina (terceiro). Sua maior produtividade é devido a colher mais por área plantada.

Em vez de destacar esse fator tecnológico, no nosso caso, prefere lembrar de aspectos macroeconômicos por ter sido “um período de excessos, com endividamento público, emissão monetária inflacionária e desequilíbrios internos e externos. Nos anos 60, as importantes reformas institucionais (modernização da lei trabalhista, reforma do sistema financeiro, criação da correção monetária, do SFH, etc.) lançaram as bases para o crescimento do país na próxima década”.

As exportações cresceram a um ritmo explosivo, o crédito se ampliou fortemente, e as manufaturas brasileiras começaram a conquistar mercados no mundo. Finalmente, o Brasil melhorou seu perfil exportador com excessiva dependência em café e bens agrícolas. Para essa façanha, o novo-desenvolvimentista salienta a importância da política de minidesvalorizações cambiais do ministro Delfim Netto para as exportações de manufaturas nos 70.

Após o primeiro choque do petróleo, os militares lançaram o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Logrou ainda produzir crescimento em período de instabilidade. Itaipu, rodovia dos Bandeirantes, polos petroquímicos, foram obras dessa época nos anos 1970. Sem o uso do conceito de “dependência de trajetória caótica”, não aceita o processo de desenvolvimento ser desequilibrado, seja em termos de setores, seja em função do financiamento: “os desequilíbrios causados pelo II PND foram ainda maiores do que na Era Pós-JK. Grande parte dos investimentos foi apoiada em estatais com dívida externa. Pagamos a conta nos anos 80”.

“O segundo choque do petróleo e o aumento de juros da Era Volcker deixaram o Brasil em situação muito problemática. Passamos toda a década de 80 pagando os custos desse ajustamento.”

“O processo de transição política foi complicado e acompanhado de um longuíssimo período de instabilidade econômica. Inflação alta, pacotes, congelamentos, dívida interna e externa fora do controle, este era o contexto macroeconômico do Brasil nos anos 80. Na década de 90, iniciamos uma nova transição econômica. A abertura da economia, o controle da inflação, a privatização, uma melhora fiscal e novos marcos regulatórios preparam o país para um novo ciclo de crescimento.”

Evidentemente, essa síntese é simplória. Em todas as épocas, analisando o passado a partir de um filtro estabelecido no presente, a partir da “fácil sabedoria *ex-post*”, o analista encontrará “o que sobrou” de inovação institucional. De acordo com o senso comum, o analista o definirá como “modernização conservadora”, um paradoxo em seus próprios termos, tipo “entregar os anéis para não cortarem nossos dedos” ou, literariamente, “façamos a revolução antes deles a fazerem”. Por isso, a complexidade brasileira exige uma abordagem multidisciplinar, incorporando conhecimentos de outras áreas além da econômica e/ou tecnológica.

Diz Gala (2017): “o período de 1990 até 1999 ficará na história como uma grande fase de ajustamento com crescimento baixo, mas importantes reformas institucionais da economia brasileira. O paralelo aqui com os anos 60 é evidente”. Desse modo, ele não distingue entre o desenvolvimentismo de direita e o neoliberalismo também de direita.

Em sua avaliação parcial, talvez influenciada pela visão predominante entre os participantes do mercado financeiro em São Paulo, ele diz: “finalmente voltamos a crescer no início dos anos 2000, só que dessa vez o ciclo foi puxado por consumo, construção civil e *boom de commodities*. Nos últimos 10 anos os empresários brasileiros se especializaram em produzir *commodities*, bens agrícolas, serviços não sofisticados e prédios”. Esqueceu-se de citar os investimentos em infraestrutura, logística, inclusive mobilidade urbana, e energia, tanto elétrica, como petrolífera.

Indignado, ele se pergunta: “*Quais foram os negócios que mais prosperam no país da última década?* Shopping centers, construção de prédios comerciais e residenciais, lojas de varejo de todo tipo: cabelereiros, restaurantes, vestuário, concessionárias de automóveis, etc. Grandes obras de infraestrutura, petróleo, etanol, café e minério de ferro. Esses negócios prosperaram graças ao *boom* de crédito, redução do desemprego,

transferências de renda pelo Estado e elevados preços de *commodities* em dólar no mercado mundial por conta da descomunal expansão da economia chinesa.”

Percebe “o complexo de vira-lata”? Os empreendimentos populares geradores de ocupação em serviços urbanos são esnobados. Os grandes empreendimentos estatais em infraestrutura energética e mobilidade urbana são denigrados por terem sido financiados, basicamente, por bancos públicos e fundos de pensão paraestatais. O “evento histórico” - a emergência da China “comunista” - não é tomado como exemplo estratégico da exigência de um capitalismo de Estado para a elevação da riqueza da Nação.

Não se deve partir para o auto compadecimento. “O preço dos serviços domésticos também aumentou fortemente, contribuindo para a apreciação do cambio real. Essa combinação de alta de preços de serviços, alta de preço de *commodities* em dólares e apreciação cambial aumentou muito a rentabilidade das atividades de importação em geral, serviços, varejo, construção civil e produção de *commodities*. A produção doméstica de manufaturas e bens industriais perdeu muita rentabilidade e regrediu em relação aos patamares observados nos anos 90”. E daí? O mundo real não seguiu a regra antevista pelos novos-desenvolvimentistas e este se entristecem dizendo ser pecado ele fugir a seus dogmas?! Como a história não reverte, cabe investigar esse novo mundo.

“Até 2007, a indústria brasileira conseguiu ainda acompanhar o *boom* de demanda, aumentando a produção, ainda na esteira da desvalorização cambial de 2002 [pela especulação contra a eleição de Lula]. A partir da crise de 2008, a indústria brasileira sucumbiu à concorrência internacional, aos aumentos de custo de produção em reais, principalmente salários, e a forte apreciação do cambio nominal e real”. Sim, não só a economia brasileira, pois toda a indústria ocidental mergulhou na crise. A perda de competitividade industrial já havia sido antes registrada face à da indústria chinesa, em escala muito maior, incentivada pelo capitalismo de Estado de lá. O protecionismo adotado por vários países e a consequente capacidade ociosa chinesa agravou a falta de competitividade para disputar mercados externos - e mesmo o interno.

Gala (2017) se lamenta. “A expansão de PIB observada após 2008 foi toda baseada em serviços não sofisticados e construção civil, sintoma típico de ‘doença holandesa’. A demanda por bens industriais foi totalmente suprida por importações. Sem estímulos para produzir domesticamente o empresário industrial brasileiro passou a ser importador, montador ou simplesmente encerrou seu negócio.” Mas ao povo brasileiro resta se lamuriar ou buscar ocupações?

Segundo Gala (2017), “as reformas iniciadas nos anos 90 com abertura comercial, privatizações e estabilização da inflação não produziram os resultados esperados. Não houve aumento sustentado de nossa renda per capita. Não houve aumento da complexidade da economia brasileira em contraposição ao que se viu no sudeste asiático e leste europeu”.

Aqui, as reformas neoliberais foram em direção ao desmanche do Estado desenvolvimentista. Lá, fortaleceu-se o planejamento indicativo do capitalismo de Estado. No país se mercantilizou o Ensino Superior e não se investiu em qualidade de ensino, pesquisa e inovação tecnológica tanto como aqueles competidores.

Em 1995, nosso índice estava em 0,67693, posição 29<sup>a</sup>. de um ranking com 125 países. Em 2012 despencamos para 56<sup>o</sup> em ranking de 144 países com índice próximo de 0.

Uma rápida inspeção em nossa pauta exportadora nesses dois anos ajuda a entender intuitivamente o que aconteceu. Em 1995, nosso principal produto de exportação era minério de ferro com 5,2% da pauta e, logo em seguida café, com 5% (bens ubíquos) e as principais categorias de exportação se dividiam em maquinaria (15%), mineração (10%) e óleos e vegetais (8,5%). Em 2012, o ferro passou a representar 13% da pauta, soja 8,2%, e petróleo 9%. De novo, eram *bens ubíquos*. As principais categorias foram mineração (19%), óleos e vegetais (13,8%) e maquinaria (13%).

Em uma análise mais detalhada de bens e categorias, há uma clara mudança no sentido de redução de complexidade da pauta exportadora brasileira. Para Gala (2017), isso significa forte evidência de retrocesso da complexidade tecnológica do tecido produtivo brasileiro. No jargão do *Atlas da Complexidade*, passamos a produzir mais bens produzidos por muitos países, classificados como ubíquos. A economia brasileira se tornou mais comum com uma pauta exportadora de baixa complexidade.

A variável crucial dos novos-desenvolvimentistas é a taxa de câmbio. Se ela subir, até por motivo especulação, eles se animam. Vice-versa, eles... desanimam! Embora sejam desenvolvimentistas, enfatizam o grande diferencial de produtividade entre países estar justamente no setor de bens transacionáveis, especialmente nos empregos industriais, longe dos chamados serviços não sofisticados. Até na construção civil com auxílio de máquinas mais sofisticadas a produtividade entre trabalhadores dos diversos países não é muito distinta.

O peso excessivo colocado nessa variável de curto prazo - taxa de câmbio - não se coaduna com uma abordagem neoestruturalista como é a da

complexidade, mesmo restrita aos componentes econômicos. Gala (2017) enfatiza a diversificação em direção a setores com baixa produtividade intrínseca.

Destaca a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora, com avanço das *commodities*. Em 2014, por exemplo, cinco produtos responderam por quase 50% das exportações brasileiras: ferro, soja, açúcar, petróleo e carnes. Em 2017, a participação dos produtos básicos no total das exportações brasileiras atingiu 46,4%, o maior percentual dos últimos três anos. Já a dos manufaturados foi em 2017 a menor dos últimos três anos: 36,9% do total. A pauta de exportação não é idêntica à do passado.

Até mesmo os serviços sofisticados estão regredindo, pois são altamente dependentes das manufaturas ou da agroindústria. O processamento de *commodities*, o maquinário e mecanização da produção agrícola contribuem obviamente para o aumento de produtividade dos trabalhadores. Mas a geração de empregos na agropecuária tem sido muito baixa.

Em resumo, segundo Gala (2017), “o Brasil trilhou nos últimos anos um caminho de regressão tecnológica e diminuição da sofisticação de seu tecido produtivo”. A economia global inovou lá fora e aqui não se investiu em Pesquisa & Desenvolvimento. Permaneceu a dependência tecnológica com importação de bens mais sofisticados. Sem maior atuação política da casta dos sábios cientistas e da casta dos trabalhadores especializados, elas não pressionaram em favor da ampliação da parcela de investimentos em Ciência e Tecnologia no Orçamento Geral da União. Dessa forma, não lideraram a luta para a elevação da renda per capita nacional de maneira mais estrutural ou permanente.

A enorme perda de espaço da indústria brasileira no PIB nos últimos 20 anos significa algo muito simples de diagnosticar e complexo para reverter, sob a perspectiva desse livro de autoria de Paulo Gala: houve uma *regressão de nossa complexidade econômica*.

## Conclusão

O *efeito em cadeia retrospectiva* indica cada atividade econômica não primária induzir tentativas para suprir, através da produção interna, os *inputs* indispensáveis àquela atividade. O *efeito em cadeia prospectiva* sugere toda atividade, por sua natureza, não atender exclusivamente à demanda final. Induzirá tentativas de utilizar seus produtos como *inputs* em algumas atividades novas.

Analisando esses dois processos, em uma abordagem pioneira, Hirschman (1961: 155-156) apresenta os *efeitos encadeamentos para trás e para frente*. Eles permitem a articulação dos elos entre as diversas atividades integrantes da estrutura produtiva de determinada economia, conformando suas diversas cadeias produtivas ou cadeias de valor.

A presença conjunta de *causação circular cumulativa* e de *economias externas*, leva os *efeitos em cadeia* de diversas indústrias, vistos em conjunto, serem maiores em relação à soma dos efeitos de cada indústria isoladamente. Há um caráter cumulativo no processo de desenvolvimento socioeconômico.

Segundo economistas neoliberais, os desenvolvimentistas brasileiros têm uma visão de o processo de desenvolvimento estar ligado à indústria, enquanto para os ortodoxos o crescimento é um processo de desenvolvimento institucional – o que se produz não é muito importante. “Se as instituições funcionarem, o país vai ser rico de qualquer modo”. Trata-se do clássico programa neoliberal de desmanche do governo, pois acima de tudo está a pregação em favor de *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, literalmente, “deixai fazer, deixai ir, deixai passar” o livre mercado. Ou o auto interesse individualista.

Há, no entanto, certa concordância neoliberal com a visão holística social-desenvolvimentista, distinta da novo-desenvolvimentista. Diferentemente desta, ambos - neoliberalismo e social-desenvolvimentismo - concordam: a imensa população brasileira de renda média não é capaz de pagar por produção de industrializados de alta intensidade tecnológica, mas há escala suficiente para empresas estrangeiras produzirem na filial brasileira alguns bens. Visariam apenas atender ao grande mercado doméstico com produtos industriais de menor intensidade tecnológica. Nesse caso, o plano de negócio da matriz aceita descentralizar. A demanda por produtos industrializados de última geração é atendida pela capacidade de importação através dos recursos gerados pela exportação de produtos básicos, principalmente, *commodities* agropecuárias, minerais e petróleo.

Os economistas novo-desenvolvimentistas criticam, por exemplo, o fato de a grande maioria dos empregos gerados no Brasil da Era Social-Desenvolvimentista ter sido gerada em setores com baixa produtividade intrínseca: construção civil, serviços não sofisticados em geral (lojas, restaurantes, cabelereiros, serviços médicos, *call centers*, telecom, etc.), serviços de transporte (motoristas de ônibus, caminhões, pilotos de avião), entre outros. Para eles, as comparações internacionais mostram o grande diferencial de produtividade entre países estar justamente no setor de *bens transacionáveis* e não em serviços não sofisticados. Assim, o *boom* de crédito,

*commodities* e consumo observado no Brasil, na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), é condenado por eles. Isto porque estimulou os setores com baixos ganhos potenciais de produtividade e desestimulou os setores potencialmente com grandes economias de escala e retornos crescentes: as *manufaturas complexas*.

Como teria havido desindustrialização e “reprimarização” da pauta exportadora, com avanço das *commodities* como minerais, petróleo, soja, açúcar, e carnes, para os novos-desenvolvimentistas, só existem dois caminhos resolver esse problema: desvalorização cambial e aumento de produtividade. Sem rentabilidade para se investir em *tradables* industriais não há inovação.

Daí pregam uma maxidesvalorização da moeda nacional até alcançar uma taxa de cambio de equilíbrio industrial, isto é, uma taxa capaz de permitir as indústrias de bens comercializáveis, utilizando o estado da arte em tecnologia, tornarem-se competitivas no mercado global. O aumento de produtividade poderá vir pelo aumento do investimento em infraestrutura e um Sistema Nacional de Inovação propício à sofisticação tecnológica do tecido produtivo brasileiro, ou seja, aumento da complexidade econômica: novos mercados e novos produtos, especialmente de natureza industrial.

A *corrente novo-desenvolvimentista* propõe um choque cambial como panaceia contra a desindustrialização corrente. A *corrente social-desenvolvimentista* é crítica dessa receita contra “a doença holandesa”, por causa de seus efeitos colaterais: choque cambial-choque inflacionário-conflito distributivo-choque salarial-choque no custo de insumos importados-espiral preço-salário-anulação de eventuais efeitos competitivos benéficos à indústria brasileira.

A abordagem estruturalista dos social-desenvolvimentistas não se restringe a um único fator de produção, dado pela capacitação tecnológica, e à política econômica de curto prazo, focada especialmente em política cambial, colocando como objetivo estratégico competir internacionalmente no mercado externo. Leva em consideração também os demais fatores de produção - população / trabalho; empreendimento / capital; recursos naturais / território - como essenciais ou estratégicos para o desenvolvimento, colocando foco maior no mercado interno.

Em síntese, para tirar o atraso geoeconômico, diz ser necessário colocar prioridade em maior ritmo do crescimento do fluxo da renda e sua melhor distribuição, além da tributação progressiva sobre o estoque de riqueza. O grande trunfo brasileiro estará na mobilidade social. Esta ampliará seu mercado interno, cujo potencial é ser o 5º. maior em número de consumidores. Com isso atrairá maiores investimentos diretos estrangeiros,



sob condições de transferir tecnologia e gerar mais empregos, em um processo retro alimentador positivo. Necessita entrar em um ciclo virtuoso.

Os social-desenvolvimentistas concordam com os novos-desenvolvimentistas a respeito da estrutura produtiva de um país poder limitar seu alcance de bem-estar pela desigualdade de renda elevada entre algumas castas (e subcastas) profissionais. Ela influencia as escolhas ocupacionais, as oportunidades de aprendizagem e o poder de barganha de seus trabalhadores e sindicatos. A inovação tecnológica e a industrialização fornecem novos empregos e oportunidades de aprendizado, contribuindo para a ampliação da classe média com especialistas. Sem a massificação do ensino superior, para fechar o leque salarial, podem até elevar a desigualdade social.

Ambas correntes têm consenso a respeito da necessidade de investimentos em capital humano, educação voltada para tecnologia, *know-how* tácito e conhecimento produtivo, investimento público em sistema nacional de inovações. Há acordo quanto à adoção de uma política industrial para o século XXI, de modo a construir complexidade capaz de levar às instituições propícias à luta pela diminuição da desigualdade social.

Talvez a maior divergência entre os projetos de País por parte das duas correntes desenvolvimentistas, embora sejam aliadas em bons propósitos, se refere aos “novos” imaginarem “o que deveria ser” (um modelo *a la* Ásia “*hacia afuera*” ou *export led*), privilegiando tecnologia para exportação, e os “sociais” registrarem “o que é”: uma visão “*desde adentro*” (ou *wage led*) para ver a viabilidade de criação de um Estado de Bem-Estar Social.

A economia brasileira está operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido no reduzido nível de utilização da capacidade da indústria (NUCI: 74,6%) e na alta taxa de desemprego (13%). A recuperação efetiva do investimento pode ocorrer com o fim da *fase de desalavancagem financeira* das empresas não financeiras. Quanto ao comprometimento de renda das famílias com dívidas bancárias, as prestações devidas à aquisição da casa própria giram em torno de 2,5%. Representam um custo de oportunidade em comparação com o anterior pagamento de aluguel. Sobra, então, recursos no orçamento familiar para um novo ciclo de endividamento para consumo. Os social-desenvolvimentistas defendem a política de crédito e a política de gastos fiscais para a retomada do crescimento da renda e aumento do emprego. Posteriormente, com a conseqüente elevação da arrecadação fiscal, haverá melhores condições para o ajuste orçamentário governamental.

## Capítulo 6 – Capitalismo: Sistema Financeiro Complexo

### Introdução

Este capítulo diz respeito à complexidade do sistema financeiro nacional. Os estados de um sistema complexo emergem a cada conjuntura - e são diagnosticados em distintas escalas de análise - de acordo com as interações entre seus diversos componentes.

Simplicidade é a consequência de uma análise bem-sucedida da Complexidade. Neste livro buscamos tornar inteligível a complexidade brasileira ao destacar e analisar os nódulos-chave em uma imensa rede de relacionamentos nacionais e internacionais. Para tanto, o capitalismo deve ser entendido como um sistema financeiro complexo com múltiplos componentes interativos. Eles dão sua “liga”. Quanto mais nos o desfocamos, de início, e observamos toda a economia como um sistema complexo, melhor nossa chance de focalizar e ponderar os detalhes simples mais importantes.

O *holismo* é um conceito criado a partir do reconhecimento da tendência natural da evolução criativa configurar um todo com comportamento diferente do deduzido por mera agregação das suas partes. Na área econômica, visão holística é a visão global de um sistema econômico através das interconexões de todos os seus componentes, estratégias e atividades. Ele resulta de representação de sua rede de relacionamentos dinâmicos, isto é, variantes ao longo do tempo.

Essa visão é oposta à da lógica mecanicista, inspirada na Física newtoniana e influente na especialização dos economistas em vários setores de atividade. Sem a visão da complexidade sistêmica quase sempre eles focalizam apenas as empresas não-financeiras.

Tradicionalmente, economistas se inspiram nas leis de Newton como método de análise da convergência dos agentes econômicos em observação até um equilíbrio geral. Então, mensuram as interações econômicas entre pares (ou, via princípio da superposição, entre todos os) agentes representativos bem como o resultado destas interações sobre o repouso (estagnação) ou o movimento (crescimento) deles.

A interação entre dois entes econômicos é dimensionada mediante o conceito de forças de mercado. Essas se expressam nas disputas ou trocas entre pares de agentes econômicos. O resultado econômico é interpretado como a resultante da ação crucial do detentor de maior poder de mercado. Este acaba sendo apontado como o responsável pelas dinâmicas econômicas

ou ciclos, ou seja, pelas mudanças predominantes ao longo do tempo do ambiente no qual atua. Nesse reducionismo simplório, os “vencidos” são esquecidos, embora sejam componentes importantes.

Buscando superar esse método de análise tradicional e alcançar a modernidade, a Econofísica contemporânea se utiliza da Ciência da Complexidade para revelar os processos econômicos a partir de *Big Data*, isto é, conjuntos de dados muito grandes. Antes, a capacidade mental do ser humano não conseguia lidar com sua complexidade. Agora, com o auxílio dos aplicativos de processamento computacional de dados, avança nessa linha de pesquisa para detectar a emergência de fenômenos novos a cada escala. Reconhece a ação coletiva, baseada na vontade política, ser capaz de reorientar ou regular a dependência de trajetória sistêmica com inovações institucionais e/ou regulamentações.

Neste capítulo abordo assunto relevante entendimento da complexidade brasileira por reunir abordagens micro e macroeconômicas do sistema bancário nacional. Encaro-o como um todo complexo, porém, passível de entendimento ordenado - e de ser dimensionado.

Meu objetivo é a focalização, em uma rede de relacionamentos financeiros, de quatro núdulos-chave: Pessoas Jurídicas e Físicas, Bancos Privados e Públicos. As particularidades desses componentes importam, dentro de suas cadeias de interconexões, para simplificar a análise da complexidade do sistema bancário nacional.

Em uma visão holística de todo o sistema complexo, pretendo superar o problema analítico gerado pela adoção de um individualismo metodológico por parte da literatura da “financeirização”, cujo foco na empresa não-financeira vislumbra só o pressuposto parasitismo do capital financeiro sobre o capital industrial. Ao focalizar apenas a Pessoa Jurídica, a importância da Pessoa Física fica relegada a segundo plano - e ela é um cliente fundamental para o sistema bancário. Da mesma forma, ao destacar somente a economia de mercado de capitais norte-americana (hegemônica por causa da “mundialização do capital financeiro”), essa literatura perde as dimensões e as características da economia de endividamento bancário nacional. Em especial, não percebe a importância dos bancos públicos, em países emergentes, como contraponto a essa suposta “trajetória lógica do capital financeiro em escala global” e como eles dividem ações comerciais com bancos privados, em nichos de mercado, além de cumprir missões sociais.

Minha hipótese é a cidadania financeira ser progressivamente conquistada com inovação tecnológica e financeira, além de vontade política de propiciar a mobilidade social dos mais pobres ou miseráveis através de

política de empregos e políticas sociais ativas. Ela será capaz de reorientar a trajetória anterior, afastando esse sistema de suas condições iniciais quando só privilegiava a clientela com grandes volumes de negócios. O desafio democrático é o sistema financeiro nacional tornar-se dependente da trajetória de inclusão financeira de cidadãos hoje à margem dos benefícios de suas três funcionalidades-chave. Cabe a ele financiar as diversas atividades econômicas e o consumo, oferecer oportunidades de investimentos financeiros seguros, líquidos e rentáveis, e viabilizar também o sistema de pagamentos eletrônicos de varejo para todos os cidadãos. Todos ganharão com a elevação da economia de escala.

Formulado o problema (a “financeirização” é intrínseca ao capitalismo) e apresentada a hipótese (a complexidade brasileira é espelhada no sistema financeiro nacional), dentro do tema escolhido - as interações dos componentes do sistema bancário nacional -, nesta introdução, no tópico seguinte farei uma breve pesquisa e crítica bibliográfica. Destacarei, no terceiro tópico, a importância estratégica de bancos incluírem todas as Pessoas Físicas no sistema de pagamentos de varejo para tornar a moeda endógena ao sistema bancário. No quarto tópico, o foco se dirigirá para o atendimento financeiro dos clientes Pessoas Jurídicas. No quinto tópico, contraporei as atuações de bancos públicos e privados, cada qual explorando seus nichos de mercado, com distintas clientelas. A conclusão do trabalho reunirá os argumentos apresentados em defesa da tese de a cidadania financeira ser um direito para todos da quinta maior população do mundo e um dever estratégico para o sistema bancário nacional. Ao “bancarizar” toda a população, inclusive os atualmente excluídos como fossem “párias”, tornando o sistema de pagamentos em quase sua totalidade eletrônico, com restrições à movimentação de recursos em espécie, como medida preventiva à lavagem de “dinheiro sujo” (ou aquecimento de “dinheiro frio”), há elevação da multiplicação monetária e, em caso de alavancagem financeira via empréstimos, também da renda.

### “Financeirização” Intrínseca ao Capitalismo

A usura é uma bruxa condenada desde o século XIII, quando a difusão da economia monetária ameaçava os milenares valores cristãos (Le Goff; 2013). Um sistema econômico complexo - o capitalista - estava prestes a emergir plenamente séculos adiante. Necessitava, além de novas técnicas para interagir seus componentes, do uso massivo de práticas financeiras condenadas pela Igreja. Uma luta encarniçada, assinalada por proibições religiosas articuladas a valores morais e mentalidades retrógradas, tinha por objetivo a legitimação do considerado “lucro lícito”, obtido a partir da submissão dos trabalhadores à nova ordem quando iniciava seu longo parto.

Crentes distinguem “a legítima exploração direta do trabalho alheio” da “usura ilícita”.

O judaísmo era mantenedor daquele dualismo universal primitivo entre moral de grupo e moral com referência a estranhos. Permitia receber juros destes últimos - católicos por exemplo -, coisa não feita com os irmãos de religião e com pessoas afins.

A religião islâmica condena os lucros gerados, exclusivamente, pelas finanças (Martins; 2004). Sem contestar o princípio da remuneração do dinheiro emprestado, o Islã se opõe ao aspecto “fixo e pré-determinado” dos juros. Ele implicaria na exploração do devedor. Advoga a distribuição equitativa de riscos e benefícios entre parceiros de associações econômicas em lugar da relação entre credores e devedores.

Ascese significa dedicação ao exercício das mais altas virtudes tais como a adoção da ética do protestantismo, para espriar o espírito do capitalismo, quando ainda não havia se constituído uma economia de endividamento (Weber; 1974). Sem crédito massivo, era o caso de se fazer “poupança” ou ter parcimônia, segundo a sabedoria convencional econômica. Até hoje esta é divulgada como uma virtude moral. Abstém-se do consumo presente em nome da promessa do paradisíaco “reino dos céus”, ou seja, maior consumo futuro. Choca-se com o consumismo presente no mundo.

Muitas dessas crenças medievais persistem até hoje, inclusive entre ateus materialistas. Infelizmente, muitos destes aderiram ao mesmo preconceito. “Onde a lei ou os escrúpulos de consciência impedem emprestar dinheiro a juros, o capital pertencente a pessoas não engajadas no comércio está perdido para fins produtivos” (Mill; 1848).

Pior ocorreria, segundo concepção nascida entre economistas clássicos em época de padrão-ouro (e ainda adotada por neoclássicos), se os recebedores de rendas consumissem menos de seus ganhos, mas tivessem essa poupança voluntária reduzida por perda real de poder aquisitivo (Ricardo, 1810; Mill, 1848). O ganho potencial com base no montante poupado seria injustamente transferido deles para os promotores do crescimento excessivo (e inflacionário) da disponibilidade monetária, seja governo via emissão de papel-moeda, seja banqueiro via crédito.

De um lado, essa tradição neoclássica considera uma economia em equilíbrio se o total de investimentos for igual ao total de poupanças. Quando os investimentos excedem a poupança, caso financiados por crédito, surgiria um desequilíbrio entre a demanda agregada e a oferta agregada de bens e serviços produzidos. Segundo a Lei de Say, “a oferta cria a própria demanda”. Com a demanda superior à oferta, propiciada por crédito acima do nível de

equilíbrio entre a poupança e o investimento, haveria uma pressão inflacionária.

Esta é a Doutrina da Poupança Forçada. Prega os bancos deverem apenas agir como intermediários financeiros neutros, canalizando exatamente a poupança preexistente para o investimento. Caso não façam assim, o crédito financiará investimento em demasia, então, se desequilibrará com a poupança preexistente, provocando expansão da demanda agregada além da oferta agregada disponível. De acordo com esse modelo mental estático-comparativo, tal desequilíbrio provocaria inflação, corroendo o poder aquisitivo dos salários reais, ou seja, forçando uma queda do consumo até o nível de poupança necessário àquele nível de investimento financiado pelo “excesso de crédito”.

O economista com formação keynesiana e conhecimento da Escola de Estocolmo aprende a lidar com a variável tempo, adotando um método dinâmico em vez de um método estático-comparativo entre equilíbrios. Desta forma, pensa de maneira temporal para entender a geração *ex-post* de poupança. O planejador keynesiano é capaz de regular a demanda agregada via consumo, enquanto, simultaneamente, direciona o crédito para investimento em infraestrutura e capacidade produtiva, elevando a oferta agregada.

No outro lado do espectro teórico-ideológico, não há uma definição consensual para o significado de “financeirização”. O conceito emerge dentro da Economia Política marxista, relacionando a expansão da riqueza financeira com a baixa performance da produção. Os dogmáticos, relendo os livros I e II de *O Capital*, chegam a jurar a “financeirização” estar neles prevista por Karl Marx com este fosse um vidente.

Segundo Lapavitsas (2011), a “financeirização” representa uma transformação sistêmica das economias capitalistas maduras com três características inter-relacionadas de modo a alterar as fontes de lucro capitalista:

1. as grandes empresas dependem menos dos bancos ao adquirir capacidades de decisões financeiras relativamente autônomas;
2. os bancos mudam suas atividades para a mediação entre os mercados financeiros e de capitais e as transações com as famílias;
3. as famílias se tornam cada vez mais envolvidas em operações de finanças.

Não é raro encontrar a expressão “financeirização” significando “exagero”, seja de especulação, seja de crescimento de riqueza financeira, privatização, mercantilização de serviços públicos ao serem submetidos à lógica do capital, liberalização e desregulamentação financeira, abertura de capital das empresas a partir da emissão de ações em bolsa de valores, entre outros fenômenos comuns no capitalismo contemporâneo.

Prado (2014) examina a teoria da “financeirização” elaborada por François Chesnais. Esta conjectura sobre a evolução recente do capitalismo se restringe a condenar a dominação parasitária do capital industrial pelo capital financeiro. A predominância da lógica das finanças na condução da acumulação, segundo Chesnais (2010), vem rebaixar as perspectivas de crescimento da economia capitalista e, assim, dos salários dos trabalhadores empregados no sistema. Essa formulação apenas renova uma tradição muito antiga, como vimos, a qual consiste em condenar moralmente o chamado “rentismo”, deixando, contudo, de condenar o capitalismo enquanto sistema sem igualdade, seja de oportunidades, seja na distribuição de resultados econômicos.

A tese de *a atividade financeira parasitar a atividade produtiva* surge quando se volta para o problema da repartição da renda gerada na produção de mercadorias entre as classes sociais. Não se concentra propriamente na exploração do trabalho pelo capital. Sob essa perspectiva da “financeirização”, a crítica é antes à repartição inerente em vez de propriamente ao capitalismo enquanto exploração de relações de produção. Parece à ela um absurdo a existência de uma classe social “ociosa” capaz de obter elevados rendimentos com base em direitos de propriedade - e não do próprio esforço e/ou habilidade na administração direta das linhas de produção.

Concordo com a crítica de Prado (2014: 21) a essa concepção da “financeirização”. Não se pode opor o capital financeiro ao capital industrial como se fossem dois subsistemas distintos - um deles “amigo” e o outro “inimigo” do desenvolvimento. Um não pode ser pensado como externo ao outro, mesmo se um se mantém exógeno à produção. Ao contrário, nessa perspectiva de um autor divulgador da Economia da Complexidade no Brasil (Prado; 2009, 2011, 2014), ambos têm de ser compreendidos como momentos da totalidade social constituída pelo próprio capital.

O capital é uma contradição em processo, porque precisa empregar a força de trabalho em seu movimento de valorização, mas, depois, ambiciona desempregá-la para elevar a produtividade do trabalho, produzindo “mais com menos”. O sistema capitalista está constituído por uma pluralidade de capitais aplicados em empreendimentos particulares. Eles se encontram

entrelaçados não só pelos nexos mantidos na esfera da circulação mercantil, mas porque atuam em conjunto na produção de valor. Eles se expandem - ou se contraem - em conjunto, ainda sendo assimetricamente. Essa totalidade sistêmica não se restringe apenas ao capital industrial, pois engloba também o capital financeiro e as demais frações do capital em busca de valorização.

A falta circunstancial de capital monetário pelo capitalista individual para expandir o seu negócio é superada pela existência do capital portador de juros. “Essa barreira é rompida pelo sistema de crédito seja mediante o capital de empréstimo, seja mediante o capital provido pelas sociedades por ações” (Marx, 1983: 265).

Prado (2014: 22) conclui: “a totalidade constituída pelo capital é complexa, porque envolve não apenas a relação de produção necessariamente mantida com o trabalho assalariado - a qual também não é, em si mesma, aliás, uma relação simplesmente homogênea, sem diferenciações de quaisquer espécies -, mas inclui as diferentes relações de apropriação entre as diversas frações da classe dos proprietários privados não detentoras apenas de sua própria força de trabalho. Se há oposição entre essas diferentes frações, isso não implica elas poderem ser pensadas como se fossem simplesmente disjuntas e entre si excludentes. Formam, isso sim, uma unidade bem concreta diante dos trabalhadores”.

Na perspectiva de Braga (1993; 2013), inspirada pelas ideias de Keynes, o capitalismo contemporâneo devia ser caracterizado pela *dominância financeira*. No entanto, ele não sustenta a ideia, como Chesnais, de o capital financeiro “explorar” o capital industrial. Define o capital financeiro como a fusão de fato, ocorrida supostamente no curso da história recente do capitalismo, entre o capital industrial e o capital portador de juros. A dominância, nesse sentido, significa a “lógica financeira” passar a predominar “nas decisões de investimento e de acumulação do capital”. Por *lógica financeira*, Braga entende o “patrimonialismo”, isto é, a preocupação com o aumento do patrimônio acima da preocupação com a elevação da produção de mercadorias.

Neste debate, o artigo de Braga et alii (2017) tem “o propósito de precisar teoricamente o conceito de ‘financeirização’ a partir da abordagem de Economia Política, indicando sua pertinência para a compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Sustenta-se, com base em Braga (1993; 2013), a ‘financeirização’ configurar um padrão sistêmico de riqueza. Está na ampliação da parcela de ativos financeiros na composição da riqueza contemporânea seu traço distintivo em relação a períodos precedentes do capitalismo. Especificamente, argumenta-se a ‘financeirização’, enquanto um padrão sistêmico de riqueza, estabelecer novas formas de definição, gestão e



realização da riqueza, fato condicionador das decisões de gasto dos principais atores econômicos bem como as políticas econômicas e, desse modo, codetermina as altas e baixas do ciclo de negócios”.

De acordo com esses autores, “ao contrário do sugerido pelas interpretações mais recentes sobre a ‘financeirização’, a generalização da lógica financeira entre todos os atores relevantes do sistema não implica uma tendência inexorável do sistema à estagnação, do ponto de vista da variação do PIB, mas um aumento de sua instabilidade, potencializando os momentos de expansão, mas também de contração. O comportamento dos ativos financeiros condiciona as decisões de endividamento e de consumo e investimento, determinantes das variações do produto, da renda e do emprego” (Braga et alii; 2017: 22).

Os denunciadores da “financeirização” demonizam o complexo sistema financeiro, emergente através das interações de múltiplos componentes, inclusive todos nós, clientes bancários voluntários. Não captam a essência do problema contemporâneo: a não geração de empregos pelo capital industrial robotizado de maneira suficiente para atender à demanda por ocupações. A 4ª. Revolução Industrial com automação aumenta a produção com menos empregados. Essa maior produtividade gera mais lucros e dividendos, propiciando além dessa renda maiores ganhos de capital para os acionistas.

Eles denunciam a acumulação financeira, em vez de cobrar a redução da jornada de trabalho semanal para nove horas em quatro dias com a manutenção dos direitos trabalhistas. Toda a sociedade compartilharia assim dessa maior produtividade.

A determinação do nível de emprego independe de decisões dos trabalhadores. A economia monetária de produção - codinome da economia capitalista - não consegue empregar, continuamente, todos os demandantes de ocupação e renda. Cada vez mais, face ao drama social do desemprego, o Estado é pressionado a intervir na economia de mercado, para fechar o hiato entre a oferta resultante das decisões descentralizadas e descoordenadas dos empregadores e a demanda de desempregados.

Michal Kalecki, proeminente economista polonês, intitulou “*Aspectos Políticos do Pleno Emprego*” uma compilação de palestra ministrada em Cambridge, no ano de 1942. Nela inseriu uma breve exposição da doutrina econômica de pleno emprego.

Recomenda ele as despesas de investimento público ou transferências de renda às famílias, senão a redução dos impostos indiretos como subsídios para manter baixos os preços dos bens de primeira necessidade e incentivar o consumo popular, serem financiadas pelo endividamento e não pela

tributação. O argumento é a elevação de tributos afetar negativamente o investimento privado e o consumo capitalista.

Este gasto governamental aumenta o emprego não só diretamente, como também indiretamente pelo multiplicador: os rendimentos mais elevados dele resultantes implicam em um segundo aumento na demanda por bens de consumo e de investimento, e assim por diante, em várias rodadas de gastos-renda-gastos.

Então, Kalecki se pergunta: de onde o público vai tirar o dinheiro para emprestar para o governo se não reduzir seu investimento e consumo? Para entender esse processo, ele sugere imaginar o governo efetuar o pagamento a seus fornecedores em títulos públicos. Os fornecedores, em geral, não reterão esses títulos recebidos como pagamentos, mas os colocarão em circulação quando comprarem outros bens e serviços, pagando-os com eles. Até esses títulos serem retidos por pessoas ou empresas em suas carteiras como ativos remunerados por juros.

Em qualquer período de tempo, o aumento total de títulos públicos em poder do público seria igual ao dos bens e serviços vendidos ao governo. Seria como o setor não governamental emprestasse ao governo bens e serviços, cuja produção é “financiada” por títulos de dívida pública, recebidos por causa de seus fornecimentos.

Na realidade, o governo paga pelos serviços, não com esses títulos, mas em dinheiro. Porém, ele emite títulos de dívida pública, simultaneamente, e retira de circulação o dinheiro, seja no lançamento primário, seja em operações de *open-market*.

No caso brasileiro, em setembro de 2018, os detentores da dívida pública mobiliária federal interna eram os fundos de investimentos (26%), os fundos de pensão (25%), as tesourarias de bancos (23%), investidores não-residentes (12%) e demais grupos (14%). O governo os trocou por dinheiro: papel-moeda ou depósitos à vista. Em leilão primário, se os bancos “*dealers*” aceitam essas ofertas públicas para manter em tesourarias (carteira de títulos), a taxa de juros é mantida. Se não, os preços dos títulos caem e há aumento da taxa de juros prefixada ou dos deságios. Isso incentiva o público a deter mais títulos em relação aos depósitos à vista não remunerados.

Logo, a taxa de juros de referência depende da estratégia bancária predominante e das operações do Banco Central no mercado secundário de títulos. Se o Tesouro Nacional colocar mais títulos em relação à disponibilidade de liquidez existente, a Autoridade Monetária terá o poder de barganha de fixar a taxa de juro de referência para emprestar recursos em última instância. Esta política visa manter a taxa de juros em um determinado

nível: colocar a Selic-mercado na meta-Selic. Isto pode ser alcançado, independente do endividamento do governo para cobrir seu déficit orçamentário.

Quando a meta social de pleno emprego não é atendida pelos gastos privados em consumo e investimento e necessita ser alcançada por gastos do governo, financiados por endividamento, a dívida pública aumenta continuamente. Isso não precisa, diz Kalecki, envolver quaisquer perturbações na produção e no emprego se os juros da dívida forem financiados por um imposto anual sobre o capital.

A renda disponível de alguns capitalistas rentistas, após o pagamento do imposto sobre o capital, será menor. Em compensação, será maior a renda corrente de capitalistas empreendedores em relação à recebida em caso de os gastos públicos (e a dívida nacional) não terem aumentado. Com a política anticíclica, o valor agregado e, em consequência, o consumo capitalista, não será suscetível a mudanças significativas.

Além disso, a propensão para investir em capital fixo não é afetada por um imposto sobre o capital: grandes fortunas financeiras, propriedades imobiliárias e automotores. Ele é pago sobre certos tipos de riqueza pessoal. Se uma determinada quantia estiver improdutiva, por exemplo, carregando títulos do governo, em vez de investida na construção de uma fábrica, o imposto sobre o capital pode a discriminar.

Assim, a vantagem comparativa fica inalterada. Se o investimento público for financiado através do lançamento de títulos de dívida pública ele não afetará tanto o setor privado pela cobrança um imposto sobre o capital se significar, ao fim e ao cabo, um aumento da riqueza dos empresários empreendedores. Em tese, nem o consumo capitalista, nem o investimento, nenhum será afetado pelo aumento da dívida nacional se os juros pagos pelos títulos de dívida pública forem financiados por um imposto anual sobre o capital.

Evidentemente, esta proposição kaleckiana depende do nível da taxa de juro. Por exemplo, em *Terrae Brasilis*, os juros nominais pagos pelo Tesouro Nacional, em 12 meses até setembro de 2018, somaram R\$ 401 bilhões ou 5,9% do PIB. Em 2016, todo o imposto de renda (IRPF) retido na fonte equivaleu a 3,63% do PIB e IRPJ mais CSLL, 3,16% do PIB. São tributos federais. IPTU e IPVA são tributos do governo municipal sobre propriedades e somaram apenas 1,2% do PIB.

Os gastos públicos financiados pelo endividamento só causarão inflação se a demanda efetiva criada pelo governo for além da oferta existente de trabalhadores, plantas industriais e matérias-primas estrangeiras, isto é, da

capacidade produtiva disponível. De imediato, o aumento da demanda é atendido por um aumento na produção. Mas, se o nível de pleno emprego dos recursos for atingido e a demanda efetiva continuar a aumentar, os preços subirão, de modo a equilibrar a demanda e a oferta de bens e serviços. Se a intervenção governamental tem como objetivo atingir o pleno emprego sem inflação, o governo freia seus gastos um pouco antes da demanda efetiva ultrapassar a marca de pleno emprego. Este é visto por capitalistas, segundo Kalecki, como uma ameaça de quebra da “disciplina nas fábricas” e da “estabilidade política”.

No Brasil, o combate à inflação torna-se o argumento principal, devido ao risco da eutanásia dos rentistas. Elevação de custos e diminuição de lucros produtivos podem ser uma notícia desfavorável à atribuição de valor às ações no mercado secundário. A raquítica bolsa de valores, em economia de endividamento e não de mercado de capitais, como é a brasileira, está mais sujeita a rumores e boatos - e não sob fundamentos microeconômicos, setoriais ou macroeconômicos.

Aqui, há apenas 341 companhias com ações negociadas em bolsa de valores, mesmo número de 2006 - um dos menores da série iniciada em 1996 com 550 listadas. A Índia tem mais de 6 mil empresas no mercado acionário e na China, 2,5 mil. O valor de mercado em 2018 das empresas listadas alcança R\$ 3,5 trilhões (47,6 do PIB) quando, em 2007, mais de 400 empresas listadas chegaram a valer cerca de R\$ 5 trilhões.

As 740 mil PF investidoras em ações possuíam, no fim de setembro de 2018, R\$ 183 bilhões em valor de mercado da Bovespa. Em média per capita, equivalia a R\$ 247.589,70, um valor superior à riqueza financeira per capita de quase 4 milhões investidores do varejo de alta renda em FIF/TVM: R\$ 180.764,89 no fim do primeiro semestre de 2018. O total do varejo, inclusive depósitos de poupança, atingia R\$ 1,741 trilhão: quase dez vezes o valor das ações de PF. Também em ações havia uma elevada concentração por faixa etária, porque 107 mil acionistas maiores de 65 anos eram 14% do total, mas possuíam quase 44% do valor de mercado.

Na primeira semana de novembro de 2018, Pessoas Físicas representavam 20,5% do volume total de compras e vendas na Bovespa. Os maiores investidores eram estrangeiros (49,5%) e institucionais (25%). O segmento de instituições financeiras só representava 4,5%. Pessoas Jurídicas não financeiras tinham menos de 1% de participação. O indicador de referência do mercado, o Ibovespa, acompanha só 67 ações. As da Petrobras, da Vale e dos bancos Bradesco e Itaú Unibanco concentram 43% do Ibovespa. Por tudo isso, enfrenta oscilações bruscas, marcadas por instabilidade. Cabe falar em “financeirização” de todas as empresas não-financeiras no Brasil?

Nossa subjugação voluntária ao sistema financeiro se dá porque nele buscamos, eventualmente, financiar o consumo ou a aquisição da casa própria, e mesmo obter a rentável alavancagem financeira como empreendedor. Como investidores, desejamos oportunidades de investimentos financeiros seguros, líquidos e rentáveis. Antes de tudo, para nossas interconexões econômicas, no cotidiano, temos uma razão prática, inclusive ligada à segurança, de nos submeter ao sistema de pagamentos eletrônicos de varejo, acessível a todos os cidadãos em sociedade civilizada.

Na “financeirização” em debate, um banco cresce junto com seu cliente. O sistema bancário só multiplica moeda de maneira interdependente com uma rede de clientes.

Os trabalhadores ganham melhor a vida através do trabalho criativo e não alienante. Buscam prazer e encanto nele como fossem um artesão a empregar todo seu conhecimento e sua habilidade em seu ofício. Tendo o reconhecimento profissional, no mercado de trabalho, são capazes de defender o poder aquisitivo da sobra de suas rendas no mercado financeiro sem a ilusão de terem um dote (“a sorte do iniciante”) para se enriquecerem no mercado de capitais. O uso consciente do acesso à cidadania financeira é a acumulação de juros recebidos, capitalizando o poder de ganho pessoal com seu capital humano, e não o pagamento de juros ao capital financeiro. Só.

### Sistema Financeiro Complexo para Aplicar, Empréstimo e Pagar

Em economia de mercado com livres iniciativas particulares, as decisões descentralizadas e descoordenadas dos empreendedores setoriais são determinantes da quantidade de empregos oferecida pelos empregadores aos trabalhadores. Eles estão sujeitos a expectativas diversas. Suas decisões se baseiam em um ou outro cenário futuro, de acordo com cada interesse particular, em um ambiente econômico em mutação.

As decisões de cada influenciam as decisões dos demais ao resultarem em contextos dinâmicos. De suas interações emerge um sistema complexo onde não existe planejamento de ação nem controle central, mas sim auto-organização espontânea e instável. Qualquer resultante macroeconômica é consequência de inúmeras ações individuais e interdependentes em termos de estratégias econômicas.

Muitas vezes o procedimento mais aconselhado ou racional para a defesa dos interesses de cada agente econômico não seria o melhor procedimento para atender, de forma calculada, os interesses da sociedade como um todo. Essas interações de decisões individuais livres resultam frequentemente em consequências irracionais e inesperadas pela avaliação

racional dos próprios indivíduos. O ponto de vista microeconômico diverge do olhar macro sistêmico por causa do sofisma da composição.

Por exemplo, a produção de bens e serviços depende de lucro. O emprego só será oferecido se os produtos puderem ser vendidos de maneira lucrativa. Porém, isso não depende só dos custos do trabalho, porque é dependente, fundamentalmente, da respectiva demanda. A produção fica aquém de todo o seu potencial - dado pela utilização de toda a capacidade produtiva em termos de mão de obra, máquinas e equipamentos, insumos, etc. -, quando a demanda agregada é deficiente, mesmo se a sociedade se tiver imensa necessidade dos bens possíveis de produzir. A necessidade não constitui demanda caso não seja acompanhada de dispêndio.

A demanda efetiva de bens e serviços depende do estoque líquido de riqueza próprio de cada agente econômico e do crédito se porventura puder ser obtido. O fluxo de renda recebido se transforma, imediatamente, em estoque, seja com gastos, seja em aplicações de portfólio - saldos de ativos diversos, inclusive monetários, não remunerados por juros, mas líquidos.

Quanto mais sólido o cadastro patrimonial de um cliente, maior a facilidade de obtenção de empréstimos. A fonte de gastos é constituída de recursos próprios, inclusive os capitalizados, e de terceiros, não somente do fluxo de renda recebida.

Suponha um capitalista comprar ativo por US\$ 100 mil; se ele passar a valer US\$ 110 mil, ele lucrou 10%. Caso ele tenha tomado emprestado US\$ 90 mil dos US\$ 100 mil usado para a compra do ativo e se a cotação do ativo, de fato, elevou-se para US\$ 110 mil (sem o desconto de juros), ele terá duplicado o capital próprio com rentabilidade patrimonial de 100%. Este é o segredo dos negócios capitalistas: *trabalhar com capital de terceiros*.

Essa *alavancagem financeira* gera uma economia de maior escala nos negócios. É viável se a taxa de juro não se apropriar de toda a rentabilidade acrescida com o uso de capital de terceiros. O lucro do devedor tem de ser superior ao obtido por ele caso não tivesse tomado o empréstimo.

A renda agregada é resultante dos múltiplos gastos. Cada agente consegue sua renda atendendo à procura dos demais. O gasto de cada um possibilita renda para outros, em contrapartida, a renda individual depende de gastos de outros.

Nem toda a renda recebida é utilizada para gastos em consumo ou investimento. De acordo com as expectativas de um agente econômico, seja família, seja firma, ele poderá querer aplicar parte de seu fluxo de renda recebido para acumular riqueza, por precaução, por especulação, ou para

receber mais renda, por exemplo, de juros ou de aluguel. Desse modo, ele gasta menos do possibilitado por seu patrimônio líquido.

Essa postura prudencial ou especulativa não geraria problema nenhum se a decisão tomada por uns de acumular capital financeiro ou imobiliário já existente propiciasse recursos para outros decididos a imobilizar em capital novo, isto é, expandir sua capacidade de contratar força de trabalho, produzir e lucrar mais. Nesse caso, o desejo de reter “riqueza não diretamente produtiva e produtível” não seria causa de desemprego se gerasse *funding* ou compras de ativos novos como imóveis não usados.

No entanto, nenhum empreendedor estará propenso a adquirir capacidade produtiva nova se isto não lhe assegurar perspectivas de lucro. Se generaliza o desejo individual de uso da renda para aumentar a riqueza particular não representada por produtos novos, isso nada contribui para encorajar os empreendedores a esperar maiores lucros sobre o capital investido na produção, gerador de emprego.

Existe desemprego quando o impulso para os gastos dos contratantes de mão de obra não é suficiente para a contratação de toda a população economicamente ativa em busca de emprego. Isto ocorre quando a demanda efetiva privada é deficiente, ou seja, não é suficientemente grande para incentivar os empreendedores a obter lucro através da potencial utilização do trabalho dos desempregados. Nesse caso, o governo é pressionado pelos eleitores a fazer uso de gastos públicos, em razão de política pública, como substitutos de gastos privados inibidos por expectativas pessimistas.

Em 2017, as 91,449 milhões pessoas ocupadas na semana de referência da PNADC - Caracterização Adicional do Mercado de Trabalho em 2012-2017, se subdividiam nas seguintes participações pela ordem:

1. empregados no setor privado com carteira assinada: 36,3% ou 33,195 milhões;
2. trabalhadores por conta própria: 25,3% ou 23,105 milhões;
3. empregados no setor público: 12,4% ou 11,339 milhões;
4. empregados no setor privado sem carteira assinada: 12,2% ou 11,157 milhões;
5. trabalhadores domésticos: 6,8% ou 6,218 milhões;
6. empregadores: 5% ou 4,409 milhões;
7. trabalhadores familiares auxiliares: 2% ou 2,223 milhões.

A abertura de contas bancárias cresceu de 75 milhões em 1999 para 310 milhões em junho de 2018, com ritmo mais intenso de 2003 a 2015, segundo o FGC. Deu acesso popular à cidadania financeira a praticamente toda população na força do trabalho.

Um cliente podia possuir aplicações em mais de um produto. O valor total de depósitos à vista era R\$ 164 bilhões, distribuídos por 104.459.727 clientes, número quase igual ao da força do trabalho: 104,419 milhões. As faixas de valor até R\$ 1 mil apresentavam saldo total de R\$ 6 bilhões e concentravam a maior parcela dos depositantes, 88,7%.

Os 153.371.047 depósitos de poupança (49,4% do total de contas bancárias) totalizavam R\$ 736,4 bilhões e representavam 35,5% dos créditos existentes em produtos garantidos pelo FGC. A maior parte dos clientes situava-se na faixa até R\$ 100,00, concentrando 59,1% dos depositantes.

O montante de depósitos a prazo era de R\$ 837,5 bilhões, distribuídos por 18.126.237 titulares. A maior concentração de clientes estava situada na faixa até R\$ 5 mil, apresentando 13.726.513 titulares. Em contrapartida, a faixa com valores acima de R\$ 1 milhão concentrava a maior parte do saldo, R\$ 569,2 bilhões (68%), distribuídos por 66.044 titulares. Eles representavam 0,36% dos clientes do produto.

Considerando os créditos garantidos, o FGC informa, em junho de 2018, cerca de 208 milhões contas (89% do total de 235,5 milhões) tinha saldos até R\$ 5.000,00, cujos valores consolidados representavam 3,9% do total de R\$ 2,075 trilhões captados em produtos bancários. No outro extremo, com saldos acima de R\$ 1 milhão, eram apenas 134 mil contas, acumulando 43,4% dos valores. Concentração de riqueza financeira supera muito a concentração da renda do trabalho.

Segundo a ANBIMA, em setembro de 2018, no varejo, havia 78,7 milhões de cadernetas de poupança com saldos inferiores a R\$ 100,00, cujo saldo médio per capita era R\$ 15,07, acumulando R\$ 1,2 bilhão. Desconsiderando-as como fossem contas inativas, para evitar distorção estatística, e considerando os saldos acima desse valor, eram 62 milhões de depósitos de poupança acumulando R\$ 709 bilhões, cujo saldo médio per capita era R\$ 11.434,14. Comparando com os outros produtos de varejo (fundos com R\$ 571 bilhões e títulos e valores mobiliários com R\$ 502 bilhões), esses depósitos constituíam o maior *funding* do sistema bancário. Logo, a camada de baixa renda autofinanciava a casa própria, em geral, a maior riqueza familiar. Isto permitia mobilidade social.

Os trabalhadores com salário acima do teto do INSS (R\$ 5.645) necessitam ser rentistas para manter o padrão de vida durante a longa fase



inativa de aposentadoria. Assim, seria um erro político assustar os 11,590 milhões clientes do varejo tradicional e de alta renda, desconsiderando os depositantes de poupança, com a ameaça de quebra de contratos financeiros (“desfinanceirização”), dada a importância do *funding* em títulos e valores mobiliários para lastrear as operações de crédito, inclusive as realizadas por bancos públicos.

Em setembro de 2018, conforme a Tabela 1, a riqueza per capita daqueles clientes bancários PF, sem considerar os depósitos de poupança, era, respectivamente, R\$ 46 mil e R\$ 181 mil. Os “capitalistas” se concentravam no *Private Banking* com riqueza per capita de R\$ 8,5 milhões. Nessa mensuração da desigualdade de riqueza financeira, elemento-chave no entendimento da complexidade brasileira por não caracterizar uma sociedade harmoniosa, está incluída a Previdência Aberta na riqueza do segmento dos ricos. Representava, no último dado da série temporal, 10,5% da posição de AuM (*Assets under Management*: Administração de Ativos de Terceiros) com R\$ 110 bilhões. Nessa data, as EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar) possuíam o maior patrimônio líquido por segmento de investidores: R\$ 787,483 bilhões ou 18% do total de R\$ 4,481 trilhões de todos os fundos.

Tabela 1

## Segmentos de Clientes de Fundos e Títulos e Valores Mobiliários

Produtos Bancários (sem Poupança) Fundos e Títulos e Valores Mobiliários	Fim de Período			
	dez 2015	dez 2016	dez/ 17	set/ 18
<b>VAREJO TRADICIONAL</b>				
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	294.496.484	320.801.896	342.403.089	346.575.341
Número de clientes	6.345.595	6.518.557	7.262.574	7.517.450
Riqueza Per Capita R\$	46.410	49.214	47.146	46.103
<b>VAREJO ALTA RENDA</b>				
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	515.436.396	619.459.812	687.650.461	738.549.191
Número de clientes	3.146.863	3.551.014	3.776.676	4.073.190
Riqueza Per Capita R\$	163.794	174.446	182.078	181.320
<b>TOTAL GERAL</b>				
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	809.932.880	940.261.708	1.030.053.550	1.085.124.531
Número de clientes	9.492.458	10.069.571	11.039.250	11.590.640
Riqueza Per Capita R\$	85.324	93.377	93.308	93.621
<b>PRIVATE BANKING</b>				
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	712.480.020	831.593.529	964.034.474	1.044.549.244
Nº de Clientes	109.894	112.036	117.421	123.370
Nº de Grupos Econômicos	52.050	54.100	56.619	58.258
Riqueza Per Capita de Clientes	6.483.339	7.422.556	8.210.069	8.466.801
Riqueza Per Capita de Grupos	13.688.377	15.371.415	17.026.696	17.929.713
Fonte: ANBIMA (elab. FNC) - Selic Acumulada	13,47	14,18	10,11	6,71

Considerando apenas os 11,714 milhões de investidores em fundos e títulos e valores mobiliários, ou seja, desconsiderando os 140,7 milhões depositantes de poupança, aquele número provavelmente tem uma alta correlação com o dos formados em curso superior no Brasil. A escolaridade do

eleitorado em 2018 registra 13.404.578 eleitores (9% do total) com Ensino Superior Completo e 7.246.240 com Superior Incompleto (5%).

Infelizmente, apenas 35% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos têm diploma de ensino superior. Os percentuais mudam de acordo com a classe social: no grupo dos 25% mais ricos, 85% deles têm ensino superior; e no grupo dos 25% mais pobres, somente 12% têm diploma universitário. Na faixa etária de 30 a 39 anos, o rendimento mensal das pessoas só com ensino médio é de R\$ 1,8 mil. Esse salário salta para R\$ 4,7 mil quando se tem um diploma de ensino superior, segundo informações do estudo “*Valor Análise Setorial 2017 - Ensino Superior*”. A grande diferença de salário entre as pessoas com e sem diploma universitário se mantém até a aposentadoria. Entre 50 e 64 anos, o rendimento médio das pessoas graduadas atinge R\$ 7 mil, quase três vezes maior se comparada com a de R\$ 2,4 mil de quem só tem o segundo grau médio concluído. Emergiu uma classe média universitária no País.

Evidências propiciadas por Thomas Piketty, no livro *O Capital no Século XXI*, mostram uma classe média de riqueza, praticamente, não existir antes da I Guerra Mundial, época de maior desigualdade na história mundial. Entre guerras, houve destruições de riquezas na hiperinflação alemã e na Grande Depressão. Após a perda de humanidade e capital, durante a II Guerra Mundial, a urbanização e a massificação do Ensino Superior impulsionaram a ascensão social das corporações profissionais de universitários e trabalhadores qualificados e sindicalizados. A aliança destes resultou na socialdemocracia em luta por um Estado de bem-estar social.

Antes, predominava uma sociedade rural com riqueza em ativos imobiliários e rentismo parasitário em renda da terra. Depois, tornou-se uma sociedade urbana com menor desigualdade pelo surgimento de uma classe média, composta inclusive por operários especializados. A sobra de renda do trabalho acumulada sob forma de ativos financeiros - mais líquidos em relação aos ativos imobiliários - propicia a manutenção das condições de vida durante a maior fase inativa dos seres humanos. E fontes de financiamento para alavancagem financeira. Se isso é “financeirização”, constitui mobilidade social positiva.

Segundo as DIRPF 2017 - AC 2016, entre os 28 milhões declarantes apenas 679 mil (2,4%), na faixa acima de 40 salários mínimos mensais de renda, eram milionários, considerando bens e direitos per capita em reais. Entre os bens e direitos de todos os declarantes, 40% eram ativos imobiliários, 7% veículos, embarcação, aeronave, coleções, etc., 53% restantes considerados ativos financeiros, inclusive os monetários. Essa riqueza

financeira de Pessoas Físicas equivalia a 70% dos Haveres Financeiros totais (M4) em dezembro de 2016.

Entende-se, então, a necessidade estratégica dos bancos colocarem foco também em Pessoa Física, segmentando o atendimento pessoal, e não apenas focalizarem Pessoa Jurídica como os adeptos da hipótese da “financeirização” supõem eles fazerem.

Neste tópico, vimos o acesso da força do trabalho brasileira ao sistema de pagamentos de varejo, haja visto a semelhança entre o número de correntistas com depósitos à vista e o de pessoas na força do trabalho: 104 milhões, contando os 13 milhões desocupados. Fora da força do trabalho tinham 65,6 milhões pessoas como idosos aposentados, donas de casa, estudantes, etc. Podem estar entre os 153,4 milhões depositantes de poupança, muitos com contas inativas ou com baixíssimo saldo médio. Porém, são “bancarizados”. Eu não os classificaria como “financeirizados”.

Se a grande maioria participa do sistema financeiro nacional ao fazer uso do sistema de pagamentos do varejo através de contas bancárias, a maior parte é tratada como fosse composta de “párias”. Ela é excluída do mundo das Finanças por indisponibilidade de recursos pecuniários, isto é, por causa de sua miséria.

Mas, para uma minoria composta de castas de natureza ocupacional, inclusive a dos trabalhadores formais organizados, as Finanças Pessoais são extremamente importantes como Previdência Privada complementar à Social, quando se aposentarem. Considerando, em janeiro de 2018, R\$ 4,2 trilhões em Administração de Recursos de Terceiros, isto é, em fundos distribuídos por segmentos de investidores, segundo a ANBIMA, o *capital de origem trabalhista* predominava: fundos de pensão com 34%; varejo tradicional, 7%; varejo de alta renda, 9%; RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), 3%; totalizando 53%. Os “capitalistas” propriamente ditos teriam 47%: Pessoas Jurídicas, 14%; *Private Banking*, 16%; demais: 17%.

## Circuito Monetário-Financeiro em Sistema Complexo

Podemos usar ideias-chave da Teoria do Circuito Monetário na análise da complexidade.

1. Existe uma hierarquia entre os agentes econômicos, no circuito monetário.

2. Toda produção é objeto de um financiamento inicial e de um financiamento final, com o alongamento do perfil da dívida com *funding* de longo prazo.
3. A moeda é, fundamentalmente, uma moeda de crédito endógena, isto é, criada pelas forças do mercado.
4. Há leis macroeconômicas independentes das intenções microeconômicas.

Em uma rede de relacionamentos multipolares a seleção dos nódulos mais influentes em termos de interconexões estabelece uma hierarquia capaz de transformar complexidade em simplicidade. O circuito econômico é composto por várias castas de natureza ocupacional, onde cada qual tem uma função determinada por interesses conflitantes ou competitivos com os das demais.

Em nível mais abstrato, a Teoria do Circuito distingue as empresas não-financeiras (PJ- Pessoa Jurídica), as famílias (PF - Pessoa Física) e os bancos (IF - instituições financeiras). Pode-se ajuntar o Estado e o Exterior, sem comprometer, em termos metodológicos, o raciocínio básico, estilizado.

Diferentemente da *hierarquia de mercados*, quando os indivíduos tomam suas decisões de alocação à la *laissez-faire*, hipótese adotada nos modelos da síntese neoclássica, dentro do circuito monetário-financeiro há uma hierarquia de ações baseada em funções. O sistema financeiro possui três funções básicas: oferecer oportunidades de investimentos rentáveis, seguros e líquidos; oferecer empréstimos; oferecer um sistema de pagamentos, tanto no atacado, quanto no varejo.

As empresas não-financeiras são responsáveis pelas decisões de produção. Suas antecipações, em relação à expectativa de demanda efetiva, deslançam o processo produtivo. O sistema bancário, inclusive o banco central e os clientes classificados equivocadamente como “público não-bancário”, gera o crédito monetário necessário à produção. Os bancos têm o papel de repartir o poder de compra responsável por começar o processo produtivo.

O papel das famílias é duplo. De uma parte, as Pessoas Físicas fornecem a mão de obra exigida pela produção. De outra parte, elas justificam (ou não) as antecipações e as decisões das empresas através da utilização feita da renda previamente lhes distribuídas: uma parcela é consumida, outra investida no mercado financeiro.

As diferentes castas de natureza ocupacional possuem poderes distintos. Os empreendedores da casta dos mercadores decidem a demanda efetiva e, então, o emprego e as rendas a serem ofertadas às castas dos trabalhadores e dos sábios-universitários. A subcasta dos mercadores financistas tem certo poder sobre a taxa de juros exigida como remuneração dos empréstimos, assim como sobre as condições de escolha para os adiantamentos bancários, ou seja, a avaliação do perfil de risco dos clientes. Eles aprovam somente os projetos aparentemente rentáveis e seguros porque são depositários de recursos de terceiros fiscalizados pelo Banco Central. A casta dos trabalhadores organizados, por intermédio de seus sindicatos, tem um certo poder sobre o salário nominal. Ela luta pelo salário nominal, mas não consegue manter o salário real. O poder aquisitivo depende de preços fixados pela casta dos mercadores, uma vez os custos sejam conhecidos e uma margem de lucro acrescentada.

Os fluxos monetários do circuito são hierarquizados. As empresas não podem produzir sem acesso aos adiantamentos monetários dos bancos. As famílias não podem gastar sem as firmas decidirem produzir e pagar suas rendas salariais. As empresas não podem reembolsar os bancos caso as famílias não façam dispêndio de pelo menos parte das rendas recebidas, seja pelo consumo, seja pela aquisição de títulos financeiros, isto é, passivos de empréstimos. Os bancos não podem emprestar senão se as firmas decidem a produzir, mesmo no caso de crédito direto ao consumidor. Este repousa com efeito sobre a antecipação da renda futura pela família dependente das decisões de emprego do grupo de empresas. As famílias, caso não tenham acumulado riqueza financeira ou herdado bens patrimoniais rentáveis, não possuem autonomia de decisões.

Dentro do circuito monetário-financeiro, o financiamento da produção se faz em dois tempos. No início, antes da firma depositar em conta corrente os salários ou pagar suas matérias primas, ela deve dispor de uma fonte de financiamento: os adiantamentos dos bancos para capital de giro.

A moeda é adiantada então antes da troca de bens. Ela é integrada à economia quando a empresa deve remunerar as famílias ao longo do processo de produção. Neste sentido, a economia monetária da produção é também um sistema de pagamentos. A produção requer o financiamento preliminar pelo crédito em curto prazo.

Na sequência do circuito monetário-financeiro, a empresa vai recuperar uma parte das rendas pagas, seja em despesas de investimento, para outras empresas, seja em despesas de consumo com aquisição de seus bens e serviços, ou mesmo pela captação das aplicações financeiras das famílias. Esse alongamento do perfil da dívida inicial propicia o financiamento final ou

definitivo (*funding*), seja por empréstimos em longo prazo, seja pelo lançamento de títulos de dívida direta como debêntures no mercado de capitais.

As despesas de produção correntes, dentro de um circuito sem crise, serão, assim, inteiramente absorvidas. Quanto às despesas de investimento, uma parte será financiada pelos lucros retidos nas firmas, outra parte virá das aplicações captadas das famílias, por exemplo, via emissão pelas empresas de ações e debêntures em lançamentos primários no mercado de capitais.

O resíduo virá de empréstimos em médio ou longo prazo dos bancos. Estes atuam, nesse caso, no papel de intermediários financeiros. Eles fazem a intermediação com base no entesouramento feito pelas famílias sob forma de depósitos bancários (a prazo ou de poupança) remunerados. Estes depósitos induzidos resultam dos depósitos iniciais em contas correntes provenientes do financiamento inicial das empresas, concedido por adiantamentos bancários.

O nível de atividades e, conseqüentemente, o nível de emprego são determinados somente pelos empreendedores. São restritos pela capacidade de tomar o financiamento inicial dos bancos, dado o grau de endividamento. O ritmo de vendas e o grau de ociosidade da capacidade produtiva, além de inovações tecnológicas na produção ou em novos produtos, são também determinantes de seus investimentos.

Há cinco fases no *período da produção* na estilização do circuito monetário-financeiro:

1. as empresas decidem o nível e a composição da produção e obtêm os créditos bancários demandados (financiamento inicial);
2. as famílias são remuneradas por seu emprego na produção;
3. os bens são produzidos;
4. as firmas e as famílias trocam (vendem ou compram) os bens finais;
5. chega o tempo do acerto das contas de débitos e de créditos.

Na última *etapa do pagamento dos empréstimos*, o financiamento é, geralmente, reembolsado ou amortizado. As empresas têm, então, acesso a novos adiantamentos do sistema bancário, para colocar em marcha *novo período de produção*. Pode surgir um fundo rotativo constituído de dívidas anteriormente não pagas, então, refinanciadas. O estoque de capital líquido é contrapartida da dívida global das empresas. O estoque de moeda creditícia existente depende da taxa pela qual ela é, correntemente, criada e destruída pela amortização dos empréstimos.

A criação endógena dessa moeda é a consequência da concessão de crédito bancário para a produção. É fruto da relação entre os bancos e os seus clientes, independentemente da intervenção do Banco Central. É o crédito *ex nihilo* [do nada], propiciado por bancos autorizados pela Autoridade Monetária a captarem recursos de terceiros, essencial para a reprodução periódica do ciclo da produção e sua ampliação.

O sistema de pagamentos monetários é parte indissolúvel da economia de mercado pela criação de um fluxo de crédito demandado pelas empresas. Inicialmente, a moeda aparece sob a forma de um fluxo. Somente ao final do circuito estilizado a moeda volta a se constituir em estoque, ou melhor, um saldo de depósitos à vista no passivo dos bancos.

A massa monetária é, principalmente, a soma através do tempo de saldos monetários não aplicados em juros pelas famílias. O estoque monetário assim medido indica também a porção de empréstimos bancários, cujas empresas tomadoras decidiram não reembolsar (amortizar) a fim de conservar uma liquidez imediatamente disponível.

A criação de crédito ou de moeda endógena não é arbitrária, isto é, dependente de autorização da Autoridade Monetária à Casa da Moeda como no caso do papel-moeda. Ela responde às demandas das firmas, atendendo a critérios de rentabilidade e segurança estabelecidos pelas instituições financeiras. A criação do fluxo de crédito ou de moeda é restrita pelos impulsos de gastos dos empreendedores e suas percepções do nível da demanda efetiva. As modificações da taxa de juros podem modificar, marginalmente, esse estado de confiança dos empreendedores em lucros futuros.

A criação do crédito é também limitada pelas diversas regras convencionais estabelecidas bancos e impostas às empresas não-financeiras: grau de endividamento tolerado, taxas de crescimento dos empréstimos moderadas, taxas de rentabilidade antecipadas, taxa de rentabilidade histórica, diversas taxas de liquidez, solvência, garantia, histórico de perda com clientes similares para avaliar risco de perda, etc.

O fato de a oferta de moeda ser endógena não significa, necessariamente, as empresas obterem todo o crédito desejado. Permanece certa faixa de demandantes de empréstimos insatisfeita. Vista do lado dos banqueiros, compõe-se dos potenciais devedores não capazes de responder às normas fixadas pelas convenções estabelecidas.

O sistema bancário não pode jamais criar crédito além do reclamado pelo sistema produtivo. Mas ele pode sempre criar menos. Logo, não há oferta

efetiva de moeda sem demanda, mas há demanda por moeda sem ser atendida. Produção de moeda é sob encomenda. Se for atendida, é criada.

Quanto ao saldo monetário (estoque de moeda), sob o ponto de vista desse circuito monetário-financeiro em um sistema complexo, seu papel não é essencial. Acumular moeda sob forma de depósitos à vista, quando é uma decisão por parte de algumas famílias com preferência pela liquidez, não importa para o circuito monetário bancário.

Apenas em um período excepcional de “armadilha de liquidez”, quando uma convenção de preferência pela liquidez absoluta é generalizada entre os agentes econômicos, os encaixes monetários refletem um desequilíbrio entre as despesas (demanda agregada) e os produtos disponíveis (oferta agregada). Nesse caso anormal, em situação de depressão profunda, não há decisões de gastos e de produção por parte das empresas não-financeiras. Daí, não há demanda de crédito e o circuito monetário se encolhe.

A questão central, nessa análise, é verificar a complementação da circulação monetário-financeira na economia componente desse sistema complexo. Levanta as condições nas quais as firmas podem ou não reembolsar os bancos via amortização dos empréstimos.

As consequências dessa complementação, relacionada à hipótese da moeda de crédito endógena, são muito importantes. De início se constata os déficits financeiros das empresas poderem ser, exatamente, compensados por aqueles superávits das famílias, quer isso ocorra quando os mercados se esvaziarem de bens e serviços, quer ocorra pelo acúmulo involuntário de estoques não vendidos. Isso depende da concessão de um novo financiamento inicial, porque a motivação para produção de qualquer bem requer um fluxo de crédito para a alavancagem financeira da rentabilidade patrimonial com o uso de capital de terceiros.

Esse novo fluxo é criado pelos bancos, a partir da determinação da taxa de juros pelo sistema bancário, inclusive o Banco Central. Este pode ou não levar em conta sua relação com o Tesouro Nacional, responsável pelo lançamento primário de títulos de dívida pública carregados por Fundos de Investimentos Financeiros, destino de muitas aplicações das Pessoas Físicas. Estes fundos carregam em seus portfólios também ações, debêntures (títulos de dívida direta das empresas não-financeiras) e Letras Financeiras (títulos de dívida bancárias).

Tomando essa estilização do circuito monetário-financeiro como fio-condutor da análise da complexidade brasileira espelhada no sistema financeiro nacional, vamos dimensionar em seguida as principais interconexões entre Pessoa Jurídica, Pessoa Física, e os maiores bancos em



atividade no País. Nossa preocupação maior será ponderar o peso de cada um desses principais nódulos das redes de relacionamentos entre múltiplos componentes.

Estudo IEDI, divulgado em junho de 2018, constatou com a recessão da economia brasileira, em especial da indústria, terem ganhado vulto posturas defensivas das empresas, como a alocação de recursos em ativos mais líquidos e de retorno mais rápido. A participação da receita financeira em relação à receita total subiu de 4,2% em 2013 para 7,3% em 2015, um nível relativamente próximo daquele de 2009 (8,2%), quando a economia brasileira sofreu o impacto da crise financeira internacional.

O estudo registrou, a partir de 2014, os balanços das empresas industriais terem se fragilizado, porque uma maior parcela da receita corrente passou a ficar comprometida com o pagamento de despesas contratuais, como impostos e despesas financeiras. A evolução deste indicador - *uma proxy de fragilidade financeira* - mostra, a partir de 2010, o excedente bruto da indústria tornar-se declinante em relação às despesas contratuais. Em 2015, o excedente bruto gerado na indústria não cobria esses compromissos contratuais. Com isso, a taxa de investimento industrial declinou fortemente e agravou a Grande Depressão, uma tendência prolongada até 2017.

O período de 2007-2015 pouco beneficiou a indústria na direção de elevar seu potencial de agregação de valor em setores com uso mais intensivo de tecnologia. A estrutura industrial tornou-se mais concentrada em setores intensivos em recursos naturais. Além disso, o crescimento dos salários não foi acompanhado de reduções correspondentes em outros custos (tributários, cambiais, etc.) e em aumento na produtividade. Daí registrou-se uma significativa perda de competitividade em setores industriais, exceto no intensivo em recursos naturais. Não se pode responsabilizar a “financeirização” por essa mudança estrutural e esse declínio cíclico na indústria brasileira.

Referente a esse contexto depressivo, o *Relatório de Inflação* do Banco Central do Brasil, divulgado em dezembro de 2017, apresenta box sob o título *Evolução Recente do Crédito no Segmento de Pessoas Jurídicas*. Nele diz o saldo total da carteira de crédito de pessoas jurídicas ter recuado R\$ 282 bilhões de dezembro de 2015 a outubro de 2017, com ênfase na contração de R\$ 156 bilhões no saldo das operações superiores a R\$ 50 milhões. A redução na carteira de 36 tomadores - diversos deles pertencentes ao mesmo conglomerado empresarial - explica 80% dessa variação. Esta redução reflete o chamado *Efeito Lava-Jato* por ter penalizado as maiores empreiteiras de obras públicas do País.

Da mesma forma, a exemplo do observado de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, os saldos das operações de crédito de R\$ 20 milhões a R\$ 50 milhões, de R\$ 1 milhão a R\$ 20 milhões e menores do que R\$ 1 milhão recuaram no período de 2016 a 2017.

Os setores de atuação dos tomadores com reduções mais acentuadas de endividamento foram, conforme esperado, os mesmos onde ocorreram expansões mais expressivas no período anterior. Então, para se entender os *nódulos principais da rede de interconexões da economia brasileira*, é necessário colocar o foco nas maiores empresas, concentradas nos ramos de petróleo (Petrobras), mineração (Vale), energia (Eletrobras), fabricação de papel (Suzano Papel e Celulose / Fibria) e abate (JBS).

Cabe ressaltar o declínio na quantidade de tomadores, cujos empréstimos representam 50% do total da carteira de crédito à Pessoa Jurídica. Eram cerca de 1.400 em dezembro de 2012. Reduziram-se para menos de 400 em outubro de 2017.

Outro aspecto relevante no contexto recente de financiamento das empresas é o crescimento das captações junto ao mercado de capitais, em parte influenciadas:

- (i) pela redução da taxa básica de juros,
- (ii) por alterações nos custos e na política de aprovação de crédito direcionado,
- (iii) por exigências para concessões de crédito junto ao Sistema Financeiro Nacional,
- (iv) pelo lento processo de retomada da atividade econômica e melhora dos balanços das empresas.

Segundo dados da ANBIMA, ocorreram 258 emissões de debêntures no ano de 2017, totalizando R\$ 94,7 bilhões. No mercado externo, a captação de recursos via emissão de títulos, contratação de empréstimos (setor não financeiro), e operações intra companhias, tudo somou US\$ 98,4 bilhões em 2017, equivalentes a R\$ 315,3 bilhões, volume pouco abaixo dos observados nos dois anos anteriores. O ambiente externo favorável e a relativa estabilidade do câmbio foram fatores benignos para esse movimento.

No agregado, as captações de recursos por empresas nos mercados de capitais local e internacional mostraram-se insuficientes para compensar a redução do crédito do BNDES e alavancar o crescimento e o investimento em

ritmo maior. Isso foi registrado pelos dados apresentados pelo Banco Central em boxe no *Relatório de Inflação* de junho de 2018.

Ao contrário do sugerido pela literatura sobre “financeirização”, as empresas não-financeiras atuam mais como tomadoras de empréstimos e emissoras de títulos de dívida direta (ações e debêntures) no mercado brasileiro em vez de como investidoras. Como veremos no próximo tópico, no caso de fundos, elas, consideradas em bloco, não são grandes investidoras. Como visto, também não são em ações, tanto em quantidade de participantes no mercado quanto em participação percentual de compras e vendas.

Aqui no Brasil as grandes empresas *não* dependem menos dos bancos. Além de atender à necessidade de empréstimos para capital de giro, elas adquirem capacidade de decisões de investimentos em concessões públicas com taxas de retorno alavancadas por juros subsidiados do BNDES. Verificaremos, no próximo tópico, como os bancos adequam suas atividades para a mediação entre os mercados financeiros e de capitais e as transações com as empresas não-financeiras e as famílias.

### Nichos de Mercado de Bancos Públicos e Privados

Quando se analisa os rankings dos dez maiores grupos econômicos em atividade na economia brasileira, publicados pelos periódicos, os adeptos da hipótese da “financeirização” parecem ter razão. Os seis maiores bancos (BBBICS e BTG-Pactual) aparecem na lista dos dez mais lucrativos em 2015, onde ainda está a Cielo, empresa de cartões de crédito cujos sócios são bancos. Os três outros da lista eram Ambev, J&F, e Telefônica. Quatro bancos (os citados menos Santander e BTG) constam como os maiores empregadores (acima de 90 mil empregados), além de empresas de alimentos (J&F holding da JBS, GPA, BRF) e empreiteiras de obras públicas (Andrade Gutierrez e Odebrecht). A Contax Participações trabalha com a implantação de *contact centers* voltados para o relacionamento de empresas com seus clientes. Porém, “contra fatos há argumentos” contra aquela hipótese.

Entre os dez maiores grupos por receita bruta apenas empresas envolvidas em escândalos de corrupção (Petrobras, J&F da JBS, Odebrecht) competem com os cinco maiores bancos comerciais: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa e Santander (BBBICS). Abaixo deles estão a Ambev e a Vale no ranking dos 10+. Em rentabilidade patrimonial, a empresa de cervejas supera todos no ranking dos 200 Maiores Grupos do Valor em dezembro de 2016.

Quando são classificados por setores de atividade, o lucro líquido das Finanças chegou a ser 2/3 do total dos 200 grandes grupos em 2014. Mas em receita e patrimônio líquido, embora tivessem participação crescente nos anos da “virada para a Grande Depressão” (2013 a 2015), tinham participações menores de 30%, ou seja, inferiores às da Indústria. Esta ficava na faixa entre 40% e 50% do total desses 200 grandes grupos.

O surpreendente para muitos analistas é o crescimento “permanente” dos lucros bancários mesmo em período de crise econômica. Parece não haver ciclos para bancos.

A oferta de crédito depende da demanda representada pelo ritmo de produção, porém, as duas outras funções dos bancos - captar e administrar recursos de terceiros e viabilizar o sistema de pagamentos - só indiretamente depende do crescimento da renda, pois a circulação monetária e financeira se mantém na depressão. Não são criados muitos ativos novos, mas continuam as transferências de propriedades privadas dos ativos existentes. Não se adiciona valor, mas há ganho de capital pelas distintas atribuições de valor na “regra de ouro” mercantil: comprar barato e vender caro.

O lucro líquido do sistema bancário brasileiro representa 60% do resultado, sendo tributação 32% e distribuição da participação nos lucros 8%. Ele emerge de diversos componentes listados a seguir a partir de dados do 3º Trimestre de 2017.

As receitas de intermediação financeira somam rendas de operações de crédito (59% do total), títulos e valores mobiliários (35%), arrendamento mercantil (1%), derivativos (-1%), câmbio (1%), aplicações compulsórias (4%).

As despesas de intermediação financeira ocorrem com captação (64% do total), repasses (16%), arrendamento mercantil (2%), provisão para créditos de difícil liquidação (18%). Quando cai a inadimplência e se revertem as provisões para devedores duvidosos, o resultado melhora.

Dentro do resultado bruto de intermediação financeira, a diferença entre essas receitas e despesas representa 30%. Esse resultado equivale a 63% da proxy do faturamento bancário, rendas de prestação de serviço 25% e rendas de tarifas bancárias 12%. O resultado de participações em coligadas representa apenas 4% a mais. Esse “faturamento” supera em 48% as despesas totais. Estas são compostas por despesas de pessoal (43%), administrativas (45%) e tributárias (12%).

Cada banco gigante possui seu nicho de mercado, recebendo foco especial, mas todos exploram:

1. uma grande rede de varejo permite captar com menor percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), taxa de juro referencial,
2. os milhões de cartões de crédito e débito com os quais ganham taxas de desconto nas vendas de varejo e exploram crédito rotativo,
3. o baixo risco do crédito consignado (74% para aposentados, 16% para funcionários públicos, 10% para empregados no setor privado), representando 65% do crédito pessoal,
4. o crédito imobiliário capaz de estabelecer relacionamento fidelizado com os clientes, em longo prazo, inclusive para venda de outros produtos financeiros,
5. o crédito para veículos com a garantia da alienação fiduciária,
6. os seguros de vida, residencial e automóveis, Previdência Complementar, etc.

Também gestão de ativos das grandes fortunas em *Private Banking* e soluções para corporações são fatores explicativos do bom desempenho bancário, bem como a administração de fundos e a atuação internacional.

O caso do Itaú, em 2017, ilustra bem a importância das Receitas de Prestação de Serviços (RPS) tanto pelo montante (R\$ 32,885 bilhões) quanto pelas atividades das quais são oriundas: cartões de crédito (38%), serviços de conta corrente (21%), administração de recursos de terceiros (11%), operações de crédito e garantias prestadas (10%), serviços de recebimento (5%), assessoria econômico-financeira e corretagem (4%), outros (3%), América Latina exceto Brasil (8%). Comparando, seu Resultado de Seguros equivale a 19% do valor da RPS.

Então, *a questão-chave para investigação é*: por que meia-dúzia de bancos se destacam tanto, não só os comparando com o sistema bancário restante, como também entre os 200 maiores grupos econômicos em atividade na economia brasileira?

Necessitamos tomar cuidado com a agregação e/ou uma ligeira generalização. O constatado no nível da complexidade do sistema bancário nem sempre explica as diferenças entre seus componentes. Nem bancos nem clientes são homogêneos. Em Administração e *Marketing*, nicho é um segmento de público consumidor, cujas necessidades específicas podem ser bem exploradas. Não há ainda um anglicismo em português para “*Market-share*” porque é facilmente traduzida por “participação no mercado”. Cada

um dos grandes bancos brasileiros se especializa em certos nichos de mercado oferecedores de oportunidades melhores para seu negócio.

No caso bancário, em ativos totais, é possível agrupar um “*big six*” no Brasil. A sigla mnemônica é BBBICS: Banco do Brasil (17%), Bradesco (13%), BNDES (10%), Itaú (16%), Caixa (15%) e Santander (9%). Em seguida, neste ranking por porte, viriam o BTG Pactual e o Safra com 2%. Todos os demais têm 1% ou menos. Facilita o foco do pesquisador apenas seis bancos deterem 4/5 dos ativos do sistema financeiro nacional.

Quando se verifica a importância interna a cada banco de sua seleção de carteira de ativos, a de crédito é a maior em todos os “*big six*”, mas com percentuais distintos, destacando-se positivamente a Caixa (55%), o BB (42%) e o BNDES (38%). Os bancos privados têm entre 30% (Santander) e 33% (Itaú), ficando a do Bradesco em 31%. Sua carteira de títulos representa 26% de seus ativos.

Em torno de 2/3 dos financiamentos habitacionais às Pessoas Físicas são realizados pela Caixa. Por ser um crédito cumulativo em longo prazo, em todos os destinos regionais da carteira de crédito a Caixa lidera: Sudeste (20%), Centro-Oeste (25%), Nordeste (28%), Norte (25%) e Sul (23%). Os bancos privados nacionais lideram o concedido no exterior: Itaú (57%) e Bradesco (22%). O estrangeiro Santander tem 51% de “região não informada”.

O Sudeste recebe 47% do crédito total. Todos os “*big six*” têm essa região como o maior mercado: de 38% do Itaú até 59% nos casos do BNDES e do Santander - e quase metade nos demais. Em seguida vem a região Sul com 16% do total.

As políticas públicas social-desenvolvimentistas buscaram contrapor-se a essa trajetória de concentração de renda regional. Elas não conseguiram determinar, de maneira irreversível, o fim do processo de desigualdade regional. Caso houvesse a continuidade das políticas sociais ativas repercutiria na ampliação do mercado interno, tanto de consumo, quanto de financiamento. Mas essa prioridade dependeria da manutenção da frágil democracia brasileira. Infelizmente, isso não ocorreu - e o País entrou em histórico retrocesso político, econômico e social.

Com a volta da Velha Matriz Neoliberal, em 2015, interrompeu-se o processo de queda na participação relativa do Estado de São Paulo como destino do crédito de 38% para 30%, devido em especial ao dirigido para a Pessoa Física. Os bancos públicos perderam participação no mercado de crédito em 2017 pela primeira vez desde 2007, quando o conjunto de instituições oficiais controlavam 34% do mercado. Encolheu de 56% em 2016 para 54% em 2017. Com queda do saldo nominal das operações de crédito do

sistema financeiro para R\$ 3.086 bilhões, a relação crédito/PIB baixou para 47,1% no fim de 2017, face a 49,6% no fim de 2016 e 53,7% no fim de 2015: quase menos 7 pontos percentuais do PIB em dois anos.

A partir da crise financeira mundial de 2008, dado o recuo dos bancos privados, os públicos tiveram o seu papel ampliado com a adoção de políticas anticíclicas. Foram usados também como instrumento indutor da queda dos juros e dos *spreads* bancários em 2012. Aliás, foi uma política correta, ao contrário de sua demonização por parte da imprensa neoliberal. O problema foi sua interrupção, em abril de 2013, com o Banco Central, indiferente ao crescimento econômico, voltando à elevação arbitrária de juros.

Para ver a importância dos bancos públicos para diminuir a desigualdade regional, é necessário fazer cálculos em *big data* - uma imensa planilha (10.304 linhas e 65 colunas) de ESTBAN, baixada no site do Banco Central do Brasil. Contém dados das agências de todos os bancos em todas as cidades brasileiras. Calculei a relação entre empréstimos e depósitos (a prazo e de poupança), para cada grande banco e cada cidade, e depois em estados selecionados, e deduzi a seguinte conclusão: enquanto os maiores bancos privados nacionais e estrangeiros drenam recursos da maioria das cidades onde localizam suas agências, a Caixa e o Banco do Brasil em praticamente todas onde estão presentes concedem mais empréstimos em relação ao captado. Os privados sugam, os públicos irrigam liquidez.

É possível verificar “a política Robin Hood” (captar dos ricos para emprestar aos pobres) dos bancos públicos através de dados empíricos. Banco do Brasil e Caixa captam mais depósitos a prazo e de poupança se comparados a seus grandes concorrentes no centro financeiro (capital de São Paulo), mas têm menor *Market-share* nesse mercado de crédito paulistano. O Bradesco, provavelmente, registra suas operações de crédito junto à sede em Osasco na Grande São Paulo.

Interessante observar, em seis estados selecionados, as capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Recife têm proporcionalmente mais captação e empréstimos em comparação ao interior de seus estados. Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm 45% dos empréstimos na capital e 55% no interior, embora o percentual de captação em Porto Alegre seja superior ao de Belo Horizonte, comparados respectivamente com os percentuais dos interiores gaúchos e mineiros. Salvador e o interior da Bahia convivem equilibradamente, meio a meio.

A relação empréstimos / depósitos para esses estados e suas capitais superior a 1 demonstra, em todos, o *funding* vai além do típico do crédito comercial e imobiliário - “dinheiro comprado” em CDBs e poupança.

Provavelmente, também recorrem os públicos a fundos parafiscais (FCO e FGTS), os privados nacionais a captações no mercado aberto ou depósitos a vista, e o estrangeiro a repasses externos.

Uma segunda função bancária básica é oferecer segurança, rendimentos e liquidez para os clientes capitalizarem suas sobras de renda do trabalho a fim de se sustentarem durante a fase inativa após a retirada da vida profissional. Nesta atuação, os nichos de mercado de cada banco comercial são menos conhecidos.

Na captação de produtos bancários, no primeiro semestre de 2017, o Itaú liderou (38%) em depósitos a vista, superando o tradicional líder (BB com 22%). A Caixa manteve a liderança em depósitos de poupança (38%), secundada pelo BB (22%), e obteve-a em depósitos a prazo (19%), também superando o BB (18%). Este só foi líder (28%) em captações no mercado aberto. Em Letras Financeiras, o Bradesco liderou com 37% das emissões. No passivo da Caixa, 41% são depósitos, destacando-se 20% em poupança e 18% a prazo. Apenas 2% foram captados em depósitos a vista. No caso do Itaú, foram 8% nesse passivo não oneroso - mais lucro se obtém com menor custo.

Em compensação, no Ranking de Administração de Recursos de Terceiros (AuM), em janeiro de 2017, a Caixa só superou em valor (9% ou R\$ 343 bilhões) e clientes (11% ou 1,189 milhão) o Santander, respectivamente, 8% (R\$ 269,5 bilhões) e 7% (796 mil). O Bradesco era o líder (30%) em clientela (3,262 milhões), embora tivesse apenas 15% em valor (R\$ 593 bilhões). O BB DTVM o superava (23%) em valor (R\$ 878 bilhões) com 2,074 milhões de clientes (19%), assim como o Itaú: R\$ 663 bilhões (18%) e 2,335 milhões de clientes (21%). Investidores no Bradesco eram menos abastados.

Quando se analisa os dados de AuM por Investidor, publicados pela ANBIMA, observa-se claramente os nichos de mercado de cada grande banco. BB tem 45% dos recursos das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar), patrocinadas por empresas públicas. Além dele, apenas a Caixa (23%) disputa este nicho entre os “*big five*” sem o BNDES. Já nas EFPC patrocinadas por empresas privadas, Itaú detém 18%, o Santander 18% e Bradesco 7%; outras 25 instituições financeiras privadas administram 55%. Os maiores volumes de recursos das EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar), captadoras de VGBL/PGBL, são administrados pelo BB (31%), Bradesco (30%) e Itaú (21%).

Em janeiro de 2018, as EAPC possuíam 20% do total de ativos, superando os 14% das EFPC. Em seguida, nesse *ranking*, vinham recursos das Pessoas Físicas: Varejo Tradicional (7%) liderado pela BB DTVM (40%), Varejo Alta Renda (10%) liderado pelo Itaú (32%), e *Private Banking* (15%), liderado



também pelo Itaú (25%). Nesta administração de grandes fortunas, outras instituições financeiras (fora os “*big five*”) em bloco detinham parte significativa: 29%. Os 117 mil clientes muito ricos não se misturavam, reivindicando atendimento pessoal em fundos exclusivos. A riqueza financeira deles superava mesmo a do *Corporate* e a do *Middle Market* (ambos Pessoas Jurídicas) reunidas: 13% do total de ativos. No primeiro segmento, o Bradesco liderava com 31%, e no segundo segmento o Itaú, com 40%.

Então, cada um dos “*big five or six*” explora bem seus nichos de mercado.

Quanto à quantidade de clientes em operações de crédito, é interessante a disputa de liderança por parte do Bradesco com 22% do total seguido pelo Itaú com 20%. Um com 27,3 milhões, outro com 25,7 milhões, superam bastante os números de clientes da Caixa (15 milhões), BB (11,7 milhões) e Santander (10,3 milhões). Todos esses “*big five*” juntos têm 71% desses clientes. Eles fazem 75% do número das operações de crédito, entre as quais as inúmeras de cartões de crédito, do sistema bancário nacional.

Isto é registrado por dados do SCR do Banco Central. Porém, os bancos informam bases de clientes, baseadas em contas com cartões de pagamento, muito maiores, inclusive por causa de dupla contagem.

Os destaques dos bancos privados em rentabilidade (ROA: LL / AT), cobertura (RPS / DP) e eficiência (DT / RT), e os bancos públicos em alavancagem financeira (AT / KT), diziam respeito ao foco de cada qual por origem de capital. Aqueles se atentavam mais para as ações comerciais lucrativas e estes para suas missões sociais, isto é, destinarem créditos agrícolas, imobiliários e à infraestrutura a setores prioritários para a sociedade brasileira, embora não fossem os mais rentáveis.

Mas há uma diferença notável entre os públicos e os privados: a soma de receita por prestação de serviços (RPS) e rendas de tarifas bancárias (RTB) em relação à margem financeira líquida (RBIF) é superior nos primeiros. Isto ocorre pela Caixa prestar serviços públicos e pelo BB obter  $\frac{3}{4}$  de suas rendas de tarifas com conta corrente (26%), administração de fundos (16%), seguros e previdência (13%), cobrança (7%), garantias (7%) e cartões (6%).

No entanto, os privados “digitalizam” melhor seus clientes, internalizando mais pagamentos do varejo em seus sistemas de informações e propiciando um multiplicador monetário endógeno. Além de emprestar e captar (ou oferecer oportunidades de investimentos financeiros), outra função crucial dos bancos é viabilizar o sistema de pagamentos. Hoje, o *mobile banking* tornou-se essencial na competição bancária. Via cartões de crédito são realizadas quase 1/3 das operações de crédito para PF no Itaú e deles

originam 37% de suas receitas de serviços. Para se ter uma ideia de sua importância, em segundo lugar vêm receitas de administração de fundos com 12%.

## Conclusão

As autoridades econômicas intervêm frequentemente na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial. Isso impacta variáveis fundamentais para estratégia de crescimento do sistema financeiro, tais como as taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico. Limita a atuação dos bancos em determinados mercados, afetando a liquidez e a capacidade de pagamento dos clientes.

Ao contrário do pensado por muitos adeptos da hipótese da “financeirização”, de maneira simplória, a elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez no curto prazo, pode ter um efeito adverso relevante sobre o sistema bancário. Mudanças nas taxas de juros podem afetar as margens líquidas, porque influenciam os custos de captação e a concessão de empréstimos. Os aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito e elevar o risco de inadimplência dos clientes. Aumentam o custo de oportunidade de reservas líquidas. Já reduções na taxa SELIC diminuem ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as margens líquidas.

Em 31 de dezembro de 2016, havia 138 conglomerados, bancos comerciais e múltiplos, bancos de desenvolvimento e a Caixa, dentre um total de 1.454 instituições financeiras no Brasil. Por que o Itaú-Unibanco, o Bradesco e o Santander eram os líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos? Naquela data, esses bancos privados respondiam por 37,8% do total de ativos do setor bancário brasileiro. O BB, a Caixa e o BNDES retinham 43,2% desse total.

As interações entre esses maiores bancos e seus diversos clientes, seja Pessoa Jurídica, seja Pessoa Física, propiciavam a emergência da complexidade do sistema financeiro nacional. Para compreendê-la, a simplicidade do diagnóstico da “financeirização”, como queríamos demonstrar, é muito reducionista.

Os seguintes pontos fortes proporcionam vantagens competitivas significativas e distinguem cada banco de sua concorrência. A marca do banco tem de ser altamente reconhecida no Brasil, associada à qualidade na prestação de serviços e à confiança de ele ser “grande demais para quebrar”.

Ao oferecer todos os produtos bancários, atrai demanda de clientes, em especial, os de alta renda com atendimento pessoal.

Para atendimento massivo, é necessário evoluir como banco digital, combinando tecnologia inovadora e adequando-se aos clientes populares através de transações financeiras cada vez mais simples e baratas. A presença local representa uma vantagem competitiva para oferecer serviços bancários à variedade de clientes, mas a virtual propicia horário de atendimento ampliado para os trabalhadores. A rede de agências, embora deva ter alcance nacional a fim de oferecer crédito a todas as regiões, tem de estar estrategicamente concentrada na região Sudeste, onde se localiza o centro financeiro de captação de recursos. Apenas a rede de agências do Itaú se destaca em outros países da América Latina. A rede exclusiva de caixas eletrônicos é também um dos fortes pontos competitivos dele, o líder dos bancos privados.

Diversificação de receitas por parte de um banco proeminente o capacita a enfrentar os ciclos de negócios adversos. Com uma linha diversificada de produtos e serviços atende às necessidades de diferentes tipos de clientes: grandes, micro e pequenas empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de *private bank*, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Esse modelo de negócio aumenta as participações nos distintos mercados de crédito e títulos e valores mobiliários, além da receita de tarifas.

O intenso uso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos com foco em mobilidade e conveniência contribui para o aumento de vendas de produtos e serviços. A massificação do acesso permitida por ela distingue o setor bancário frente a outros. Nos últimos seis anos, por exemplo, os investimentos e as despesas em tecnologia por parte dos bancos brasileiros somam R\$ 116,7 bilhões. Representa o maior segmento da TI brasileira. A tecnologia bancária brasileira é considerada *up-to-date* no mundo.

Empresas de tecnologia também começam a oferecer serviços financeiros, via *fintechs*, *startups* especializados em finanças. Eles estão protagonizando uma transformação do mercado financeiro. Para se conectar com esse empreendedorismo tecnológico, e evoluir como banco digital, cada banco do “*big five*” a fim de obter vantagem competitiva com essa fronteira tecnológica tende a oferecer um espaço de *coworking* para *startups* digitais. Estas recebem investimentos de quem aposta em seus modelos de negócio.

A revolução das *fintechs* é uma resultante da popularização das tecnologias móveis via celulares inteligentes. Pobres e jovens possuidores se acostumam a não interagir com pessoas preconceituosas ou racistas. Passam a

adquirir bens e serviços, inclusive financeiros, de maneira remota. Por trás da complexidade do sistema bancário, há a simplicidade de dois desafios: os bancos devem crescer conjuntamente com seus clientes, reconhecendo-os como cidadãos, e ganhar economia-de-escala com o acesso popular.

Como queria demonstrar neste capítulo, das interações de múltiplos componentes, desde clientes Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, de diferentes segmentos e portes, até os próprios bancos, seja privado, seja público, emerge a complexidade do sistema bancário brasileiro. Embora regulado com normas da Autoridade Monetária, ele é auto organizado de forma dinâmica em processo de retroalimentação. Ao conceder crédito, alavanca financeiramente os investimentos, multiplicando a renda e gerando emprego.

Em visão sistêmica e dinâmica, o sistema bancário multiplica a quantidade de moeda à medida do desenrolar de sua concessão de empréstimos. Ele funciona como um todo nessa multiplicação. Ela se eleva quando os depositantes sacam pouco papel-moeda de depósitos à vista. Para os bancos, qualquer disponibilidade em seu passivo, não utilizada em novos empréstimos ou aplicações financeiras, implica em custo de oportunidade. Os custos não devem ser considerados como absolutos, mais sim considerando-se alguma melhor oportunidade de benefícios não aproveitada.

O suprimento de moeda cresce com o uso, ou seja, as fontes de financiamento expandem-se por meio do endividamento. Vice-versa, se todos tomadores de empréstimos os amortizassem, liquidando-os, simultaneamente, toda a oferta de moeda criada seria extinta. Isto é, aconteceria um processo de “destruição da moeda”. Repentinamente, ela deixaria de existir como ativo, na contabilidade bancária. Toda a economia se paralisaria com a escassez de liquidez. A moeda, portanto, é criada e destruída em função, respectivamente, do endividamento e do pagamento de dívidas.

Por sua vez, o multiplicador de renda é um tipo de multiplicador de gastos. Segundo esse conceito macroeconômico, uma variação nos gastos autônomos (investimento, gasto governamental ou exportações líquidas) induz variação no valor agregado (renda composta de salário, lucro, juro e aluguel) superior à variação inicial nos gastos.

A variação inicial nos gastos provoca um incremento primário sobre a renda daqueles agentes econômicos recebedores desses gastos. Eles ampliarão seu consumo, seja com recursos próprios, seja com recursos tomados emprestados de terceiros, de acordo com a propensão marginal a consumir, levando a nova ampliação da renda. Os agentes beneficiados por esse incremento secundário também aumentarão seu consumo, provocando novo acréscimo de renda, e assim por diante, na sequência riqueza-crédito-gastos-

renda. Por meio dessa multiplicação, as elevações de consumo induzidas pelo gasto inicial fazem, no final de diversas rodadas, a renda crescer muito mais em relação à própria variação inicial da despesa.

O multiplicador de gastos autônomos é inversamente proporcional à fração de retirada (aplicações em outros ativos) por ciclo de gastos. Refere-se à diferença entre a unidade e a fração gasta novamente, devido à propensão marginal a consumir. Depois dos múltiplos ciclos de gastos, o aumento total na renda será a resultante de todos os gastos em consumo acumulados. Haverá, concomitantemente, aumento no total de aplicações em ativos financeiros. Essa “financeirização” pode ser produtiva ao servir de lastro como passivos bancários dos empréstimos efetuados pelos bancos para alavancar os gastos, seja em consumo, seja em investimento.

Havendo demanda por endividamento, novos empréstimos são concedidos pelos bancos. Se isso não ocorrer, são feitas aplicações financeiras em carteiras de títulos financeiros. O setor bancário tem de oferecer produtos financeiros adequados para administrar os hiatos de *durations*, ou seja, entre os prazos médios ponderados pelos valores presentes relativos dos fluxos de caixa de vencimentos de seus ativos e passivos. É necessário articular os conceitos dinâmicos de multiplicador de gastos e de moeda, para entender como renda e *funding* são multiplicados, paralelamente, ao longo do tempo futuro. A análise da economia como um sistema complexo permite esse entendimento distinto do proposto pela literatura de denúncia da “financeirização”.

O sistema financeiro nacional não é uma atividade parasitária, muito antes pelo contrário, favorece a expansão do valor agregado, acrescenta e possibilita a defesa do poder aquisitivo das reservas para a fase inativa dos trabalhadores. Por esse e outros motivos aqui expostos, todos cidadãos desejam, voluntariamente, ser participantes desse sistema bancário. Acesso a bancos e crédito significa uma conquista da cidadania financeira.

## Conclusão: Método de Análise da Complexidade Brasileira

Sistemas Complexos são compostos por muitas partes interligadas e interagentes. Como são muito difíceis de serem representados por equações matemáticas, o estudo de redes de relacionamentos se tornou fundamental para seu entendimento. Revelam comportamento não possível de ser previsto só pela observação de seus componentes isolados. Eles emergem justamente a partir das iterações de regras de interações.

As redes são suas representações ideais. Seus nódulos são as partes do sistema e as ligações são dadas pelas ações recíprocas de dois ou mais corpos.

Complexo não significa complicado. Algo “complicado” compreende muitas partes pequenas e todas diferentes. Cada uma delas tem o seu próprio papel no mecanismo de causa-e-efeito. Por sua vez, um Sistema Complexo é constituído por muitos componentes similares. A influência mútua de órgãos ou organismos inter-relacionados configura um comportamento globalmente coerente e capaz de ser interpretado.

Ele tem muitas partes interagindo de acordo com regras simples. A comunicação, o diálogo, o trato, o contato entre pessoas em convivência, tudo isso resulta em propriedades emergentes visíveis apenas na observação do todo. O desempenho sistêmico não pode ser previsto, como faz o reducionismo, apenas a partir do comportamento individual de um agente representativo. Novamente, “o todo é maior em relação à soma de suas partes”.

Para a análise sistêmica, o primeiro passo é encontrar as regras simples das quais emerge a complexidade. “Simplificar a complexidade” significa esboçar o *design* de sistemas: coleta-se dados de populações, analisa-se os padrões complexos e tenta-se explicá-los. Busca a medida de quanto o efeito de uma certa variável sobre outra é determinado pelos valores de uma ou mais variáveis diferentes. Este fenômeno faz a resposta à aplicação de dois tratamentos não ser a mera soma das respostas a cada tratamento.

De maneira interdisciplinar, a troca de conhecimentos entre especialistas resulta em competências além dos próprios limites da prévia divisão de trabalho para resolver problemas complexos. A colaboração e/ou a cooperação são componentes de um saber universal. Uma formação generalista também é necessária para se estabelecer o diálogo entre especialistas.

Construir boas ferramentas de visualização de redes, cadeias e interconexões ajuda a desvendar a Complexidade. Se focar apenas em certas ligações, e então excluir o resto, ela na realidade fica menos previsível em vez de se considerar todo o Sistema Complexo e, então, escolher as esferas de influência mais importantes. Em uma rede ordenada, deve-se focalizar o(s) nóculo(s)-chave, reconhecidas suas particularidades, e então olhar um grau, dois graus ou três graus além deste nóculo. Elimina-se assim boa parte do diagrama complexo fora do conjunto das ações e relações entre os membros de um grupo ou entre grupos de uma comunidade.

Simplicidade muitas vezes é a contrapartida da Complexidade. Assim, para qualquer problema, quanto mais tirar o foco apenas sobre ele e observar toda a Complexidade, melhor a chance de focalizar nos detalhes simples mais importantes. Percebe-se qualquer processo no qual o estado de uma partícula sofre alteração por efeito da ação de outra partícula ou de um campo de influência.

Economia da Complexidade analisa “o todo” no plano da teoria, conceitual e formalmente. Trata-o como um Sistema Adaptativo Complexo cujo desenvolvimento é processual, pondo e repondo desencontros de planos, expectativas ou mesmo de contradições estruturais, em constante processo de auto reprodução e emergência. O sistema econômico real opera fora e longe do equilíbrio, embora seja auto organizado.

Quando se afasta da armadilha mental do equilíbrio atemporal, abre-se o rumo multidisciplinar da Ciência Econômica. Ela trata de dependência de trajetórias caóticas com o objetivo de entender toda a complexidade do seu objeto de estudo: a sociedade humana e seu ambiente socioeconômico, político e comportamental. Os agentes econômicos interagem entre si e com o meio-ambiente, afetando este de maneira dinâmica. Suas inovações levam à ruptura com a rotina em uma destruição criativa do ambiente institucional, mas irreversível do natural.

Furtado e Sakowski (2014) resumem os aspectos centrais de Sistemas Complexos:

1. a interação entre agentes (homogêneos ou heterogêneos) e meio-ambiente (natural e socioeconômico);
2. as propriedades emergentes das redes de relacionamento entre classes de comportamentos com a auto-organização sem autoridade (ou planejamento) central;

3. a importância da não linearidade - desvios, percalços ou complicações - e de outras escalas de descrição e análise, dada a redundância da escala 1:1;
4. as regras de interações sem possibilidade de uma dedução exata e precisa de seu determinismo caótico;
5. a ênfase na dinâmica, variações ao longo do tempo, seja com dependência de trajetória, seja com retroalimentação;
6. as noções de aprendizado, adaptação e evolução com inovação ou ruptura.

É necessário valorizar as escalas na modelagem. Frente à complexidade observada, não adianta o modelo ser igual à realidade: a escala 1:1 é redundante e, portanto, inútil. A meta é descrever o mínimo necessário, mensurando a essência do fenômeno, de modo a modelagem em certas escalas ocorrer. O dilema dos cientistas está no *trade-off* entre descrever o mínimo essencial ou ganhar maior realismo.

O exemplo do GPS talvez ajude a esclarecer didaticamente. O aqui-agora pode ser percebido em distintas dimensões. Agora estou na rua X, no bairro Y, na cidade Z, no Estado W, país B, continente S, planeta T... Qual análise de minha situação é mais útil para minha localização? Depende do problema a ser enfrentado. Daí analisamos a complexidade brasileira em múltiplas escalas.

Nem tudo pode ser visto como um Sistema Complexo. Muitas vezes, a aparência, seja individual, seja sistêmica, engana. Uma dinâmica aparentemente complexa pode ocorrer a partir de simples regras de iterações de interações.

Em maior escala de análise, a Macroeconomia é a parte da Ciência Econômica com foco no desempenho da economia como sistema complexo, visto como um todo. Tem como objeto de estudo as relações entre os grandes agregados estatísticos: a renda nacional, o nível de emprego e o nível dos preços, o consumo e o investimento totais, os gastos governamentais e as exportações líquidas.

Com agregados, torna possível a utilização de um número restrito de variáveis fundamentais ou nódulos-chave em uma extensa rede de relacionamentos. Trabalha sobre relações estatísticas pressupostas estáveis entre poucas variáveis agregadas, eliminando muitos fatores restritos ao comportamento individual.



Porém, em menor escala, os setores de atividade e/ou as cadeias produtivas são também relevantes para estudar a complexidade brasileira. A Contabilidade Social considera a atividade dos intermediários financeiros como uma entre outras. Nesta visão holística, tratamos o sistema financeiro como uma articulação monetária de todas as atividades, ou seja, como um sistema complexo com múltiplos componentes. Nas atividades ou trabalhos compartilhados, em uma divisão de trabalho, existem trocas monetárias e influências recíprocas na atribuição de valor de mercado à riqueza.

Todos os agentes econômicos se submetem ao sistema de pagamentos, seja no varejo, seja no atacado. Todos “bancaizados” são depositantes, relativamente poucos são investidores financeiros. Alguns tomam crédito para a alavancagem financeira de sua rentabilidade patrimonial com maior escala em seus empreendimentos ou apenas para o consumo com compras a prazo.

Para organizar esse quadro complexo, aparentemente caótico, porque em sua dinâmica se afasta de condições iniciais sem destino a um futuro predeterminado, estudamos algo com longa capacidade de sobrevivência por várias fases: *as instituições*. São as restrições criadas para dar forma às interações humanas. *Restrições* são as “regras do jogo”. As *informais* são os códigos, os costumes e as tradições sociais. As *formais* são as regras consolidadas na lei e na política de cada País.

*Instituições* emergem através do aumento do número de adeptos de determinada *regra*. Esta expressa conformidade com um hábito socialmente difundido. *Hábitos* não são apenas frutos de pensamentos automáticos. Resultam também da repetição de pensamentos e ações conscientes.

Ligado também à Economia Institucionalista há outro conceito-chave: *lógica de ação*. É um conjunto de regras socialmente compartilhadas e recorrentes de pensamento comportamental. Constitui-se, portanto, a partir de um modelo mental e de regras de comportamento.

Relemos a historiografia brasileira clássica e constatamos a existência dos seguintes *poderes das castas* de natureza ocupacional, categoria mais explicativa de instituições e lógicas de ações em vez de usarmos as classes puramente econômicas, baseadas em faixas de renda e riqueza:

1. *Poder Econômico*: Casta dos Mercadores (do Colarinho Branco)
2. *Poder Político ou Legislativo*: Casta dos Oligarcas (da Gravata)
3. *Poder Executivo*: Casta dos Sábios-Tecnocratas (do Terno-e-Gravata)
4. *Poder Judiciário*: Casta dos Sábios-Juristas (da Toga)

5. *Poder Militar*: Casta dos Guerreiros-Militares (da Farda)
6. *Poder Midiático*: Casta dos Sábios-Jornalistas (da Pena)
7. *Poder Religioso*: Casta dos Sábios-Sacerdotes (da Batina ou do Púlpito)
8. *Poder Trabalhista*: Casta dos Trabalhadores (do Macacão ou Colarinho Azul)
9. *Poder Educacional*: Casta dos Sábios-Educadores (do Jeans e Camiseta)

Registramos suas respectivas *lógicas de ações*:

1. *Lógica de Mercado* (liberalismo, empreendedorismo, competitividade, eficiência em custos/benefícios, etc.) da casta dos negociantes;
2. *Lógica Paroquial* (paternalismo, localismo, etc.) da casta dos oligarcas regionais;
3. *Lógica Familiar* (respeito, herança, etc.) da casta dos oligarcas dinásticos e clãs;
4. *Lógica Religiosa* (conservadorismo em costumes, moralismo, etc.) da casta dos sábios-sacerdotes;
5. *Lógica Militar* (violência, vingança, coragem, fama, glória, etc.) da casta dos guerreiros-militares;
6. *Lógica de Especialista* (educação, titulação) da casta de sábios-tecnocratas;
7. *Lógica de Artista e Artesão* (autonomia, auto expressão, liberalismo cultural, habilidade, criatividade, etc.) da casta de sábios-criativos;
8. *Lógica Corporativa* (igualitarismo, ceticismo quanto ao livre-mercado) da casta dos trabalhadores organizados;
9. *Lógica Cívica* de comunidade de cidadãos defensores de direitos da cidadania (civis, políticos, sociais, econômicos e das minorias).

Realizada a releitura de clássicos da historiografia brasileira, listamos os fenômenos políticos brasileiros a partir dos jogos de alianças entre as castas. O *fisiologismo* caracteriza a aliança entre a casta dos oligarcas governantes e a casta dos mercadores. Esta é corruptora de todas as demais para impor seus interesses privados.

O contumaz *golpismo militar*, ao longo da história do Brasil, é um comportamento autoritário advindo da coerção imposta pela casta dos guerreiros. Pior quando se reúne ao *populismo de direita*, um culto à personalidade corresponde à tradição autoritária populista de relação direta de um líder carismático com uma massa popular.

Em contrapartida, existe também o *populismo de esquerda*. Ocorre quando o povo, composto por “párias”, estabelece um culto messiânico com determinada liderança da casta dos trabalhadores. Se este tem base partidária e respeita as instituições, inclusive o Congresso Nacional e a impessoalidade do cargo público, ele pode atender à demanda social e expandir sua base eleitoral.

O *social-desenvolvimentismo* é fruto da aliança entre a casta dos trabalhadores organizados e a casta dos sábios-intelectuais universitários. Corresponde à socialdemocracia de origem europeia para a construção de um Estado de Bem-Estar Social.

Já o *elitismo* é o neoliberalismo adotado como ideologia pela casta dos aristocratas governantes em aliança com a casta dos sábios esnobes e apoiado pela repressão da casta dos guerreiros-militares. A anomia institucional se refere a uma situação, como a atual brasileira, quando há uma ênfase excessiva na *ética de mercado*. Ela tende a sobrepujar e destruir as normas sociais reguladoras dos comportamentos éticos dos indivíduos. A lógica de ação mercantil foi adotada até pela teologia da prosperidade. Mercado e instituições devem ter limites entre si para autocontrole.

*Conciliação* é a ideologia de coesão nacional, única opção à coerção violenta e à estagnação econômica. Em síntese, esta é a grande lição apreendida dessa releitura de nossa história em busca do entendimento da complexidade brasileira.

Neste livro com abordagem multidisciplinar, apresentamos uma ruptura com a tradição ortodoxa de individualismo metodológico ao reunir Economia, Política, Sociologia e Psicologia Comportamental em um quadro analítico sistêmico sobre a complexidade brasileira. O holismo metodológico permite visualizar seus principais componentes interativos. A influência da Economia sobre a Política e da Política sobre a Economia pode ser ilustrada através de uma via de mão-dupla, bidirecional.

A Economia depende da Política, por exemplo, quanto à alocação de capital (via impostos, subsídios, reserva de mercado, etc.) e à distribuição de renda (previdenciária, regional, etc.). A estratégia do uso dos recursos disponíveis é determinada pela regulação governamental. A estabilização das flutuações dos ciclos de negócios, da inflação e do nível emprego, dos saldos

do balanço de pagamentos, tudo isso é influenciado pelas políticas fiscal, monetária, cambial e de controle de capital.

Por sua vez, a Política depende da Economia. Há influência das condições econômicas sobre a popularidade do governo e as chances da reeleição. Os eleitores, influenciados pelos formadores de opinião da imprensa e da rede social, tendem a atribuir ao governo a responsabilidade pelo estado da economia. Assim, há maior probabilidade de eles apoiarem o governo (e de votarem a favor do sucessor) quando a economia está indo bem e vice-versa: maior probabilidade de eles votarem na oposição quando a economia apresenta resultados desfavoráveis como uma Grande Depressão.

Esse seria o mecanismo em uma democracia estável de modo a conformar uma política econômica democrática. Porém, a principal característica da complexidade brasileira é a desigualdade social entre as castas de natureza ocupacional e os párias, isto é, trabalhadores informais excluídos de acesso a empregos formais e aos direitos da cidadania. As castas possuem um poder desproporcional ao seu caráter minoritário.

Reunimos neste livro fatos e dados, informações e argumentos, em defesa da hipótese de o jogo de alianças entre essas castas poderosas oscilar de acordo com ciclos econômicos e políticos. Quando “o cobertor fica curto”, isto é, não há crescimento da renda para todos, embora se acumule riqueza (financeira e imobiliária em especial) para poucos, as castas fora da aliança governamental tendem a se aliar para golpear aquelas no exercício do Poder.

Desconfiando do próprio poder de formar a opinião majoritária entre os párias eleitores, optam recorrentemente pelo Golpe de Estado: uma ruptura institucional repentina, contrariando a normalidade da lei e da ordem ao submeter o controle do Estado a pessoas não legalmente designadas através de eleição democrática. Como aconteceu recentemente, na complexidade brasileira, nem sempre o usurpador golpista é um militar. Com a manipulação da maioria da opinião pública, um membro da casta militar pode ganhar uma eleição!

## Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. *Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AFONSO, José Roberto. *Imposto de Renda e Distribuição de Renda e Riqueza: As Estatísticas Fiscais e Um Debate Premente no Brasil*. Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros. Brasília-DF, v.01, n.01, p. 28-60, ago./dez. 2014.

AGGIO, Gustavo de Oliveira. *Análise Sistemática Para Fenômenos Monetários*. Campinas; Tese de Doutorado IE-UNICAMP; 19/12/2011.

ANBIMA. *Metodologia e Estatísticas de Private Banking*. Relatórios Diversos sobre Private e Varejo.

ANDRADA E SILVA. José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. <http://www.obrabonifacio.com.br/>

ANDRADE, Oswald de. *Manifesto Antropófago*. Em *Pindorama, Ano 463 da Deglutição do Bispo Sardinha*.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

ARBACHE, Jorge e MOREIRA, R. *How Can Services Improve Productivity? The case of Brazil*. Brasília: Universidade de Brasília, maio 2015.

ARBACHE, Jorge. Produtividade no Setor de Serviços. *Produtividade no Brasil - Desempenho e Determinantes*, Vol. II. Brasília: IPEA, 2015.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo; Companhia das Letras; 2001.

BACEN - Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito. Brasília; Dez/2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>

BACEN - Banco Central do Brasil. *Evolução dos valores de imóveis residenciais no Brasil*. Relatório de Estabilidade Financeira. Brasília: março 2013.

BACEN - Banco Central do Brasil. *Mercado Imobiliário em São Paulo*. Boletim Regional do Banco Central do Brasil. Brasília: abril 2014.

BARBOSA, Nelson; CARVALHO, Laura; MARCONI, Nelson; PINHEIRO, Mauricio Canêdo. *Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; 2015.

BASTOS, Pedro Paulo & FONSECA, Pedro Dutra da. *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo, Editora da Unesp, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*. v. 21, Número Especial, p. 779-810, 2012.

BERNARDI, Bruno Boti. O Conceito de Dependência da Trajetória (*Path Dependence*): Definições e Controvérsias Teóricas. *Perspectivas*. São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.

BIANCARELLI, André Martins; CALIXTRE, André Bojikian; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (editores). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília, IPEA, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos (orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA; CEPAL; 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (coord.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1986.

BRAGA, J. C.; OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETTO, A. W.; DEOS, S.. *Por uma Economia Política da Financeirização: Teoria e Evidências*. Campinas, XXII SEP, 2017.

BRAGA, J.C.S.. A financeirização da riqueza. *Economia e Sociedade*. Campinas, (2) 25-27; 1993.

BRAGA, J.C.S.. Qual conceito de financeirização compreende o capitalismo contemporâneo? In A. S. Barroso & R. Souza (Eds.). *A grande crise capitalista 2007-2013*. SP: Anita Garibaldi; 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico*. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil; 2017.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. São Paulo, 2001.

CAMPOS, André Gambier. *A Atual Reforma Trabalhista: possibilidades, problemas e contradições*. Rio de Janeiro: TD 2350 - IPEA, dezembro de 2017.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006 (original 1965)

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e Novos Desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*. v. 21, Número Especial, p. 749-778, 2012.

CARNEIRO, Ricardo, BALTAR, Paulo e SARTI, Fernando (org.). *Para Além da Política Econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia; 2018.

CEMEC - Centro de Estudos do IBMEC. *Contas Financeiras CEMEC: Financiamento de Entidades Não Financeiras*. São Paulo: Nota CEMEC 04/2017; junho de 2017.

CGEE. *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: uma abordagem social-desenvolvimentista*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

CHANG, Ha-Joo. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo, Editora Moderna, 1981.

CHENAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: Brunhoff, S.; Chesnais, F.; Duménil, G.; Lévy, D.; e Husson, M.. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA DO SENADO FEDERAL (domínio público em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/>):

- *A Querela do Estatismo*, de Antônio Paim
- *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco
- *A Política Exterior do Império* (3 vols.), de J. Pandiá Calógeras
- *O Brasil Social*, de Sílvio Romero
- *Os Sertões*, de Euclides da Cunha
- *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu
- *Instituições Políticas Brasileiras*, de Oliveira Viana
- *A Cultura Brasileira*, de Fernando Azevedo
- *A Organização Nacional*, de Alberto Torres
- *Deodoro: Subsídios para a História*, de Ernesto Sena Rodrigues Alves
- *Presidencialismo ou Parlamentarismo?*, de Afonso Arinos de Melo Franco
- *Rui Barbosa, um Estadista da República*, de João Mangabeira
- *Eleição e Representação*, de Gilberto Amado

CONTI, Bruno Martarello de; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 341-372, ago. 2014.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Comportamentos dos Investidores: do Homo Economicus ao Homo Pragmaticus*. Campinas; TDIE-UNICAMP 165; agosto de 2009. 37 p.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia comportamental: de volta à filosofia, sociologia e psicologia*. Campinas; TDIE-UNICAMP 173; dezembro de 2009. 20 p.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: do Socialismo Utópico ao Social-Desenvolvimentismo*. Campinas: TDIE-UNICAMP 205; maio 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Capitalismo de Estado Neocorporativista*. Campinas: TDIE-UNICAMP 207; julho 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos Bancos*. São Paulo: EDUSP; 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Medição de Riqueza Pessoal*. Campinas; TDIE-UNICAMP 221; junho de 2013.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Estratificação Social da Riqueza e Renda no Brasil*. Campinas: TDIE-UNICAMP 270; maio de 2016.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos Públicos no Brasil*. São Paulo; Editora Perseu Abramo - Coleção FENAE; 2016.

COSTA, Fernando Nogueira da; SANTOS, Taciana; SILVA, Daniel Pereira da; ALMEIDA, Samir Luna de. *Economia interdisciplinar*. Campinas: TDIE 261; dez 2015. Tb. in RENI - *Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação*. UFABC Vol. 1, n. 1, semestre 1, 2016.

COSTA, Fernando Nogueira da; CZVITAUSKI, Tatiana Rimoli; DIAS, Marcel Roberto; ROSA, Rafael Bertazzi Costa; PINTO, Daniel Herrera. *Riqueza Imobiliária*. Campinas: Texto para Discussão do IE-UNICAMP 284; dezembro 2016.

COSTA, Fernando Nogueira da; FERRER, Daniel, MOREIRA, Francisco, GARCIA, Renato Vaz. *Economia Brasileira como Sistema Complexo: Dimensões da Economia Política da Complexidade*. Campinas: Texto para Discussão do IE-UNICAMP 323; dezembro 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Ensino de Economia na Escola de Campinas - Memórias*. Campinas, Edição do IE-UNICAMP, 2018.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Métodos de Análise Econômica*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Três, 1984.

DE PAULA, Luiz Fernando & JABBOUR, Elias M. Khalil. *A Retórica da Ortodoxia*. Folha de S.Paulo; Ilustríssima; 21/082016.

DEBRUN, Michel. *A Conciliação e Outras Estratégias*. São Paulo; Editora Brasiliense, 1983.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da Gente Brasileira - Volume 1: Colônia*. São Paulo: LeYa, 2016.

DEQUECH, David (2011). Instituições e a relação entre economia e sociologia. *Estudos Econômicos*, 41(3): 599-619, 2011.

DEQUECH, David (2013b). Instituições: questionando a divisão micro-macro da economia e de seu ensino. *Economia* (ANPEC). volume 14, número 1C, setembro/ dezembro 2013.



DIAS, Ana Valéria Carneiro, GALINA, Simone Vasconcelos Ribeiro e SILVA, Flavio D'Angelo. *Cadeia Produtiva do Setor Automobilístico e Capacitação Tecnológica*. São Paulo: Universidade de São Paulo - Departamento de Engenharia de Produção, s/d.

DIEGUEZ, Consuelo. *Bilhões e Lágrimas: A Economia Brasileira e Seus Atores*. São Paulo: Portfolio-Penguin/Editora Schwarz; 2014.

DWECK, Esther. *Uma análise da interação micro-macro com base em um modelo dinâmico multissetorial de simulação*. RJ; Tese de Doutorado - IE-UFRJ; 2006.

ELSTER, Jon. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3ª. ed. revista. Porto Alegre: Globo, 2001.

FAUSTO, Carlos. *Os Índios Antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FEIJÓ, C.; CORRÊA, M. F.; LEMOS, P. M. *Financeirização, Firms Não Financeiras e o Ciclo Econômico Recente da Economia Brasileira*. Campinas, XXII SEP, 2017.

FEIL, Fernanda F. e SLIVNIK, Andrej. *Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil: Notas sobre sua evolução patrimonial recente*. Campinas, XXII SEP / ABDE, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro; Editora Zahar, 1975.

FERNANDES, R.; NARITA, R. Instrução superior e o mercado de trabalho no Brasil. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 5, n. 1, 2001.

FONSECA, Pedro Dutra & MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho/2013.

FONSECA, Pedro Dutra. *Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito*. Texto para discussão 2103. Brasília-Rio de Janeiro; Ipea; originalmente publicado, sob o mesmo título, no livro *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro* (Ipea, 2014).

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FUNDAP. Grupo Econômico. (2012). *PIB do Brasil no Pós-Crise De 2008: Indústria Perde Espaço e Mercado Interno Avança*. In: Conjuntura Econômica em Foco - Boletim de Economia [13]. Março. 17 pp.

FURTADO, André Tosi e CARVALHO, Ruy de Quadros. Padrões de Intensidade Tecnológica da Indústria Brasileira: um estudo comparativo com os países centrais. *São Paulo Em Perspectiva*. São Paulo: v. 19, n. 1, p. 70-84, jan./mar. 2005.

FURTADO, Bernardo Alves e SAKOWSKI, Patrícia Alessandra Morita. *Complexidade: Uma Revisão dos Clássicos*. Brasília; Texto para Discussão 2019 do IPEA, 29/12/2014.

FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia Alessandra Morita e TÓVOLI, Marina Haddad. Abordagens de Sistemas Complexos para Políticas Públicas. in (edited by idem). *Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas*. Brasília; IPEA; 2015.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 (original 1956).

FURTADO, Celso. In BIDERMAN, COZAC & REGO (org.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

FURTADO, Celso. Prefácio à Edição Francesa. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 7.

GALA, Paulo. *Complexidade Econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GANEM, Ângela. A história do pensamento econômico brasileiro como questão. in *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro; Ipea-Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada / Derrotada / Escancarada / Derrotada / Acabada*. São Paulo; Companhia das Letras; 2002.

GIAMBIAGI, Fábio. *Brasil, raízes do atraso: paternalismo x produtividade - As dez vacas sagradas que acorrentam o país*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GIAMBIAGI, Fábio e SCHWARTSMAN, Alexandre. *Complacência: Entenda por que o Brasil cresce menos do que pode*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus; 2014.

GOBETTI, Sérgio Wulff e ORAIR, Rodrigo Octávio. *Jabuticabas Tributárias e a Desigualdade no Brasil*. Valor, 10/08/2015.

GOMES, Laurentino. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Orlando Manuel da Costa. *Economia Como Objeto Complexo* in Bernardo Alves Furtado, Patrícia A. M. Sakowski, Marina H. Tóvolli (ed.). *Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas*. Brasília : IPEA, 2015.

GONZÁLEZ, M. A. S. *Empreendimentos Imobiliários*. Unisinos. São Leopoldo, 2003.

GONZÁLEZ, M. A. S. *Metodologia de avaliação de imóveis*. Novo Hamburgo, 2003.

HIDALGO, Cesar; HARTMANN, D.; GUEVARA, M.R. FIGUEROA, C. Jara, ARISTARÁN, M. Aristarán, C.A.. *Linking Economic Complexity, Institutions and Income Inequality*. Cambridge-MA, The MIT Media Lab, Draft, September 2016.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, Cap. XIV e XV, 1985.

HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*. v. 3, n. 1, p. 97-125, jun. 2001

HODGSON, Geoffrey M. (edited by). *A Modern Reader in Institutional and Evolutionary*

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, original de 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Publifolha (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo), 2000 (original de 1959).

IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>> Acesso em: 25 de novembro de 2017, 2017a.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Trimestral - PNAD. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em novembro de 2017, 2017b.

IBGE. PME - Pesquisa Mensal de Emprego. *Retrospectiva 2003-2014*.

IBGE. SIS - Síntese de Indicadores Sociais 2015: *Uma análise das condições de vida da população brasileira*. 4 de dezembro de 2015.

IBGE/SCN 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em novembro de 2017.

IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial). Lucratividade e endividamento das empresas em 2016 e no primeiro trimestre de 2017: o ajuste incompleto. Carta IEDI: Edição 800, agosto de 2017.

IEDI. O emprego industrial por Intensidade Tecnológica: impacto da recessão e desempenho recente. *Carta IEDI*. Edição 818, 01/12/2017.

Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. São Paulo: 20/09/16.

INEP-MEC. Censo da Educação Superior 2013.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Distribuição Funcional da Renda no Brasil: situação recente*. Comunicado da presidência (número 14), 2008.

JAYME Jr, F. G. e CROCCO, M. (Orgs.). *Bancos Públicos e Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2010.

KIMURA, Renata Megumi. *Indústria Brasileira de Petróleo: Uma Análise da Cadeia de Valor Agregado*. Rio de Janeiro: Monografia de Bacharelado em Economia IE/UFRJ; abr 2005.

KIMMEL, Michael S. *Angry white men: American masculinity at the end of an era*. New York: Nation Books, 2013.

KUHN, Thomas. Introdução de Ian Hacking. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 12ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013 - original de 1962.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo: Editora Três Estrelas; 2013.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, Employment & Society*. 25(4), 611-626, 2011.

LE GOFF, J. *A Bolsa e a Vida: A Usura e A Religião na idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, original de 1949.

LEITÃO, Mirian. *História do Futuro: o Horizonte do Brasil no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2015

LEO, Sergio. *Ascensão e queda do império X: Eike Batista e as jogadas, as trapaças e os bastidores da história da fortuna de mais de US\$ 34 bilhões que virou pó*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro; Zahar; 2018.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Topbooks, 1997.

LIMA, Uallace Moreira. *Cadeia Global de Valor da Indústria Automobilística: Dinâmica de Produção e Comércio Exterior*. Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI. n. 17, maio/agosto 2014.

LIMONGI, Fernando (1994). *O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente*. BIB, São Paulo, n. 37, p. 3-38. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O\\_Novo\\_Institucionalismo\\_e\\_os\\_Estudos\\_Legislativos.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O_Novo_Institucionalismo_e_os_Estudos_Legislativos.pdf). Acesso em: 5.nov. 2012.

LIPPOLIS, N.; ORTIZ-OSPINA, E. Are emerging economies deindustrializing too quickly? Our World in Data. Disponível em: < <https://ourworldindata.org/growth-and-structural-transformation-are-emerging-economies-industrializing-too-quickly/> > 2017.

LUZ, Manuel Ramon Souza. *Por uma Concepção Darwiniana de Economia Evolucionária: Abordagens Pioneiras, Conflitos Teóricos e Propostas Ontológicas*. Campinas; Dissertação de Mestrado IE-UNICAMP; 28 / 08 / 2009.

LUZ, Manuel Ramon Souza. *Porque a Economia não é uma Ciência Evolucionária: Uma hipótese antropológica a respeito das origens cristãs do Homo Economicus*. Campinas; Tese de Doutorado; 2013.

M. C. COSTA, Antonio Luiz. *Títulos de Nobreza e Hierarquias: um guia sobre as graduações sociais na história*. São Paulo; Editora Draco; 2014.

MAGNUSSON, Lars e OTTOSSON, Jan. *The Evolution of Path Dependence*. UK-USA, Edward Elgar, 2009.

MALTA, Maria Mello de... [et al.]. *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro; Ipea-Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

MARTINS, Ângela. *A Banca Islâmica*. São Paulo: Editora Qualitymark, 2004.

MATOS, Débora; BARTKIW, Paula I. N.. *Introdução ao Mercado Imobiliário*. <<http://assis.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/11/Introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-Mercado-Imobili%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em novembro/2016.

MATTOSO, Jorge. *Para que bancos públicos federais de varejo?* Observatório de Políticas Públicas do Instituto Lula. <http://www.institutolula.org/jorge-mattoso-para-que-bancos-publicos-federais-de-varejo>

MAYR, Ernest. *Biologia, Ciência Única: Reflexões sobre a Autonomia de Uma Disciplina Científica*. São Paulo; Companhia das Letras; 2005.

MEDEIROS, Étore e FONSECA, Bruno. As bancadas da Câmara. *Publica*. 18 de fevereiro de 2016 (<https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>).

MEDEIROS, Marcelo e GALVÃO, Juliana Castro. *Educação e o Rendimento dos Ricos no Brasil*. Brasília - Rio de Janeiro; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea; Texto para Discussão 2080; 2015.

MEDEIROS, Marcelo e SOUZA, Pedro H. G. F. *The State And Income Inequality In Brazil*. Discussion paper 194 / Institute for Applied Economic Research.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, January 2015.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fabio Ávila. *O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares: 2006-2012* (agosto de 2014; <http://ssrn.com/abstract=2479685>).

MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2005.

MEGALE, Antônio. *O que se quer da indústria automobilística no Brasil?* Valor, 04/12/2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

MENDONÇA, Mário Jorge e SACHSIDA, Adolfo. *Existe Bolha no Mercado Imobiliário Brasileiro?* Brasília: Texto para Discussão do IPEA 1762; agosto de 2012,

MERCADANTE, Aloízio. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil*. Campinas; Tese de Doutorado pelo IE-UNICAMP, novembro de 2010.

MIRANDA, Bernardo P. J. de & MATOS, Cirlene M. de. *Financeirização e investimento produtivo: uma análise das empresas não financeiras do Novo Mercado da Bovespa*. Campinas, XXII SEP, 2017.

MITCHELL, Melanie. *Complexity: a guided tour*. New York: Oxford University Press, 2011.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg & AMADO, Adriana. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 1-28, abr. 2015.

MOTA, Lourenço D. (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo. Editora SENAC, 1999.

MUSACCHIO, Aldo e LAZZARINI, Sergio G. *Reinventando o capitalismo de Estado*. São Paulo: Harvard University Press-Portfolio-Penguin-Editora Schwarcz S.A., 2014.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo).

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Brasília: Senado Federal, 2003 (original de 1899). <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179441>

NADALIN, Vanessa Gapriotti e FURTADO, Bernardo Alves. *Índices de Preços para Imóveis: Uma Revisão*. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. Brasília: IPEA; dez 2011.

NAKAZAWA, Denis Keith. *Fatores Determinantes do Preço de Imóveis*. Dissertação de Mestrado apresentada na EESP - FGV. São Paulo, 2013.

NELSON, Richard & WINTER, Sidney. *Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica*. Campinas; Editora da Unicamp; 2005 (original de 1982).

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NETO, Lira. *Getúlio 1882-1930 / 1930-1945 / 1945-1954* (trilogia biográfica). São Paulo: Companhia das Letras em 2012

NUNES, Bernardo Fonseca. *Mapas de precificação de ativos no mercado de capitais: uma análise do poder prescritivo do Behavioral Finance*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado pelo PPG-FCE-UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (organizadores). *Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2017.

PADRE ANTÔNIO VIEIRA. *Sermões*. [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=101](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=101)

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio. *Desigualdade Econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras; 2015.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média: O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira*. São Paulo: Boitempo; 2012

POSSAS, Mário e DWECK, Esther. Modelo Micro-Macrodinâmico de Simulação. *Economia & Sociedade*. Campinas; vol. 20; n. 1 (41); pp. 1-31; abril 2011.

POSSAS, Mário. A economia política no Brasil hoje. *Revista de Economia Política*, vol. 10, nº 2, abril/junho de 1990.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (original de 1942).

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Brasília: Senado Federal, 2003 (original de 1894).

PRADO, Eleutério. *Economia, Complexidade e Dialética*. São Paulo: Plêiade, 2009.

PRADO, Eleutério. *Complexidade e Práxis*. São Paulo: Plêiade, 2011.

PRADO, Eleutério. *Economia e Complexidade*. São Paulo: Plêiade, 2014.

PRADO, Eleutério. Exame Crítico da Teoria da Financeirização. *Crítica Marxista*. São Paulo; n. 39; 13-34; 2014.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*. 10ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (original de 1928).

PRIESTLAND, David. *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.

PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira: volume 1 - Colônia*. São Paulo: Leya, 2016.

REIS, Maurício Cortez e MACHADO, Danielle Carusi. *Uma Análise dos Rendimentos do Trabalho entre Indivíduos com Ensino Superior no Brasil*. Brasília - Rio de Janeiro; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea; Texto para Discussão 2110; 2015.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: Etapas da Evolução Sociocultural*. São Paulo; Companhia das Letras / Publifolha; 2000.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982 (original de 1965).

RODRIG, Dani. Premature Deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, 21(1), 1-33, 2016.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

ROSSI, Pedro. *Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil: Teoria, Institucionalidade, Papel da Arbitragem e da Especulação*. Rio de Janeiro: FGV Editora; 2016.

ROSSI, Pedro, DWECK, Esther e OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de (org.). *Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária; 2018.

RUTHERFORD, Malcolm. *Institutions in Economics: The Old and The New Institutionalism*. Cambridge University Press; 1994.

SAKOWSKI, Patrícia Alessandra Morita & TÓVOLLI, Marina Haddad. *Perspectivas da Complexidade para a Educação no Brasil*. Texto para Discussão 2107. Brasília-Rio de Janeiro; Ipea; julho de 2015.

SAKURAMOTO, Carlos e DISERIO, Luiz Carlos. *Indústria Automobilística no Brasil: Protagonista no Palco de uma eminente Transformação Global*. São Paulo: EAESP / FGV, 2015.

SANTOS, Anselmo Luís dos. *Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil*. Campinas: Cadernos do CESIT, TD n. 19, dezembro de 1995.

SAYAD, João. *Dinheiro, Dinheiro*. São Paulo: Portfolio Penguin - Editora Schwarz S.A.; 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.

SECOVI-SP. *Balanco Anual do Mercado Imobiliário*. Vários anos (2007 a 2015).

SECOVI-SP. *Preço Médio*. São Paulo: setembro de 2016.

SILVA, Felipe Maciel. *Decisões em Situações de Incerteza: Comportamento Heurístico, Racionalidade Ecológica e Seleção Social*. Campinas, Monografia de Graduação do IE-UNICAMP, 13 de dezembro de 2013.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

Site: <http://embraesp.geoembraesp.com.br/>

Site: <http://fipezap.zapimoveis.com.br/>

Site: <https://incorporacaoimobiliaria.com/>

SMITH, Vernon L.. *Constructivist and ecological rationality in Economics*. Nobel Prize Lecture. pdf 240888 in English Year: 2002.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Quem É, Como Vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2009.

SRF - Secretaria de Receita Federal. *Estudos Tributários - Carga Tributária no Brasil (Análise por Tributo e Bases de Incidência)*. 2003-2016.

SRF - Secretaria de Receita Federal. *Grandes Números IRPF - Anos-Calendarário 2007-2016*. receita.fazenda.gov.br

TALEB, Nassim Nicholas. *A lógica do Cisne Negro: O impacto do altamente improvável*. São Paulo: Editora Best Seller, 2008.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.

VISCONDE DE MAUÁ. *Autobiografia: Exposição aos credores e ao público*. Brasília: Senado Federal, 2011 (original de 1878).

WEAVER, Warren. *Science and Complexity*. Originally published as Weaver, W. (1948). "Science and complexity" in *American Scientist*, 36: 536-544. 1948.

WEBER, Max. *História geral da economia* (Cap. IV). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Cap. II e V). São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1974.

WIKIPÉDIA (enciclopédia colaborativa universal e multilíngue estabelecido na internet): [https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)

ZYLBERSTAJN, Eduardo (coord.). *Boletim FipeZap*. Número 2; setembro de 2015

ZYLBERSTAJN, Eduardo. *Mercado Imobiliário Brasileiro: Tendências e Perspectivas*. São Paulo: Painel FipeZAP; 2015.